



# *Relatório e Contas*

BPI SGPS 2001







# Índice

Apresentação do Relatório	4
---------------------------	---

## RELATÓRIO

Apresentação do Grupo BPI	11
Enquadramento da actividade	39
Actividade de Banca Comercial	47
Actividade de Banca de Investimento	63
Análise financeira	81
Análise e gestão de riscos	109
Acções BPI SGPS	125
Referências finais	129
Proposta de aplicação dos resultados	131

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

Demonstrações financeiras consolidadas	135
Notas às demonstrações financeiras consolidadas	143
Certificação legal das contas e relatório de auditoria	198
Relatório dos Auditores	200
Relatório e parecer do Conselho Fiscal	201

## ANEXOS

Informação sobre participações no capital	204
Relatório sobre o Governo do Grupo BPI	206

## Apêndices

<i>Conceitos, siglas, abreviaturas e expressões estrangeiras</i>	220
<i>Glossário</i>	222
<i>Formulário</i>	224
<i>Notas metodológicas</i>	225
<i>Índice de figuras, quadros, gráficos e "caixas"</i>	226
<i>Índice geral</i>	228
<i>Informações gerais</i>	231

# Apresentação do Relatório

## CRESCER MAIS, CRESCER MELHOR

O Grupo BPI iniciou, no exercício de 2001, o cumprimento da estratégia de crescimento selectivo definida para o triénio que se conclui no final de 2003, com o duplo objectivo de consolidar as fontes de receita recorrentes e conseguir uma melhoria sustentada dos indicadores de eficiência e rentabilidade. Em relação ao ano anterior, o desempenho do Grupo reflecte uma evolução muito positiva da qualidade dos resultados, apesar de se ter verificado uma queda de 12.5% no lucro do exercício, explicada essencialmente pela importante redução dos resultados extraordinários, que desceram 88%, e pelo aumento da tributação efectiva, que passou de 16 para 30%. Em contrapartida, os resultados correntes subiram 25%, o contributo da Banca Comercial aumentou 78%, e consolidou-se o reforço da quota de mercado nas linhas de negócio mais relevantes da banca de retalho, com uma expansão muito selectiva do crédito, a manutenção dos indicadores de solidez financeira e uma inequívoca moderação dos custos de estrutura, o que permite confirmar a viabilidade da estratégia definida e a sustentação dos ganhos de eficiência registados nos últimos dois anos.

Essa estratégia envolve dois grandes objectivos: reduzir o indicador custos de funcionamento / produto bancário de 58 para 50% até 2004 e, no plano comercial, conquistar uma quota de mercado próxima de 15% no novo negócio captado nas principais áreas de actividade da banca de retalho, designadamente, crédito hipotecário, crédito pessoal, cartões de crédito, fundos de investimento e produtos estruturados. Com estes objectivos, o Conselho de Administração do BPI SGPS deliberou, no momento em que aprovou o Relatório e Contas de 2001, propor à Assembleia Geral um aumento de capital de 645 625 000 para 760 milhões de acções, reservado a Accionistas, ao preço de 1.75 euros por acção, permitindo atingir um nível de rentabilidade dos capitais próprios de 17% em 2004 e um crescimento do lucro médio por acção nos próximos três anos a uma taxa média composta de 10%, com uma evolução positiva já em 2002. O aumento de capital destina-se a financiar o crescimento do Grupo e a intensificar o actual programa de redução de efectivos, indispensável para obter os níveis de eficiência desejados.

Esses níveis serão sustentados pela combinação de programas instrumentais em cinco domínios: a optimização operativa e tecnológica, o rejuvenescimento dos recursos humanos e a redução da sua intervenção nas actividades transaccionais, a intensificação da utilização dos canais remotos, a optimização da alocação de capital entre as principais áreas de actividade do Grupo e a manutenção de um posicionamento comercial agressivo ao nível do retalho, com o propósito de captar 120 mil novos Clientes por ano, tirando partido do poder de mercado gerado nos últimos exercícios com a consolidação da marca, o desenvolvimento das tecnologias de gestão da base de Clientes, a dimensão e eficiência da rede física, a capacidade de gestão integrada dos canais remotos e a relevância atribuída à melhoria da qualidade dos produtos e do serviço.

O exercício de 2001 exprimiu já inequivocamente estas prioridades e objectivos, reflectidos, desde logo, na estrutura do balanço, com o significativo aumento do peso da Banca Comercial, o crescimento muito limitado do crédito a grandes empresas, a redução do número de balcões, a intensificação do *outsourcing*, a migração para os canais remotos das transacções de baixo valor acrescentado e a consolidação dos níveis de eficácia comercial, numa organização crescentemente orientada para o Cliente e as suas necessidades. Este propósito surge confirmado pelo novo modelo de balcão que começou a ser implantado em 2001, com uma importante renovação da imagem e do *layout*, orientada para uma crescente automatização do movimento transaccional e a melhoria do serviço personalizado.

#### Um sólido resultado económico

O resultado económico do Grupo progrediu muito favoravelmente, traduzindo-se num aumento de 17% no *cash flow* corrente, explicado pela conjugação de dois efeitos: a contenção dos custos de funcionamento (+5%) e a evolução do produto bancário, que subiu 10%, apoiado no relevante aumento dos proveitos recorrentes, a margem financeira e as comissões – que cresceram 12 e 11%, respectivamente, representando, em conjunto, 95% do produto bancário. O comportamento das comissões e outros proveitos é explicado sobretudo pela actividade da Banca Comercial, com destaque para proveitos relacionados com cartões (+19%), crédito e garantias (+19%), cheques, transferências e ordens de pagamento (+38%) e intermediação de seguros (+74%), já que no âmbito da corretagem e operações de mercado de capitais se verificou um recuo de 65%, em consequência do enquadramento negativo das bolsas de valores.

Os ganhos de eficiência e produtividade, resultantes do programa de racionalização em curso, reflectiram-se na melhoria da relação entre os custos de estrutura e os proveitos recorrentes (produto bancário excluindo os lucros em operações financeiras), que desceu de 72 para 68%, entre 2000 e 2001, conferindo credibilidade ao objectivo de 62%, estabelecido para 2003. No mesmo período, o ratio *cost-to-income*, definido como o quociente dos custos de funcionamento sobre o produto bancário, caiu por sua vez de 61 para 58%. Estes resultados são a consequência conjugada de três efeitos: o comportamento dos custos com pessoal, que subiram 3.7%, abaixo do



*Presidente do  
Conselho de Administração  
Artur Santos Silva*

impacto efectivo da actualização da tabela salarial negociada para o sector bancário, calculado em 5%; a evolução dos custos totais de funcionamento, que subiram 5.2%, enquanto, em 2000, cresceram 12%; e a gestão dos custos de estrutura, incluindo as amortizações, que aumentaram 6% contra os 13% de 2000. O esforço de racionalização e eficiência, realizado nos últimos anos, fica inequivocamente ilustrado pelo índice de produtividade dos balcões, que subiu para mais do dobro entre 1997 e 2001, e se afere através do quociente entre a carteira global de crédito e depósitos e o número de empregados.

A qualidade dos resultados traduziu-se igualmente nos indicadores de risco e solidez financeira: no final do exercício, os ratios de crédito vencido há mais de 30 e 90 dias situavam-se, respectivamente, em 1.1% e 0.9%, com um nível de provisionamento de 160% (do crédito vencido há mais de 30 dias). A manutenção da política prudente de cobertura e acompanhamento dos riscos da carteira, seguida pelo Grupo, conduziu a um aumento de 5% nas provisões para crédito, títulos e participações financeiras. O ratio de solvabilidade era de 9.2%, com base nas normas do Banco de Portugal, e de 10.4%, de acordo com as regras do Bank of International Settlements (BIS), considerando ambos, além dos riscos de crédito, os riscos de liquidação e contraparte, riscos de posição e riscos cambiais, entre outros.

### A consolidação da Banca Comercial

Um dos aspectos mais relevantes da evolução recente do Grupo BPI, com expressão muito evidente no último exercício, consiste na consolidação do peso crescente da Banca Comercial na actividade e nos resultados globais, criando uma base estável de crescimento e reforçando as fontes de proveitos recorrentes. O contributo da Banca Comercial para os resultados do Grupo aumentou 78% em 2001, sustentado por um expressivo crescimento das linhas de negócio mais relevantes, combinado com uma clara moderação dos custos gerais. Em simultâneo, o contributo da Banca de Investimento, prejudicado pela forte depressão dos mercados de capitais, desceu de 28 para 9.4 milhões de euros. As participações de capital tiveram, por sua vez, uma contribuição negativa de 23.7 milhões de euros, o que contrasta com o saldo positivo de 41.4 milhões de euros do ano anterior.

Em 2001, a rentabilidade média dos capitais próprios do Grupo foi de 14.7%, devendo sublinhar-se, de novo, o expressivo crescimento do ROE (rentabilidade dos capitais próprios) da Banca Comercial, que passou de 12.7 para 17.6%, antecipando o objectivo estabelecido para 2003. Apesar da conjuntura e do seu impacto negativo nos níveis de actividade e proveitos, a Banca de Investimento continuou a apresentar um elevado nível de rentabilidade (38%), fruto do seu reduzido nível de utilização de capital.



Merece ainda relevo, na apreciação da actividade da banca de retalho, a confirmação dos níveis de desempenho competitivo verificados nos dois exercícios anteriores, tendo sido captado um total de 155 mil Clientes particulares, com quotas de mercado que se aproximam ou ultrapassam o nível de 15%, no que respeita ao volume de negócio novo criado nas principais áreas de retalho. A Marca confirmou, nos planos quantitativo (notoriedade) e qualitativo (atributos), a terceira posição no *ranking* do sistema financeiro, conclusão sustentada pelos inquéritos próprios do Banco e pelo *Estudo Base sobre o Sistema Financeiro* (Basef), publicado pela Marktest, em três "vagas" anuais, no que constitui, hoje, a principal fonte independente de informação regular neste domínio. Os novos canais consolidaram a sua posição crescente na actividade comercial do Grupo, com cerca de 220 mil aderentes estáveis à banca telefónica e mais de 100 mil utilizadores regulares da Internet. O Grupo BPI, através do BPI Net e do serviço de corretagem BPI Online obteve uma quota de 16% nas transacções intermediadas em bolsa através da Internet. No que respeita ao comportamento dos grandes agregados da carteira, sublinha-se o excelente comportamento dos depósitos de Clientes, que cresceram 10%, comparando muito favoravelmente com o mercado, e a evolução global do crédito, que desacelerou registando um crescimento de 15% graças a uma gestão muito selectiva, determinada pelo risco potencial e pela rendibilidade dos capitais próprios alocados. Neste



***Comissão Executiva do  
Conselho de Administração  
do BPI SGPS***

*Fernando Ulrich  
Artur Santos Silva  
António Domingues  
Manuel Ferreira da Silva  
António Seruca Salgado  
Maria Celeste Hagatong  
José Pena do Amaral*

contexto, o crédito a empresas subiu apenas 2%, enquanto o crédito à habitação continuou a aumentar a um ritmo muito forte – 35% contra 38% no ano anterior, ou seja, mais do dobro da taxa de crescimento do mercado. O ratio de transformação de recursos totais em crédito desceu de 104 para 101%.

### Um compromisso renovado

A evolução estrutural do BPI nos últimos dois anos, reflectida na prevista consolidação da Banca Comercial, depois do esforço de aquisições e fusões realizado na década de 90, determinou um ajustamento no modelo de governo do Grupo, concretizado em Janeiro de 2002, com a criação de uma Comissão Executiva para a Banca Comercial, presidida pelo Vice-Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração do BPI SGPS e responsável pela gestão da infra-estrutura tecnológica, das estruturas centrais de apoio às redes comerciais e das actividades relacionadas com Clientes particulares, pequenos negócios e empresas. A responsabilidade pelo acompanhamento das grandes empresas, em todas as suas vertentes, passa a ser assumida pelo Banco de Investimento, que concentra e coordena as actividades de *Corporate Finance*, *Project Finance*, *Corporate Banking* e Banca Institucional. O comando estratégico e operacional do Grupo é assegurado pela *holding* BPI SGPS, cujo primeiro responsável da Comissão Executiva é o Presidente do Conselho de Administração e cujas principais áreas de intervenção são a alocação de capital e a avaliação das principais áreas de negócio do Grupo, a decisão e o controlo dos riscos financeiros e de crédito, bem como a decisão e o acompanhamento das participações de capital e da política de recursos humanos.

Um outro facto muito relevante no último exercício foi a decisão de pôr em prática um programa de incentivos baseado em acções e opções sobre acções, incorporado, com efeitos imediatos, no sistema de remunerações variáveis. O programa abrangeu, em 2001, mais de 2000 Colaboradores do Grupo, assumindo a componente de acções e opções um peso ascendente na remuneração variável, em função do nível de responsabilidade. Pretende-se assim associar mais estreitamente o desempenho de cada um dos Colaboradores ao desempenho da Instituição e à evolução do comportamento das acções do BPI SGPS, num processo que representa um forte sinal de confiança no futuro e a renovação de um compromisso permanente com a melhoria da qualidade do serviço prestado aos Clientes, bem como com a criação de valor para os Accionistas.



## Relatório



# Apresentação do Grupo BPI

Principais indicadores	12
Marcos históricos	14
Órgãos sociais do BPI SGPS	16
Conselhos de Administração dos Bancos	17
Governo do Grupo BPI	18
Responsabilidade pública	20
Accionistas	22
Criação de valor para os Accionistas	23
Rating	24
Estrutura financeira principal e negócio	26
Canais de distribuição	27
Operações e sistemas	28
A marca BPI	32
Recursos humanos	35

# Principais indicadores

(Montantes consolidados em milhões de euros, excepto quando indicado de outra forma)

	1997	1998	1999	2000	2001	Δ% 00 / 01
Activo total	15 419.5	15 579.9	16 550.5	21 907.4	24 792.9	13.2%
Activo total mais desintermediação	18 645.7	19 885.2	20 758.0	26 335.8	29 127.7	10.6%
Situação líquida	480.1	566.4	650.7	930.0	908.7 <sup>1</sup>	(2.3%)
Crédito sobre Clientes (bruto) e garantias	8 324.3	9 903.6	12 023.4	16 542.8	18 768.9	13.5%
Depósitos de Clientes	8 909.7	9 053.6	9 458.5	10 463.7	11 494.3	9.8%
Recursos totais de Clientes	12 392.0	13 909.8	14 806.0	16 507.8	17 402.9	5.4%
Activos financeiros de terceiros sob gestão	5 821.0	7 058.0	7 169.0	7 541.0	7 430.0	(1.5%)
Cash flow corrente	225.7	227.2	207.2	278.6	327.0	17.4%
Resultado corrente	131.4	159.2	139.6	152.5	190.6	25.0%
Lucro líquido	110.8	137.0	124.8	152.4	133.3	(12.5%)
Cash flow após impostos	205.1	205.0	192.3	278.5	269.6	(3.2%)
Rendibilidade do activo total médio (ROA)	0.8%	0.8%	0.8%	0.8%	0.6%	
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	25.3%	25.6%	22.4%	21.6%	14.7%	
Cost-to-income <sup>2</sup>	61.6%	61.7%	65.0%	60.7%	58.1%	
Ratio de eficiência <sup>3</sup>	73.9%	74.5%	79.6%	71.9%	68.3%	
Ratio de requisitos de fundos próprios <sup>4</sup>	13.5%	11.1%	11.6%	9.8%	9.2%	
Tier I <sup>4</sup>	7.1%	6.0%	6.8%	6.7%	5.9%	
Crédito vencido há mais de 30 dias total em % do crédito a Clientes	2.6%	2.1%	1.7%	1.1%	1.1%	
Cobertura do crédito vencido por provisões	127.2%	121.4%	135.8%	170.0%	160.4%	
Financiamento das responsabilidades com pensões <sup>5</sup>	107.6%	101.7%	102.4%	101.6%	100.0%	
Valores por acção ajustados (euros) <sup>6</sup>						
Cash flow após impostos	0.37	0.37	0.33	0.47	0.42	(10.7%)
Lucro líquido	0.20	0.25	0.22	0.26	0.21	(19.3%)
Lucro líquido, excluindo resultados extraordinários após impostos	0.18	0.23	0.20	0.19	0.20	5.4%
Dividendo	0.07	0.08	0.10	0.09	0.09 <sup>7</sup>	-
Valor contabilístico	0.86	1.02	1.10	1.44	1.41	(2.3%)
N.º médio ponderado de acções (em milhões) <sup>6</sup>	555.2	555.2	574.1	595.4	645.6	8.4%
Cotação de fecho ajustada <sup>6</sup> (euros)	3.13	4.06	4.05	3.34	2.26	(32.3%)
Rendibilidade total do Accionista	139.9%	31.2%	2.5%	(16.0%)	(30.4%)	
Capitalização bolsista em final do ano	1 739.9	2 252.7	2 390.0	2 156.4	1 459.1	(32.3%)
Dividend yield	2.2%	1.9%	2.4%	2.7%	4.0%	
Balcões de retalho <sup>7</sup> (número)	438	487	592	592	584	
Centros de Empresas <sup>8</sup> (número)	50	53	54	63	63	
Colaboradores do Grupo BPI (número) <sup>9</sup>	8 116	7 688	8 230	8 351	8 098	

1) O decréscimo da situação líquida em 2001 é essencialmente explicado pela amortização integral por contrapartida de reservas do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas em 1999, 2000 e primeiro semestre de 2001 e que ainda não tinha sido relevado como custo (80.4 milhões de euros).

Quadro 1

2) Custos de funcionamento em % do produto bancário.

3) Custos de estrutura em % do produto bancário, excluindo lucros em operações financeiras.

4) Calculado de acordo com as regras do Banco de Portugal sobre requisitos mínimos de fundos próprios (Aviso n.º 7 / 96).

5) Responsabilidades com pensões de reformas por velhice e invalidez em pagamento e por serviços passados de Colaboradores no activo.

6) Ajustados por aumentos de capital, redenominação e renominalização do capital.

7) Inclui, desde 1998, rede de *in-store banking*.

8) Rede vocacionada para servir empresas de média (47 centros de empresas) e grande dimensão (16 centros de empresas).

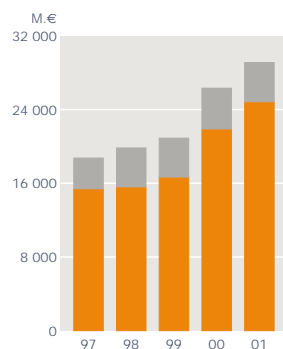
9) Colaboradores do Grupo na actividade em Portugal e nas sucursais e subsidiárias no estrangeiro.

## CRESCIMENTO, RENDIBILIDADE, SOLIDEZ E VALORIZAÇÃO

### ACTIVO TOTAL LÍQUIDO E DESINTERMEDIAÇÃO

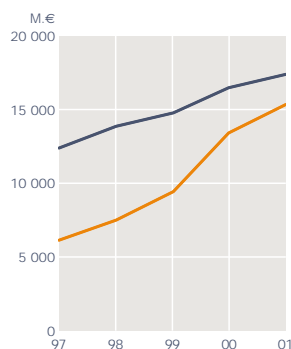
Desintermediação<sup>1</sup> ■  
Activo total ■

1) Recursos de Clientes, com registo fora do balanço.

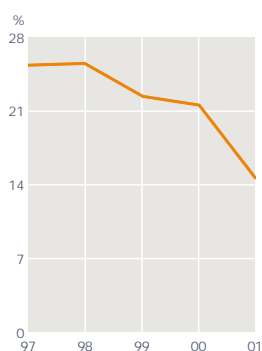


### CRÉDITO E RECURSOS

Crédito a Clientes ■  
Recursos totais de Clientes ■

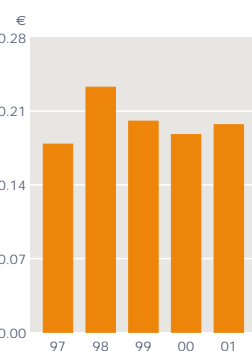


### RENDIBILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS (ROE)



### LUCRO POR ACÇÃO

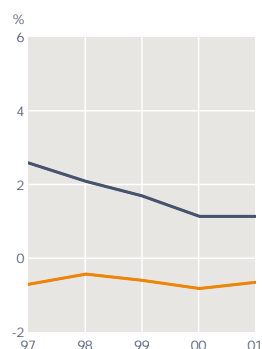
Lucro líquido por acção, excluindo resultados extraordinários após impostos. ■



### CRÉDITO VENCIDO

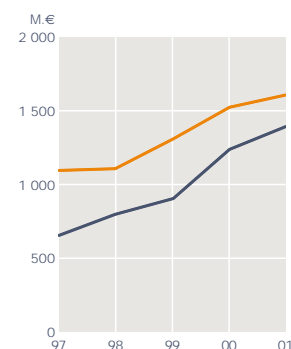
Ratio de crédito vencido<sup>1</sup> ■  
Crédito vencido<sup>1</sup> liq. de provisões em % do crédito a Clientes ■

1) Crédito vencido há mais de 30 dias.



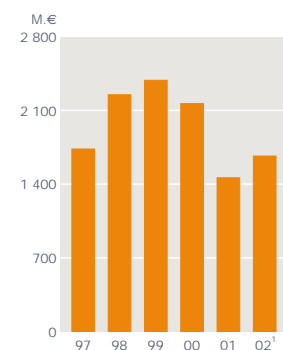
### FUNDOS PRÓPRIOS E REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS

Fundos próprios ■  
Requisitos de fundos próprios ■



### CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA

1) Em 21 de Fevereiro de 2002 à cotação de 2.57 euros (última cotação anterior à aprovação do Relatório em Conselho de Administração).



### RATINGS DO BPI Emitente

Notações de longo prazo (31 Dezembro de 2001)

Figura 1 – Crescimento, rentabilidade, solidez e valorização.

# Marcos históricos

## LIDERANÇA, INOVAÇÃO E CRESCIMENTO

*Criação da SPI – Sociedade Portuguesa de Investimentos*  
1981, Outubro

A Sociedade Portuguesa de Investimentos nasceu, em **1981**, com um projecto claro para a década que então começava: financiar projectos de investimento do sector privado, contribuir para o relançamento do mercado de capitais e para a modernização das estruturas empresariais portuguesas. Contava com uma estrutura Accionista diversificada, que incluía uma forte componente nacional, constituída por 100 das mais dinâmicas empresas portuguesas, e um conjunto de cinco das mais importantes instituições financeiras internacionais.

*Fundação do BPI – Banco Português de Investimento, por transformação da SPI*  
1985, Março

Em **1985**, a SPI transformava-se em Banco de Investimento e adquiria a possibilidade de captar depósitos à ordem e a prazo, conceder crédito a curto prazo, intervir nos mercados interbancários e praticar operações cambiais. Um ano depois, em **1986**, a trajectória do Banco foi marcada pela abertura do capital e pela admissão das acções à cotação nas Bolsas de Valores de Lisboa e do Porto.

*Aquisição do Banco FONSECAS & BURNAY*  
1991, Agosto

Em **1991**, uma década depois da sua criação, o BPI conquistara já uma clara liderança nas principais áreas da Banca de Investimento e assumia a vontade de consolidar a sua posição como um dos principais grupos financeiros portugueses. Foi neste sentido que empreendeu a aquisição do Banco FONSECAS & BURNAY (BFB), a qual assegurou a sua entrada na Banca Comercial e lhe proporcionou um ganho de dimensão, preparando-o para o processo de concentração no sistema financeiro português. O Grupo pretendia, assim, ser capaz de assegurar a oferta do espectro completo de serviços financeiros a empresas e particulares. Foi então estabelecida uma parceria com o Banco Itaú que se iniciou com a sua participação no BFB e que, em 1994, foi convertida numa participação no próprio BPI, do qual passou a ser um dos Accionistas de referência.

*Criação da holding bancária BPI SGPS*  
1995, Novembro

Em **1995**, a Instituição viu a sua composição reorganizada: o BPI foi transformado numa *holding* bancária sob a forma de SGPS, que passou a ser a única sociedade do Grupo cotada na Bolsa de Valores, controlando o Banco FONSECAS & BURNAY e o Banco Português de Investimento, então criado por trespasse dos activos e passivos afectos à actividade característica deste tipo de instituição e até então detidos pelo BPI.

Esta reorganização conduziu à especialização das unidades do Grupo e foi acompanhada de um importante reforço da sua estrutura Accionista, com a entrada de dois novos parceiros estratégicos de grande dimensão que vieram juntar-se ao Grupo Itaú: La Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona (La Caixa), e o grupo segurador alemão Allianz.



Um ano depois, em **1996**, dava-se início, com a aquisição do Banco de Fomento e do Banco Borges, ao processo de integração dos três bancos do Grupo BPI que culminaria, dois anos depois, com a criação do Banco BPI, que passaria a deter a maior rede de balcões de marca única em Portugal. Com efeito, em **1998**, foi criado o Banco BPI através da fusão do Banco Fonsecas & Burnay, do Banco de Fomento e Exterior e do Banco Borges & Irmão, tendo também sido absorvido, no final desse ano, o Banco Universo, um banco *in-store*. Depois da fusão, a estrutura simplificou-se significativamente, pois o BPI SGPS passou a integrar apenas duas instituições bancárias: o Banco Português de Investimento, designado por BPI – Investimentos, e um novo Banco Comercial, o Banco BPI.

*Aquisição do Banco de Fomento e Exterior e do Banco Borges & Irmão*

*1996, Outubro*

*Criação do Banco BPI por fusão dos quatro bancos comerciais do Grupo*

*1998, Julho*

Nos três últimos anos – **1999 a 2001** – o BPI confirmou o potencial de crescimento, modernização e reforço estrutural que fundamentou a operação de fusão executada em 1998: conquistou quota de mercado em todas as áreas relevantes da Banca Comercial, alargou e actualizou a estrutura de distribuição, transformando-se rapidamente num banco multicanal, renovou profundamente a sua base tecnológica, rejuvenesceu os seus recursos humanos e construiu uma das marcas com maior vitalidade do sistema financeiro, sem deixar de manter, sempre, elevados padrões de rendibilidade, solidez financeira e gestão dos riscos. Cumpriu plenamente o objectivo de se tornar uma instituição financeira de referência também na Banca Comercial, depois de ter consolidado, em 15 anos de actividade, uma inequívoca posição de liderança nos principais mercados da Banca de Investimento.

*Crescimento, modernização e reforço estrutural*

*1999-2001*

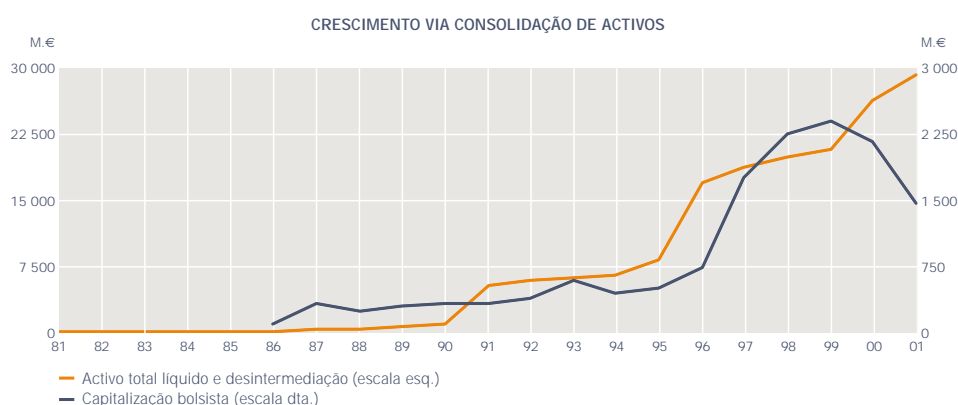


Gráfico 1

# Órgãos sociais do BPI SGPS

BPI – SGPS, S.A.		
Mesa da Assembleia Geral		
Presidente	Rui Manuel Chancerelle de Machete	
Vice-Presidente	Vasco Manuel Airão Marques	
Secretários	Galucho – Indústrias Metalomecânicas, S.A.	Vitalina Justino Antunes
	Produtos Sarcot, Lda.	Estela M. Barbot
Secretário da Sociedade	Rui de Faria Lélis	
Conselho de Administração		
Presidente	Artur Santos Silva	
Vice-Presidentes	Carlos da Câmara Pestana	
	Fernando Ulrich	
	Ruy Octávio Matos de Carvalho	
Vogais	Alfredo Rezende de Almeida	
	António Cândido Seruca Salgado	
	António Domingues	
	Armando Leite de Pinho	
	Corporació de Participacions Estrangeres, S.L.	Fernando Ramirez
	Isidro Fainé Casas	
	João Sanguinetti Talone	
	José Pena do Amaral	
	Klaus Dührkop	
	Manuel de Oliveira Violas	
	Riunione Adriática di Sicurtà	Diethart Breipohl
	Roberto Egydio Setúbal	
	Tomaz Jervell	
	Maria Celeste Hagatong	
	Manuel Ferreira da Silva	
Comissão Executiva do Conselho de Administração		
Presidente	Artur Santos Silva	
Vice-Presidente	Fernando Ulrich	
Vogais	António Cândido Seruca Salgado	
	António Domingues	
	José Pena do Amaral	
	Maria Celeste Hagatong	
	Manuel Ferreira da Silva	
Conselho Fiscal		
Presidente	Jorge de Figueiredo Dias	
Vogais	José Ferreira Amorim	
	Magalhães, Neves e Associados, SROC	Augusta Francisco
	António Dias e Associados, SROC (suplente)	António Dias
Comissão de Remunerações		
Presidente	Itaúsa Portugal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	
Vogais	Cotese – Companhia de Têxteis Sintéticos, S.A.	
	Arsopi – Indústrias Metalúrgicas Arlindo Soares de Pinho, S.A.	
Comité de Controlo Interno		
Presidente	Ruy Octávio Matos de Carvalho	
Vogais	Carlos da Câmara Pestana	
	Alfredo Rezende de Almeida	
	Corporació de Participacions Estrangeres, S.L.	Fernando Ramirez

Figura 2 – Órgãos sociais do BPI SGPS.

# Conselhos de Administração dos Bancos

## BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO, S.A.

### Conselho de Administração

<i>Presidente</i>	Artur Santos Silva
<i>Vice-Presidente</i>	Fernando Ulrich
<i>Vogais</i>	António Borges de Assunção
	Francisco Mendes Costa
	José Carlos Agrellos
	Luís Mira Amaral
	Manuel Ferreira da Silva
	Maria Celeste Hagatong
	Maria do Carmo Oliveira
	Rui de Faria Lélis
	Rui Martins dos Santos

## BANCO BPI, S.A.

### Conselho de Administração

<i>Presidente</i>	Artur Santos Silva
<i>Vice-Presidente</i>	Fernando Ulrich
<i>Vogais</i>	António Cândido Seruca Salgado
	António Domingues
	António Farinha Morais
	Jorge Holtreman Roquette
	José Pena do Amaral
	Manuel Maria Menezes
	Maria Celeste Hagatong
	Rui de Faria Lélis
	Sérgio Augusto Sawaya

Figura 3 – Conselhos de Administração do Banco Português de Investimento e do Banco BPI; Fevereiro de 2002.

# Governo do Grupo BPI

*O relatório sobre o Governo do Grupo BPI, apresentado em anexo<sup>1</sup> ao Relatório do Conselho de Administração, descreve os princípios, as políticas e a prática do BPI relativamente a um conjunto de questões associadas à gestão da sociedade, estabelecendo um paralelo com as recomendações e normas vinculativas emitidas pela CMVM sobre o Governo das Sociedades.*

O BPI segue um conjunto de práticas e princípios orientadores, cuja aplicação assegura uma gestão diligente, eficaz e equilibrada dos interesses da Sociedade e de todos os seus Accionistas. Neste âmbito, destacam-se:

- o equilíbrio, no órgão de administração, entre o número de Administradores representantes dos Accionistas de referência e o número de Administradores independentes;
- a existência de uma Comissão Executiva do Conselho de Administração, formada por sete Administradores independentes, que têm sob a sua responsabilidade a gestão do Grupo, nos termos da delegação de poderes efectuada pelo Conselho de Administração;
- a vinculação dos órgãos de Administração e dos Colaboradores dos dois Bancos e das principais sociedades do Grupo, a códigos de conduta que suplantam, em certos casos, o exigido por lei e pelas associações profissionais.

É ainda importante realçar a existência, desde Março de 1999, de um Comité de Controlo Interno. Este órgão é constituído por membros do Conselho de Administração sem funções executivas, o que reforça a respectiva independência e assegura o cumprimento efectivo dos seus objectivos. Cabe, designadamente, ao Comité:

- avaliar a eficiência do Grupo no uso dos seus recursos e no estabelecimento de mecanismos de controlo que o protejam contra eventuais perdas, tendo em conta os riscos que decorrem do exercício das suas actividades;
- assegurar a integridade, fiabilidade e actualidade da informação contabilística e financeira que alimenta os sistemas de informação de gestão;
- assegurar a conformidade das operações e dos negócios do Grupo aos dispositivos legais e regulamentares, emitidos quer pelas autoridades de supervisão, quer pelo próprio BPI;
- supervisionar a auditoria interna do Banco BPI, do Banco Português de Investimento e da própria *holding*, aprovando e acompanhando a execução dos planos de actividade dos Auditores internos e externos.

1) V. páginas 206 a 208.

No que diz respeito à participação dos Accionistas na vida da Sociedade e, muito em especial, ao exercício do direito de voto, o BPI segue, consistentemente, práticas de informação que visam estimular a participação presencial, por representação ou por correspondência:

- ampla divulgação da realização das Assembleias Gerais – por correio postal e, já a partir do corrente ano, por correio electrónico e pela Internet – dos assuntos que serão objecto de deliberação e das diferentes formas de exercício do voto;
- descrição, no texto das convocatórias enviado aos Accionistas, dos procedimentos a adoptar para o exercício do voto por correspondência ou por representação (regime consagrado estatutariamente).

Refira-se ainda, no âmbito das práticas de *Corporate Governance* do BPI:

- a prestação de informação detalhada acerca da política e dos montantes globais de remuneração auferidos pelos membros do Conselho de Administração do BPI SGPS, incluindo o programa de atribuição de acções e de opções de compra sobre acções;
- a utilização intensiva das novas tecnologias de informação, na comunicação com o mercado;
- a divulgação trimestral dos resultados do Grupo BPI – comunicação periódica com maior significado no relacionamento com o mercado – com difusão alargada a investidores, analistas financeiros, média e autoridades em suporte de papel, via *e-mail* e através dos *sites* do Grupo;
- a existência de um *site* institucional do Grupo BPI ([www.bpi.pt](http://www.bpi.pt)), lançado já em 2002, contendo informação de natureza financeira, os documentos preparatórios das reuniões das Assembleias Gerais, entre outra informação de natureza institucional;
- a possibilidade de enviar em formato electrónico praticamente todos os documentos emitidos em suporte de papel, se houver solicitação nesse sentido.

# Responsabilidade pública

## CULTURA, INVESTIGAÇÃO, ENSINO E SOLIDARIEDADE SOCIAL

A participação do Grupo BPI nas áreas do mecenato cultural / desportivo, investigação, ensino e solidariedade social concretizou-se, no exercício de 2001, em projectos e iniciativas estruturadas e de reconhecido mérito, consolidando e reforçando a actividade do Grupo no que se refere à sua responsabilidade pública.

Na área da cultura, o Grupo BPI deu o seu apoio a alguns programas inseridos na Porto 2001 – *Capital Europeia da Cultura*, nomeadamente no cumprimento dos protocolos assinados com a Fundação de Serralves, o Teatro Nacional de S. João, Seiva Trupe – Teatro Vivo e CulturPorto – Associação de Produção Cultural.

Foram também continuados os apoios às actividades das Fundações Júlio Resende, António de Almeida, Marânus (Teixeira de Pascoaes), Maria Isabel Guerra Junqueiro, Maria Antónia Barreiros, Pro Dignitate, Aquilino Ribeiro. Assumiram-se ainda compromissos de apoio às Fundações Eugénio de Andrade, Bissaya Barreto, Cuidar o Futuro e à Associação Divulgadora da Casa Museu Abel Salazar.

O BPI colaborou, de novo, com a Árvore – Cooperativa de Actividades Artísticas, C.R.L.; o AR.CO – Centro de Arte e Comunicação Visual; Centro Nacional de Cultura; Festival de Teatro de Almada; a Bienal Internacional de Vila Nova de Cerveira; o CRAT – Centro Regional de Artes Tradicionais; a Curtas Metragens – Cooperativa de Produção Cultural; o Palácio da Ajuda; a Associação Cultural Monte de Fralães.

No âmbito da já significativa colecção de livros de arte portuguesa, o BPI patrocinou a edição antológica sobre o pintor António Quadros, com textos de eminentes figuras da cultura portuguesa: "Orpheu e Eurydice" de Sophia de Mello Breyner Andresen, com ilustrações de Graça Morais, e "A Casa Ferreira" de Henrique Gomes de Araújo. Foi também dado apoio à publicação de *O Que Há de Comum*, antologia poética de Armando Pinheiro, com desenhos de Armando Alves.

Na área da música, o Grupo acordou com a Fundação Gulbenkian colaborar na série *Grandes Orquestras Mundiais*, temporada 2001 e 2002, e continuou os seus apoios regulares aos concertos da Casa de Mateus e ao Concurso Internacional de Música do Porto.

Aquando das comemorações dos 152 anos da Associação Empresarial de Portugal, o BPI assegurou de forma significativa a realização do Concerto da Orquestra Sinfónica de Londres.

Na área do ensino e da investigação, o Grupo continuou a apoiar de maneira sistemática as instituições de reconhecido mérito. Foram atribuídos patrocínios a diversas Faculdades da Universidade do Porto e à Universidade Católica.

A Universidade de Coimbra recebeu também destacados apoios, com especial relevo para os patrocínios concedidos a vários projectos da Faculdade de Direito, entre os quais se destacam, pela sua projecção, o Prémio Doutor J. J. Teixeira Ribeiro e a exposição *Imprensa da Universidade de Coimbra*. O BPI estabeleceu, igualmente, um protocolo de dez anos com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, através do qual apoiará actividades de carácter científico, pedagógico e circum-escolares daquela instituição.

Ainda como apoio ao ensino superior, o BPI estabeleceu um protocolo com a Universidade Técnica de Lisboa, no âmbito das comemorações do seu septuagésimo aniversário, para atribuição do prémio anual que a Universidade e a União Latina irão atribuir, por quatro anos, à melhor publicação científica.

Desde 1999 que o BPI colabora com a Associação Portuguesa do Parlamento Europeu dos Jovens. Em 2001 continuou esse apoio com destaque para a sessão realizada no Arquipélago dos Açores.

Na área da solidariedade social teve, uma vez mais, particular ênfase o apoio dado a Moçambique através da Presidência da República e da Comissão Especial de Ajuda Humanitária a Moçambique.

Foram concedidos apoios significativos ao Banco Alimentar contra a Fome; Sempre a Crescer – Cooperativa de Solidariedade Social; Abraço; Liga dos Amigos das Crianças do Hospital Maria Pia; Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental; Associação Portuguesa de Osteoporose; Liga Portuguesa Contra o Cancro; APPT21 – Associação Portuguesa de Portadores de Trissomia 21; Fundação Portuguesa de Cardiologia; Centro de Estudos Sociais; ASAS – Associação de Apoio Social.

O BPI colaborou também na campanha *Euro Mundo – A Europa pinta para as crianças com cancro*, promovendo o trabalho executado pelo escultor José Rodrigues, no âmbito do patrocínio concedido.

Como participação no Ano Internacional do Voluntariado – 2001, o Grupo colaborou com o Comité Brasileiro apoiando o Instituto Brasil Voluntário. Também, no mesmo âmbito, foi dado apoio ao Bazar do Corpo Diplomático sob o alto patrocínio da Presidência da República, e à Associação Voluntariado do Hospital de S. João.

# Accionistas

## ESTRUTURA E PRINCIPAIS ACCIONISTAS

Do conjunto de Accionistas do Grupo BPI fazem parte o Grupo Itaúsa que controla o Banco Itaú, o segundo maior banco do Brasil (com 15% do capital); o Grupo La Caixa, o terceiro maior grupo financeiro ibérico e o primeiro da Catalunha (15%); um dos maiores grupos seguradores mundiais, a Allianz (8.8%); o Grupo Sonae (4.3%); o Grupo Arsopi (3%); o Grupo Violas (2.9%) e a Caixa Geral de Depósitos (2.7%).

A 31 de Dezembro de 2001 o capital do BPI SGPS era detido por 27 332 Accionistas, dos quais 26 665 eram particulares e estavam na posse de 15.6% do capital, enquanto 667 pertenciam às classes dos investidores institucionais e das empresas e detinham 84.4% do capital.

### Distribuição do capital<sup>1</sup> do BPI SGPS

Em 31 de Dezembro de 2001

Tipo de Accionista	Nacionais		Estrangeiros <sup>2</sup>		Total	
	N.º de Accionistas	% do capital detido	N.º de Accionistas	% do capital detido	N.º de Accionistas	% do capital detido
Particulares	26 665	15.6	-	-	26 665	15.6
Fundos de pensões	92	3.9	-	-	92	3.9
Fundos de investimento	44	3.1	-	-	44	3.1
Outros institucionais <sup>3</sup>	335	31.3	196	46.1	531	77.4
<b>Total</b>	<b>27 136</b>	<b>53.9</b>	<b>196</b>	<b>46.1</b>	<b>27 332</b>	<b>100.0</b>

1) A distribuição de capital do BPI SGPS apresentada baseia-se na informação recebida da Central de Valores Mobiliários, na qual figura o registo de 645 496 590 euros, ou seja, 99.98% do capital social do BPI SGPS, que é de 645 625 000 euros.

Quadro 2

2) A distribuição entre tipos de Accionistas é, relativamente aos estrangeiros, apenas indicativa. O BPI não dispõe de informação que lhe permita identificar os titulares das acções em nome de bancos de custódia estrangeiros.

3) Inclui participações directas da Itaúsa Portugal, Grupo La Caixa, Grupo Allianz, Caixa Geral de Depósitos, participações de empresas e acções em nome de bancos de custódia.

### Accionistas com participações superiores a 2% do capital do BPI SGPS

Em 31 de Dezembro de 2001

Accionista	N.º de acções detidas	% do capital detido	% dos direitos de voto
Grupo Itaú <sup>1</sup>	96 843 750	15.0%	12.5%
Grupo La Caixa <sup>2</sup>	96 806 693	15.0%	12.5%
Grupo Allianz <sup>3</sup>	56 788 864	8.8%	8.8%
Clearstream Banking SA, Luxembourg <sup>4</sup>	44 732 139	6.9%	6.9%
Grupo Sonae	27 689 939	4.3%	4.3%
Grupo Arsopi	19 096 509	3.0%	3.0%
Grupo Violas	18 383 711	2.9%	2.9%
Caixa Geral de Depósitos	17 728 889	2.7%	2.7%
Ocidental – Comp. Port. Seguros Vida <sup>5</sup>	13 452 143	2.1%	2.1%

1) Através da IPI – Itaúsa Portugal SGPS, S.A., detida a 100%.

Quadro 3

2) Através da Corporació de Participacions Estrangeres que detinha 80 549 735 acções e da Caixa Holding que detinha 16 256 958 acções.

3) Através da RAS International, N.V., detida a 100%.

4) Banco de custódia.

5) Em 26 de Março de 2002 a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida comunicou ao BPI SGPS que reduziu a sua participação para 9 169 086 acções, correspondentes a 1.43% do capital e dos direitos de voto.



# Criação de valor para os Accionistas

## Rendibilidade do investimento (ROI)

A valorização das acções BPI SGPS tem sido consistente: o investidor que subscreveu acções aquando do aumento de capital dirigido ao público em geral, em Outubro de 1986, obteve, até 2002, uma taxa média anual de retorno do investimento de 13%. O retorno dos Accionistas que acorreram à subscrição pública foi, em média, 2.0 p.p. superior àquele que teriam obtido, se porventura tivessem optado por um investimento alternativo em acções portuguesas, medido através do índice PSI Geral.

### Indicadores seleccionados

ROI 1981-2002	13.9%
ROI 1986-2002	13.2%
vs. mercado 1986 / 2002	+ 2.0%

No quadro seguinte, apresentam-se, por linha, as diversas taxas médias anuais de rendibilidade obtidas por um Accionista que, tendo investido em acções BPI SGPS, no início de um ano, desinvestisse no final do mesmo ano, ou no final de cada um dos anos seguintes:

Criação de valor para os Accionistas <sup>1</sup> (1981-2002, Fevereiro)												Retorno em percentagem; taxas médias anuais.							
Entrada <sup>2</sup>	Saída <sup>3</sup>	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002 <sup>5</sup>	
1981		56.0	70.6	50.0	43.2	31.5	25.6	22.9	27.5	16.2	12.5	14.3	26.7	27.2	24.4	19.5	12.3	13.9	
1986 <sup>4</sup>		3 089	319.2	93.2	61.3	34.5	25.0	21.7	27.7	14.4	10.8	12.9	26.7	27.2	24.2	19.0	11.6	13.2	
1987			148.4	39.2	29.3	15.0	11.4	11.5	18.6	8.2	5.9	8.6	21.7	22.7	20.4	16.0	9.6	11.1	
1988				(16.2)	(2.9)	(6.5)	(4.2)	(0.5)	8.6	0.3	(0.7)	2.9	16.2	17.8	16.1	12.4	6.7	8.1	
1989					12.6	(1.8)	(0.5)	3.0	13.2	2.6	1.1	4.8	19.4	20.8	18.5	14.1	7.8	9.4	
1990						(12.3)	(5.3)	0.7	13.4	1.2	(0.1)	4.1	20.0	21.4	18.9	14.2	7.6	9.2	
1991							0.5	4.9	19.8	3.3	1.3	5.7	23.3	24.4	21.3	15.8	8.5	10.2	
1992								9.6	30.8	4.3	1.5	6.6	27.1	27.8	23.6	17.2	9.1	10.9	
1993									56.2	1.8	(0.9)	6.0	30.3	30.5	25.4	18.0	9.1	11.0	
1994										(30.9)	(19.1)	(4.8)	25.5	26.8	21.8	14.6	5.9	7.9	
1995											(5.6)	9.6	49.0	43.9	33.4	22.1	10.4	12.7	
1996												22.6	76.9	59.4	41.7	26.2	12.1	14.6	
1997													139.9	77.5	47.2	26.8	10.5	13.4	
1998														31.2	15.7	3.5	(7.2)	(3.7)	
1999															2.5	(7.4)	(16.3)	(11.8)	
2000																(16.0)	(23.8)	(17.4)	
2001																	(30.4)	(18.5)	

1) Pressupôs-se que, durante o período de investimento, o Accionista reinvestiu os seus dividendos no dia imediato àquele em que os recebeu, adquirindo novas acções BPI SGPS e que participou em todos os aumentos de capital e emissões de dívida convertível reservados a Accionistas, subscrevendo a quantidade máxima de títulos a que tinha direito.

2) Entrada (em início de ano).

3) Saída (em final de ano).

4) Entrada em Outubro de 1986, por subscrição de acções no aumento de capital dirigido ao público em geral.

5) Saída em 21 de Fevereiro de 2002 à cotação de 2.57 euros (última cotação anterior à aprovação do relatório em Conselho de Administração).

Quadro 4

# Rating

A estratégia, posição competitiva, solidez financeira e capacidade de geração de resultados do Grupo BPI continuaram a merecer, de entidades independentes e reputadas – a Fitch Ratings, a Moody's e a Standard & Poor's – uma avaliação que se consubstancia em elevadas notações de *rating*.

As agências de *rating* sublinham, de uma forma geral, a bem sucedida estratégia de crescimento seguida pelo BPI, materializada nas aquisições de quatro bancos – Banco FONSECAS & BURNAY, Banco BORGES & IRMÃO, Banco de Fomento e Exterior e Banco Universo – e na sua adequada integração, destacando também a elevada qualidade dos activos e a rentabilidade do Grupo.

## Notações de rating

Em 31 de Dezembro de 2001

	Moody's		Fitch Ratings		Standard & Poor's	
	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo <sup>1</sup>	Longo prazo	Curto prazo
Banco BPI	A2	P-1	A+	A1	A-	A-2
Banco Português de Investimento			A+	A1	A-	A-2
BPI SGPS			A	A1	A-	A-2

1) A1+, A1, A2, A3, B, C – escala de *rating* usada para Portugal em substituição de F1+, F1, F2, F3, B,C.

Quadro 5

**Fitch Ratings: A+** Crédito de elevada qualidade. Os *ratings* denotam uma baixa expectativa de risco de crédito. (+ significa um posicionamento superior na classe A).

**Moody's: A2** Títulos com *rating* A possuem muitos atributos favoráveis e devem ser considerados investimentos de nível médio / superior. (2 significa um posicionamento central na classe A).

**Standard & Poor's: A-** Uma entidade com *rating* A possui uma forte capacidade para cumprir as suas obrigações financeiras. (- significa um posicionamento na parte inferior da classe A).

## RELATÓRIOS DE RATING

### Moody's, Outubro de 2001

#### "Pontos fortes / Oportunidades

- desenvolvimento bem sucedido de um diversificado *franchise* doméstico sob uma marca nova;
- integração total dos quatro bancos adquiridos;
- boa qualidade dos activos;
- adequada estrutura de *funding*;
- forte posição na Banca de Investimento em Portugal".

#### "Pontos fracos / Ameaças

- reduzidos níveis de eficiência, conduzindo a uma menor rentabilidade;
- ausência de diversificação internacional, face a um mercado doméstico concentrado e em desaceleração".

### Standard & Poor's, Outubro de 2001

"Os *ratings* do BPI – SGPS, S. A. (BPI) reflectem a boa posição do Grupo nos segmentos de negócio de retalho e de Banca de Investimento em Portugal, uma gestão competente e uma rentabilidade adequada". "Contrabalançando estes pontos fortes estão os riscos da extremamente rápida expansão do crédito nos anos mais recentes, que aumenta a vulnerabilidade do Grupo à deterioração da qualidade dos activos numa conjuntura económica menos favorável e no contexto de uma agressiva gestão do capital pelo BPI."

"Sob o comando de uma equipa de gestão competente o Grupo prosseguiu uma estratégia de crescimento bem sucedida, tornando-se numa das mais flexíveis e inovadoras instituições do sistema financeiro português."

"A melhoria da eficiência (...) será decisiva para a evolução dos resultados do Grupo, já que, apesar do progresso registado, os custos operativos continuam a absorver uma significativa parcela do rendimento."

### Fitch Ratings, Junho de 2001

"O BPI detém a liderança na Banca de Investimento em Portugal e os *ratings* individuais do banco de investimento do Grupo reflectem a combinação da sua posição dominante com a prudente gestão dos seus riscos de negócio."

"Os *ratings* individuais do banco comercial do grupo – Banco BPI – reflectem o perfil de risco conservador e uma sólida qualidade dos activos, enquanto os *ratings* de curto e longo prazos, que são os mesmos para ambos os bancos do Grupo, reflectem a nossa confiança na capacidade da Administração para continuar a produzir bons resultados."

#### "Strengths / Opportunities:

- *successful development of diversified domestic franchise under a new brand*
- *completed integration of the four acquired banks*
- *good asset quality*
- *sound funding structure*
- *strong position in Portuguese investment banking*".

#### "Weaknesses / Challenges:

- *lower levels of efficiency, leading to lower profitability*
- *lack of international diversification in light of consolidated and slowing Portuguese market*".

"The ratings on BPI – SGPS, S.A. (BPI) are supported by the group's good positioning in the Portuguese retail and investment banking business segments, talented management, and adequate profitability."

"Offsetting these positives are the risks posed by the extremely rapid expansion of lending in recent years, which increases the group's vulnerability to deteriorating asset quality in a less favourable economic environment, and BPI's aggressive management of capital."

"Under the command of a skilled management team, the group accomplished a successful growth strategy, becoming one of the most flexible and innovative institutions in the Portuguese financial system."

"Further improvements in efficiency, (...), will be key for the future evolution of the group's results, as despite reported progress, operating expenses continue to drain a substantial amount of revenues."

"BPI is Portugal's leading investment bank and its individual rating reflects the combination of its dominant position and prudent management of business risks."

"Our individual rating reflects Banco BPI's conservative risk appetite and sound asset quality, while the short and long-term ratings, which are the same for both BPIG banks, reflect our confidence in management ability to continue to deliver good results."

# Estrutura financeira principal e negócio

O Grupo BPI é um grupo financeiro universal, multiespecializado, que serve mais de um milhão de Clientes através de uma estrutura de distribuição multicanal (mais de 500 balcões tradicionais e *in-store*, serviço de *homebanking* e banca telefónica, entre outros canais / serviços).

A actividade do Grupo divide-se em três principais áreas de negócio:

- Banca Comercial – Banca de Particulares e Banca de Empresas – conduzida pelo Banco BPI, S.A.;
- Banca de Investimento – Acções, Obrigações, *Corporate Finance*, *Private Banking* e Gestão de Activos – conduzida pelo Banco Português de Investimento, S.A.;
- *Private Equity* – actividade conduzida por filiais que actuam em articulação com os bancos do Grupo.

A função de *holding* e de comando estratégico do Grupo BPI é assegurada pelo BPI SGPS, sociedade que se encontra sujeita à supervisão do Banco de Portugal. O BPI SGPS está cotado na Euronext – Lisboa.

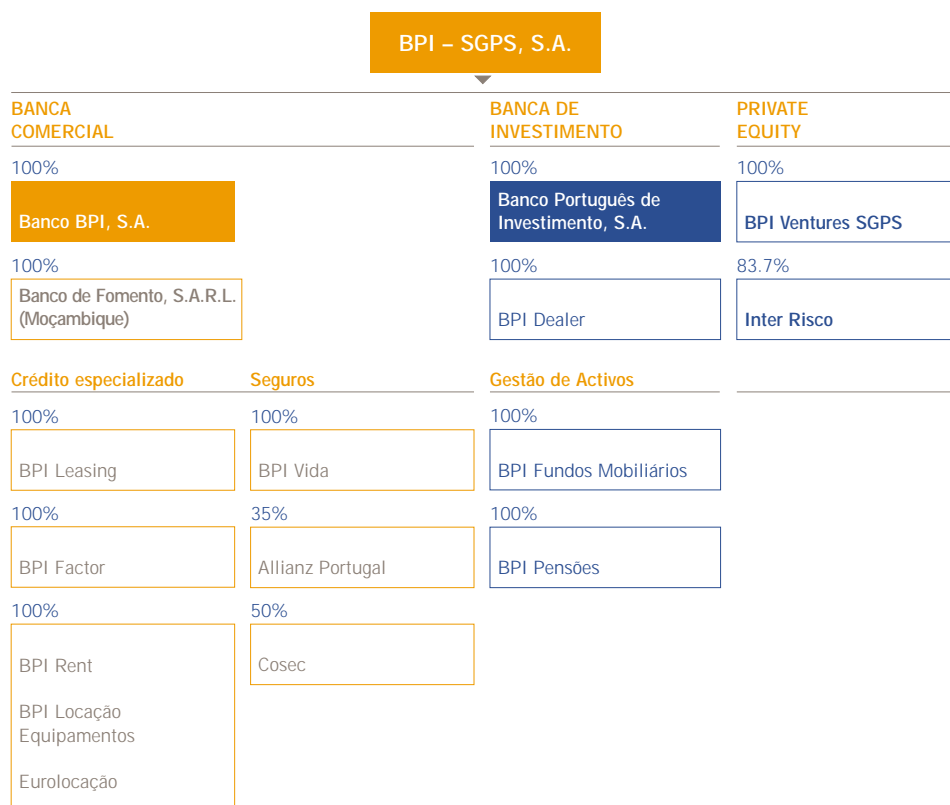


Figura 4 – Estrutura financeira principal e negócio do Grupo BPI; participações efectivas, directas e / ou indirectas.

# Canais de distribuição

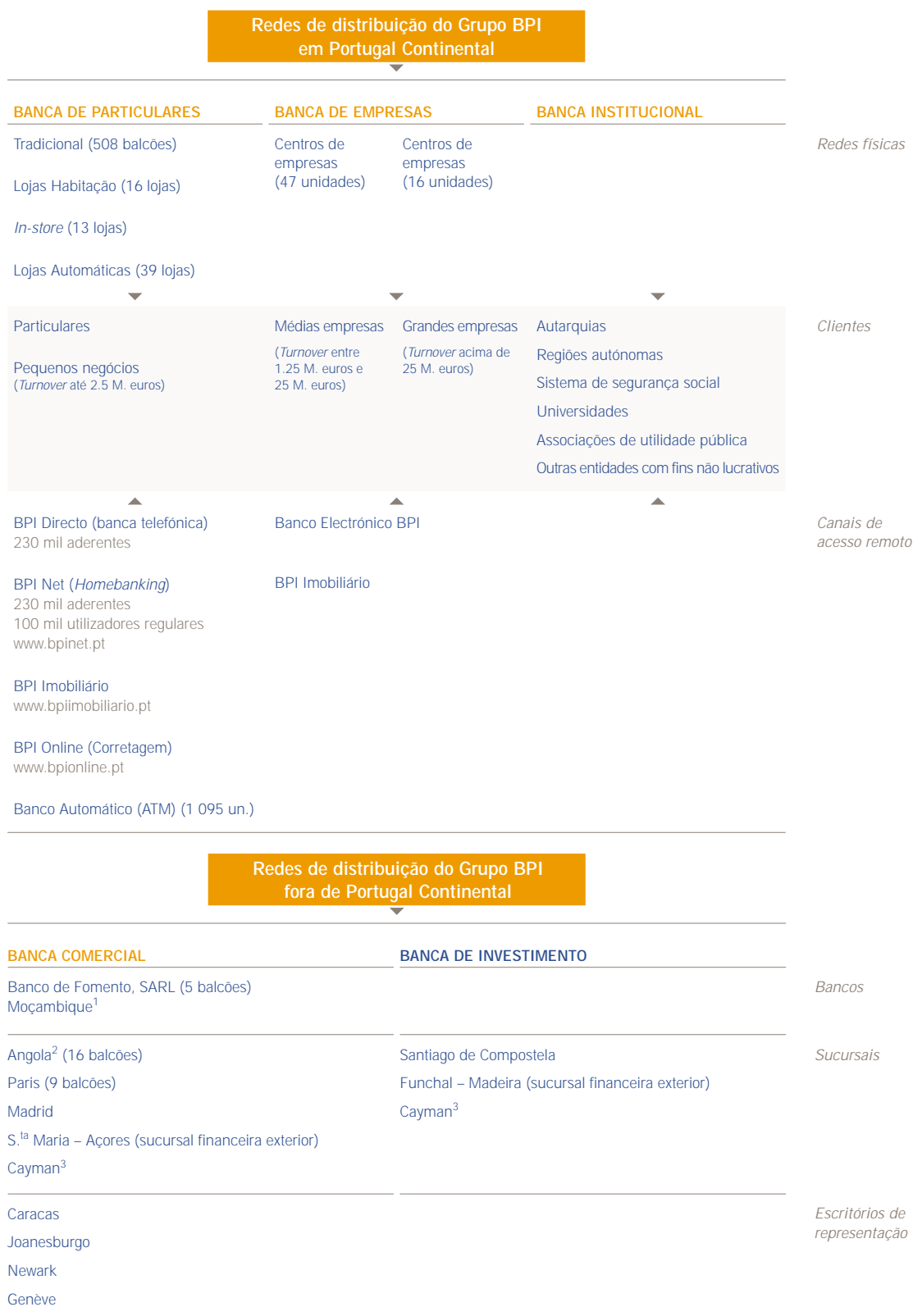


Figura 5 – Redes de distribuição do BPI.

1) Banco de direito local.

2) O Grupo BPI obteve, em 22 de Fevereiro de 2002, autorização para transformar a sua operação em Angola em banco de direito local que adoptará a designação Banco de Fomento.

3) Está em curso o processo de criação de um banco de direito local nas ilhas Cayman que integrará as duas sucursais financeiras exteriores que o Grupo actualmente detém naquelas ilhas.

# Operações e sistemas

*Em ambas as áreas – operações e sistemas –, a actividade de 2001 passou quer pelo lançamento de novos projectos, quer pelo desenvolvimento de outros já em fase mais avançada. O objectivo comum de racionalizar os meios e de reduzir os custos viu-se concretizado em diversos aspectos, esperando-se alcançar, num futuro próximo, as novas metas que os projectos em fase de concretização permitem antever.*

## Operações

Na área de compras e logística foram tomadas as medidas necessárias para integrar todas as actividades do Grupo, à excepção da gestão de obras e do património, numa unidade de estrutura única, a Direcção de Operações e Aprovisionamento.

Está em curso um programa de transferência de actividades para serviço externo (*outsourcing*), cuja concretização começou já em 2000, o qual assenta numa dupla vantagem:

- cria condições para a progressiva redução de custos de operação, para a flexibilidade e previsão da prestação de serviços e, portanto, para a melhoria da qualidade dos serviços que passam a poder ser medidos e contratualizados;
- evita que o Banco se disperse por actividades que não integram o seu *core business*, o que cria a oportunidade de renovar e actualizar uma área funcional até agora entregue a recursos humanos de elevada média etária.

As actividades que em 2000 tinham já passado para o regime de *outsourcing* (tesouraria, comunicações – correio interno, fotocópias de grande volume, impressão, acabamento e arquivo, e parte da microfilmagem) somaram-se, em 2001, as seguintes: a restante microfilmagem, o armazenamento de mobiliário *standard*, cantina, tratamento e distribuição das campanhas de publicidade / *merchandising*. Foi também dado início ao processo de transferência dos serviços de limpeza.

Num futuro próximo, o regime de *outsourcing* será estendido a outras áreas. O processo de transferência dos serviços de limpeza deverá em breve estar concluído e, para o terceiro trimestre de 2002, prevê-se que, no âmbito de uma iniciativa da SIBS (Sociedade Interbancária de Serviços), apoiada activamente pelo BPI, a área da compensação seja igualmente transferida para o serviço externo. O mesmo objectivo se pretende atingir com a gestão da frota de viaturas. Em consequência destas acções, antecipa-se a redução de 274 Colaboradores.

O projecto de redefinição e racionalização das compras do Grupo beneficiou de alguns desenvolvimentos. Foi definida a "oferta *standard*" e foi adoptado um único fornecedor de material de escritório e impressos, artigos de copa e de higiene, bem como do respectivo armazenamento e distribuição. Para tornar operacional o modelo de aprovisionamento recorreu-se à intranet do Banco e está em curso o desenvolvimento de funcionalidades internas de apoio à gestão e ao controlo orçamental.

A preocupação com a racionalização de meios e processos teve como resultado uma diminuição significativa dos custos de operação, decorrente da negociação com os principais parceiros e fornecedores. Os meios afectos a esta área de actividade registaram, por outro lado, uma redução significativa: até ao final de 2001, o número de Colaboradores foi reduzido em 159 elementos e foi dispensada uma área de 5000 m<sup>2</sup>.

### Sistemas

A prioridade na área de sistemas, em 2001, foi a adaptação dos sistemas e aplicações do Grupo à introdução definitiva do euro. Um conjunto vasto de actividades que envolveu a generalidade das aplicações e mobilizou uma parte importante dos recursos garantiu uma transição sem consequências negativas para o desenvolvimento do negócio nem para a qualidade do serviço.

Foram paralelamente empenhados esforços no desenvolvimento e modernização tecnológica da infra-estrutura dos sistemas de informação do Grupo. Avançou-se, igualmente, na definição, melhoria e formalização dos processos, com vista à segregação de funções e à integração vertical de funções homogéneas. Implementou-se um novo desenho do Sistema Central e redefiniram-se as regras de exploração dos meios com vista a uma mais justa utilização (e monitorização) dos recursos do que se estima uma significativa redução dos custos, e a um alargamento do horizonte em que será necessário investir no aumento da capacidade. Ao mesmo tempo, foram melhorados os níveis de segurança e de controlo do sistema.

A rede de telecomunicações foi reavaliada exaustivamente e foi incluída no processo de negociação iniciado com os operadores, o que conduziu à decisão de aumentar, em cerca de 25%, os troços de ligação a balcões e de reconfigurar a rede de interligação dos edifícios centrais, totalmente baseada em Protocolo Internet (IP). A renegociação dos preços, juntamente com o aperfeiçoamento dos dispositivos de monitorização e a redefinição do modelo de utilização da rede deverá conduzir a uma redução de custos não inferior a 30%.

Os projectos relacionados com a infra-estrutura applicacional cujo lançamento ou desenvolvimento merece destaque são os seguintes:

- plataforma multicanal: a implantação, em cooperação com a Microsoft Consulting Services, de uma nova plataforma de *middleware* que substituirá, de forma faseada (Janeiro de 2001 a Junho de 2002), a actual infra-estrutura, dotando o Banco de uma solução inovadora, robusta e assente em componentes de última geração;
- SIP (Sistema de Informação de Pessoas): o desenvolvimento de uma nova aplicação de gestão de informação sobre Clientes que permitirá melhorar a arquitectura applicativa e satisfazer as necessidades de gestão e de *marketing*;
- *datawarehouse*: considerando a necessidade de simplificar e normalizar os processos e de prever o crescimento futuro, foi avaliada a oportunidade de proceder a ajustamentos na estrutura e arquitectura do modelo actual de *datawarehouse* que, desde há anos, constitui o repositório de dados, diariamente actualizados e disponibilizados *on-line*, via intranet e outros canais, para suporte da gestão de Clientes e de *marketing*;
- contabilidade: o projecto visa a autonomia dos processos contabilísticos relativamente às aplicações operacionais, sendo no entanto mantida a partilha de interfaces de informação.

Relativamente às aplicações, foi dada prioridade à melhoria das aplicações que servem de apoio à gestão e ao desenvolvimento do negócio. Não foi, no entanto, esquecido o programa de racionalização da arquitectura e das aplicações operacionais tradicionais, bem como a extensão das soluções de apoio à venda, *marketing* e gestão de processos, assentes nas plataformas de Internet do Grupo. Salientam-se, a este nível, os seguintes projectos:

- Gestor de Processos de Crédito (GPC): depois de concluído o módulo de crédito à habitação, estão em fase de conclusão mais três módulos – crédito automóvel, crédito ao consumo e cartões – do sistema integrado que gere todo o processo de crédito (do contacto com o Cliente à conclusão da operação);
- Gestor de Oportunidades: procedeu-se à melhoria e alargamento das funcionalidades cuja necessidade a experiência na gestão da actividade comercial do Banco veio revelar (gestão de contactos, controlo da actividade comercial e apoio ao relacionamento com Clientes);
- Safira: nova aplicação de apoio à gestão e à venda de produtos de poupança de longo prazo como, por exemplo, os fundos de investimento;



- pagamentos: foi posta em produção a primeira fase da nova plataforma de pagamentos, o que resultou num aumento substancial de grau de automação do processamento e na redução dos recursos afectos à actividade;
- canais remotos: foi lançado o projecto de desenvolvimento de uma nova solução para empresas e foram, simultaneamente, melhorados e ampliados os serviços disponíveis através do BPI Net e da Banca Electrónica para empresas.

# A marca BPI



A marca BPI consolidou em 2001 o terceiro lugar no ranking do sistema financeiro português conquistado no exercício anterior, reforçando as suas posições quer nos planos quantitativo (notoriedade) e qualitativo (atributos), quer ao nível dos principais produtos da banca de retalho. Esta conclusão é sustentada pelos inquéritos próprios do Banco e pelo Estudo Base sobre o Sistema Financeiro (Basef), publicado pela Marktest – empresa privada especializada em estudos e análises de mercado – em três "vagas" anuais, no que constitui hoje a principal fonte independente de informação regular neste domínio.

## Notoriedade e atributos

No que respeita à notoriedade espontânea (primeira referência), o BPI regista uma descida absoluta de 10.8 para 9.1, em termos médios, entre 2000 e 2001, mantendo, no entanto, a terceira posição entre todas as marcas bancárias, com um crescimento sustentado ao longo do ano e com a confirmação de uma evolução muito positiva no segmento de jovens e nos estratos com rendimentos mais elevados e com mais instrução.

A consolidação da marca é também muito evidente no que respeita ao comportamento das suas principais dimensões qualitativas, medidas, uma vez mais, através do Basef, que apresenta a vantagem de permitir comparações evolutivas, dado o carácter regular dos inquéritos e a estabilidade da metodologia adoptada. O BPI melhora a sua posição como "melhor banco" e como "banco eleito", ocupando agora o terceiro lugar no *ranking* citado. O BPI é igualmente o



terceiro banco nos atributos "inovação" e "confiança", muito próximo da segunda posição e com uma evolução ascendente. Verifica-se igualmente uma clara tendência de subida no que respeita ao "atendimento", "clareza de informação" e "eficiência", onde o BPI é quarto, a uma distância muito reduzida do terceiro. No âmbito da qualidade de serviço, merece relevo o facto de o Banco obter claramente o melhor índice de "satisfação dos Clientes" entre os maiores bancos do sistema e o segundo lugar absoluto neste capítulo de avaliação. Em contrapartida, desce, pelo segundo ano consecutivo, na classificação de "pior banco" e "banco preterido", onde ocupa o oitavo lugar, muito atrás de todas as marcas de maior dimensão.

### Penetração e produtos

A posição global do BPI como terceiro banco de retalho em Portugal é confirmada pelas quotas de mercado obtidas com os produtos mais relevantes e pela taxa de penetração bancária (número de Clientes em relação à população utilizadora de bancos), na qual o Banco regista a subida de uma posição no *ranking*, atingindo agora um valor de 15%. O BPI sobe também na penetração como primeiro banco (8% contra 7.2%, em 2000), onde é o quarto, praticamente em igualdade com o terceiro. A melhoria destes indicadores é coerente com a captação de 155 mil novos Clientes registada pelo Banco em 2001, 20% acima do ano anterior e um dos melhores resultados do sistema neste domínio.

No âmbito da notoriedade dos produtos e serviços, merecem referência, no que respeita à presença no mercado, a segunda posição atingida no crédito à habitação e no financiamento automóvel, bem como o terceiro lugar em depósitos, pagamento de serviços domésticos e Plano Poupança Reforma (PPR). O Banco é citado em terceiro lugar na concessão de crédito a particulares, tendo progredido consideravelmente no que respeita a cartões de crédito e débito, pois é agora o quarto banco, muito próximo do terceiro, e no que respeita a contas especiais, como a conta ordenado, as contas jovem e as contas poupança habitação. Ao nível dos novos canais, destaca-se o terceiro lugar entre as instituições com maior procura potencial no âmbito da Internet (16.5, contra 17.7 e 27.7 das instituições classificadas em segundo e primeiro lugar, respectivamente).





#### Investimento e objectivos

Os resultados da política de gestão da marca BPI, em 2001, foram obtidos num contexto de forte redução do esforço de investimento publicitário, depois dos elevados níveis de intensidade verificados nos dois anos anteriores, determinados pela necessidade de rápida imposição de uma marca lançada *ex-novo*, para servir uma das maiores redes de balcões do País. Ao contrário do que se verificou com as principais instituições concorrentes, que aumentaram muito substancialmente o seu esforço promocional, o investimento publicitário do BPI no último exercício desceu para cerca de metade do ano anterior, concentrando-se essencialmente em TV e *outdoor*, com a realização de apenas três grandes campanhas multimédia. Apesar disso, o Banco liderou a recordação publicitária espontânea no conjunto do ano, medida através dos inquéritos Publivaga, realizados pela Marktest, apresentando o mais elevado índice de eficiência do investimento publicitário do sistema, traduzido na relação entre o valor do espaço comprado a preços de mercado e o nível de recordação alcançado. A optimização deste indicador manter-se-á nos próximos anos como uma das referências da política de gestão da marca BPI, cujos grandes objectivos serão a defesa da posição alcançada no âmbito da notoriedade global e o aprofundamento dos atributos associados ao relacionamento com os Clientes, o que implica uma focagem prioritária na qualidade dos produtos, do serviço e do atendimento.



# Recursos humanos

## RACIONALIZAÇÃO, REJUVENESCIMENTO E QUALIFICAÇÃO

A política de recursos humanos do Grupo BPI manteve-se centrada no plano estratégico, tendo prosseguido com o objectivo de promover uma maior eficiência na alocação dos recursos à actividade desenvolvida. A implementação de medidas de racionalização, rejuvenescimento e qualificação contribuiu, de forma relevante, para a gradual melhoria qualitativa dos meios humanos.

No final do ano 2001, o Grupo BPI contava com 7 988 Colaboradores, dos quais 6 607 no Banco BPI, 452 no Banco Português de Investimento, 425 em empresas subsidiárias em Portugal e 504 afectos à actividade no estrangeiro.

### Principais indicadores

N.º de Colaboradores do Grupo	7 988
Rede comercial (Banco BPI)	3 848
Serviços centrais (Banco BPI)	2 851

### Colaboradores do Grupo BPI

	N.º médio no ano			N.º no final do ano		
	2000	2001	Δ%	2000	2001	Δ%
Actividade em Portugal	7 626	7 541	(1.1%)	7 588	7 329	(3.4%)
Banco BPI	6 941	6 844	(1.4%)	6 886	6 607	(4.1%)
Outros	685	697	1.8%	702	722	2.8%
Actividade no estrangeiro <sup>1</sup>	417	464	11.3%	438	504	15.1%
Colaboradores das empresas que consolidam por integração global	8 043	8 005	(0.5%)	8 026	7 833	(2.4%)
Colaboradores das empresas consolidadas por equity method <sup>2</sup>	163	156	(4.3%)	159	155	(2.5%)
<b>Total de Colaboradores do Grupo<sup>3</sup></b>	<b>8 206</b>	<b>8 161</b>	<b>(0.5%)</b>	<b>8 185</b>	<b>7 988</b>	<b>(2.4%)</b>
Trabalho temporário	261	134	(48.7%)	166	110	(33.7%)
	<b>8 467</b>	<b>8 295</b>	<b>(2.0%)</b>	<b>8 351</b>	<b>8 098</b>	<b>(3.0%)</b>

1) Banco de Fomento de Moçambique, sucursais de Angola, França e Espanha e escritórios de representação.

2) Colaboradores na BPI Rent, BPI Pensões e BPI Vida, as quais são detidas a 100% pelo Grupo BPI.

3) Inclui 605 contratos a termo e bolseiros em 2001 (694 em 2000).

Quadro 6

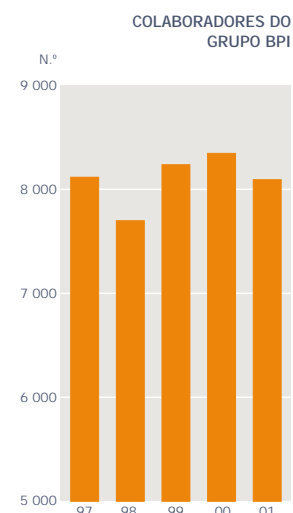


Gráfico 2

### BANCO BPI

A política adoptada em matéria de recursos humanos teve como principal objectivo a obtenção de ganhos de produtividade, num sector com padrões de qualidade cada vez mais exigentes e numa actividade onde a competitividade é crescente. Assim, a par de um forte incentivo à mobilidade interna dos recursos humanos, continuou-se a redimensionar e a rejuvenescer os quadros. Este esforço foi acompanhado pela concretização de alargados planos de formação técnica e comportamental, bem como de esquemas de incentivo e motivação pessoal.

Do total de 6 699 Colaboradores a exercer funções no Banco BPI, no final do ano 2001, 3 848 estavam ligados à actividade comercial e 2 851 aos serviços centrais.

### Colaboradores do Banco BPI – evolução do efectivo por áreas de actuação

	2000	2001
Rede comercial	4 186	3 848
Serviços centrais	2 849	2 851
<b>Total<sup>1</sup></b>	<b>7 035</b>	<b>6 699</b>

Nota: não inclui actividade no estrangeiro.

Quadro 7

1) Inclui 149 trabalhadores temporários em 2000 e 92 em 2001.

### Mobilidade

A mobilidade dos Colaboradores continuou a ser estimulada, designadamente através de concursos internos divulgados por todo o Grupo, tendo ocorrido 194 transferências que permitiram obter uma melhor adequação do perfil técnico e comportamental dos recursos humanos às funções exercidas.

### Rejuvenescimento, qualificação e racionalização

O esforço para atingir o objectivo de aumentar o nível de produtividade e de competitividade motivou a admissão de 470 Colaboradores, dos quais 95 oriundos de um programa de bolseiros que abrangeu 100 pessoas, na sua maioria com habilitações académicas de nível superior.

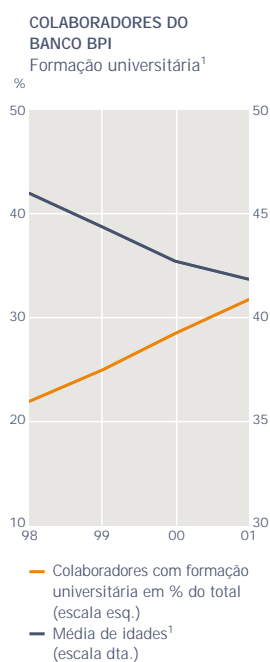
Saíram, por outro lado, por reforma, 354 Colaboradores cuja média de idades era de 55.2 anos. A antiguidade bancária destes Colaboradores era de 33 anos e a sua formação não ultrapassava, maioritariamente, a do ensino básico ou secundário. Esta evolução permitiu elevar para 31.8% a percentagem de Colaboradores com formação universitária (28.4% em 2000).

### Colaboradores do Banco BPI – evolução do efectivo dos balcões da rede de particulares

	2000	2001
Colaboradores	3 277	3 057
Formação universitária	20.0%	21.6%
Média de idades	41.2	41.1
Homens	61.6%	58.4%
Mulheres	38.4%	41.6%
Balcões <sup>1</sup>	527	508
Colaboradores / Balcão	6.2	6.0

1) Rede tradicional. Não inclui balcões *in-store*, Lojas Habitação e Lojas Automáticas.

Quadro 8



1) Série ajustada pelo n.º de anos decorridos entre cada ano e 2001.

Gráfico 3

## Formação

No Grupo BPI a formação assume um papel preponderante, como forma de promover os elevados padrões de qualidade de serviço e eficiência que se pretendem imprimir à actividade.

Ao longo do ano 2001, cerca de 60% dos Colaboradores (4 111 pessoas) participaram em acções de formação internas e externas, o que correspondeu a cerca de 82 000 horas de formação.

No âmbito da preparação da introdução efectiva do euro no mercado, foram desenvolvidas inúmeras acções de divulgação interna, como a organização de diversas sessões de informação e o desenvolvimento de um alargado programa de formação que envolveu mais de 2 000 Colaboradores dos balcões da rede de particulares.

Para além da formação técnica, necessária para dar resposta à introdução de novos produtos e exploração de novos canais, deu-se particular ênfase à formação na área comportamental.

Ainda no âmbito da formação técnica e comportamental, continuou a promover-se a participação de Quadros Directivos e de Colaboradores com elevado potencial em programas de gestão para executivos e em cursos de pós-graduação.

Na sequência da criação do Conselho de Formação para a Banca de Empresas, desenvolveu-se, ao longo de 2001, uma intensa actividade de formação, tanto técnica como comportamental, na qual foi envolvida a generalidade dos Colaboradores. Importa salientar os cursos de formação comportamental, frequentados pela estrutura directiva da Banca de Empresas, sobre gestão de equipas e reforço da capacidade negocial.

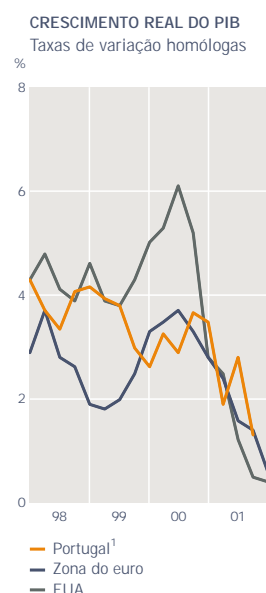




# Enquadramento da actividade

Enquadramento macroeconómico	40
Mercado cambial	42
Mercado monetário	43
Mercado de obrigações	43
Mercado de acções	44

# Enquadramento da actividade



1) Última informação disponível relativa a Setembro de 2001.

Gráfico 4

## Enquadramento macroeconómico

A desaceleração iniciada nos Estados Unidos da América (EUA), no último trimestre do ano anterior, acentuou-se rapidamente em 2001 e estendeu-se praticamente a toda a economia mundial. Em particular na Europa, o enfraquecimento conjuntural foi superior ao esperado, reflectindo o agravamento da crise americana e também a vulnerabilidade das economias europeias a uma evolução desfavorável da procura externa. Esta evolução negativa resulta, em parte, da dificuldade em completar reformas estruturais que permitam tirar todo o partido do grande mercado interno europeu. O Japão continuou, por seu turno, mergulhado na depressão que perdura desde o início da década de 90 e que voltou a agravar-se em 2001. Assim, pela primeira vez nas últimas décadas, a conjuntura mundial caracterizou-se pela recessão económica ou, pelo menos, por um forte abrandamento, dos principais países desenvolvidos, o que não poderia deixar de reflectir-se nas economias emergentes.

## Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) – previsões internacionais

	FMI World Economic Outlook Outubro 2001		OCDE Economic Outlook Dezembro 2001		Comissão Europeia Previsões do Outono Novembro 2001	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Economia mundial	2.4%	2.4%			2.1%	2.2%
EUA	1.0%	0.7%	1.1%	0.7%	0.9%	0.5%
América Latina	1.0%	1.7%			0.7%	1.7%
Brasil	1.8%	2.0%	1.7%	2.0%		
Japão	(0.4%)	(1.0%)	(0.7%)	(1.0%)	(0.6%)	(0.9%)
Novos países industrializados da Ásia <sup>1</sup>	0.4%	2.0%			1.5% <sup>3</sup>	2.1% <sup>3</sup>
ASEAN 4 <sup>2</sup>	2.3%	2.9%				
China	7.3%	6.8%	7.4%	7.2%	7.4%	7.0%
África	3.5%	3.5%			2.7%	2.7%
Rússia	5.8%	3.6%	6.0%	5.0%	5.0%	3.8%
União Europeia	1.7%	1.3%	1.7%	1.5%	1.7%	1.4%
Zona do euro	1.5%	1.2%	1.6%	1.4%	1.6%	1.3%
Portugal	1.6%	0.8%	1.9%	1.8%	1.7%	1.5%
Por memória						
Preço do crude (USD / barril)	24.20	18.50	24.6	21.5	24.9	22.3

1) Hong Kong, Coreia, Singapura e Taiwan.

2) ASEAN 4: Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia.

3) ASEAN 4 + Coreia.

Quadro 9

A resposta decidida da política monetária americana e o facto de o consumo privado ter resistido bem ao abrandamento conjuntural (ocasionado em parte pelo forte impacto inicial dos ataques de 11 de Setembro sobre a confiança dos consumidores) sustentam a expectativa

de retorno ao crescimento, a partir do segundo semestre de 2002. Na Europa, também se acentuou o expansionismo da política económica ao longo do ano anterior, quer através da política monetária – embora esta seja menos flexível que a dos EUA – quer graças à utilização da margem de manobra orçamental consentida pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento. Também quanto a este aspecto as perspectivas de retoma, na segunda metade de 2002, tendem a consolidar-se.

#### Previsões detalhadas para Portugal e para a zona do euro

Taxas de crescimento em %

	2001			2002		
	Portugal		Zona do euro	Portugal		Zona do euro
	BdP <sup>1</sup>	CE <sup>2</sup>	CE <sup>2</sup>	BdP <sup>1</sup>	CE <sup>2</sup>	CE <sup>2</sup>
Consumo privado	$\frac{3}{4} : 1 \frac{1}{4}$	1.1	2.0	1 : 2	1.2	1.6
Consumo público	1.9	1.9	1.7	0.7	1.1	1.7
Investimento fixo	-1 : 1	-1.0	0.7	-3 $\frac{1}{4}$ : 3 $\frac{1}{4}$	2.2	1.3
Exportações	4 $\frac{1}{4}$ : 5 $\frac{1}{4}$	6.2	3.8	3 : 4 $\frac{1}{2}$	2.0	2.1
Importações	1 $\frac{1}{4}$ : 3 $\frac{1}{4}$	2.7	2.9	0 : 3	1.9	2.8
<b>PIB</b>	<b>1 <math>\frac{1}{2}</math> : 2</b>	<b>1.7</b>	<b>1.6</b>	<b>1 : 1 <math>\frac{3}{4}</math></b>	<b>1.5</b>	<b>1.3</b>
<b>Inflação<sup>3</sup></b>	<b>4.4</b>	<b>4.3</b>	<b>2.8</b>	<b>2.2 : 3.2</b>	<b>2.8</b>	<b>1.8</b>
Balança corrente <sup>4</sup>	-8 $\frac{3}{4}$ : -7 $\frac{3}{4}$	-8.7		-6 $\frac{1}{4}$ : -4 $\frac{1}{4}$	-8.3	

1) Banco de Portugal, *Boletim Económico*, Dezembro 2001.

2) Comissão Europeia, Previsões do Outono, Novembro 2001.

3) Índice harmonizado de preços no consumidor.

4) Em percentagem do PIB. As previsões do Banco de Portugal incluem também a balança de capital, cuja componente mais significativa são as transferências comunitárias, antes integradas na balança de transacções correntes.

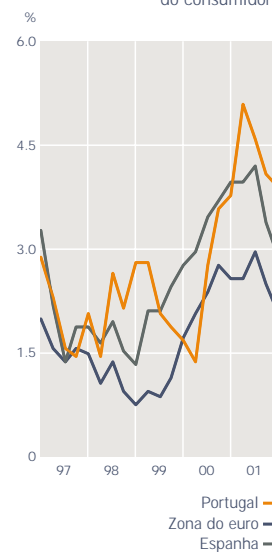
Quadro 10

A economia portuguesa ressentiu-se particularmente com a desaceleração da procura externa, numa fase em que o consumo privado e o investimento residencial tinham entrado em claro abrandamento, após o *boom* que se seguiu à descida das taxas de juro ocasionada pela adesão à moeda única. Acresce que o contínuo aumento da despesa pública nos anos de crescimento rápido criou dificuldades à política orçamental. Esta situação tem vindo a reflectir-se no acréscimo significativo do défice do Orçamento de Estado e tem ainda contribuído para a perda de confiança dos consumidores.

A taxa de inflação manteve-se controlada a nível internacional, embora a Europa tenha sofrido o efeito temporário do aumento dos preços dos produtos alimentares não transformados (na sequência, nomeadamente, da crise da febre aftosa). Tendo-se seguido à subida do preço dos combustíveis do ano anterior, o referido aumento retirou margem de manobra à política

#### TAXA DE INFLAÇÃO

Índice harmonizado de preços do consumidor<sup>1</sup>



1) Taxas trimestrais de variação homóloga.

Gráfico 5

#### CRÉDITO BANCÁRIO

Taxas trimestrais de variação homóloga

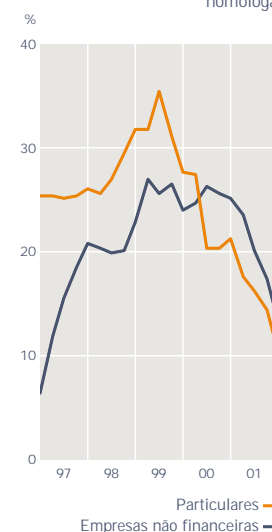


Gráfico 6

monetária, na parte inicial do ano. Ultrapassados estes problemas e tendo em vista os efeitos do enfraquecimento conjuntural (nomeadamente a baixa das cotações do petróleo bruto), alargaram-se as perspectivas de desaceleração sustentada da inflação em 2002.

Em Portugal, será indispensável que as expectativas de aumento de preços e de salários se ajustem a este enquadramento internacional e que não voltem a criar-se pressões inflacionistas internas, seja pela manipulação unilateral dos preços dos combustíveis, seja por aumentos salariais superiores aos suportáveis pelos sectores sujeitos à concorrência internacional.

Quanto ao sistema bancário, o aspecto mais relevante da evolução, em 2001, foi a desaceleração acentuada do crescimento do crédito, tanto a empresas como a particulares, e o abrandamento ainda mais rápido do crescimento dos depósitos. Os bancos recorreram, por isso, mais ao financiamento no mercado, mas, na tentativa de estabilizar o *funding* do sistema, foi mais frequente o recurso à emissão de títulos (sobretudo de dívida subordinada) em detrimento do mercado interbancário.

A deterioração conjuntural deu origem à inflexão dos créditos vencidos, que tinham vindo a reduzir-se até ao final de 2000. Em Dezembro do mesmo ano, estes créditos representavam 2.5% do saldo do crédito, percentagem que se mantinha em Novembro de 2001. Ao mesmo tempo, assistiu-se à crescente concentração dos novos financiamentos nos sectores da construção e do imobiliário, bem como nos serviços prestados a empresas. Trata-se de uma tendência que será necessário atenuar, dado o peso já atingido pelo endividamento dos particulares. É também necessário responder à exigência de redução do défice do sector público, responsável último por uma parte significativa destes financiamentos.

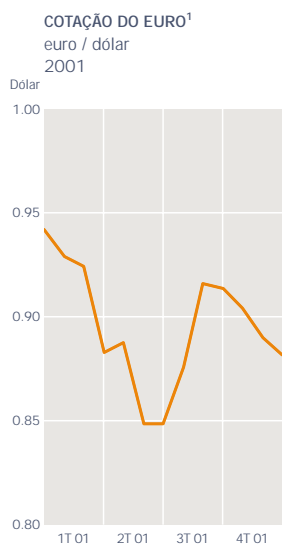


Gráfico 7

### Mercado cambial

No início do ano, acreditava-se que a moeda europeia, beneficiando de melhores perspectivas de evolução económica na UEM, deveria inverter a tendência deslizante do ano anterior. Contudo, a resposta enérgica das autoridades americanas à desaceleração económica reforçou a confiança na capacidade de recuperação dos EUA, numa altura em que na União Económica e Monetária (UEM) emergiam sinais de maior abrandamento económico. Mais uma vez, o euro frustrou as expectativas, tendo atingido (contra o dólar) um mínimo de 0.8384 em Julho depois de se ter transaccionado a 0.9545 em Janeiro (máximo do ano). No segundo semestre do ano, o euro encetou uma recuperação tímida, que culminou com os ataques de 11 de

Setembro. Não obstante, a proclamada resistência da economia americana proporcionou novo fôlego ao dólar, no final do ano.

A deterioração das condições da economia japonesa e a incapacidade das autoridades para galvanizarem a retoma económica determinaram a evolução da moeda nipónica, que apresentou uma tendência de depreciação, sobretudo na segunda metade de 2001. Em Dezembro, o EUR / JPY atingia valores máximos de 115.90 que compararam com o mínimo do ano, 100.62, observado em Junho.

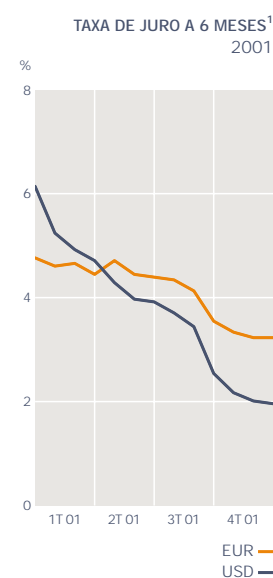
### Mercado monetário

O forte abrandamento da actividade económica nos EUA, juntamente com a quebra de confiança dos agentes económicos e a instabilidade nos mercados bolsistas justificaram a política monetária agressiva adoptada pela Reserva Federal. A Fed anunciou onze descidas da taxa dos *fed funds*, que caiu de 6.5% em Dezembro de 2000 para 1.75%, no final de 2001. A taxa de juro americana nos seis meses foi reduzida em 425 pontos-base ao longo do ano. O comportamento da curva de rendimentos não foi, porém, uniforme. Depois de apresentar uma inclinação negativa durante a maior parte do ano, em Dezembro, a curva registava uma inclinação positiva de mais de 50 pontos-base, facto que se explica com a conclusão do ciclo de quedas das taxas directoras.

Na Europa, as autoridades monetárias enfrentaram uma desaceleração económica menos acentuada e, confrontadas com a persistência de valores da inflação acima do objectivo, prosseguiram uma política monetária mais comedida. Procederam a quatro cortes da taxa de refinanciamento, baixando-a de 4.75% em final de 2000 para 3.25%, em Dezembro passado. As taxas do mercado monetário foram antecipando os movimentos do Banco Central Europeu (BCE), tendo-se a Euribor a seis meses reduzido de 4.79% para 3.16%.

### Mercado de obrigações

A evolução das taxas de juro de longo prazo, em 2001, foi determinada pelas expectativas de crescimento económico. Apesar do notório abrandamento da actividade económica, no início do ano, as *yields* permaneceram elevadas, devido à confiança na recuperação até final do ano. Outro motivo para as *yields* não baixarem foi o receio do aumento da inflação causado por o petróleo se manter a preços elevados. A partir do segundo semestre, o agravamento das condições económicas nos EUA confirmou-se e contagiou, evidentemente, a UEM, fazendo com que as *yields* retrocedessem para níveis novamente inferiores a 5%, em ambos os



1) Valores em fim de mês.

Gráfico 8

espaços económicos. A *yield* alemã nos 10 anos, após atingir 5.20%, em Maio, deslizou para 4.27%, em Novembro, enquanto, nos EUA, a taxa para o mesmo prazo caía de 5.51% para 4.19%. No final do ano, a interrupção dos cortes de taxas pela Fed e a melhoria das perspectivas económicas para 2002 justificaram uma elevação das *yields*, bem como uma acentuada redução da inclinação das curvas de rendimentos.

Em Portugal, o *spread* entre OT a 10 anos e Bunds com o mesmo prazo foi significativamente reduzido, tendo caído de 40 pontos-base, em Janeiro, para cerca de 20, no final do ano. Tal evolução deve-se, em grande parte, à projecção de aumento da oferta de dívida pública no País.

#### Mercado de acções

À semelhança do ocorrido em 2000, o ano de 2001 foi negativo para os mercados accionistas mundiais e para o português, em particular. A nível mundial, o clima negativo, sentido desde meados de 2000, agravou-se em 2001 com a recessão económica nos Estados Unidos e com o forte abrandamento económico, sentido simultaneamente em quase todas as outras economias desenvolvidas.

Assistiu-se, neste período, a uma grande rotação de carteiras, que favoreceu os activos de menor risco em detrimento do investimento em acções. No mercado Accionista verificou-se a fuga para os sectores chamados defensivos, sectores menos sensíveis ao crescimento económico. Este movimento só foi parcialmente invertido nos finais de Setembro, quando, depois da forte queda dos mercados mundiais, que se seguiu aos trágicos acontecimentos de 11 de Setembro, as valorizações atingiram níveis atractivos.

Portugal teve um comportamento ainda mais negativo do que o dos outros mercados mundiais, quer no que diz respeito a cotações, quer no que respeita a volume transaccionado. O índice PSI20, durante 2001, registou uma queda de cerca de 25%, tendo sido, entre os índices nacionais e pan-europeus, um dos que teve pior *performance* no período. O volume de transacções caiu cerca de 45% em 2001, relativamente a 2000. Este comportamento deveu-se:

- a um agravamento do perfil de mercado periférico;
- à diminuição da credibilidade do mercado português, após as mudanças no controlo de algumas empresas recentemente privatizadas, como a Cimpor e a Brisa;

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS  
ÍNDICES BOLSISTAS  
Variação em 2001

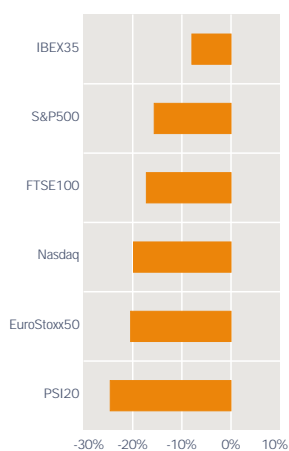


Gráfico 9

- ao maior peso relativo dos sectores de tecnologia, média e telecomunicações;
- à pior *performance* operacional de algumas das principais capitalizações bolsistas;
- à exposição à economia brasileira, cujo aumento do risco, causado pelos acontecimentos vividos na Argentina, afectou indirectamente as valorizações das empresas portuguesas.

#### Quadro síntese da evolução do mercado accionista português

	1998	1999	2000	2001
Mercado secundário				
Índice PSI20	25%	9%	(13%)	(25%)
Volume médio diário BVLP (milhões de euros)	169	147	229	127
<b>Mercado primário (mil milhões de euros)</b>	<b>4.6</b>	<b>2.1</b>	<b>3.5</b>	<b>0.1</b>
Privatizações	3.6	1.5	2.8	0.1
IPO	0.2	0.5	0.7	0
Ofertas secundárias	0.8	0.1	0	0

Quadro 11

A actividade do mercado primário registou também uma forte queda em 2001. Na Europa, o volume do mercado primário observou uma descida de 55% relativamente ao ocorrido em 2000. Em Portugal, a actividade de mercado primário foi praticamente inexistente, contrariamente ao que aconteceu em 2000, ano em que se registaram três ofertas públicas de distribuição (IPO) e as operações de privatização em mercado secundário da EDP e da Portugal Telecom. Contrariamente, verificou-se um aumento de Ofertas Públicas de Aquisição (OPA), o que conduziu à exclusão de algumas empresas da negociação, como foi o caso da Soporcel, Sonae Imobiliária e PTM.com.

No ano de 2001 ocorreu também a fusão da BVLP (Bolsa de Valores de Lisboa e Porto) com a Euronext. Este processo, que começou em 2001, foi ultimado no início de 2002. A adesão ao espaço Euronext constitui um passo essencial da estratégia de posicionamento da BVLP no mercado pan-europeu.

#### EVOLUÇÃO DAS TRANSACÇÕES NAS BOLSAS EUROPEIAS Volumes transaccionados em 2001 vs. 2000

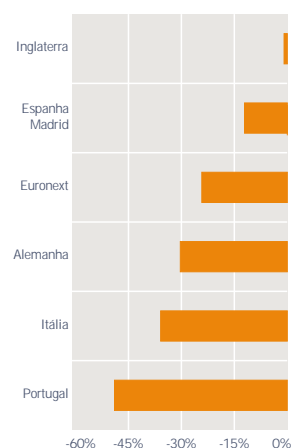


Gráfico 10





# Actividade de Banca Comercial

BANCA DE PARTICULARES	48
Síntese	48
Evolução da actividade	51
Indicadores de Clientes	54
 BANCA DE EMPRESAS	 55
Crédito a empresas	56
Recursos	57
Actividade comercial	57
Leasing	60
Factoring	60
 BANCA INSTITUCIONAL	 61

# Actividade de Banca Comercial

## Indicadores seleccionados

Carteira de crédito (M.€)	7 563
Δ%	+28%
Recursos de Clientes no balanço (M.€)	9 667
Δ%	+12%

O lucro líquido da actividade de Banca Comercial cresceu 78% de 2000 para 2001, apoiado no sólido crescimento da margem financeira e das comissões, a par de um crescimento moderado dos custos de estrutura. O Banco consolidou o reforço da quota de mercado nos negócios mais importantes do retalho e prosseguiu uma expansão selectiva do crédito, preservando a sua solidez financeira.

## BANCA DE PARTICULARES

### SÍNTESE

A actividade desenvolvida pela Banca de Particulares do Banco BPI, ao longo de 2001, reflectiu a consolidação da estratégia multicanal iniciada em 2000, ano em que foram lançados o *call centre* e o serviço de *homebanking*, o BPI Net.

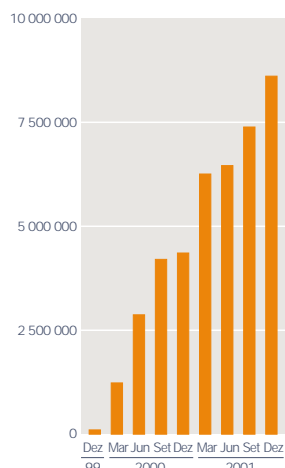
O BPI Net e o BPI Directo registaram um crescimento acelerado, através do aumento sustentado e regular do número de utilizadores, resultante da adesão natural dos Clientes ao telefone e à Internet enquanto meios alternativos de relacionamento com o Banco. No final do ano, o número de aderentes ascendia a um total de 230 mil. A utilização destes canais possibilitou ao Banco aumentar significativamente a eficiência, através da migração de uma grande quantidade de operações de baixo valor acrescentado dos balcões para os canais remotos.

No que diz respeito ao BPI Net, merecem destaque alguns indicadores que comprovam o sucesso e os excelentes níveis de *performance* alcançados em 2001:

- 8.4 milhões de páginas visualizadas por mês;
- 80 mil simulações de crédito por mês;
- 1.2 milhões de consultas e 138 mil transacções por mês<sup>1</sup>;
- canal utilizado pelos Clientes do Banco BPI<sup>1</sup> em 2/3 das operações de bolsa e em 58% das transferências externas e 50% das consultas realizadas.

1) Média mensal do quarto trimestre de 2001.

SITES DO GRUPO BPI  
Páginas visualizadas<sup>1</sup>



1) N.º de páginas visualizadas nos meses indicados.

Gráfico 11

Igualmente, a Banca telefónica apresentou níveis de actividade e eficiência elevado:

- 4.6 milhões de chamadas telefónicas no ano;
- aumento da eficiência e da qualidade: 66% das chamadas atendidas no BPI Directo apresentaram solicitações que são resolvidas pelo serviço em modo de atendimento automático VRU – *Voice Response Unit*; 73% das chamadas recebidas são atendidas nos primeiros 20 segundos;
- 390 mil contactos com Clientes em 2001 e diversificação da base de produtos vendidos pelo canal telefónico (seguros, automóvel e produtos estruturados).

Em paralelo, foi prosseguido um programa de racionalização e redimensionamento da rede comercial. Assim, em 2001, foram abertos dez balcões e encerraram-se 29. No final do ano, o saldo era de 508 balcões, ou seja, menos 3.6% do que em 2000.

A rede *in-store* passou a ser constituída, em 2001, por 13 balcões, já que 39 foram transformados em lojas automáticas e um encerrou.

O número de Colaboradores afectos à rede comercial da Banca de Particulares, no final de 2001, era de 3 057 efectivos<sup>1</sup>. Registou-se, portanto, a saída de 220 elementos que se ficou a dever, na maioria dos casos, a reformas antecipadas. Este decréscimo, apesar de estar intimamente ligado ao redimensionamento da rede comercial, permitiu ainda reduzir o número médio de Colaboradores por balcão de 6.2, em 2000, para 6 no final de 2001.

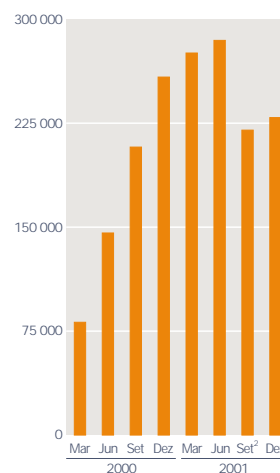
Os índices de produtividade registaram, em 2001, uma melhoria no indicador "valor da carteira por empregado"<sup>2</sup> que subiu de 6.2 milhões de euros, em 2000, para 7.5 milhões de euros, em 2001.

Foram desenvolvidos em 2001 diversos projectos de eficiência operativa, com os objectivos de proporcionar aos Clientes uma maior comodidade, mais rapidez na resposta do Banco, e de obter uma redução de custos e um aumento da actividade comercial, através da redução do número de transacções efectuadas nos balcões e da simplificação, eliminação e centralização dos processos.

1) Não inclui Colaboradores afectos à rede *in-store*.

2) Exclui os 121 novos balcões abertos depois de Janeiro de 1999.

**BPI NET E BPI DIRECTO**  
Aderentes com *password* alterada<sup>1</sup>



1) Contrato e *password* únicos, simultaneamente válidos para o BPI Net e para o BPI Directo.

2) Em Agosto de 2001 procedeu-se ao cancelamento automático de todas as adesões de Clientes aderentes que à data de 15 de Março de 2001, nunca tinham utilizado o BPI Net / Directo ou que, tendo-o feito, não realizavam consultas ou operações nestes canais há mais de 6 meses. Encontravam-se nesta situação cerca de 90 000 Clientes.

Gráfico 12

**COLABORADORES POR BALCÃO**  
Efectivos da rede

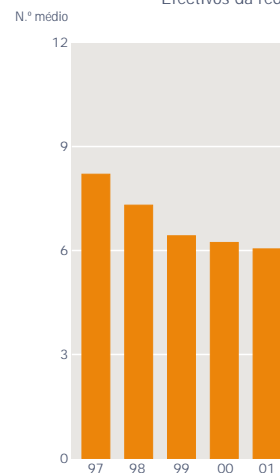


Gráfico 13

Entre todos os projectos destacam-se:

- a instalação, a partir de Fevereiro de 2001, de uma rede de ATM internas e permanentemente acessíveis, que permite aos Clientes efectuarem depósitos em sistema de auto-serviço;
- a adopção de um novo *layout* de balcão<sup>1</sup>, privilegiando a criação de zonas automáticas de acesso que incentivem a utilização dos modernos equipamentos instalados;
- o aumento do parque de *cash-dispenser* dos balcões com o fim de agilizar e aumentar a segurança das operações de pagamentos e recebimentos.

Durante o ano de 2001 levaram-se a cabo algumas acções de assinalável importância para a Banca de Particulares:

- a forte campanha de publicidade institucional que abrangeu mais de 80% da rede de *outdoors* e do espaço da imprensa e TV e contribuiu para a consolidação da Marca BPI;
- os esforços desenvolvidos, no domínio do CRM (*Customer Relationship Management*), que se centraram na obtenção de um maior conhecimento dos Clientes e do seu relacionamento com o Banco, no aperfeiçoamento e consolidação das novas ferramentas tecnológicas e no alargamento da equipa com o objectivo último de aumentar a fidelização dos Clientes;
- a consolidação do uso do *Gestor de Oportunidades*, durante o ano de 2001, como instrumento de gestão nuclear de apoio a toda a actividade comercial, no qual foram introduzidas diversas melhorias e acrescentadas funcionalidades, ao longo do ano;
- a programação de uma acção de formação designada "Formação comportamental à rede comercial" a desenvolver em 2002 com o objectivo de dinamizar as práticas de vendas, destinada a todos os Colaboradores da área comercial;
- o desenvolvimento do projecto da Banca de Protocolos com o qual se pretende aumentar a quota no segmento de particulares através de uma abordagem institucional que, em 2001, se concretizou em cerca de 100 acordos com empresas e outras instituições;
- a evolução positiva da quota de mercado de ATM do BPI que, graças a uma rede de 1 095 ATM, atingiu os 12.9% de quota, em 2001, percentagem superior em 0.7% à registada em 2000.

1) Em 2001 foram inaugurados quatro balcões experimentais, prevendo-se, no final de 2002, atingir as vinte e cinco unidades.

## EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE

Ao longo de 2001, a Banca de Particulares teve um desempenho muito positivo: os recursos de Clientes aumentaram 8.7%, crescimento maior que o de 7.3%, registado em 2000.

Simultaneamente, a carteira de crédito teve também um comportamento muito favorável, uma vez que aumentou 28.1%.

### Recursos

O total de recursos de Clientes, alocados à Banca de Particulares (excluindo a carteira de títulos), constituía, em Dezembro de 2001, uma carteira de 13 505.7 milhões de euros, tendo beneficiado de uma captação de 1 060.1 milhões de euros, superior em 29.3% à registada no ano de 2000.

Em resultado de uma política comercial dirigida para a captação de depósitos, os recursos com registo no balanço representavam, no final de 2001, cerca de 71.6% do total da carteira de recursos, ao passo que, no ano anterior, este valor era de 69.5%. Esta situação explica-se essencialmente pela evolução muito positiva das aplicações de taxa de juro e dos depósitos à ordem, que atingiram variações absolutas anuais da carteira no valor de 746.6 milhões de euros e de 312.2 milhões de euros, respectivamente.

No que diz respeito às aplicações de taxa de juro, importa ainda referir que a carteira de produtos estruturados indexados a taxa de juro aumentou 105 milhões de euros, a que corresponde uma quota de mercado de 10%<sup>1</sup>, superior em 1.2 p.p. à registada no ano anterior.

Como foi já referido, o ano de 2001 foi marcado pela instabilidade no mercado de capitais, em particular no segmento accionista. Não obstante, a carteira de fundos de investimento mobiliário<sup>2</sup>, colocada junto de Clientes da Banca de Particulares, cresceu 2.9%, em 2001, o que contrasta com o decréscimo de 1.4%, registado no mercado. Esta situação contribuiu, decisivamente, para que o Grupo BPI tivesse permanecido no terceiro lugar do *ranking* de quotas de mercado, com 17.3%, percentagem superior em 0.1 p.p. à registada em 2000. Considerando apenas os fundos de valor acrescentado, verifica-se que o Grupo BPI manteve a liderança do mercado, com uma quota de 36.2%, superior em 2.6 p.p. à obtida em Dezembro de 2000.

1) Quota de montante emitido.

2) Exclui Plano Poupança Reforma (PPR) e Plano Poupança Acções (PPA).

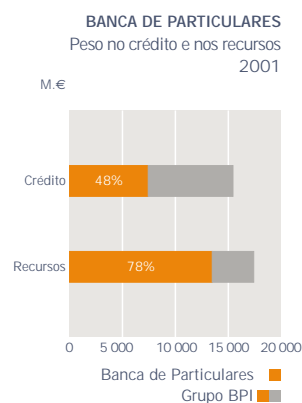


Gráfico 14

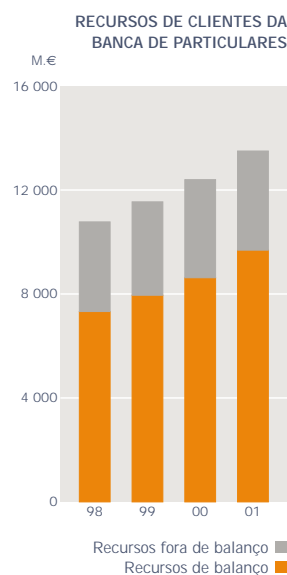


Gráfico 15

No que se refere aos produtos estruturados indexados a mercados accionistas, destaca-se a colocação, ao longo de 2001, de emissões no valor de 187.3 milhões de euros. O Grupo BPI atingiu uma quota de 17.7% e obteve o terceiro lugar no *ranking* de quotas de mercado. Se, no entanto, forem consideradas as emissões colocadas desde 1996, o Grupo lidera o mercado com uma quota de 34%.

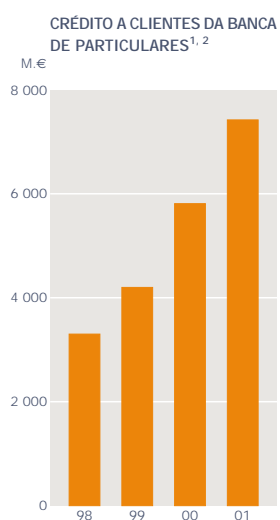
#### Recursos de Clientes sob a responsabilidade da Banca de Particulares<sup>1</sup>

Valores em milhões de euros

	2000	%	2001	%	Δ%
<b>Com registo no balanço</b>					
Depósitos à ordem	2 305.7	18.6%	2 617.9	19.4%	13.5%
Aplicações de taxa de juro	5 449.6	43.9%	6 196.2	45.9%	13.7%
Produtos estruturados	884.0	7.1%	853.3	6.3%	(3.5%)
<b>Subtotal</b>	<b>8 639.3</b>	<b>69.5%</b>	<b>9 667.4</b>	<b>71.6%</b>	<b>11.9%</b>
<b>Com registo fora do balanço</b>					
Fundos de investimento	1 927.5	15.5%	1 983.4	14.7%	2.9%
Planos de poupança reforma e acções	1 060.3	8.5%	1 105.8	8.2%	4.3%
Seguros de capitalização	795.3	6.4%	749.1	5.5%	(5.8%)
<b>Subtotal</b>	<b>3 783.1</b>	<b>30.5%</b>	<b>3 838.3</b>	<b>28.4%</b>	<b>1.5%</b>
<b>Recursos totais de Clientes (s/ títulos)</b>	<b>12 422.4</b>	<b>100.0%</b>	<b>13 505.7</b>	<b>100.0%</b>	<b>8.7%</b>

1) Não inclui carteiras de títulos.

Quadro 12



1) Crédito produtivo.  
2) Inclui Leasing e ALD.

Gráfico 16

#### Crédito

A carteira de crédito concedido a particulares e pequenos negócios (empresários em nome individual e empresas com volume de negócios até 2.5 milhões de euros) atingiu os 7 563 milhões de euros, valor que corresponde a um crescimento de 28.1%, relativamente a 2000, e a uma variação absoluta de 1 659.9 milhões de euros.

Para a obtenção destes resultados foi decisiva a evolução do crédito à habitação, cuja carteira totalizou, em Dezembro de 2001, um volume de 4 939.7 milhões de euros, valor que representa um crescimento anual de 35.3%. A quota de mercado de contratação de crédito hipotecário do Banco subiu 2 p.p., relativamente a 2000, tendo-se situado nos 13.4%. Este volume ficou a dever-se a uma contratação anual de 1 704.5 milhões de euros, ou seja, a um crescimento anual de 20.5%.

Para esta *performance* contribuiu a confirmação do Banco BPI como especialista do crédito à habitação. Este estatuto consolidou-se, em 2001, graças à criação de 20 novas zonas de atendimento especializado, à abertura de três novas Lojas Habitação e à continuação do

esforço para abranger a área da mediação imobiliária, através da celebração de novos protocolos com imobiliárias.

Deve salientar-se que, durante o ano de 2001, o *site* do BPI Imobiliário viu aumentar quer o número de imóveis anunciados e a quantidade de parceiros, quer a frequência de utilização (1.1 milhões de páginas visualizadas no mês de Dezembro) mantendo-se, desta forma, como o *site* imobiliário de referência em Portugal. Em Fevereiro de 2002 o *site* anunciava perto de 119 mil imóveis e contava com 830 parceiros, na sua quase totalidade agentes imobiliários.

O número de cartões colocados junto dos Clientes do Banco, em 2001, salientou-se por ter registado um aumento de 15.8%, decorrente de um aumento de 21.2% na quantidade de cartões de débito e de 7.1% na quantidade de cartões de crédito.

No final do ano, o número de cartões de débito rondava os 650 mil cartões, o que corresponde a uma quota de mercado de 8.1% (dados relativos a Setembro de 2001), superior em 0.7 p.p. à de 2000. Foi assim possível, em 2001, o crescimento da facturação em 21.4%, relativamente ao ano anterior.

Os Clientes do Banco detinham, no final do ano, cerca de 363 mil cartões de crédito, quantidade que em relação a 2000 significa um acréscimo de 24 mil cartões. O aumento de valor facturado ascendeu a 14.4%.

#### Crédito a Clientes na Banca de Particulares

	Valores em milhões de euros				
	2000	%	2001	%	Δ%
Crédito à habitação	3 651.3	61.9%	4 939.7	65.3%	35.3%
Crédito pessoal	646.0	10.9%	696.9	9.2%	7.9%
Cartões de crédito <sup>1</sup>	122.4	2.1%	132.5	1.8%	8.3%
Crédito a pequenos negócios <sup>2</sup>	1 070.3	18.1%	1 291.0	17.1%	20.6%
BPI Automóvel <sup>3</sup>	169.6	2.9%	193.9	2.6%	14.3%
Leasing mobiliário e imobiliário <sup>3</sup>	243.5	4.1%	309.1	4.1%	26.9%
<b>Total<sup>4</sup></b>	<b>5 903.1</b>	<b>100.0%</b>	<b>7 563.0</b>	<b>100.0%</b>	<b>28.1%</b>

1) Inclui o crédito *outstanding* do cartão Universo concedido a não Clientes do banco.

2) Crédito comercial e garantias concedidas.

3) Corresponde ao financiamento automóvel e leasing alocados à Banca de Particulares e não a totalidade do negócio.

4) Não inclui o crédito concedido via *factoring*.

Quadro 13

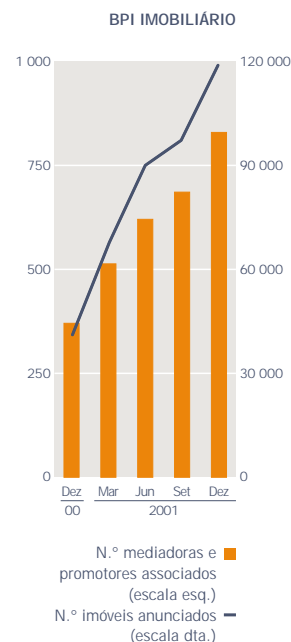


Gráfico 17

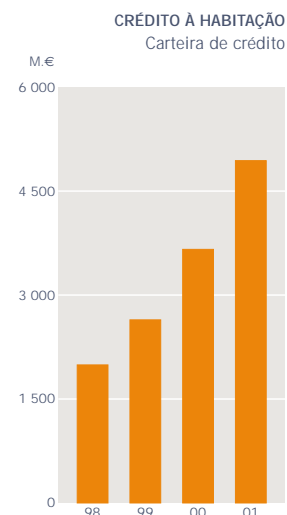
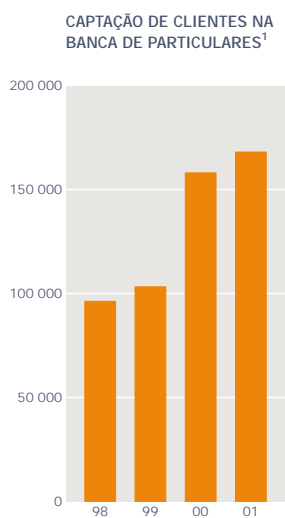


Gráfico 18



1) N.º de contas abertas.

Gráfico 19

## INDICADORES DE CLIENTES

A presença do Banco BPI no mercado evidenciou, em 2001, uma evolução muito favorável: a taxa de penetração no conjunto da população portuguesa que recorre a serviços bancários foi de 15.4%, o que corresponde a um aumento de 1.6 p.p., relativamente aos valores de 2000; a taxa de penetração como banco principal foi melhorada situando-se nos 8.5%, de acordo com o *Estudo Base para o Sistema Financeiro (Basef)* publicado pela Marktest. Assim, em 2001, 55.2% dos Clientes utilizavam o Banco BPI como banco principal, o que valeu ao Banco uma subida no *ranking* de vinculação de Clientes da quinta para a segunda posição.

Em 2001 foram captados aproximadamente 155 mil novos Clientes, ou seja, a captação média mensal foi de 13 mil Clientes. Este valor tornou possível à Banca de Particulares terminar o ano com uma base superior a 1.3 milhões de Clientes.

Importa ainda salientar que dos Clientes captados em 2001, 75.5% têm idade inferior a 45 anos, o que contribuiu significativamente para o rejuvenescimento da base de Clientes do Banco BPI.



## BANCA DE EMPRESAS

A carteira de crédito a Clientes concedido pela Banca de Empresas cresceu 1.5%, relativamente ao ano anterior. O crédito por assinatura aumentou 7% e os recursos captados subiram 8.3%. O crescimento moderado do crédito a empresas, que se saldou em 1.5% e esteve portanto abaixo do crescimento estimado para o mercado (13%<sup>1</sup>), inscreve-se na política de concessão selectiva de crédito, adoptada pelo BPI ao longo de 2001, que subordinou permanentemente o crescimento a critérios de rendibilidade dos capitais próprios utilizados e de risco.

A redução da carteira de crédito a grandes empresas em 1.3% foi o que mais determinou, de forma deliberada, a desaceleração do ritmo de crescimento global da carteira. O crescimento moderado de 8% do crédito a empresas de média dimensão reflecte, sobretudo, o efeito da desaceleração da actividade económica.

O ratio de crédito vencido da Banca de Empresas aumentou de 0.9%, em 2000, para 1.2%, em 2001.

### Principais indicadores da Banca de Empresas

Valores em milhões de euros

	2000	2001	Δ%
Crédito a empresas	5 624.8	5 709.8	1.5%
Crédito a instituições de crédito não bancárias	562.4	405.6	(27.9%)
Obrigações de Clientes	280.6	337.5	20.3%
<b>Subtotal</b>	<b>6 467.8</b>	<b>6 452.9</b>	<b>(0.2%)</b>
Crédito por assinatura	2 618.6	2 802.7	7.0%
Crédito vencido	51.8	71.7	38.4%
<b>Total de aplicações</b>	<b>9 138.2</b>	<b>9 327.3</b>	<b>2.1%</b>
<b>Recursos totais</b>	<b>1 283.8</b>	<b>1 390.8</b>	<b>8.3%</b>

Quadro 14

### Indicadores seleccionados

Carteira de crédito (M.€)	5 710
Δ%	+1.5%
Recursos totais de Clientes (M.€)	1 391
Δ%	+8%

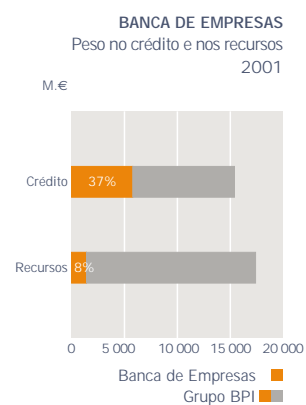


Gráfico 20

1) Fonte: Banco de Portugal, "Indicadores de conjuntura, Janeiro de 2002".

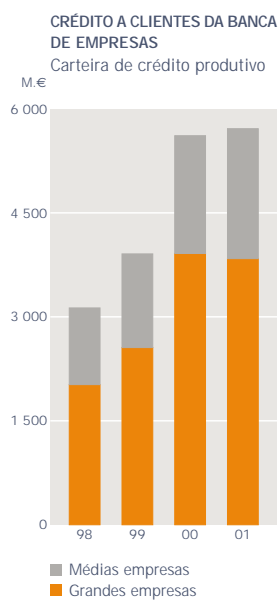


Gráfico 21

## CRÉDITO A EMPRESAS

O crédito a empresas ascendia, no final de 2001, a 5 709.8 milhões de euros, o que representa um crescimento de 1.5%, relativamente a 2000.

### Crédito a empresas

	Valores em milhões de euros		
	2000	2001	Δ%
Grandes empresas	3 892.1	3 841.2	(1.3%)
Médias empresas	1 732.7	1 868.6	7.8%
<b>Total</b>	<b>5 624.8</b>	<b>5 709.8</b>	<b>1.5%</b>
Crédito por assinatura	2 618.6	2 802.7	7.0%

Quadro 15

O conjunto do crédito a Clientes, crédito a instituições de crédito não bancárias e obrigações de Clientes diminuiu 0.2%, enquanto o crédito por assinatura cresceu 7%.

No final de 2001, 67% do crédito a Clientes tinha sido atribuído a grandes empresas e 33% a médias empresas, o que reflecte alguma transferência de crédito para as médias empresas, relativamente a 2000.

As comissões assumem um peso relativo muito significativo, no âmbito da actividade da Banca de Empresas, tendo os proveitos líquidos atingido 36 milhões de euros, ou seja, a taxa de crescimento situa-se nos 29% face ao ano anterior.

### Qualidade dos activos

Em 2001, verificou-se, na Banca de Empresas, um aumento do ratio de crédito vencido de 0.9% para 1.2%, em virtude da conjuntura menos favorável.

### Crédito a empresas vencido

	2000	2001
Crédito vencido	0.9%	1.2%
Grandes empresas	0.1%	0.7%
Empresas de média dimensão	2.7%	2.3%

Quadro 16

O Banco BPI utiliza um sistema interno de *rating*, com cinco classes de risco (AAA, AA, A, B, C), para avaliação de crédito, garantias e títulos, de empresas de média e grande dimensão.

No final de 2001, o risco médio da carteira de crédito analisada era de 44.0<sup>1</sup> – classe A – o que evidencia uma relativa estabilidade do risco médio face aos anos anteriores (44.8 e 43.2 para 1999 e 2000, respectivamente). No final de 2001, 59% da carteira de crédito situava-se na classe A e superiores.

### Política de crédito

O Banco deu continuidade à política rigorosa de avaliação do risco dos Clientes. Foi mantido o princípio orientador do estabelecimento de limites globais de crédito para cada empresa ou grupo de empresas.

### RECURSOS

Em Dezembro de 2001, o total dos recursos captados ultrapassou 1 390 milhões de euros, o que representa uma taxa de crescimento de 8.3% relativamente a Dezembro de 2000.

No final de 2001, 57% dos recursos captados provinha do segmento de grandes empresas e 43%, do segmento de médias empresas. Em Dezembro de 2000, a percentagem era, respectivamente, de 54% e de 46%.

### ACTIVIDADE COMERCIAL

O Grupo BPI promoveu, ao longo do ano, uma forte intervenção das empresas no POE – Programa Operacional de Economia, apostando neste programa como num instrumento de fidelização dos Clientes. Organizou, para este efeito, oito sessões de esclarecimento sobre o funcionamento do programa, em locais diferentes de todo o País. Nestas sessões, que contaram com a expressiva participação de mais de 4 000 empresários, estiveram também envolvidas as autoridades responsáveis pela aplicação do POE.

Importa ainda referir a participação do Banco BPI, pelo quarto ano consecutivo, em parceria com o IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento e o IFT – Instituto do Financiamento e Apoio ao Turismo, na atribuição do estatuto PME Excelência Turismo. Foram distinguidas 67 empresas que, no último ano, evidenciaram elevado desempenho e qualidade de gestão.

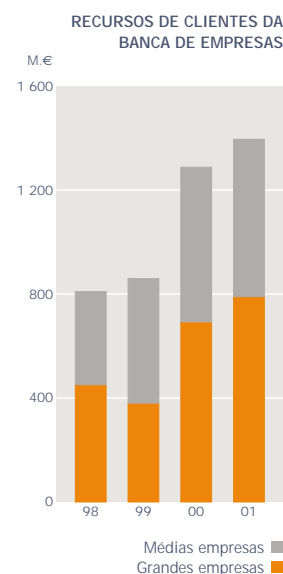


Gráfico 22

1) Escala de 0 a 100, em que 0 representa o melhor indicador possível.

## **Fundo da EFTA**

### **Actividade em 2001**

Ao longo do seu 25.º e último ano, foram aprovadas 46 operações, no valor de cerca de 25 milhões de euros. Os investimentos associados a estas operações ascenderam a 117 milhões de euros e contribuíram para a criação de 432 novos postos de trabalho, bem como para a estabilização dos 14 mil empregos já existentes.

O Fundo da EFTA – European Free Trade Association continuou, pois, a assegurar um importante apoio à generalidade dos sectores da actividade económica em todas as regiões do País.

### **25 anos de existência – sua importância**

#### ***Início e objectivos***

O Fundo da EFTA foi constituído em Fevereiro de 1977 com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento, em condições preferenciais, da indústria portuguesa, através do financiamento de projectos de reconstrução ou de criação de empresas, especialmente das de pequena e média dimensão, nos sectores privado e público.

#### ***Aplicação dos empréstimos e sectores elegíveis***

- os empréstimos ao abrigo do Fundo, cujo valor oscilou normalmente entre os 75 mil euros e os 2.5 milhões de euros, destinavam-se ao financiamento, até cerca de dois terços do valor, de projectos que envolvessem prioritariamente a aquisição de equipamentos, bens ou serviços aos estados contribuintes do Fundo, e capital circulante quando este complementasse aplicações em capital fixo;
- os sectores elegíveis eram a agricultura e a pesca, indústria extractiva e transformadora e serviços produtivos, incluindo o turismo. Pelo contrário, as actividades comerciais e a construção civil eram sectores não elegíveis.

#### ***Impacto na economia portuguesa***

- no conjunto dos seus 25 anos, o Fundo da EFTA desempenhou uma importante função de apoio sustentado ao desenvolvimento da economia portuguesa, independentemente dos diversos ciclos conjunturais. O total de operações aprovadas nestes 25 anos atingiu o valor de 789 milhões de euros;
- o montante total de investimento acumulado correspondente às operações aprovadas atinge cerca de 3 082 milhões de euros, distribuídos pela generalidade dos sectores elegíveis, entre os quais se destaca a indústria transformadora, que beneficiou de 78% do montante global. Estes projectos criaram cerca de 14 414 novos postos de trabalho e permitiram, por outro lado, a estabilização de cerca de 174 mil empregos;
- ao nível regional, o Fundo da EFTA marcou presença na totalidade dos distritos e Regiões Autónomas, sendo de destacar a importante função de apoio à animação económica e às actividades produtivas que, em todo o espaço nacional, desempenhou. Os distritos que absorveram maiores percentagens do valor das operações aprovadas foram o Porto, com 17%, Aveiro e Lisboa, com 16%, Braga, com 8%, Setúbal, Leiria e Santarém, com 6% e Coimbra, com 4%; as Regiões Autónomas absorveram, no seu conjunto, mais de 6% do total.

### **Financiamento à construção**

Foram analisados projectos de crédito à construção no valor global de cerca de 500 milhões de euros, o que representa uma redução de 15% em relação a igual período do ano anterior (28%, se considerarmos o número de operações). Devido à decisão de reduzir a exposição neste segmento, imposta pela conjuntura que, em 2001, se mostrou adversa, o crédito contratado diminuiu, em montante, cerca de 6%, atingindo cerca de 98 milhões de euros. Deste montante, foram desembolsados, até ao final do ano, 33 milhões de euros, encontrando-se aprovadas, e em fase de contratação, operações de financiamento à construção no valor de 18 milhões de euros.

### **Modernização da Banca de Empresas**

Entrará em funcionamento uma nova aplicação para a gestão de limites capaz de transmitir electronicamente as decisões relacionadas com o crédito e, portanto, de eliminar os riscos de natureza operacional e de gerar uma consistente base de dados de produtos de crédito e das respectivas características.

### **Banco Electrónico BPI**

Está em preparação uma solução através da Internet para a actividade da Banca de Empresas, que irá entrar em funcionamento até ao fim do primeiro semestre de 2002.

Durante o ano de 2001, a aplicação informática do Banco Electrónico BPI entrou numa fase de consolidação, registando-se uma maior utilização do sistema por parte dos Clientes aderentes.

As estatísticas relativas à instalação e utilização do Banco Electrónico BPI continuam a mostrar resultados expressivos:

- o número de novas instalações aumentou 38%;
- o número de registos processados no módulo de transferências aumentou 85%;
- o montante total das transferências efectuadas aumentou 139%.

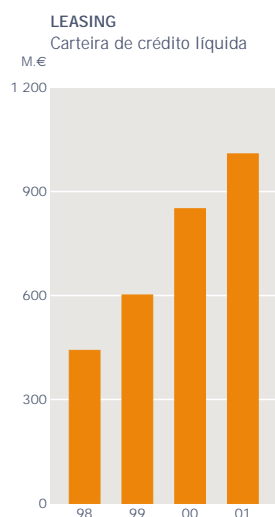


Gráfico 23

## LEASING

A evolução das operações de *Leasing* encerrou, em 2001, um ciclo de crescimentos anuais, comportamento que já se tinha prenunciado em 2000. Globalmente, a produção ficou 0.1% aquém da verificada em 2000, ao crescer 0.4% na área do mobiliário e diminuir 1.6% na do imobiliário.

A BPI Leasing terminou o ano com uma quota de mercado global de 12.9% (13% e 12.5% respectivamente no mobiliário e imobiliário).

### Principais indicadores de Leasing

Valores em milhões de euros

	2000	2001	Δ%
Valor da carteira de crédito líquido a Clientes	853.5	1 008.3	18.1%
Volume de crédito contratado no ano	547.9	489.7	(10.6%)
Crédito vencido	7.5	11.8	57.3%
Crédito vencido em % do crédito bruto	0.9%	1.2%	-
Cobertura do crédito vencido por provisões	212.9%	143.7%	-
N.º de contratos realizados no ano	10 708.0	10 903.0	1.8%

Quadro 17

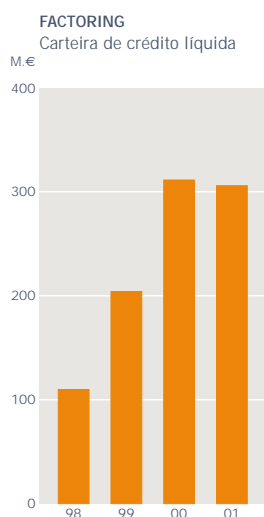


Gráfico 24

## FACTORING

O total dos créditos tomados pela BPI Factor cifrou-se em 1 028 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 22% em relação ao ano transacto. A carteira de balanço atingiu 306 milhões de euros, tendo diminuído 1.6% relativamente aos valores do exercício anterior. A quota de mercado era, no final de 2001, de 16.5%.

### Principais indicadores de Factoring

Valores em milhões de euros

	2000	2001	Δ%
Valor da carteira de crédito líquido a Clientes	310.7	305.5	(1.7%)
Volume de crédito contratado no ano	341.5	269.4	(21.1%)
Cessões – créditos tomados	839.4	1 028.0	22.5%
Crédito vencido	7.9	5.3	(32.9%)
Crédito vencido em % do crédito bruto	2.5%	1.7%	-
Cobertura do crédito vencido por provisões	12.0%	12.8%	-
N.º de contratos realizados no ano	250	269	7.6%

Quadro 18

A área de empresas é responsável por 89% da carteira de crédito e por 86% da produção realizada em 2001.

## BANCA INSTITUCIONAL

O ano de 2001 foi marcado pela consolidação da reorganização da Direcção da Banca Institucional, iniciada no último trimestre de 2000.

No final de 2001 encontravam-se em funcionamento os cinco centros institucionais – Norte, Centro, Sul, Madeira e Açores – que possibilitam uma maior proximidade entre as estruturas comerciais e operativas do Banco BPI e os seus Clientes Institucionais.

Simultaneamente, assistiu-se a uma reorientação estratégica na abordagem deste segmento de mercado, passando a ser privilegiado o aumento da qualidade do serviço e a integração da oferta de produtos do Grupo BPI e dos serviços por ele prestados.

Neste contexto, o crédito municipal a médio e longo prazo deixou de ser o produto central desta área do Banco BPI, passando a produto complementar. Foi simultaneamente promovido um relacionamento comercial mais profundo e abrangente, o que permitiu uma ligação mais sólida entre o Grupo BPI e os seus Clientes Institucionais.

A criação dos Centros Institucionais contribuiu em grande parte para o reforço da actividade comercial, de que resultou um aumento muito significativo do número de Clientes e outros resultados já visíveis em 2001.

O crédito desembolsado e as garantias continuaram a ter uma evolução muito positiva.

No que diz respeito à captação de recursos (aplicações de Clientes), mantiveram-se níveis muito interessantes, não obstante a crescente competitividade do mercado, especificamente no final do ano.

O *Leasing* e o *Factoring* registaram também uma evolução muito satisfatória, salientando-se o segundo.

### Indicadores seleccionados

	M.€
Carteira de crédito	360
Recursos de Clientes	235

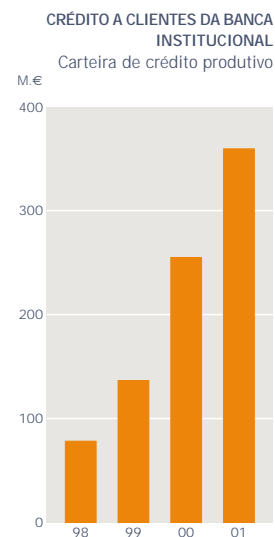


Gráfico 25

### Principais indicadores da Banca Institucional

Valores em milhões de euros

	2000	2001	Δ%
N.º de Clientes	487	623	28%
N.º de contas bancárias actuais	887	1 253	41%
Carteira de crédito	256	360	40%
Garantias	35	58	65%
Recursos <sup>1</sup>	154	235	53%
Factoring (s/ recurso)	18	54	200%

1) Excluindo a Direcção Geral do Tesouro.

Quadro 19

A estratégia do Grupo BPI de criar uma unidade de Banca de Investimento dedicada ao mercado de Clientes Institucionais produziu já resultados muito positivos no aprofundamento e fidelização dos mesmos. Esta relação tem, também, permitido a identificação de novas oportunidades de negócio, nas áreas das parcerias públicas e privadas, da transformação de serviços públicos em empresas e do *Project Finance*.

Das intervenções feitas em 2001 destacam-se as seguintes:

- Câmara Municipal de Lisboa: participação do BPI como membro fundador da Agência de Promoção da Baixa-Chiado;
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia: montagem do financiamento do novo Centro de Estágios do Futebol Clube do Porto, baseado no contrato do programa estabelecido com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Câmara Municipal de Mafra: assessoria na estruturação e lançamento de uma parceria público-privada relacionada com um projecto rodoviário municipal;
- Câmara Municipal de Ourém: Consultoria financeira para a estruturação e montagem financeira do novo edifício dos Paços do Conselho;
- LIPOR: assessoria na criação de uma empresa intermunicipal pública;
- AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave: estudo económico de suporte à constituição de duas empresas intermunicipais, no sector do abastecimento de água e da drenagem e tratamento de efluentes domésticos e industriais e de resíduos sólidos urbanos.



# Actividade de Banca de Investimento

CORPORATE FINANCE	64
PROJECT FINANCE	66
ACÇÕES	69
Mercado primário de acções	69
Mercado secundário de acções	69
Research	69
Trading	70
OBRIGAÇÕES E MERCADO MONETÁRIO E CAMBIAL	71
Mercado primário de obrigações e de produtos estruturados	71
Actividade de trading: obrigações, mercado monetário e cambial, swaps e outros instrumentos	71
PRIVATE BANKING	72
GESTÃO DE ACTIVOS	73
Fundos de investimento	73
Clientes Institucionais	75
Seguros de vida de capitalização	75
Fundos de pensões	76
PRIVATE EQUITY	78
Mercado	78
Estratégia de investimento	79
Investimentos	79
OUTRAS PARTICIPAÇÕES DO GRUPO BPI	80

# Actividade de Banca de Investimento

## Indicadores seleccionados

Contributo para o lucro líquido (M.€)	9.4
ROE	38.1%

*O contributo da actividade de Banca de Investimento baixou de 28 milhões de euros em 2000 (18% dos resultados do Grupo), para 9 milhões, em 2001 (7% dos resultados), reflectindo a evolução negativa do mercado de acções. A Banca de Investimento continuou no entanto a apresentar um elevado nível de rentabilidade dos capitais próprios – 38% em 2001 vs. 96% em 2000 – consequência do reduzido consumo de capital da actividade.*

## CORPORATE FINANCE

O abrandamento económico e os riscos acrescidos com que as empresas se defrontaram, bem como a retracção dos mercados bolsistas, induziram a uma significativa contracção dos projectos de investimento empresariais, circunstância que se reflectiu numa redução, não menos expressiva, do mercado genericamente designado *Corporate Finance*.

Apesar das condicionantes mencionadas e de uma significativa quebra do peso relativo dos sectores de telecomunicações, média e tecnologias de informação no conjunto das intervenções, o desempenho alcançado em 2001 foi muito positivo, salientando-se a crescente fidelização de um conjunto diversificado de Clientes, o que permitiu o crescimento de 7% das comissões relativas a consultoria em fusões, aquisições, reestruturações e avaliações de empresas.

Merecem destaque na actividade de *Corporate Finance*, ao longo de 2001, as seguintes intervenções:

#### Fusões, aquisições, reestruturações e consultoria

**Portucel:** assessoria no processo de reorganização do sector de pasta e do papel.

**Unicer:** assessoria na análise de diversas oportunidades de investimento, destacando-se a aquisição, ao Grupo Jerónimo Martins, da Vidago, Melgaço & Pedras Salgadas, empresa que produz e comercializa, entre outras, as prestigiadas marcas Pedras Salgadas, Vidago Salus e Caramulo.

**Grupo Vista Alegre Atlantis:** aconselhamento, montagem e execução da operação de fusão, bem como de diversas operações de reestruturação do Grupo.

**Parque Expo:** assessoria no processo de reestruturação do *portfolio* de participações.

**Grupo Pestana:** assessoria na definição de um projecto de reestruturação empresarial das suas participações.

**Porto Editora:** assessoria na aquisição da Areal Editores.

**Soares da Costa:** apoio na reestruturação societária do Grupo.

**Jaime Ribeiro & Filhos, S. A.:** apoio na montagem de operação de *management buyout* (MBO).

**Metalúrgica Progresso de Vale de Cambra, Lda.:** apoio na montagem de operação de MBO.

**Ricon:** assessoria numa operação de *Private Equity*.

#### Operações no mercado de capitais

**Portucel:** organização, lançamento e execução da OPA sobre cerca de 12.8 milhões de acções da **Soporcel**; organização, registo, lançamento e execução da aquisição potestativa sobre cerca de 390 mil acções da **Soporcel**; organização e montagem do aumento de capital, de 435 para 767.5 milhões de euros.

**Sonae SGPS / Grupo Grosvenor:** organização e montagem da Oferta Pública Geral de Aquisição lançada sobre as acções representativas do capital social da SONAE Imobiliária, SGPS, S.A.

**Modelo Continente:** organização e montagem de oferta pública de distribuição e admissão à cotação de 250 milhões de acções.

**Cofina, SGPS:** organização e montagem da oferta pública geral de aquisição lançada sobre as acções representativas do capital social da F. Ramada – Aços e Indústrias, S.A.

**Grupo Pestana:** organização da oferta pública de aquisição lançada pela M&J Pestana – Sociedade de Turismo da Madeira, S.A. sobre a ITI – Sociedade de Investimentos Turísticos na Ilha da Madeira, S.A., que resultou na concentração na primeira de 97.8% das acções representativas do capital social desta última.

**Futebol Clube do Porto:** organização e montagem do aumento de capital, por oferta pública de subscrição, da Futebol Clube do Porto SAD; organização e montagem da primeira emissão de *warrants* autónomos realizada em Portugal, por oferta pública de subscrição, da Futebol Clube do Porto SAD.

**Boavista Futebol Clube:** aconselhamento, organização e montagem da oferta pública de subscrição da Boavista Futebol Clube SAD.

## PROJECT FINANCE

No ano 2001, o BPI continuou a marcar uma forte presença no mercado de *Project Finance* em Portugal, participando em praticamente todos os projectos lançados e concluídos nas áreas dos transportes, infra-estruturas e serviços públicos, quer enquanto assessor financeiro, quer na organização, montagem e tomada firme de financiamentos, quer no desempenho das funções de agente dos financiamentos, quer ainda na tomada de participações de capital.

A par desta actividade, e com a ocorrência de importantes avanços no conceito de parceria público-privada em diversos sectores, nomeadamente na manutenção e conservação da rede secundária de estradas, na construção e exploração de prisões e no lançamento de parcerias na área da saúde, entre outros, o BPI afirmou-se como um dos principais intervenientes nacionais neste sector de actividade nascente, através da promoção de parcerias, da angariação de mandatos de consultoria financeira e da organização e montagem de financiamentos estruturados.

Ao nível do sector público, o BPI continuou a desempenhar um papel de destaque na prestação de serviços de consultoria, não apenas a municípios e outros organismos públicos mas também a empresas públicas e de capitais maioritariamente públicos, sendo igualmente de referir a obtenção de mandatos de assessoria financeira em projectos em Angola e Moçambique.

Merecem destaque, na actividade de *Project Finance*, as seguintes intervenções:

### Projectos rodoviários

**Concessão do interior norte:** o BPI apoiou a Norscut, empresa participada pela Eiffage, Contacto, CDC Projects e Egis Projects, à qual foi adjudicada a concessão sem cobrança ao utilizador (SCUT) do Interior Norte, através da tomada firme de um terço dos financiamentos de longo prazo relativos ao projecto, num total de 697 milhões de euros. Estes foram subsequentemente objecto de um processo de sindicância internacional muito bem sucedido, em que a procura excedeu a oferta em mais de 50%, tendo o sindicato final reunido um conjunto de 25 bancos nacionais e internacionais.

**Concessão do norte litoral:** o BPI apoiou a Euroscut Norte, empresa participada pela Cintra, Ferrovia e um conjunto de sete construtores portugueses, empresa à qual foi adjudicada a concessão SCUT do norte litoral, através da tomada firme de um terço dos financiamentos de longo prazo relativos ao projecto, num total de 322 milhões de euros.

**Concessões de Leiria, do litoral centro e de Lisboa norte:** o BPI apoiou o agrupamento constituído pelos Accionistas da Auto-Estradas do Atlântico (Somague, Edifer, MSF, Zagope, Abrantina, Lena, Tâmega, Conduril, Novopca, Banco BPI e ACESA) na preparação e apresentação de propostas à concessão de Leiria, bem como na preparação, negociação e apresentação da *best and final offer* relativa à concessão do litoral centro e, ainda, na preparação e negociação da concessão de Lisboa Norte, para cuja *short-list* este agrupamento foi seleccionado.

**Auto-Estradas do Atlântico:** o BPI continuou a actuar como consultor financeiro da concessionária da A8 / A15, tendo liderado a organização e montagem de uma linha de dívida subordinada no valor de 47.5 milhões de euros para o financiamento dos alargamentos da A8.

**ViaLitoral:** o BPI continuou a actuar como consultor financeiro da concessionária da ER 101 entre a Ribeira Brava e o Machico, estando a apoiar os seus Accionistas na negociação com o Governo Regional da Madeira da extensão da concessão e na montagem do respectivo financiamento.

**Lusoscut:** o BPI participou na sindicância dos financiamentos no valor de cerca de 433 milhões de euros e 972 milhões de euros relativos, respectivamente, às Concessões SCUT da Costa de Prata (IC1) e das Beiras Litoral e Alta (IP5), ambas adjudicadas ao agrupamento Lusoscut, liderado pela MotaEngil e Bento Pedroso Construções.

**Governo Regional dos Açores (GRA):** o BPI foi seleccionado como consultor financeiro do GRA no âmbito da estruturação, lançamento e negociação de uma parceria público-privada relacionada com a concessão rodoviária da ilha de São Miguel, a qual será adjudicada mediante concurso público internacional a decorrer no ano 2002.

**Secretaria de Estado das Obras Públicas (SEOP):** o BPI foi seleccionado como consultor financeiro da SEOP no âmbito da estruturação e lançamento de parcerias público-privadas relacionadas com a requalificação e manutenção da rede nacional de estradas secundárias não concessionadas.

### Energia e combustíveis

**Transgás:** o BPI continuou a prestar serviços de consultoria financeira à Transgás no âmbito da actualização do modelo económico-financeiro da concessão.

**Cogeração:** o BPI continuou a apoiar a Galp Power no âmbito da organização e montagem de financiamentos para projectos de cogeração, sendo de destacar o projecto Energin / Solvay.

**Eólica:** o BPI participou no financiamento de vários projectos de energia eólica em Portugal e Espanha, tendo igualmente prestado serviços de consultoria em alguns destes projectos.

**Hidroeléctrica:** o BPI foi seleccionado pela EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva para a definição e negociação dos modelos de exploração das centrais hidroeléctricas do Alqueva e do Pedrógão.

**Logística:** o BPI foi seleccionado pela CLC – Madeira, empresa participada maioritariamente pela Galp Energia, para apoiar o estudo e a montagem financeira do parque logístico de combustíveis do Caniçal, na Zona Franca Industrial da Madeira.

### Transportes

**Metro a Sul do Tejo:** o BPI apoiou o Consórcio MTS, composto pelo Grupo Barraqueiro, Siemens, MotaEngil, Mec, Teixeira Duarte e Sopol, na fase final de negociação do concurso para a construção e exploração do metro ligeiro da margem sul do Tejo, tendo tomado firme um terço do financiamento da concessão.

### Água e saneamento

**Águas de Portugal:** o BPI foi seleccionado como consultor financeiro no âmbito do financiamento a longo prazo do plano de investimentos (2000-2006) da Águas de Portugal, em Portugal e no Brasil.

**Luságua:** o BPI apoiou o processo de venda da Luságua à Águas de Portugal em representação dos Accionistas vendedores. Governo Regional dos Açores: o BPI participou no consórcio que foi seleccionado para realizar um estudo sobre a relevância económica da água na Região Autónoma dos Açores.

### Saúde

**Parcerias na saúde:** o BPI concorreu a um estudo sobre a análise de modelos de desenvolvimento de parcerias no sector da saúde, mandato que lhe foi atribuído já no início de 2002.

### Projectos internacionais

O BPI tem vindo a intensificar a sua actividade internacional, da qual se salienta a participação em consórcios nomeados pelo Governo de Moçambique e pelo Governo Provincial de Luanda para prestar serviços de consultoria financeira no âmbito, respectivamente, da estruturação e do lançamento da concessão do aeroporto internacional de Maputo, projecto que conta com o apoio do Banco Mundial, e a estruturação e lançamento de uma parceria público-privada relacionada com a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos em Luanda.

### Agente de financiamentos

O BPI actuou como agente dos financiamentos de algumas das principais concessões rodoviárias em Portugal, merecendo destaque o papel que já vinha desempenhando na Auto-Estradas do Atlântico (concessão do oeste), na Scutvias (concessão da Beira Interior) e na ViaLitoral (concessão da Madeira). A estas empresas somaram-se a Norscut (Concessão do interior norte), junto da qual o BPI funcionou como *technical bank*, *traffic bank* e *insurance bank*, e a Euroscut Norte (concessão do norte litoral), junto da qual funcionou como *facility agent*.

## ACÇÕES

O enquadramento muito negativo registado no mercado de acções em 2001 – o índice PSI20 teve uma queda de 25% no período e o mercado a contado de acções da Bolsa de Valores de Lisboa e Porto (BVLP) sofreu uma variação homóloga de -45% no volume negociado – repercutiu-se em todas as áreas do negócio de acções.

### Mercado primário de acções

O mercado primário esteve praticamente fechado, já que o respectivo movimento se limitou à última fase de privatização da Brisa, no valor de apenas 137 milhões de euros; às ofertas públicas de distribuição das SAD do Benfica e do Boavista, esta última liderada pelo BPI; e a quatro aumentos de capital reservados a Accionistas, dois dos quais liderados pelo BPI. Ocorreram ainda duas emissões de obrigações convertíveis em acções, do BCP e da Portugal Telecom, tendo o BPI sido coordenador global conjunto desta última operação.

### Mercado secundário de acções

No mercado secundário, a BPI Dealer gerou comissões no valor de 5.9 milhões de euros (uma variação homóloga negativa de 54%), sendo que mais de 88% deste valor diz respeito à intermediação de transacções sobre acções, quer no mercado nacional, quer em bolsas estrangeiras.

Durante 2001, o BPI organizou os seus primeiros *roadshows* para empresas espanholas, nomeadamente para o Banco Popular, Bankinter, Aurea, Sol Melia e Rede Eléctrica de España (REE). O BPI organizou ainda *roadshows* internacionais para a Sonae.com, Impresa, Brisa, Portugal Telecom, Sonae SGPS, Sonae Imobiliária, SAG e Ibersol.

### Research

Durante 2001, para além da extensa cobertura do mercado doméstico, o BPI alargou o seu *research* em Espanha passando a cobrir cerca de 90% das empresas que constituem o índice IBEX35. As maiores capitalizações sobre as quais se iniciou a cobertura a partir de Janeiro de 2001 foram o Grupo Telefónica (a Telefónica, a Telefónica Moviles, a Terra Lycos e a TPI), a Repsol, o Banco Sabadell, a Gas Natural e a Inditex. Continuou-se ainda o desenvolvimento do produto de *small caps* ibéricas com o alargamento da cobertura a mais 17 empresas ibéricas.

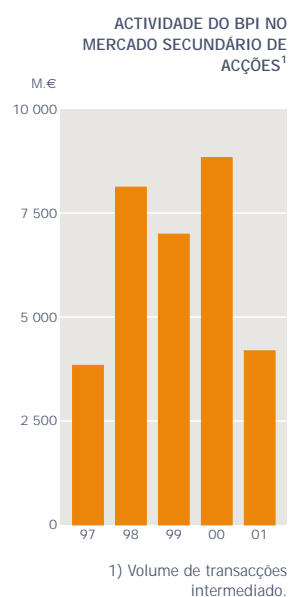


Gráfico 26

A qualidade do *equity research* do BPI foi reconhecida com o segundo lugar na classificação das casas de *research* que cobrem o mercado português, no *ranking* do Institucional Investor All-Europe Research Team 2001. Este *ranking* conta com os votos de gestores de fundos internacionais, tendo o BPI sido a única casa portuguesa de *research* considerada e tendo ficado em primeiro lugar para os exigentes mercados do Reino Unido e dos Estados Unidos.

### Trading

O comportamento do mercado a contado teve reflexos na actividade de *trading*, que, incluindo a arbitragem, contribuiu negativamente em 3.4 milhões de euros para os resultados de 2001.

No mercado de futuros, o Grupo BPI, através da BPI Dealer, na actividade por conta de Clientes, e através do BPI, na actividade por conta própria, ganhou quota de mercado, que, no seu conjunto, atingiu 35%, nos futuros sobre acções (-1 p.p. em termos homólogos), e 14%, no futuro sobre o índice PSI20 (+1 p.p. em termos homólogos). No *ranking* dos intermediários financeiros, o Grupo BPI ocupou o primeiro lugar nos contratos sobre o BCP, a EDP e a Sonae, e o segundo nos contratos sobre a Portugal Telecom, a Cimpor, a PT Multimédia e a Telecel. Globalmente, o Grupo BPI ocupou o primeiro lugar nos contratos sobre acções e o quarto no contrato sobre o PSI20.



## OBRIGAÇÕES E MERCADO MONETÁRIO E CAMBIAL

Tendo em conta a significativa redução do volume de actividade no mercado primário de obrigações interno (excluindo as emissões próprias de Bancos), o BPI procurou uma presença activa no mercado externo. No domínio da actividade de *trading*, o Banco manteve presença constante em vários mercados de dívida pública, mercados monetários, cambiais e de *swaps*.

### Mercado primário de obrigações e de produtos estruturados

A somar aos factores negativos que tinham já marcado o ano 2000 e que condicionaram a actividade do mercado de obrigações, importa referir a desaceleração da actividade económica e a queda do mercado de acções, ocorridas em 2001. Este último factor prejudicou, em particular, as emissões de Obrigações Estruturadas.

Ao longo de 2001, o BPI participou numa única emissão no mercado doméstico (excluindo emissões próprias). No domínio dos produtos estruturados, foram lançadas 16 novas emissões, com um valor global de 227 milhões de euros (quota estimada em 24%).

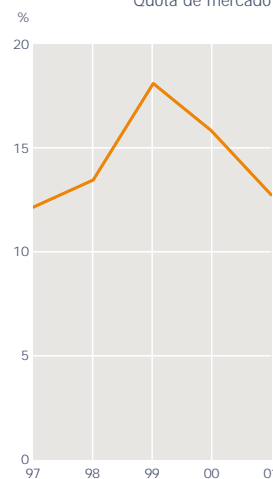
Além da presença no mercado interno, o BPI participou ainda na colocação de 15 emissões no Euromercado cujo valor total foi de 90 milhões de euros. Esta actividade foi acompanhada por trabalhos de assessoria (*rating*) e divulgação de *research*.

### Actividade de trading: obrigações, mercado monetário e cambial, swaps, outros instrumentos

O BPI manteve uma postura activa no mercado secundário de Obrigações do Tesouro (OT) com uma quota de 6.6% e em outras actividades de *trading* direccional ou de *spreads*, especialmente na América Latina, além de ter mantido a actividade nos mercados centrais da Europa e EUA.

A actividade de *trading* no mercado de obrigações foi acompanhada por actividades nos mercados monetário e cambial. A quota no mercado cambial e de derivados cambiais foi de 6.4%. O BPI gerou ainda, e manteve em funcionamento, diferentes modelos de *trading*, explorando a análise técnica.

ACTIVIDADE DO BPI NO MERCADO PRIMÁRIO DE OBRIGAÇÕES<sup>1</sup>  
Quota de mercado



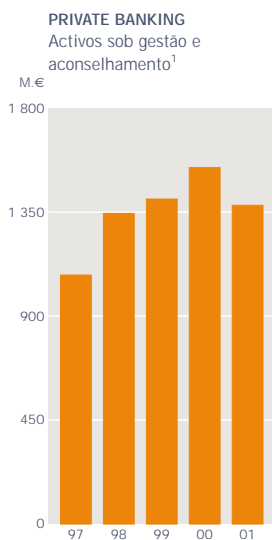
1) Obrigações domésticas.

Gráfico 27

## PRIVATE BANKING

### Indicadores seleccionados

	M.€
Activos sob gestão	1 684
Gestão discricionária	518
Aconselhamento	864
Crédito concedido	71



1) Excluindo títulos estáveis.

Gráfico 28

O serviço de *Private Banking* do BPI dedicou, em 2001, uma especial atenção ao aumento da personalização e qualidade do serviço prestado aos Clientes e, tendo em conta a evolução do enquadramento fiscal e dos mercados, ampliou e ajustou a oferta de produtos, concretizando importantes reduções na exposição a activos de risco, por contrapartida do investimento em activos de rendimento mais estável, mantendo o seu objectivo central de proteger e valorizar o património financeiro dos seus Clientes a médio e longo prazo.

O volume total de activos sob gestão e crédito concedido do *Private Banking* do BPI ascendia, em 31 de Dezembro de 2001, a 1 755 milhões de euros, dos quais 1 382 milhões de euros respeitantes a activos sob gestão discricionária e aconselhamento efectivo, representando ambos os indicadores uma redução de 11% face ao final de 2000. O crédito concedido a Clientes conheceu uma redução de 13% face ao final do ano anterior, atingindo 71 milhões de euros, no final de 2001.

Os produtos e serviços de gestão discricionária – fundos de diversificação e gestão discricionária de carteiras – ascendiam a 518 milhões de euros, valor representativo de 38% do total de activos sob gestão e aconselhamento efectivo do BPI *Private Banking*.

Os fundos de investimento, planos de poupança, seguros de capitalização e produtos estruturados do BPI ascendiam, no final do ano 2001, a 821 milhões de euros, ou seja, 59% do total de activos sob gestão e aconselhamento da área.

Tendo como objectivos principais a protecção e valorização do património financeiro dos seus Clientes a médio e longo prazo, o *Private Banking* do BPI promoveu, ao longo de 2001, a implementação de um conjunto de importantes medidas, entre as quais se destacam:

- a redução da exposição a activos de risco, em contrapartida ao aumento de investimento em activos de rendimento mais estável e menos volátil e o aconselhamento activo procurando minimizar o impacto negativo das fortes desvalorizações registadas nos principais mercados mundiais;
- a sofisticação dos sistemas informáticos de apoio à actividade de aconselhamento e acompanhamento de Clientes (CRM), com o objectivo de aumentar o conhecimento sobre o Cliente e, conseqüentemente, a personalização do serviço;
- a ampliação da gama de produtos oferecidos, tendo em conta o novo ambiente fiscal, nomeadamente através do desenvolvimento de produtos estruturados e do lançamento de novos planos de poupança e seguros de capitalização.

## GESTÃO DE ACTIVOS

Num ambiente de forte desaceleração económica e de quedas acentuadas nas principais bolsas internacionais, o volume de activos financeiros sob gestão do Grupo BPI fixou-se nos 7 430 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de 1.5% relativamente a 2000.

Apesar do contexto desfavorável o BPI conseguiu:

- um ligeiro aumento da quota de mercado da BPI Fundos que passou de 17.2%, em 2000, para 17.3%;
- um montante de subscrições de fundos de investimento mobiliário no valor de 1 865 milhões de euros que teve como contrapartida resgates no valor de 1 815 milhões de euros; o montante de subscrições líquidas foi, portanto, de 50 milhões de euros;
- subscrições no sector dos seguros de vida no valor de 154 milhões de euros, em contrapartida de 8 milhões de euros de resgates e 252 milhões de euros relativos a vencimentos.

Tendo em conta as especificidades de cada mercado e as diversas experiências acumuladas de gestão, o BPI manteve a sua opção de se aliar a algumas das casas internacionais mais prestigiadas na gestão de acções. Assim, o BPI continuou a contar com a assessoria da Goldman Sachs Asset Management, UBS Asset Management, Merrill Lynch Investment Managers e do Banco Itaú. O BPI, através dos seus fundos de fundos BPI Universal, investe ainda em fundos de investimento geridos pela Fidelity Investments e pela Schroder Investment Managers.

## FUNDOS DE INVESTIMENTO

O valor dos fundos de investimento do Grupo BPI ascendia, no final de 2001, a 3 748 milhões de euros, o que significa um decréscimo de 38.1 milhões de euros, ou seja, de 1%.

Considerando unicamente os fundos domiciliados em Portugal, a BPI Fundos apresenta uma redução dos seus activos em 0.5%, o que é uma evolução favorável quando comparada com a do mercado de fundos português que decresceu 1.4%. A BPI Fundos reforçou a sua quota de mercado de 17.2% para 17.3% e ocupa o terceiro lugar no *ranking* das sociedades gestoras portuguesas.

### Indicadores seleccionados

	M.€
Activos sob gestão	7 430
Fundos de Investimento	3 748
Fundos de pensões	1 984
Seguros de Vida	963
Institucionais	316

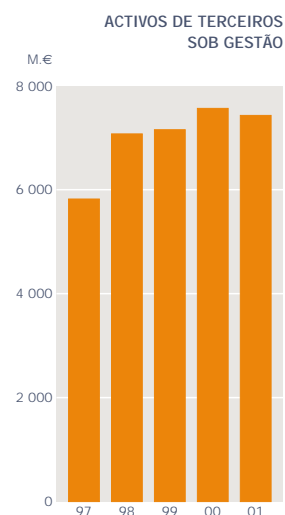


Gráfico 29

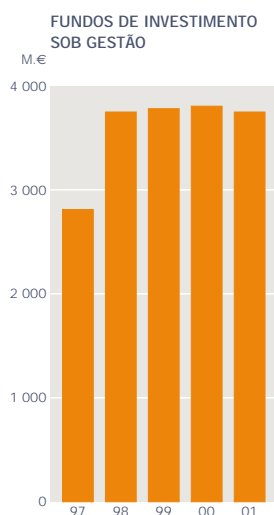


Gráfico 30

**DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO BPI**

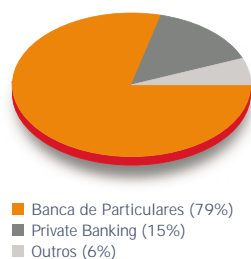


Gráfico 31

**Evolução do volume dos fundos de investimento BPI**

Valores em milhões de euros

	1997	1998	1999	2000	2001
Segurança	770.6	825.0	1 081.8	1 002.6	1 366.6
Taxa fixa	171.1	332.9	170.9	123.5	120.6
Valorização (Ações)	356.1	434.5	504.1	528.1	334.2
Eficiência fiscal (PPR e PPA)	680.4	971.2	1 089.4	1 125.0	1 163.5
Diversificação	764.7	1 141.2	893.4	964.1	763.6 <sup>1</sup>
<b>Total</b>	<b>2 742.9</b>	<b>3 705.1</b>	<b>3 739.7</b>	<b>3 743.2</b>	<b>3 748.5</b>
Fundos de fundos	76.3	47.4	35.9	43.4	0.0 <sup>1</sup>

1) O BPI Universal passou a ser classificado na categoria "Diversificação", uma vez que, em resultado da alteração da política de investimentos, investe em fundos de terceiros.

Quadro 20

É na categoria de Fundos de Valor Acrescentado<sup>1</sup> que a BPI Fundos melhor se distingue, já que aumentou a sua quota de mercado de 33.6% para 36.2%.

Os fundos de investimento BPI Liquidez, BPI Global, BPI Reforma Investimento PPR/E e BPI Reforma Segura PPR/E continuam a ser, em termos do valor de activos sob gestão, os mais importantes na carteira da BPI Fundos.

Os fundos BPI Reforma Segura PPR/E e BPI Portugal destacam-se por terem tido a melhor e a segunda melhor rentabilidade do mercado, respectivamente, na categoria de fundos de poupança reforma e educação e na categoria de fundos de ações nacionais.

Do total de fundos de investimento BPI, 15% estão colocados junto de Clientes de *Private Banking* do Banco de Investimento, enquanto 79% estão nas carteiras de Clientes particulares do Banco BPI.

**Distribuição dos fundos de investimento BPI**

Valores em milhões de euros

	2000	%	2001	%
Particulares Banco BPI	2 955	78%	2 968	79%
Private Banking	635	17%	580	15%
Outros	197	5%	200	6%
<b>Total</b>	<b>3 787</b>	<b>100%</b>	<b>3 748</b>	<b>100%</b>

Quadro 21

1) A categoria "fundos de valor acrescentado" inclui os fundos de ações, fundos mistos, PPA, PPR, sob a forma de FIM, fundos de obrigações de taxa fixa e fundos de fundos, excluindo o efeito de duplicação destes últimos.

Das iniciativas desenvolvidas ao longo de 2001, merecem destaque as seguintes:

- lançamento dos Fundos BPI Taxa Variável PPR/E e BPI Taxa Fixa PPR/E a fim de completar a oferta de produtos de poupança para a reforma;
- início da comercialização dos fundos através do *site* BPI Online – [www.bpionline.pt](http://www.bpionline.pt) e do *site* Atrium – [www.atrium.pt](http://www.atrium.pt);
- conferências temáticas, para cuja realização se contou com o apoio de consultores internacionais e nas quais foram envolvidos perto de 1 650 Colaboradores da rede comercial do Banco BPI;
- acções de formação ou, mais exactamente, 138 sessões dirigidas a 3 014 Colaboradores da rede comercial do Banco BPI;
- 77 apresentações às direcções de área e 1 307 visitas a balcões do Banco BPI.

## CLIENTES INSTITUCIONAIS

O total sob gestão de Clientes institucionais, com mandato discricionário ou de aconselhamento era, no final de 2001, de 316 milhões de euros, ou seja, houve um decréscimo de 6.5% relativamente ao final de 2000.

## SEGUROS DE VIDA DE CAPITALIZAÇÃO

A produção da BPI Vida atingiu, no final de 2001, o valor de 154.0 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 176%, relativamente a 2000.

Por outro lado, venceu-se em 2001 um grande volume de produtos BPI Taxa Garantia, no valor de 252 milhões de euros, enquanto o resgate de fundos foi de 8 milhões de euros.

### Evolução da produção de seguros de vida de capitalização

Valores em milhões de euros

	1997	1998	1999	2000	2001
BPI Taxas Garantidas	14.1	2.9	73.0	41.4	40.7
BPI Novo Aforro Familiar	9.4	12.1	21.7	8.5	65.3
Seguros em Unidades de Conta <sup>1</sup>	-	-	-	-	4.3
Fundo de Pensões BPI Vida PPR/E	8.9	9.4	3.6	4.0	3.7
BPI Reforma Garantida PPR/E <sup>2</sup>	-	-	-	-	11.4
Prorrogações	-	-	-	-	27.3
Outros	29.4	31.6	3.1	1.9	1.3
<b>Total</b>	<b>61.8</b>	<b>56.0</b>	<b>101.4</b>	<b>55.8</b>	<b>154.0</b>

1) Seguros lançados a 11 de Junho de 2001.

2) PPR/E lançado a 4 de Junho 2001.

Quadro 22

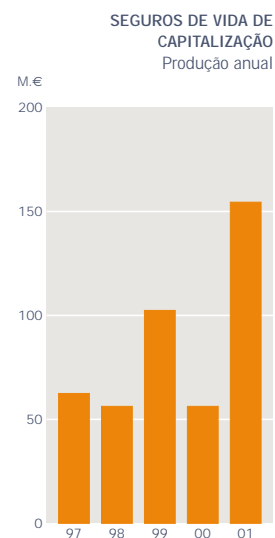


Gráfico 32

O aumento da produção da BPI Vida fica a dever-se aos seguintes factores:

- a produção do BPI Novo Aforro Familiar registou um acréscimo significativo relativamente ao período homólogo de 2000 (+668%), graças ao relançamento comercial deste produto e ao maior interesse dos Clientes por produtos sem risco;
- deu-se início à comercialização do BPI Reforma Garantida PPR/E, um novo Plano de Poupança Reforma Educação sob a forma de seguro de vida, que alia todas as vantagens de um PPR/E à segurança de uma aplicação com taxa de rendimento pré-definida para os primeiros cinco anos do investimento;
- reinvestimento, em seguros de capitalização, pelos Clientes do Banco BPI, de cerca de 38% dos vencimentos ocorridos no ano;
- foram lançados novos seguros com unidades de participação: BPI Vida Taxa Variável, BPI Vida Taxa Fixa e BPI Vida Universal. Estes novos seguros de capitalização destinam-se a Clientes que procuram alternativas de investimento diversificadas e com uma tributação fiscal atractiva.

## FUNDOS DE PENSÕES

A BPI Pensões geria, em Dezembro de 2001, activos de fundos de pensões no montante de 1 984 milhões de euros, valor que representa um acréscimo de 80 milhões de euros relativamente a 2000 (cerca de 4%). A BPI Pensões manteve assim o terceiro lugar no *ranking* das entidades gestoras de fundos de pensões com uma quota de mercado que se estima em 18%<sup>1</sup>.

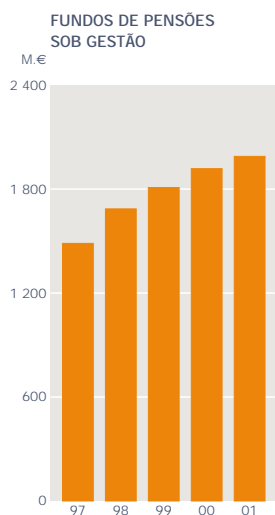


Gráfico 33

### Fundos de pensões geridos pelo BPI – principais indicadores

Valores em milhões de euros

	1997	1998	1999	2000	2001
Número de Clientes	71	70	70	73	76 <sup>1</sup>
Património sob gestão	1 486.4	1 682.4	1 805.7	1 903.6	1 983.7

1) Obtiveram-se seis novos mandatos, facto que não se reflecte integralmente no número de Clientes, já que se extinguíram dois fundos e um terceiro saiu.

Quadro 23

1) Valor estimado em 31 de Dezembro de 2001, não considerando os montantes afectos a PPR (activos que, no âmbito do BPI, são geridos pela BPI Fundos e BPI Vida) e os montantes afectos à Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal e à Previsão (cujo objectivo se esgota na gestão dos fundos de pensões dos respectivos Accionistas).

A BPI Pensões tinha a seu cargo, a 31 de Dezembro de 2001, a gestão de 30 fundos de pensões, dos quais dois são fundos de pensões abertos com um total de 48 adesões colectivas (empresas) e de 219 adesões individuais.

Relativamente ao tipo de plano de pensões, importa referir que continua a tendência de crescimento dos planos de pensões de contribuição definida. A BPI Pensões gere actualmente 24 planos deste tipo, abrangendo cerca de 9 600 participantes.

Durante o ano de 2001, a BPI Pensões lançou um *site* ([www.bpipensoes.pt](http://www.bpipensoes.pt)) especialmente criado para fornecer informação sobre planos e fundos de pensões. Este *site* apresenta ainda uma descrição dos regimes de protecção social existentes em Portugal, a qual se complementa com simuladores de pensões que permitem aos beneficiários dos vários regimes estimar as suas pensões de reforma.

O *site* da BPI Pensões tem ainda uma área de acesso privado aos Clientes, que permite a consulta de toda a informação com interesse sobre o respectivo plano de pensões, nomeadamente: contratos, relatórios actuariais, relatórios de gestão financeira e rendibilidades.

A rendibilidade de longo prazo, calculada com base numa média móvel a cinco anos, comprova a consistência dos resultados obtidos pelo Grupo BPI na gestão de fundos de pensões.

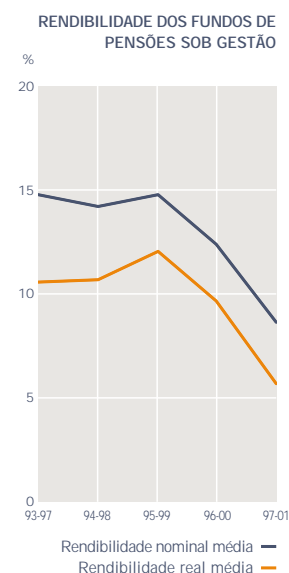


Gráfico 34

Rendibilidade dos fundos de pensões geridos pelo BPI Rendibilidade média anual a cinco anos entre 1991 e 2001							
	1991-95	1992-96	1993-97	1994-98	1995-99	1996-00	1997-01
Rendibilidade nominal média	14.7%	13.8%	14.8%	14.2%	14.8%	12.4%	8.6%
Média da inflação média anual	7.2%	5.6%	4.2%	3.5%	2.7%	2.7%	2.9%
Rendibilidade média real	7.5%	8.3%	10.6%	10.7%	12.1%	9.7%	5.7%

Quadro 24

Deu-se finalmente início a um ciclo de conferências dirigido aos Clientes, sobre a política de investimentos dos fundos de pensões e que tem contado com a colaboração dos consultores internacionais.

## PRIVATE EQUITY

### Indicadores seleccionados

	M.€
Participações em final de 2001 (valor de balanço)	130
Investimentos em 2001	15

No final de 2001, a área de *Private Equity* do Grupo BPI tinha sob gestão um conjunto de activos que, de acordo com os valores de balanço, ascendia a cerca de 130 milhões de euros, distribuídos pelos três veículos de investimento geridos pela área: BPI Ventures, Inter-Risco e fundo FRIE. Consolidou-se, ao longo de 2001, a reorganização societária da área, o que permitiu a concentração da actividade de *Private Equity* nas instituições acima referidas, e a consequente extinção das restantes três sociedades, por fusão no BPI SGPS.

Ao longo de 2001 foram recebidos e analisados mais de 100 projectos representativos de um montante total de investimentos de cerca de 275 milhões de euros. No entanto, a manutenção de um elevado grau de selectividade traduziu-se na concretização de apenas cerca de 3% do total dos projectos analisados.

Durante o exercício de 2001, foram efectuados investimentos de *Private Equity* no valor de cerca de 15 milhões de euros, dos quais seis milhões eram relativos a novas operações e nove milhões destinaram-se ao reforço de participações já existentes.

Procedeu-se a desinvestimentos no valor de cerca de 12 milhões de euros (valores de balanço) devido ao facto de terem surgido oportunidades de venda de algumas participações detidas em *small caps*. Por outro lado, foram também alienadas algumas pequenas participações que não se enquadravam na política de investimento actualmente seguida na área.

Foram, assim, alienadas totalmente sete participações que geraram um encaixe de cerca de 41 milhões de euros, e procedeu-se à alienação parcial de quatro participações. As alienações efectuadas proporcionaram mais-valias líquidas no valor de cerca de 33 milhões de euros.

### Mercado

O sector nacional de *Private Equity* conheceu, durante o exercício de 2001, alterações acentuadas em relação aos dois anos anteriores. Após um período em que se registou uma elevada dinâmica de investimento e o ambiente competitivo se acentuou, 2001 foi um ano de consolidação e estabilização dos operadores entretanto surgidos, bem como das respectivas carteiras de participações.

A envolvente macroeconómica afectou particularmente a actividade de *Private Equity*, nomeadamente ao nível da fase de desinvestimento. Essa situação foi especialmente sentida no sector tecnológico, o qual atravessou um processo de ajustamento tendente à redução da capacidade instalada, através da reestruturação de várias empresas e do desaparecimento de muitas outras.



## Estratégia de investimento

A estratégia de investimento continuou a privilegiar os projectos dotados de forte equipa de gestão com visão global dos negócios, potencial de crescimento, oportunidades de reestruturação sectorial e empresarial e apetência por processos de internacionalização.

## Investimentos

A actual carteira de investimentos apresenta um equilíbrio saudável das várias componentes de apreciação: sectorial, geográfica e natureza do investimento.

### Principais participações em Private Equity anteriores a 2001

Empresa	% de capital detido	Actividade
Altitude Software	11.4%	Produção e comercialização de software para contact centres.
Arco Bodegas Unidas	2.5%	Produção e comercialização de vinhos.
Brasopi	15.3%	Retalho especializado em roupa masculina (lojas Boxer Shorts).
Caderno Verde	25.0%	Grupo editorial na área da capacidade empreendedora e do ambiente.
Caravela Gest	20.0%	Retalho alimentar (Häagen Dazs).
Fernando & Irmãos (Aveleda)	19.9%	Produção e comercialização de vinhos.
Finantel	8.4%	Retalho de equipamento de telecomunicações.
IES (holding que detém acções da Ibersol)	13.3%	Retalho alimentar (Pizza Hut, KFC, O'Kilo, Pasta Café, Frangão, etc.).
Multitema	37.7%	Impressão gráfica e produção de conteúdos multimédia.
ParaRede	5.2%	Serviços e produtos em tecnologias de informação.
Sociedade dos Vinhos Borges	25.0%	Produção e comercialização de vinhos.
Teleman	48.9%	Prestação de serviços a empresas através de recurso a teletrabalho.
TVTEL	25.0%	Televisão por cabo.
WhatEverNet	13.0%	Revenda de produtos da Sun Microsystems e prestação de serviços em Java, Internet e integração de sistemas.
Vista Alegre Atlantis	19.7%	Produção e comercialização de louça de mesa e decorativa (em porcelana, faiança, cristal e vidro).

Quadro 25

### Principais participações em Private Equity concretizadas em 2001

Empresa	% de capital detido	Actividade
Chiplidea	2.41%	Prestação de serviços à indústria de semicondutores / / design de chips.
Ricon	17.0%	Produção e retalho especializado em roupa masculina (lojas Gant e Decenio).
Tecmic	24.5%	Microelectrónica.

Quadro 26

## OUTRAS PARTICIPAÇÕES DO GRUPO BPI

Os investimentos não financeiros do Grupo, no final de 2001, ascendiam a cerca de 663 milhões de euros, sendo representados, quase exclusivamente, pelos investimentos na Viacer, Portugal Telecom, Brisa, Impresa e SIC.

Durante 2001, o Grupo BPI participou no aumento de capital da Viacer (sociedade *holding* que agrupa as participações na Unicer dos investidores portugueses que controlam cerca de 56% do capital desta), investindo 25 milhões de euros. Este montante permitiu aumentar a participação na Viacer de 17.65% para 26%, o que corresponde a um aumento da participação indirecta na Unicer de 9.9% para 14.65%.

Durante o exercício de 2001, o Grupo procedeu a um desinvestimento parcial, no valor de 5 milhões de euros (valor de custo), na participação detida na Brisa.

### Outras participações do Grupo – síntese

Em 31 de Dezembro de 2001

Empresa	% de capital detido
Viacer	26.00%
PT	1.65%
Brisa	5.60%
Impresa	10.25%
SIC	19.94%

Quadro 27

# Análise financeira

SÍNTESE	82
Lucro líquido e rentabilidade dos capitais próprios	82
Rentabilidade	83
CONTA DE RESULTADOS	84
Margem financeira	85
Comissões	88
Lucros em operações financeiras	89
Custos de estrutura	90
Custos com pessoal	91
Fornecimentos e serviços de terceiros	92
Amortizações	94
Provisões	94
Resultados extraordinários	95
Impostos sobre lucros	96
Resultados de subsidiárias consolidadas pelo equity method	97
BALANÇO	98
Crédito a Clientes	101
Carteira de títulos e participações financeiras	102
Recursos de Clientes	103
Solvabilidade	104
Fundos próprios	105
Requisitos de fundos próprios	106
Responsabilidades com pensões	106

# Análise financeira

## SÍNTESE

### Indicadores seleccionados

ROE	14.7%
Lucro líquido (M.€)	133.3
Activo total (M.€)	24 793
Ratio de solvabilidade	9.2%
Ratio de crédito vencido	1.1%
Cobertura por provisões	160%

### Lucro líquido e rentabilidade dos capitais próprios

O LUCRO LÍQUIDO consolidado do Grupo BPI, no exercício de 2001, ascendeu a 133.3 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de 12.5% face a 2000. A RENDIBILIDADE DOS CAPITALIS PRÓPRIOS situou-se em 14.7%.

O decréscimo do RESULTADO LÍQUIDO reflecte essencialmente a redução de resultados extraordinários (que em 2000 incluíam ganhos elevados na venda de uma participação) e o aumento da carga fiscal, uma vez que o resultado gerado pela actividade corrente cresceu 25%.

O crescimento dos resultados correntes foi suportado pela expansão da actividade de Banca Comercial que se reflectiu no sólido crescimento dos proveitos recorrentes – aumento de 12% da margem financeira e comissões – enquanto os custos de funcionamento (custos com pessoal e fornecimentos e serviços de terceiros) registaram, num contexto de intensa actividade, um crescimento moderado de 5%.

O LUCRO LÍQUIDO da Banca Comercial cresceu para 147.6 milhões de euros (78%) e foi acompanhado pelo aumento da rentabilidade dos capitais próprios afectos à actividade, de 12.7%, em 2000, para 17.6%, em 2001.

O crescimento da carteira de crédito (+15%) reflecte uma actuação na concessão de crédito subordinada a critérios de rentabilidade dos capitais próprios utilizados e de gestão do risco, num contexto de abrandamento da actividade económica. O crédito à habitação cresceu 35%, expansão claramente superior à registada pelo mercado (13%<sup>1</sup>). O crédito a grandes empresas, com um decréscimo de 1%, foi, de forma deliberada, o principal determinante para a desaceleração do ritmo de crescimento global da carteira.

O indicador de risco da carteira de crédito (crédito vencido há mais de 30 dias) manteve-se em 1.1%, estando a sua cobertura assegurada por provisões em 160%.

<sup>1</sup>) Fonte: Banco de Portugal, "Indicadores de conjuntura, Janeiro de 2002".

## Rendibilidade

O LUCRO LÍQUIDO consolidado do Grupo reflecte um forte aumento do contributo da Banca Comercial de 82.9 milhões de euros, em 2000, para 147.6 milhões de euros em 2001, ou seja, um crescimento de 78%, assente no crescimento das linhas de negócio mais relevantes, da margem e das comissões, a par de um aumento moderado dos custos.

### Indicadores seleccionados

ROE	14.7%
ROA	0.6%

O enquadramento desfavorável dos mercados de acções, ao longo de 2001, condicionou, por outro lado, o negócio da Banca de Investimento, impedindo a repetição do bom desempenho do ano anterior. O contributo da Banca de Investimento para o resultado do Grupo ascendeu a 9.4 milhões de euros, quando, no período homólogo de 2000, tinha sido de 28 milhões de euros.

O contributo das participações de capital foi negativo em 23.7 milhões de euros, enquanto, em 2000, o contributo fora positivo e ascendera a 41.4 milhões de euros (incluía nesse ano a mais-valia de 34.4 milhões de euros realizada na venda de uma participação de 5.9% na Cimpor).

Em 2001, a RENDIBILIDADE MÉDIA DOS CAPITALS PRÓPRIOS (ROE) do Grupo foi de 14.7%. De sublinhar o aumento do ROE da Banca Comercial de 12.7%, em 2000, para 17.6%, em 2001. Apesar da significativa redução do seu contributo para os resultados do Grupo, a Banca de Investimento tem um reduzido consumo de capital, pelo que continua a apresentar um elevado ROE (38%).

### Rendibilidade (ROE) por área de negócio

Valores em milhões de euros

	Banca Comercial			Banca de Investimento			Private Equity e outras participações			Grupo BPI		
	2000	2001	Δ%	2000	2001	Δ%	2000	2001	Δ%	2000	2001	Δ%
Lucro líquido	82.9	147.6	78.1%	28.0	9.4	(66.3%)	41.4	(23.7)	(157.3%)	152.4	133.3	(12.5%)
Capital médio alocado	654.0	838.7	28.2%	29.3	24.7	(15.7%)	23.3	41.3	77.5%	706.7	904.7	28.0%
<b>ROE</b>	<b>12.7%</b>	<b>17.6%</b>		<b>95.5%</b>	<b>38.1%</b>		<b>177.9%</b>	-		<b>21.6%</b>	<b>14.7%</b>	

Nota: Para efeitos de determinação da Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) por área de negócio, as empresas do Grupo são repartidas por três áreas: Banca Comercial, Banca de Investimento, *Private Equity* e Outras Participações. Os contributos das empresas para o lucro consolidado, situação líquida e activos ponderados são, com base nessa classificação, repartidos por cada uma das áreas, sendo que os contributos das subsidiárias de gestão de activos e corretagem são apropriados em parte pela Banca de Investimento e o remanescente pela Banca Comercial. Na determinação do capital alocado a cada área pressupõe-se uma utilização de capital idêntica à utilização média no Grupo. Deste modo, o valor do capital alocado de cada área é calculado pela multiplicação do activo ponderado pelo quociente entre situação líquida e activo ponderado do Grupo. Sempre que a situação líquida de uma área de negócio seja superior (ou inferior) ao capital alocado, pressupõe-se uma redistribuição de capital, sendo o contributo da área ajustado pelos proveitos (custos) que resultam da saída (entrada) de capital remunerado a uma determinada taxa de juro. A rendibilidade de cada área resulta do quociente entre o contributo ajustado e o capital alocado à área.

Quadro 28

#### Indicadores seleccionados

Lucro líquido (M.€)	133.3
Δ%	-12.5%
Resultado corrente (M.€)	190.6
Δ%	+25%

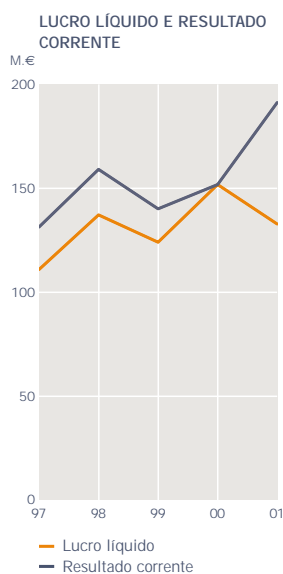


Gráfico 35

#### CONTA DE RESULTADOS

O crescimento dos proveitos recorrentes – MARGEM FINANCEIRA (+12%) e COMISSÕES (+11%) – foi o principal factor para o crescimento do PRODUTO BANCÁRIO, enquanto OS LUCROS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS se reduziram em 13%.

O crescimento do PRODUTO BANCÁRIO, em 10%, conjugado com o aumento de 5% dos CUSTOS DE FUNCIONAMENTO (CUSTOS COM PESSOAL E FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS) traduziu-se no aumento do CASH FLOW CORRENTE de 17% para 327 milhões de euros e na melhoria do *cost-to-income*<sup>1</sup> de 61%, em 2000, para 58%, em 2001.

As PROVISÕES para crédito, títulos e participações e outras ascenderam a 84.5 milhões de euros (+5%).

Em consequência, o RESULTADO CORRENTE cresceu 25% (+38.1 milhões de euros). No entanto, a redução dos RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS e o aumento dos IMPOSTOS SOBRE LUCROS determinou que o RESULTADO LÍQUIDO caísse 12.5% (-19.1 milhões de euros) para 133.3 milhões de euros:

- OS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS ascenderam a 5.0 milhões de euros, o que corresponde a uma redução de 36.6 milhões de euros face ao ano anterior, explicada essencialmente por, em 2000, estes incluírem uma mais-valia de 34.4 milhões de euros realizada na venda de uma participação de 5.9% na Cimpor;
- OS IMPOSTOS SOBRE LUCROS aumentaram em 28.2 milhões de euros, sendo que a taxa média de imposto<sup>2</sup> passou de 16%, em 2000, para 30%, em 2001.

1) Relação entre custos de funcionamento (custos com pessoal e fornecimentos e serviços de terceiros) e produto bancário.

2) Relação entre a provisão para impostos sobre os lucros e o resultado antes de impostos.

## Conta de resultados

Valores em milhões de euros

	2000	2001	Δ%
Margem financeira estrita	435.6	479.7	10.1%
Rendimento de títulos (de rendimento variável)	7.2	15.9	121.5%
Margem financeira	442.8	495.6	11.9%
Comissões e outros proveitos (líq.) <sup>1</sup>	219.9	244.1	11.0%
Lucros em operações financeiras (líq.)	46.7	40.6	(13.0%)
<b>Produto bancário</b>	<b>709.4</b>	<b>780.3</b>	<b>10.0%</b>
Custos com pessoal	277.9	288.3	3.7%
Outros gastos administrativos	152.9	165.0	7.9%
<b>Custos de funcionamento</b>	<b>430.8</b>	<b>453.3</b>	<b>5.2%</b>
<b>Cash flow corrente</b>	<b>278.6</b>	<b>327.0</b>	<b>17.4%</b>
Amortizações	45.9	51.8	13.0%
Provisões (líq.)	80.3	84.5	5.3%
<b>Resultado corrente</b>	<b>152.5</b>	<b>190.6</b>	<b>25.0%</b>
Resultados extraordinários (líq.) <sup>1</sup>	41.6	5.0	(87.9%)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>194.1</b>	<b>195.7</b>	<b>0.8%</b>
Impostos sobre lucros	31.4	59.6	89.8%
Resultados de subsidiárias consolidadas pelo equity method	12.0	14.5	21.2%
Interesses minoritários no lucro	22.3	17.3	(22.6%)
<b>Lucro líquido</b>	<b>152.4</b>	<b>133.3</b>	<b>(12.5%)</b>
Cash flow após impostos	278.5	269.6	(3.2%)

1) Em 2001, na sequência da alteração, pelo Banco de Portugal, do Plano de Contas para o Sector Bancário, os proveitos com recuperações de crédito vencido (18.9 milhões de euros) passaram a estar reconhecidos em outros proveitos de exploração, enquanto, em 2000, esses proveitos (18.7 milhões de euros) estavam relevados na rubrica ganhos extraordinários.

Quadro 29

## Margem financeira

A MARGEM FINANCEIRA cresceu 12% face à obtida em 2000, o que correspondeu a uma variação absoluta de 52.8 milhões de euros. A margem financeira deduzida das provisões constituídas para crédito vencido – agregado mais relevante para se aferir da contribuição económica da margem para o resultado corrente – registou um aumento de 50.3 milhões de euros (+12%).

### Indicadores seleccionados

Margem financeira (M.€)	495.6
Δ%	+12%
Em % ATM	2.1%
Em % Produto Bancário	64%

## Contributo da margem financeira deduzida de provisões para o resultado corrente

Valores em milhões de euros

	2000	2001	Δ%
Margem financeira estrita	435.6	479.7	10.1%
Rendimento de títulos (de rendimento variável)	7.2	15.9	121.5%
<b>Margem financeira</b>	<b>442.8</b>	<b>495.6</b>	<b>11.9%</b>
Provisões específicas para crédito a Clientes	16.8	19.2	14.6%
<b>Margem financeira líquida de provisões específicas</b>	<b>426.0</b>	<b>476.3</b>	<b>11.8%</b>

Quadro 30

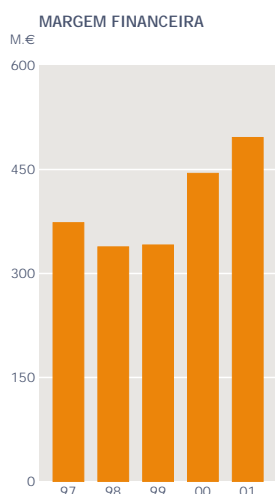


Gráfico 36

O crescimento da MARGEM FINANCEIRA é explicado, fundamentalmente, pelo aumento em 21% dos activos remunerados médios, o que reflecte sobretudo o crescimento de 29% do saldo médio do crédito a Clientes. A MARGEM FINANCEIRA foi, no entanto, negativamente afectada pela redução em 0.07 pontos percentuais do *spread* médio entre os activos e passivos remunerados, em virtude do estreitamento em 0.42 pontos percentuais do *spread* médio dos recursos<sup>1</sup>; enquanto os activos remunerados evidenciaram um alargamento de 0.35 pontos percentuais<sup>1</sup>.

#### Financiamento do crescimento do crédito

A expansão da carteira de crédito, em 2001, foi acompanhada pelo recurso a *funding* de médio e longo prazo, em complemento do crescimento dos recursos de Clientes, de forma a reforçar a componente mais estável de recursos. Nesse âmbito, foi lançado, em 2001, um programa de emissões de médio e longo prazo num valor global de 3000 milhões de euros, tendo sido concretizadas, no ano, emissões de cerca de 1 370 milhões de euros.

Cerca de 38% do aumento da carteira média de crédito foi financiado através de recursos captados junto de Clientes – depósitos e produtos estruturados – (com um *spread* médio de 3.1 p.p.) e 30% através de emissões de médio e longo prazo (com um *spread* médio de 1.7 pontos percentuais). Deste modo, 32% do aumento da carteira média de crédito foi financiado através de débitos para com instituições de crédito, (igualmente com um *spread* de 1.7 p.p.).

Assim, o aumento do saldo médio do crédito, com um *spread* médio de 2.2 pontos percentuais face aos recursos que o financiaram, gerou 72 milhões de euros de margem.

#### Financiamento do crescimento do saldo médio do crédito em 2001

Valores em milhões de euros

	Variação do saldo médio	Yield médio	Spread médio do crédito face aos recursos	Contributo para a margem
<b>Crédito a Clientes</b>	<b>3 236.0</b>	<b>6.3%</b>	<b>2.2 p.p.</b>	<b>71.8</b>
Débitos a instituições de crédito	960.6	4.6%	1.7 p.p.	15.9
Recursos de Clientes <sup>1</sup>	1 227.3	3.1%	3.1 p.p.	38.3
Emissões de médio e longo prazo	1 048.1	4.6%	1.7 p.p.	17.5

1) Depósitos e produtos estruturados.

Quadro 31

1) *Spread* médio face à média anual da Euribor a 3 meses.



O estreitamento de *spreads* do lado dos recursos reflectiu essencialmente:

- o aumento do custo médio dos depósitos a prazo;
- o reforço da componente de *funding* de médio e longo prazo com um custo médio de Euribor +20 b.p., que se repercutiu no aumento do custo médio da dívida titulada;
- a redução de *spreads* associada à queda das taxas de mercado, uma vez que uma parte dos recursos, nomeadamente depósitos à ordem, são remunerados a taxa zero ou próximas de zero.

#### Taxas médias dos activos remunerados e dos passivos remunerados

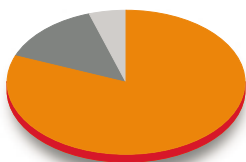
Valores em milhões de euros

	2000			2001			Δ spread médio
	Saldo médio	Taxa média	Spread médio <sup>1</sup>	Saldo médio	Taxa média	Spread médio <sup>1</sup>	
Aplicações em instituições de crédito	3 119.0	5.1%	0.7%	3 401.2	4.6%	0.3%	-0.4 p.p.
Crédito a Clientes	11 288.9	6.0%	1.7%	14 524.9	6.3%	2.0%	+0.4 p.p.
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2 503.5	5.7%	1.3%	2 514.8	6.7%	2.4%	+1.1 p.p.
<b>Activos remunerados</b>	<b>16 911.4</b>	<b>5.8%</b>	<b>1.4%</b>	<b>20 441.0</b>	<b>6.0%</b>	<b>1.8%</b>	<b>+0.3 p.p.</b>
Débitos para com instituições de crédito	5 009.3	5.0%	(0.6%)	6 251.7	4.7%	(0.4%)	+0.2 p.p.
Débitos para com Clientes	10 230.9	2.4%	2.0%	11 388.0	2.9%	1.4%	-0.6 p.p.
Débitos titulados	1 653.7	1.9%	2.5%	2 772.0	3.1%	1.1%	-1.3 p.p.
Passivos subordinados	600.6	5.0%	(0.6%)	688.4	5.0%	(0.8%)	-0.2 p.p.
<b>Passivos remunerados</b>	<b>17 494.5</b>	<b>3.2%</b>	<b>1.2%</b>	<b>21 100.1</b>	<b>3.5%</b>	<b>0.8%</b>	<b>-0.4 p.p.</b>
<b>Spread médio entre activos e passivos remunerados</b>			<b>2.6%</b>			<b>2.5%</b>	<b>-0.1 p.p.</b>
Por memória: Euribor a 3 meses		4.4%			4.3%		
<b>Activo total médio</b>	<b>19 538.5</b>			<b>23 453.8</b>			

1) Face à média anual da Euribor a três meses: activos remunerados = *Yield* médio - Euribor a 3 meses  
passivos remunerados = Euribor a 3 meses - *Yield* médio

Quadro 32

**PROVENIÊNCIA DA  
MARGEM FINANCEIRA<sup>1</sup>  
2001**



■ Intermediação de crédito (81%)  
■ Carteira de obrigações (14%)  
■ Cobertura, gestão de balanço, trading e outros (5%)

1) Considerando o custo médio dos recursos remunerados.

Gráfico 37

No quadro seguinte, analisa-se a evolução dos proveitos com juros das aplicações remuneradas e dos custos com juros dos recursos remunerados.

**Evolução dos proveitos e dos custos com juros**

Valores em milhões de euros

	2000	Efeito- -saldo	Efeito- -taxa	Efeito- -residual	Varição total	2001
<b>Activos remunerados</b>						
Aplicações em instituições de crédito	157.9	14.3	(15.3)	(1.4)	(2.4)	155.5
Crédito a Clientes	682.6	195.7	25.0	7.2	227.9	910.5
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	143.9	0.6	24.0	0.1	24.7	168.6
Correcção pelo efeito de estrutura <sup>1</sup>	-	(5.2)	3.3	1.8	-	-
<b>Proveitos dos activos remunerados</b>	<b>984.3</b>	<b>205.4</b>	<b>37.1</b>	<b>7.7</b>	<b>250.2</b>	<b>1 234.6</b>
<b>Passivos remunerados</b>						
Débitos para com instituições de crédito	250.1	62.0	(17.0)	(4.2)	40.8	291.0
Depósitos e outros débitos para com Clientes remunerados	247.8	28.0	44.0	5.0	77.0	324.8
Débitos titulados	32.0	21.7	19.6	13.3	54.6	86.6
Passivos subordinados	30.2	4.4	0.2	0.0	4.6	34.8
Correcção pelo efeito de estrutura <sup>1</sup>	-	(0.7)	4.2	(3.5)	-	-
<b>Custo dos passivos remunerados</b>	<b>560.1</b>	<b>115.4</b>	<b>51.1</b>	<b>10.5</b>	<b>177.0</b>	<b>737.1</b>
<b>Subtotal</b>	<b>424.3</b>	<b>90.0</b>	<b>(14.0)</b>	<b>(2.8)</b>	<b>73.2</b>	<b>497.5</b>
Outros proveitos e custos <sup>2</sup>	(23.3)				(3.0)	(26.3)
Proveitos líquidos de swaps e outras operações extrapatrimoniais	34.7				(26.2)	8.5
<b>Margem financeira estrita</b>	<b>435.6</b>				<b>44.0</b>	<b>479.7</b>
Rendimento de títulos de rendimento variável	7.2				8.7	15.9
<b>Margem financeira</b>	<b>442.8</b>				<b>52.8</b>	<b>495.6</b>

1) Linha de reconciliação da soma dos efeitos volume, preço e residual das componentes dos activos e passivos remunerados face ao valor desses efeitos calculados para a totalidade dos activos e passivos remunerados, em virtude de estes últimos serem igualmente influenciados pela alteração da estrutura das aplicações e recursos, cujo efeito não é apreendido pela soma dos efeitos das suas componentes.

2) Proveitos com juros de activos monetários e outros activos, líquidos de contribuições para o fundo de garantia de depósitos e custo com juros de outros passivos.

Quadro 33

**Comissões**

As comissões e outros proveitos equiparados de Banca Comercial registaram um crescimento global de 12%, salientando-se os crescimentos das comissões relativas a cartões (+19%), a crédito e garantias (+19%), a cheques, transferências e ordens de pagamento (+38%) e a intermediação de seguros (+74%).

No entanto, a evolução global das COMISSÕES E OUTROS PROVEITOS EQUIPARADOS (+2.4%) foi negativamente afectada pela redução das comissões mais directamente associadas a mercados

**Indicadores seleccionados**

Comissões <sup>1</sup> (M.€)	244.1
Δ%	+11%
Em % produto bancário	31%

1) Inclui outros proveitos líquidos.

de acções – comissões de corretagem e de operações de mercado primário de acções (ofertas públicas iniciais e privatizações) – em virtude do enquadramento negativo verificado no ano. Estas comissões, incluindo as obtidas pelo banco comercial, ascenderam a 9.4 milhões de euros em 2001, o que correspondeu a um decréscimo de 17.7 milhões de euros face ao ano anterior (-65%).

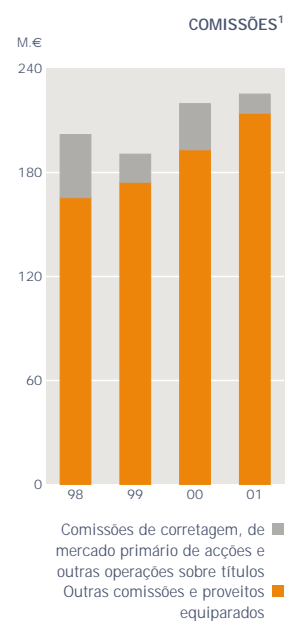
#### Comissões e outros proveitos (líquidos)

Valores em milhões de euros

	2000	%	2001	%	Δ%
Corretagem	13.7	6.2%	5.8	2.6%	(57.5%)
Operações de mercado primário de acções	7.5	3.4%	2.2	1.0%	(70.3%)
Gestão de activos	30.4	13.8%	30.0	13.3%	(1.2%)
Colocação de fundos de investimento e de banco depositário	6.4	2.9%	6.0	2.7%	(6.6%)
Consultoria e avaliação e outras de Banca de Investimento	9.8	4.5%	10.5	4.7%	7.3%
<b>Comissões e outros proveitos de Banca de Investimento</b>	<b>67.8</b>	<b>30.8%</b>	<b>54.6</b>	<b>24.2%</b>	<b>(19.5%)</b>
Proveitos com cartões	32.6	14.8%	38.7	17.2%	18.6%
Comissões associadas a crédito e garantias	40.2	18.3%	47.9	21.2%	19.0%
Cheques, transferências e ordens de pagamento	12.3	5.6%	16.9	7.5%	37.6%
Intermediação de seguros	3.1	1.4%	5.4	2.4%	73.7%
Privatizações	3.2	1.5%	0.2	0.1%	(92.3%)
Colocação de fundos de investimento e de banco depositário	19.5	8.9%	16.7	7.4%	(14.0%)
Outras de Banca Comercial	41.1	18.7%	44.8	19.9%	9.0%
<b>Comissões e outros proveitos de Banca Comercial</b>	<b>152.1</b>	<b>69.2%</b>	<b>170.7</b>	<b>75.8%</b>	<b>12.2%</b>
<b>Comissões e outros proveitos equiparados (subtotal)</b>	<b>219.9</b>	<b>100.0%</b>	<b>225.3</b>	<b>100.0%</b>	<b>2.4%</b>
Recuperações de crédito vencido <sup>1</sup>	-		18.9		-
<b>Total</b>	<b>219.9</b>		<b>244.1</b>		<b>11.0%</b>

1) Em 2001, na sequência da alteração, pelo Banco de Portugal, do Plano de Contas para o Sector Bancário, os proveitos com recuperações de crédito vencido (18.9 M.€) passaram a estar reconhecidos em outros proveitos de exploração, enquanto em 2000 esses proveitos (18.7 M.€) estavam relevados na rubrica ganhos extraordinários.

Quadro 34



1) Comissões e outros proveitos equiparados líquidos (não inclui recuperações de crédito vencido).

Gráfico 38

#### Lucros em operações financeiras

A redução de 13% dos LUCROS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS decorreu essencialmente da diminuição dos ganhos relativos a acções – em *trading* de acções e futuros – e a produtos estruturados, em resultado do comportamento negativo dos mercados, e da redução dos ganhos cambiais.

Em 2001, os contributos mais significativos corresponderam a mais-valias em acções da carteira de *Private Equity*, que reflectem, na sua quase totalidade, a mais-valia de 31.2 milhões de euros obtida na venda de uma participação na IMC, bem como a ganhos em instrumentos de taxa de juro.

#### Indicadores seleccionados

Lucros em operações financeiras (M.€)	40.6
Δ%	-13%
Em % produto bancário	5%

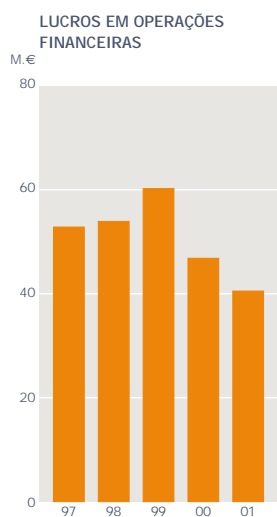


Gráfico 39

#### Indicadores seleccionados

Custos de estrutura (M.€) 505.1

Ratio de eficiência<sup>1</sup> 68%

Cost-to-income<sup>2</sup> 58%

- 1) Custos de estrutura em % da margem financeira e comissões (liq.)  
 2) Custos de funcionamento em % do produto bancário.

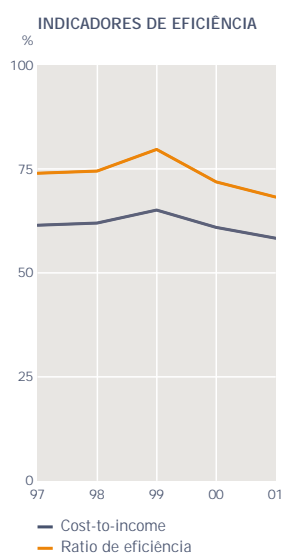


Gráfico 40

#### Lucros em operações financeiras

Valores em milhões de euros

	2000	%	2001	%	Δ M.€
Instrumentos de taxa de juro	7.6	16.2%	5.7	14.0%	(1.9)
Ações e futuros de ações	8.9	19.0%	(4.4)	(10.9%)	(13.3)
Produtos estruturados	8.0	17.2%	1.0	2.4%	(7.1)
Private Equity	14.0	29.9%	33.2	81.7%	19.2
Ganhos cambiais	10.5	22.5%	0.3	0.8%	(10.2)
Outros <sup>1</sup>	(2.2)	(4.8%)	4.9	12.1%	7.1
<b>Total</b>	<b>46.7</b>	<b>100.0%</b>	<b>40.6</b>	<b>100.0%</b>	<b>(6.1)</b>

1) Inclui em 2001 uma mais-valia de 3.9 milhões de euros na liquidação de uma posição estrutural num *swap*.

Quadro 35

Os ganhos com acções e futuros de acções resultam da actividade de *trading*, a qual é, predominantemente, doméstica. Por outro lado, a actividade de *trading* em instrumentos de taxa de juro centra-se na actuação em mercados da zona do euro, EUA, Reino Unido, em mercados em convergência na Europa, bem como no Brasil.

#### Custos de estrutura

O crescimento moderado dos CUSTOS DE ESTRUTURA reflecte o impacto do amplo programa de racionalização operativa em curso – que envolve a redução do número de efectivos, a gestão proactiva da rede de balcões, a simplificação e automatização de processos operativos e a intensificação da utilização dos canais virtuais.

#### Custos de estrutura

Valores em milhões de euros

	2000	2001	Δ%
Custos com pessoal	277.9	288.3	3.7%
Fornecimento e serviços de terceiros	152.9	165.0	7.9%
<b>Custos de funcionamento</b>	<b>430.8</b>	<b>453.3</b>	<b>5.2%</b>
Amortizações	45.9	51.8	13.0%
<b>Custos de estrutura</b>	<b>476.7</b>	<b>505.1</b>	<b>6.0%</b>

Quadro 36

O *cost-to-income*<sup>1</sup> situou-se em 58%, em 2001, o que corresponde a um decréscimo de 2.6 pontos percentuais face ao ano anterior, enquanto ratio de eficiência (custos de estrutura em percentagem dos proveitos recorrentes – margem financeira e comissões) melhorou de 72%, em 2000, para 68%, em 2001, ou seja, registou uma redução de 3.6 pontos percentuais.

- 1) Custos com pessoal e fornecimentos e serviços de terceiros em percentagem do produto bancário.

## Colaboradores por balcão e indicadores de eficiência

	1997	1998	1999	2000	2001	Δ % 00 / 01
<b>Colaboradores por balcão (n.º)</b>						
Colaboradores afectos à Banca Comercial <sup>1</sup> por balcão <sup>2</sup>	14.9	12.5	11.2	11.0	10.6	(3.5%)
Colaboradores nos balcões (n.º médio) <sup>3</sup>	8.2	7.3	6.4	6.2	6.0	(3.2%)
<b>Indicadores de eficiência</b>						
Cost-to-income <sup>4</sup>	61.6%	61.7%	65.0%	60.7%	58.1%	-2.6 p.p.
Ratio de eficiência <sup>5</sup>	73.9%	74.5%	79.6%	71.9%	68.3%	-3.6 p.p.

1) Na actividade em Portugal.

Quadro 37

2) Rede de distribuição, em Portugal, de Banca de Particulares e de Banca de Empresas.

3) Rede tradicional. Não inclui *in-store*, lojas habitação, lojas automáticas e centros de empresas.

4) Custos de funcionamento em % do produto bancário.

5) Custos de estrutura em % do produto bancário, excluindo lucros em operações financeiras.

A evolução dos proveitos recorrentes (margem financeira e comissões), explicada pela expansão da actividade comercial e pela melhoria dos indicadores de produtividade, tem compensado o incremento de custos associados ao maior esforço comercial e aos programas de modernização do Grupo, o que se traduz numa melhoria continuada dos indicadores de eficiência desde 1999.

## Custos com pessoal

O aumento dos CUSTOS COM PESSOAL em 3.7% é inferior em cerca de 1.7 pontos percentuais ao impacto efectivo, estimado em perto de 5.4%, da actualização da tabela salarial no âmbito do ACTV – Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário<sup>1</sup>. A evolução dos CUSTOS COM PESSOAL em 2001 beneficia, portanto, da redução em 0.5% do número médio de Colaboradores do Grupo.

### Indicadores seleccionados

Custos com pessoal (M.€) 288.3

Δ% +3.7%

Em % dos custos de estrutura 57%

### Custos com pessoal

Valores em milhões de euros

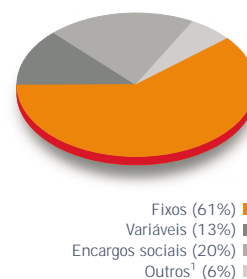
	2000	2001	Δ%
<b>Remuneração dos Colaboradores</b>			
Banco BPI	238.5	245.7	3.0%
Outras subsidiárias	30.5	33.5	10.1%
<b>Subtotal</b>	<b>268.9</b>	<b>279.2</b>	<b>3.8%</b>
Remuneração dos órgãos sociais <sup>1</sup>	10.1	9.1	(10.4%)
<b>Total</b>	<b>277.9</b>	<b>288.3</b>	<b>3.7%</b>

Nota: Os CUSTOS COM PESSOAL incluem o custo com pensões, no montante de 18.8 milhões de euros, em 2000, e de 17.8 milhões de euros em 2001.

Quadro 38

- 1) Em 2000 a remuneração dos órgãos sociais foi de 10.1 milhões de euros, dos quais 8.9 milhões de euros como custos com pessoal e 1.2 milhões de euros correspondente à aplicação de resultados do exercício, os quais não tiveram reflexo na conta de custos com pessoal. O total dos custos com pessoal relativo a 2000 de 277.9 milhões de euros corresponde aos custos relevados na conta de resultados, pelo que exclui o montante correspondente à distribuição de resultados.

### CUSTOS COM PESSOAL 2001



- 1) Inclui remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização.

Gráfico 41

- 1) A actualização da tabela salarial no âmbito do ACTV foi, em 2001 e abrangendo todo o ano, de 3.85%, mas tendo em conta todos os efeitos que produz, estima-se que se traduza num aumento de custos de cerca de 5.4%.

#### Número de Colaboradores do Grupo

	N.º médio			N.º em final do ano		
	2000	2001	Δ%	2000	2001	Δ%
Actividade em Portugal	7 626	7 541	(1.1%)	7 588	7 329	(3.4%)
Banco BPI	6 941	6 844	(1.4%)	6 886	6 607	(4.1%)
Outros	685	697	1.8%	702	722	2.8%
Actividade no estrangeiro	417	464	11.3%	438	504	15.1%
Total de Colaboradores das empresas que consolidam por integração global	8 043	8 005	(0.5%)	8 026	7 833	(2.4%)

Quadro 39

No final de 2001, o quadro de pessoal ascendia a 7 833 Colaboradores. Deste número, 526 eram Colaboradores contratados a prazo na actividade doméstica e 504 estão nas sucursais e subsidiárias estrangeiras do Grupo, nomeadamente Moçambique e Angola (341), e França (124).

#### Fornecimentos e serviços de terceiros

O crescimento global de 8% dos FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS foi particularmente influenciado pelo aumento em 5.3 milhões de euros (+67%) do custo reconhecido no ano relativo ao diferimento do investimento em campanhas de publicidade, apesar de o investimento em campanhas de publicidade ter diminuído, em 2001, para 10.1 milhões de euros (17.3 milhões de euros, em 2000, e 14.1 milhões de euros, em 1999).

Os restantes custos cresceram 4.7%, num contexto de intensa actividade comercial, modernização e intensificação da utilização de novos canais.

#### Indicadores seleccionados

Fornecimentos e serviços de terceiros (M.€)	165.0
Δ%	+7.9%
Em % dos custos de estrutura	33%

**Fornecimentos e serviços de terceiros**

Valores em milhões de euros

	2000	%	2001	%	Δ%
<b>Fornecimentos de terceiros</b>					
Água, energia e combustíveis	5.8	3.8%	5.9	3.6%	3.0%
Impressos e material de consumo corrente	5.2	3.4%	5.9	3.6%	12.4%
Outros fornecimentos de terceiros	2.2	1.4%	2.2	1.3%	2.5%
<b>Subtotal</b>	<b>13.2</b>	<b>8.6%</b>	<b>14.1</b>	<b>8.5%</b>	<b>6.6%</b>
<b>Serviços de terceiros</b>					
Rendas e alugueres	25.3	16.6%	25.8	15.6%	2.0%
Dos quais são rendas de casas	17.8	11.7%	19.2	11.6%	7.8%
Comunicação e despesas de expedição	24.0	15.7%	25.9	15.7%	7.9%
Publicidade e edição de publicações	20.4	13.3%	23.5	14.2%	15.4%
Dos quais correspondem à periodização dos custos com campanhas	7.8	5.1%	13.0	7.9%	67.4%
Avenças e honorários <sup>1</sup>	3.2	2.1%	5.1	3.1%	56.1%
Conservação e reparação	10.7	7.0%	11.7	7.1%	9.6%
Serviços especializados	37.4	24.4%	38.2	23.1%	2.1%
Outros serviços de terceiros	18.8	12.3%	20.9	12.7%	11.0%
<b>Subtotal</b>	<b>139.7</b>	<b>91.4%</b>	<b>151.0</b>	<b>91.5%</b>	<b>8.0%</b>
<b>Total</b>	<b>152.9</b>	<b>100.0%</b>	<b>165.0</b>	<b>100.0%</b>	<b>7.9%</b>

1) O aumento é explicado essencialmente pelo acréscimo de custos com solicitadores relacionados com o crédito à habitação.

Quadro 40

**FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS 2001**


Gráfico 42

Os custos com campanhas de publicidade institucional e de produtos, em virtude de os seus benefícios se repercutirem em vários exercícios, são registados ao longo de três anos (e não apenas no exercício em que ocorrem), pelo que o custo de 13.0 milhões de euros, reconhecidos na conta de resultados de 2001, inclui 10.5 milhões de euros que correspondem ao diferimento de custos de anos anteriores.

**Diferimento do custo com campanhas de publicidade**

Valores em milhões de euros

Campanhas realizadas no ano	Despesa total	Custo reconhecido no ano			Montante por amortizar 31 Dez. 2001
		1999	2000	2001	
1999	14.1	2.1	4.7	4.7	2.6
2000	17.3	-	3.1	5.8	8.5
2001	10.1	-	-	2.6	7.6
<b>Total</b>		<b>2.1</b>	<b>7.8</b>	<b>13.0</b>	<b>18.6</b>

Quadro 41

No final de 2001, o montante a imputar a exercícios seguintes era de 18.6 milhões de euros.

#### Indicadores seleccionados

Amortizações (M.€)	51.8
Δ%	+13%
Em % dos custos de estrutura	10%

#### AMORTIZAÇÕES 2001

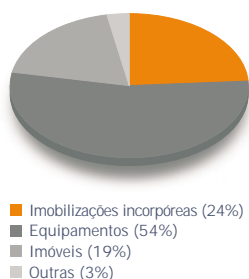


Gráfico 43

#### Indicadores seleccionados

Provisões (M.€)	84.5
Δ%	+5%
Δ% provisões específicas para crédito	+15%
Δ% provisões genéricas para crédito	-53%

### Amortizações

O aumento das AMORTIZAÇÕES deriva principalmente da aquisição de equipamento informático e despesas de investigação e desenvolvimento, no âmbito do processo de racionalização e modernização do Grupo.

#### Amortizações de imobilizado incorpóreo e corpóreo

Valores em milhões de euros

	Amortizações no ano			Imobilizado líquido 31 Dez. 2001
	2000	2001	Δ%	
Imobilizado incorpóreo				
Despesas de investigação e desenvolvimento	2.1	3.4	67.6%	7.4
Outro imobilizado incorpóreo	8.8	9.1	3.9%	11.0
Imobilizado incorpóreo em curso	-	-	-	2.4
Subtotal	10.8	12.6	16.0%	20.9
Imobilizado corpóreo				
Imóveis em uso	8.4	9.7	15.6%	187.3
Equipamento informático	13.4	14.8	10.4%	26.7
Outro equipamento	12.0	13.1	9.4%	51.5
Outro imobilizado corpóreo	1.2	1.6	31.5%	10.8
Imobilizado corpóreo em curso	-	-	-	28.0
Subtotal	35.0	39.3	12.1%	304.3
Total	45.9	51.8	13.0%	325.1

Quadro 42

### Provisões

As PROVISÕES LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO ascenderam a 84.5 milhões de euros em 2001, o que corresponde a um aumento de 5% face ao ano anterior.

O provisionamento de situações de incumprimento de crédito significou, em 2001, dotações (líquidas de reposições) de 19.2 milhões de euros, o que representa um crescimento de 15%, enquanto a carteira média de crédito cresceu cerca de 28%.

Por outro lado, as provisões gerais para crédito, que estão indexadas à expansão do crédito<sup>1</sup>, diminuíram 24.2 milhões de euros (-53%), do que resultou a redução de 35% das provisões globais para crédito.

<sup>1</sup> O crescimento da carteira de crédito determina a obrigatoriedade de constituição de provisões para riscos gerais de crédito correspondentes a 1% do novo crédito concedido (1.5%, no caso do crédito ao consumo).



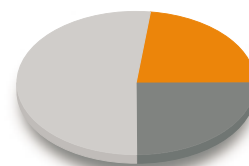
## Provisões

Valores em milhões de euros

	2000	2001	Δ%
Provisões específicas para crédito	16.8	19.2	14.6%
Provisões genéricas para crédito	45.2	21.1	(53.4%)
<b>Total de provisões para crédito</b>	<b>62.0</b>	<b>40.3</b>	<b>(35.0%)</b>
Depreciação de títulos e participações	12.3	10.8	
Provisões para riscos diversos	0.9	33.1	
Risco-país	2.2	(2.0)	
Outras	2.8	2.4	
<b>Total</b>	<b>80.3</b>	<b>84.5</b>	<b>5.3%</b>

Quadro 43

## PROVISÕES 2001



Provisões específicas para crédito (23%)  
Provisões genéricas para crédito (25%)  
Outras (52%)

Gráfico 44

## Resultados extraordinários

OS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS LÍQUIDOS ascenderam, em 2001, a 5.0 milhões de euros, enquanto no ano anterior foram de 41.6 milhões de euros.

A evolução dos RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS reflecte essencialmente:

- o facto de em 2000 se ter realizado uma mais-valia de 34.4 milhões de euros na venda de uma participação de 5.9% na Cimpor;
- a amortização integral, por contrapartida de reservas, em Junho de 2001, das contribuições para cobertura do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas em 1999, 2000 e primeiro semestre de 2001, e que ainda não tinham sido relevadas como custo, pelo que o encargo reconhecido em 2001 se refere apenas às realizadas no segundo semestre.

Em 2001, foram realizadas 315 reformas antecipadas, das quais 248 no segundo semestre (em 2000, foram realizadas 381 reformas antecipadas).

## Resultados extraordinários líquidos

Valores em milhões de euros

	2000	2001
Mais-valias na venda de participações e imobilizado	38.5	7.9
Incentivos à reforma antecipada	(4.6)	(4.5)
Custos com periodização do acréscimo de responsabilidades com reformas antecipadas	(8.9)	(4.5)
Periodização de outros custos associados a pensões (perdas actuariais)	-	(0.1)
Recuperações de crédito e juros vencidos <sup>1</sup>	18.7	-
Outros	(2.1)	6.2
<b>Total</b>	<b>41.6</b>	<b>5.0</b>

1) Em 2001, na sequência da alteração, pelo Banco de Portugal, do Plano de Contas para o Sector Bancário, os proveitos com recuperações de crédito vencido (18.9 milhões de euros) passaram a estar reconhecidos em outros proveitos de exploração, enquanto em 2000 esses proveitos (18.7 milhões de euros) estavam relevados na rubrica ganhos extraordinários.

Quadro 44

## Indicadores seleccionados

M.€

Resultados extraordinários 5.0

Mais-valias em participações e imobilizado 7.9

## RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS 2001

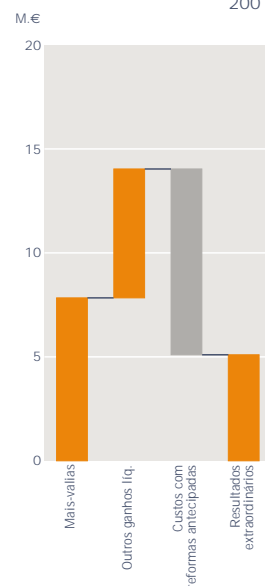


Gráfico 45

No final de 2001, estavam por relevar na conta de resultados 41.4 milhões de euros relativos ao acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas e a perdas actuariais<sup>1</sup> resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados. Este montante será reconhecido como custo ao longo de um período máximo de dez anos.

### Impostos sobre lucros

#### Indicadores seleccionados

Impostos sobre lucros (M.€)	59.6
Δ%	+90%
Taxa média de impostos	30%

OS IMPOSTOS SOBRE LUCROS aumentaram 28.2 milhões de euros (+90%) face ao ano anterior, sendo que a taxa média de imposto – definida como a relação entre provisão para impostos sobre lucros e o resultado consolidado antes do imposto – passou de 16%, em 2000, para 30%, em 2001. É de referir que todas as empresas do Grupo são tributadas em base individual.

O aumento da taxa média de imposto no Grupo BPI explica-se essencialmente:

- pela redução do contributo das empresas de *Private Equity* para o resultado consolidado antes de impostos de 48.1 milhões de euros, em 2000, para -21.3 milhões de euros, em 2001, enquanto a carga fiscal nestas empresas, dada a natureza dos seus proveitos, se manteve nula ou próxima de zero<sup>2</sup>;
- por se passar a considerar em 2001 apenas 50% do reforço das provisões genéricas para crédito como custo fiscal, em resultado da reforma fiscal<sup>3</sup>, o que implicou um acréscimo de cerca de 3.7 milhões de euros de impostos;
- por se ter esgotado o reporte fiscal do Banco BPI, pelo que o reporte fiscal utilizado em 2001 representou cerca de 13% do lucro tributável do Banco BPI, enquanto, em 2000, representara 25%.

No final de 2001, o BPI SGPS tinha prejuízos fiscais reportáveis no montante de 33.1 milhões de euros.

1) Ver texto sobre responsabilidades com pensões (página 106).

2) As empresas de *Private Equity* registam uma carga fiscal reduzida por os seus resultados serem essencialmente dividendos de participações e mais-valias na venda de imobilizações financeiras cujos valores de realização, dada a natureza da própria actividade, se destinam a ser reinvestidos até ao final dos dois exercícios seguintes ao da operação. Os dividendos de participações, para efeitos de determinação do lucro tributável, são deduzidos em 100% ao resultado antes de impostos (95% em 2000 de acordo com o anterior regime fiscal). Relativamente às mais-valias referidas anteriormente, de acordo com o regime fiscal em vigor em 2000 a sua tributação era suspensa enquanto se fizesse o reinvestimento dos valores de realização. Em 2001, passaram a ser tributadas por um quinto do seu valor no ano da respectiva realização e por igual montante em cada um dos quatro anos subsequentes ou, por opção do sujeito passivo, ser adoptado o regime fiscal para 2002 que determina a tributação de metade do seu valor no ano da respectiva realização, enquanto a outra metade fica isenta de tributação.

3) Com a reforma fiscal ocorrida, as provisões genéricas para crédito deixam de ser consideradas em 50% como custo fiscal, em 2001 e 2002, e integralmente a partir de 2003.

### Resultados de subsidiárias consolidadas pelo equity method

AS SUBSIDIÁRIAS CONSOLIDADAS PELO *EQUITY METHOD* apresentaram um contributo de 14.5 milhões de euros para o resultado consolidado, enquanto em 2000 esse contributo tinha sido de 12.0 milhões de euros.

Em 2001, passou-se a consolidar pelo *equity method* a participação de 17% no Banco Post, a qual teve um contributo para o resultado de 3.3 milhões de euros.

O contributo das seguradoras reduziu-se em 2.5 milhões de euros, reflectindo a evolução negativa do mercado de capitais.

#### Indicadores seleccionados

	M.€
Resultados de subsidiárias consolidadas pelo equity-method	14.5

#### Resultados de subsidiárias consolidadas pelo equity method

Valores em milhões de euros

	2000	2001
Banco Post <sup>1</sup>	-	3.3
BPI Pensões	1.8	2.4
BPI Rent	(1.7)	0.9
Allianz Portugal	3.2	2.5
Cosec	1.3	1.0
BPI Vida	3.1	1.5
Finangeste	0.4	0.4
Viacer	2.2	4.0
Outras	1.7	(1.7)
<b>Total</b>	<b>12.0</b>	<b>14.5</b>

1) O Grupo BPI concluiu, no final de 2000, o processo de aquisição de uma participação no Banco Post através da qual elevou a participação detida para 17%.

Quadro 45

#### Indicadores seleccionados

Activo total líquido (M.€) 24 793

Crédito a Clientes (M.€) 15 372

Δ% +15%

Recursos totais de Clientes

no balanço (M.€) 12 650

Δ% +9%

## BALANÇO

O ACTIVO TOTAL LÍQUIDO ascendia, em 31 de Dezembro de 2001, a 24 792.9 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 13% relativamente ao final de 2000, resultante essencialmente da expansão da carteira de crédito.

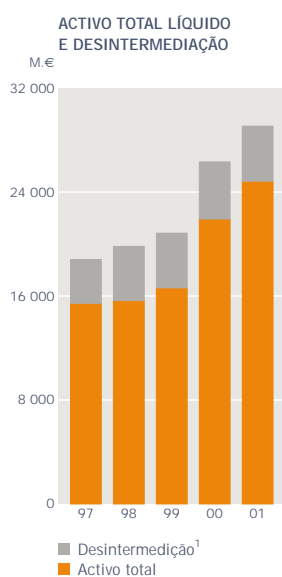
O crescimento de 15% do CRÉDITO A CLIENTES reflecte uma actuação selectiva na concessão de crédito, subordinada a critérios de rendibilidade e risco, num contexto de abrandamento da actividade económica. O crédito à habitação cresceu 35% e foi a componente mais dinâmica da carteira, enquanto o crédito a grandes empresas, de forma deliberada, registou um decréscimo de 1% e constituiu o principal factor para a desaceleração do ritmo de crescimento da carteira total de crédito.

A expansão do crédito, superior ao crescimento de 9% dos RECURSOS CAPTADOS DE CLIENTES com expressão no balanço (depósitos, produtos estruturados e obrigações de taxa fixa colocadas junto de Clientes), foi acompanhada pelo reforço das componentes de recursos de médio e longo prazo. Neste âmbito, foi lançado em 2001 um programa de emissões de médio e longo prazo num valor global de 3 000 milhões de euros, tendo sido, no ano, concretizadas emissões de cerca de 1 370 milhões de euros.

O aumento dos recursos de Clientes correspondeu a 50% da variação anual da carteira de crédito (bruta), enquanto o aumento destes recursos acrescidos da dívida, sénior e subordinada, colocada no mercado correspondeu a 114% do crescimento da carteira de crédito. No final de 2001, o CRÉDITO A CLIENTES (bruto) representava 101% dos recursos de terceiros de natureza mais estável (recursos de Clientes e dívida titulada e subordinada colocada no mercado).

Os recursos com registo fora de balanço, principalmente fundos de investimento, registaram um decréscimo de 2.3% influenciados pela conjuntura desfavorável a estas aplicações, devida à evolução negativa dos mercados de acções.

No final de 2001, o crédito vencido há mais de 30 dias representava 1.1% da carteira de crédito e estava provisionado em 160%.



1) Recurso de Clientes, com registo fora do balanço.

Gráfico 46

## Balanço

Valores em milhões de euros

	2000	2001	Δ%
<b>Activo líquido</b>			
Activos monetários	891.4	860.4	(3.5%)
Créditos sobre instituições de crédito	2 690.8	3 512.3	30.5%
Crédito sobre Clientes	13 391.3	15 372.1	14.8%
Carteira de obrigações de emissores públicos	1 154.8	1 518.3	31.5%
Carteira de obrigações de outros emissores	1 288.7	1 186.6	(7.9%)
Carteira de acções	247.3	155.4	(37.1%)
Participações	769.2	827.1	7.5%
Imobilizações	338.6	325.1	(4.0%)
Activos diversos	1 135.2	1 035.5	(8.8%)
<b>Total do activo</b>	<b>21 907.4</b>	<b>24 792.9</b>	<b>13.2%</b>
<b>Passivo e situação líquida</b>			
Débitos para com instituições de crédito	5 934.7	6 692.8	12.8%
Débitos para com Clientes	11 115.8	12 053.1	8.4%
Débitos titulados	1 944.3	3 121.7	60.6%
Passivos diversos	909.6	828.9	(8.9%)
Provisões e fundo para riscos bancários gerais	194.3	251.7	29.5%
Passivos subordinados	582.8	631.1	8.3%
Interesses minoritários	295.8	304.9	3.1%
Capital subscrito	645.6	645.6	0.0%
Reservas	132.0	129.8	(1.7%)
Lucro líquido	152.4	133.3	(12.5%)
<b>Total da situação líquida</b>	<b>930.0</b>	<b>908.7</b>	<b>(2.3%)</b>
<b>Total do passivo e da situação líquida</b>	<b>21 907.4</b>	<b>24 792.9</b>	<b>13.2%</b>
Por memória			
Activo total médio	19 538.5	23 453.8	20.0%
Recursos captados de Clientes com registo fora do balanço <sup>1</sup>	4 867.1	4 753.0	(2.3%)

1) O montante dos fundos de investimento, incluídos nestes recursos, está corrigido pelas unidades de participação nas carteiras dos bancos do Grupo.

Quadro 46

# Balanço médio

Valores em milhões de euros

	2000	2001	Δ%
<b>Activo líquido</b>			
Activos monetários	625.7	675.9	8.0%
Créditos sobre instituições de crédito	3 075.6	3 376.8	9.8%
Crédito sobre Clientes	11 356.4	14 565.1	28.3%
Carteira de obrigações de emissores públicos	1 186.8	1 247.8	5.1%
Carteira de obrigações de outros emissores	1 288.0	1 266.7	(1.7%)
Carteira de acções	230.5	165.4	(28.3%)
Participações	397.8	843.5	112.0%
Imobilizações	331.9	332.0	0.0%
Activos diversos	1 045.7	980.7	(6.2%)
<b>Activo total médio</b>	<b>19 538.5</b>	<b>23 453.8</b>	<b>20.0%</b>
<b>Passivo e situação líquida</b>			
Débitos para com instituições de crédito	4 706.7	6 253.3	32.9%
Débitos para com Clientes	10 580.5	11 484.1	8.5%
Débitos titulados	1 646.3	2 750.3	67.1%
Passivos diversos	838.5	866.5	3.3%
Provisões e fundo para riscos bancários gerais	167.4	213.8	27.7%
Passivos subordinados	599.9	681.5	13.6%
Interesses minoritários	292.5	299.6	2.4%
Capital subscrito	571.2	645.6	13.0%
Reservas	43.7	176.9	304.9%
Lucro líquido	91.8	82.2	(10.4%)
<b>Situação líquida média</b>	<b>706.7</b>	<b>904.7</b>	<b>28.0%</b>
<b>Passivo e situação líquida médios</b>	<b>19 538.5</b>	<b>23 453.8</b>	<b>20.0%</b>

Nota: média dos valores em fim do mês.

Quadro 47

## Crédito a Clientes

A carteira de CRÉDITO A CLIENTES registou um crescimento de 15% que reflecte uma política de concessão de crédito subordinada a critérios de rentabilidade dos capitais próprios e de risco, num contexto de abrandamento da actividade económica.

O crédito à habitação, que constituiu a principal aposta comercial, registou um crescimento de 35% que superou largamente o crescimento médio estimado para o mercado de 13.0%<sup>1</sup>.

Por outro lado, o crescimento moderado do crédito a empresas de 2%, face ao crescimento estimado do mercado de 13.3%<sup>1</sup>, inscreve-se numa actuação selectiva de concessão de crédito e constituiu, de forma deliberada, o principal determinante para a desaceleração do ritmo de crescimento global da carteira.

### Carteira de crédito a Clientes

Valores em milhões de euros

	2000	%	2001	%	Δ%
Crédito a empresas					
Grandes empresas <sup>1</sup>	4 141.3	31.0%	4 113.2	26.9%	(0.7%)
Médias empresas	1 732.7	13.0%	1 868.6	12.2%	7.8%
Subtotal	5 874.1	44.0%	5 981.8	39.1%	1.8%
Crédito a particulares e a pequenos negócios					
Crédito à habitação	3 709.1	27.8%	5 007.5	32.7%	35.0%
Crédito a particulares – outros fins	769.8	5.8%	843.6	5.5%	9.6%
Crédito a pequenas empresas e negócios	965.8	7.2%	1 159.7	7.6%	20.1%
Subtotal	5 444.7	40.8%	7 010.7	45.8%	28.8%
Banca Institucional	255.6	1.9%	361.3	2.4%	41.4%
Leasing	862.0	6.5%	1 013.5	6.6%	17.6%
Factoring	303.7	2.3%	300.9	2.0%	(0.9%)
Outros	599.3	4.5%	628.4	4.1%	4.9%
<b>Carteira de crédito produtivo</b>	<b>13 339.4</b>	<b>100.0%</b>	<b>15 296.6</b>	<b>100.0%</b>	<b>14.7%</b>
Crédito vencido total	155.1		174.4		12.5%
Provisões específicas	(103.1)		(98.9)		(4.1%)
<b>Carteira de crédito líquida consolidada</b>	<b>13 391.4</b>		<b>15 372.1</b>		<b>14.8%</b>
Financiamento automóvel e de equipamentos (ALD) <sup>2</sup>	260.2		273.1		5.0%
Crédito por assinatura	3 048.3		3 297.9		8.2%

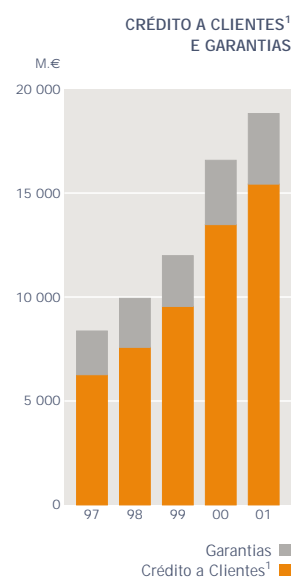
1) Inclui crédito concedido no âmbito da actividade de *Project Finance*.

2) Crédito concedido por empresas do Grupo consolidadas pelo *equity method*, pelo que o valor do crédito concedido não está reflectido no balanço consolidado. O financiamento automóvel, na vertente aluguer de longa duração, é desenvolvido em exclusividade pela BPI Rent.

Quadro 48

### Indicadores seleccionados

Crédito a Clientes (M.€)	15 372
Δ%	+15%
Crédito à habitação (M.€)	5 008
Δ%	+35%
Ratio de crédito vencido	1.1%
Cobertura por provisões	160%



1) Carteira de crédito bruta.

Gráfico 47

1) Fonte: Banco de Portugal, "Indicadores de conjuntura, Janeiro de 2002".

Em final de 2001, o ratio de crédito vencido há mais de 30 dias situou-se em 1.1% e estava coberto por provisões em 160%.

### Carteira de títulos e participações financeiras

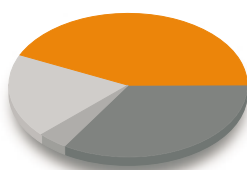
Em 31 de Dezembro de 2001, a CARTEIRA DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS do Grupo BPI ascendia a 3 532.2 milhões de euros, ou seja, mais 5% que no final de 2000.

O aumento observado explica-se pelo aumento da carteira de *trading* de obrigações de emissores públicos. No final de 2001, a carteira de negociação representava 32% da carteira de títulos e 5% do activo total e a carteira de investimento representava 10% do activo total.

#### Indicadores seleccionados

Títulos e participações financeiras (M.€)	3 532
Carteira de negociação em % do activo	4.5%
Carteira de investimento em % do activo	9.7%

CARTEIRA DE TÍTULOS  
Em 31 de Dezembro de 2001



- Obrigações de emissores públicos (43%)
- Obrigações de outros emissores (34%)
- Acções e outros títulos de rendimento variável (4%)
- Participações financeiras (19%)

Gráfico 48

#### Carteira de títulos e participações

Valores em milhões de euros

	2000	%	2001	%	Δ%
<b>De negociação</b>					
Obrigações de emissores públicos	747.1	22.3%	1 068.2	30.2%	43.0%
Obrigações de outros emissores	0.2	0.0%	0.5	0.0%	154.0%
Acções e outros títulos de rendimento variável	56.0	1.7%	54.8	1.6%	(2.1%)
<b>Subtotal</b>	<b>803.3</b>	<b>24.0%</b>	<b>1 123.6</b>	<b>31.8%</b>	<b>39.9%</b>
<b>De investimento</b>					
Obrigações de emissores públicos	407.7	12.2%	450.1	12.7%	10.4%
Obrigações de outros emissores	1 288.9	38.5%	1 186.4	33.6%	(8.0%)
Acções e outros títulos de rendimento variável	191.3	5.7%	100.6	2.8%	(47.4%)
Dos quais são acções preferenciais	48.9	1.5%	24.0	0.7%	(50.9%)
Participações financeiras <sup>1</sup>	659.6	19.7%	671.9	19.0%	1.9%
Provisões para risco-país	(0.4)	(0.0%)	(0.4)	(0.0%)	0.0%
<b>Subtotal</b>	<b>2 547.1</b>	<b>76.0%</b>	<b>2 408.7</b>	<b>68.2%</b>	<b>(5.4%)</b>
<b>Total</b>	<b>3 350.4</b>	<b>100.0%</b>	<b>3 532.3</b>	<b>100.0%</b>	<b>5.4%</b>

1) Exclui participações consolidadas pelo *equity method*.

Quadro 49

A carteira de investimento em títulos de dívida, incluindo acções preferenciais<sup>1</sup>, todas de instituições financeiras, é integrada predominantemente por títulos de emissores de reduzido risco de crédito.

1) As acções preferenciais estão registadas na carteira de acções e outros títulos de rendimento variável.



## Recursos de Clientes

Os recursos de Clientes com registo no balanço cresceram 9%, em resultado do aumento de 10% dos depósitos de Clientes. O peso dos recursos de balanço, no total de recursos de Clientes, ascendia a 73%, em final de 2001.

O comportamento globalmente negativo dos mercados de acções condicionou o crescimento dos recursos fora de balanço, em especial os fundos de investimento de acções e mistos, e originou a reintermediação de alguns desses recursos por transferência para depósitos.

### Indicadores seleccionados

Recursos de Clientes (M.€)	17 403
Δ%	+5%
Recursos de balanço	12 650
Δ%	+9%

### Recursos totais de Clientes

Valores em milhões de euros

	2000	%	2001	%	Δ%
<b>Com registo no balanço</b>					
Depósitos à ordem <sup>1</sup>	3 974.3	24.1%	4 400.3	25.3%	10.7%
Depósitos a prazo e de poupança <sup>1</sup>	6 050.7	36.7%	6 675.7	38.4%	10.3%
Produtos estruturados – capital seguro / risco limitado e obrigações de taxa fixa	1 615.8	9.8%	1 573.8	9.0%	(2.6%)
<b>Subtotal</b>	<b>11 640.7</b>	<b>70.5%</b>	<b>12 649.8</b>	<b>72.7%</b>	<b>8.7%</b>
<b>Com registo fora do balanço</b>					
Fundos de investimento <sup>2</sup>	2 743.8	16.6%	2 670.3	15.3%	(2.7%)
Planos poupança reforma (PPR) e planos poupança acções (PPA)	1 159.0	7.0%	1 203.9	6.9%	3.9%
Seguros de capitalização	964.3	5.8%	878.9	5.1%	(8.9%)
<b>Subtotal</b>	<b>4 867.1</b>	<b>29.5%</b>	<b>4 753.0</b>	<b>27.3%</b>	<b>(2.3%)</b>
<b>Recursos totais de Clientes</b>	<b>16 507.8</b>	<b>100.0%</b>	<b>17 402.9</b>	<b>100.0%</b>	<b>5.4%</b>

1) Os valores reportados excluem aplicações dos fundos de investimento e da BPI Vida, no montante total de 438.7 milhões de euros, em final de 2000, e de 418.3 milhões de euros, em 2001.

2) Montantes corrigidos pelas unidades de participação nas carteiras dos bancos.

Quadro 50

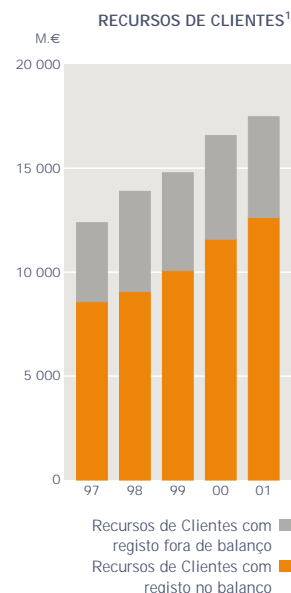


Gráfico 49

**Indicadores seleccionados**

Ratio de requisitos de fundos próprios	9.2%
Tier I	5.9%
Ratio de solvabilidade (BIS)	10.4%

**Solvabilidade**

OS CAPITAIS PRÓPRIOS, no final de 2001, ascendiam a 908.7 milhões de euros.

**Evolução da situação líquida**

Valores em milhões de euros

	2000	2001
<b>Situação líquida em início do ano</b>	<b>650.7</b>	<b>930.0</b>
Dividendos pagos no ano (relativos ao ano anterior)	(56.5)	(58.1)
Lucro líquido	152.4	133.3
Encaixe do aumento de capital em Novembro de 2000	201.6	-
Amortização do acréscimo de responsabilidades com reformas antecipadas	-	(80.4)
Goodwill pago na aquisição de participações	(13.0)	(14.7)
Outros	(5.2)	(1.4)
<b>Situação líquida no final do ano</b>	<b>930.0</b>	<b>908.7</b>

Quadro 51

Em 31 de Dezembro de 2001, o RATIO DE REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS era de 9.2% e o Tier I era de 5.9%.

**Ratio de requisitos de fundos próprios**

Valores em milhões de euros

	2000	2001
Total dos fundos próprios	1 520.1	1 602.1
Dos quais são fundos próprios de base	1 034.9	1 028.3
Requisitos totais	1 242.7	1 398.8
Requisitos totais x 12.5	15 533.5	17 484.6
<b>Ratio de requisitos de fundos próprios</b>	<b>9.8%</b>	<b>9.2%</b>
<b>Tier I</b>	<b>6.7%</b>	<b>5.9%</b>

Quadro 52

O RATIO DE SOLVABILIDADE, calculado segundo as normas do BIS, ascendia, em 31 de Dezembro de 2001, a 10.4%.

## Fundos próprios

Os principais factores explicativos da evolução dos FUNDOS PRÓPRIOS foram:

- com impacto positivo: o resultado líquido do ano e a emissão de dívida subordinada não perpétua;
- com impacto negativo: a redução da dívida subordinada perpétua por exercício de *call* no montante de 107.5 milhões de euros e a realização no ano de 315 reformas antecipadas, que implicou contribuições para fundos de pensões para cobertura do acréscimo de responsabilidades no montante de 54.0 milhões de euros<sup>1</sup>.

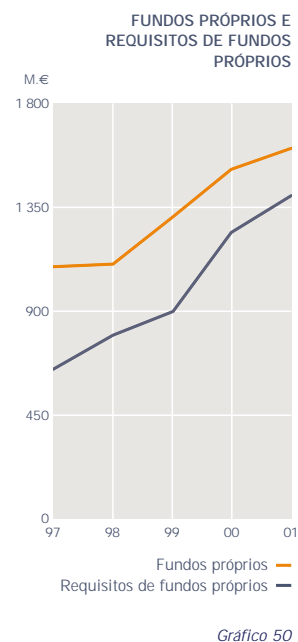
### Indicadores seleccionados

	M.€
Fundos próprios	1 602
Fundos próprios de base	1 028

Fundos próprios	Valores em milhões de euros	
	2000	2001
<b>Fundos próprios de base</b>		
Capital, reservas e resultados <sup>1</sup>	878.7	827.9
Interesses minoritários	273.8	287.4
dos quais são acções preferenciais	268.7	282.5
Contribuições para o fundo de pensões ainda não relevadas como custo	(70.9)	(41.3)
Imobilizações incorpóreas	(45.7)	(44.1)
Acções próprias	(1.0)	(1.7)
	<b>1 034.9</b>	<b>1 028.3</b>
<b>Fundos próprios complementares</b>		
Reservas de reavaliação	22.6	22.6
Dívida subordinada perpétua	252.4	139.4
Títulos de participação	18.9	17.7
Dívida subordinada	221.7	439.1
	<b>515.6</b>	<b>618.8</b>
<b>Deduções</b>		
Dedução de interesses em participações	(24.4)	(31.7)
Outras deduções	(6.2)	(14.4)
	<b>(30.6)</b>	<b>(46.1)</b>
Fundos próprios suplementares	0.3	1.2
<b>Total de fundos próprios</b>	<b>1 520.1</b>	<b>1 602.1</b>

1) Após dedução dos dividendos pagos relativamente a 2000 e 2001.

Quadro 53



1) As contribuições para os fundos de pensões relativas às reformas antecipadas realizadas no primeiro semestre, no montante de 9.5 milhões de euros, foram amortizadas por contrapartida de reservas. Por outro lado, as contribuições relativas às reformas antecipadas realizadas no segundo semestre (44.5 milhões de euros) estão a ser diferidas por dez anos, sendo que 4.5 milhões de euros foram já reconhecidos na conta de resultados do ano. Para efeitos de cálculo dos fundos próprios regulamentares, as contribuições para o fundo de pensões relativas a reformas antecipadas, na parte ainda não relevada como custo, são abatidas aos fundos próprios de base.

**Indicadores seleccionados**

Requisitos de  
fundos próprios

M.€

1 399

**Requisitos de fundos próprios**

O crescimento dos REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS decorre, principalmente, do crescimento do crédito que requereu mais 127.8 milhões de euros, o que representou 82% do aumento total dos requisitos.

O capital exigido para cobertura dos riscos associados à carteira de negociação e a posições em moeda estrangeira representa apenas 2.5% do total de REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS.

**Requisitos de fundos próprios**

	2000		2001	
	Coeficiente médio de ponderação	M. euros	Coeficiente médio de ponderação	M. euros
<b>Activos ponderados pelo risco de crédito</b>				
Caixa, depósitos à ordem em bancos centrais e disponibilidades em instituições de crédito	8.1%	72.3	8.2%	70.7
Aplicações em instituições de crédito	16.2%	284.5	17.6%	409.4
Crédito	78.6%	10 530.4	78.9%	12 127.9
Títulos	57.3%	1 084.1	59.0%	958.3
Outros activos	88.3%	1 611.1	93.0%	1 461.3
Extrapatrimoniais		1 777.7		2 075.1
(-) Provisões para riscos gerais de crédito		(160.6)		(180.9)
		<b>15 199.6</b>		<b>16 921.8</b>
<b>Total de requisitos de fundos próprios</b>				
Riscos de crédito (activos ponderados x 8%)		1 216.0		1 353.7
Operações de titularização		-		9.7
Riscos de mercado		26.7		35.3
		<b>1 242.7</b>		<b>1 398.8</b>

Quadro 54

**Responsabilidades com pensões****Indicadores seleccionados**

Responsabilidades com  
pensões de reforma por  
velhice e invalidez (M.€)

1 260

Cobertura das  
responsabilidades

100%

No final de 2001, entrou em vigor um novo quadro regulamentar relativo à cobertura das responsabilidades com pensões (*Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001). O novo regime introduz alterações significativas à anterior regulamentação (definida pelo *Aviso do Banco de Portugal* n.º 6 / 95).

Os aspectos mais relevantes do novo quadro regulamentar são os seguintes:

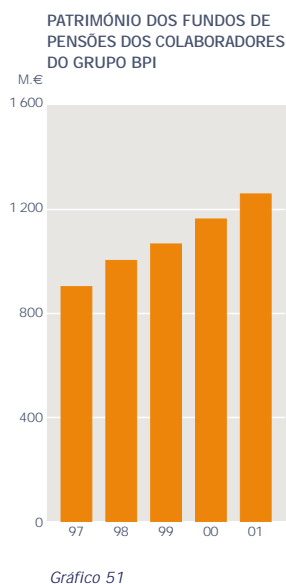
- manteve-se a obrigatoriedade de o valor patrimonial dos fundos assegurar uma cobertura mínima de 100% das pensões em pagamento, enquanto, para as responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo, se estabeleceu um mínimo de cobertura de 95%;

- não utilização, no cálculo do valor actual das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo, da probabilidade de os Colaboradores saírem do activo, por invalidez, antes do tempo normal de reforma. Uma vez que as prestações a atribuir a título de reforma por velhice e invalidez são definidas como uma percentagem crescente do salário, em função do número de anos de serviço, as responsabilidades com pensões por invalidez são inferiores face às da situação de reforma por velhice;
- registo em "custos com pessoal" do custo do serviço corrente, adicionado do "custo esperado com juros", que corresponde à multiplicação da taxa de desconto pelo valor das responsabilidades com pensões no início do ano, e deduzido do rendimento esperado dos fundos de pensões;
- os acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas e por alterações nos pressupostos actuariais<sup>1</sup> são registados como custo diferido, em contas de regularização. Estes montantes são reconhecidos como um custo, na conta de resultados extraordinários, de forma linear ao longo de um período máximo de dez anos;
- a contabilização das perdas e ganhos resultantes do desvio entre os pressupostos actuariais e os valores efectivamente verificados (perdas e ganhos actuariais) passaram a ter dois tratamentos contabilísticos distintos, consoante o seu valor acumulado exceda ou não um determinado intervalo ("corredor"). O "corredor" corresponde a 10% do maior dos valores das responsabilidades totais por serviços passados ou património dos fundos de pensões (reportados ao início de cada ano).

Nesse sentido, as perdas (e ganhos) actuariais verificadas:

- são registadas na rubrica "flutuação de valores" (nas contas de regularização) até que o montante acumulado iguale um dos limites definidos pelo "corredor". Os montantes registados como "flutuação de valores" não são reconhecidos como custo (ou proveito) na conta de resultados;
- a parte que se situe fora do intervalo é registada como custo ou proveito diferido (em contas de regularização) e reconhecida na conta de resultados de forma linear ao longo de um período máximo de dez anos.

1) Do mesmo modo, as reduções no valor das responsabilidades com pensões que resultarem de alterações nos pressupostos actuariais serão relevadas como um proveito na conta de resultados ao longo de um período máximo de dez anos.



Em 31 de Dezembro de 2001, os fundos de pensões do Grupo asseguravam o financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e das responsabilidades com serviços passados de Colaboradores no activo a título de reforma por velhice e invalidez.

A não utilização da probabilidade de invalidez dos Colaboradores no cálculo das responsabilidades com serviços passados de Colaboradores no activo implicou um acréscimo no valor das responsabilidades de 90.1 milhões de euros. O acréscimo das responsabilidades será financiado e reconhecido na conta de resultados, através de um plano de prestações uniformes com início em 2002 e por um período máximo de 20 anos, o qual mereceu o acordo do Banco de Portugal.

#### Grau de financiamento das responsabilidades com pensões

Valores em milhões de euros

	2000	2001
Responsabilidades por pensões em pagamento	903.0	1 014.3
Responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo <sup>1</sup>	241.3	245.5
<b>Total das responsabilidades por serviços passados<sup>1</sup></b>	<b>1 144.4</b>	<b>1 259.7</b>
Fundos de pensões	1 162.3	1 256.6
Contribuições a transferir para o fundo	0.1	3.2
<b>Financiamento total</b>	<b>1 162.5</b>	<b>1 259.8</b>
<b>Financiamento das responsabilidades por pensões em pagamento pelos fundos de pensões</b>	<b>128.7%</b>	<b>124.2%</b>
Excesso de cobertura	259.4	245.6
<b>Financiamento das responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo<sup>1</sup> pelo excesso de cobertura dos fundos</b>	<b>107.5%</b>	<b>100.0%</b>
Financiamento total das responsabilidades com serviços passados <sup>1</sup> pelos fundos de pensões	101.6%	100.0%
Acréscimo do valor das responsabilidades resultante da não utilização da probabilidade de saída do activo por invalidez (a ser financiado até 2021)		90.1

1) Responsabilidades com pensões a título de reforma por velhice e por invalidez.

Quadro 55

Em 31 de Dezembro de 2001, estavam registadas na rubrica de flutuação de valores (conta de regularização do activo) contribuições efectuadas para o fundo de pensões de 71.2 milhões de euros, relativas a diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados.

# Análise e gestão de riscos

ANÁLISE DE RISCOS	110
Risco de crédito	110
Risco-país	115
Riscos de mercado	116
Risco de liquidez	116
GESTÃO DE RISCOS	117
Risco de crédito	117
Gestão dos riscos das participações de Private Equity e outras participações de capital	120
Risco-país	121
Riscos de mercado	121
Risco de liquidez	122
Riscos legais	122
Riscos operacionais	122

# Análise e gestão de riscos

## ANÁLISE DE RISCOS

### Indicadores seleccionados

Ratio de crédito vencido	1.1%
Cobertura por provisões	160%
Exposição a risco-país líquido de provisões (M.€)	6.6
VaR médio em 2001 (M.€)	3.2

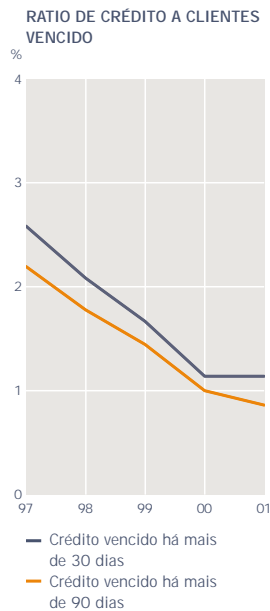


Gráfico 52

Os principais indicadores de risco relativo ao Grupo BPI, em 31 de Dezembro de 2001, são os seguintes:

- o crédito vencido a Clientes e a instituições de crédito e os títulos vencidos (há mais de 30 dias) ascendiam a 294.3 milhões de euros, representando 1.3% da carteira bruta destes activos, e estavam cobertos em 136% por provisões;
- a parcela de crédito a Clientes vencido há mais de 30 dias era de 174.4 milhões de euros, representava 1.1% da carteira e estava coberta por provisões em 160%;
- o crédito a instituições de crédito em situação de vencido ascendia a 0.4 milhões de euros (excluindo o crédito provisionado a 100%) e estava garantido por depósitos cativos;
- os títulos vencidos ascendiam a 0.5 milhões de euros e estavam cobertos por provisões específicas para títulos vencidos em 84%;
- a exposição ao risco-país sujeita a provisionamento estava, em média, coberta em 95%; o risco líquido perante não residentes era de 6.6 milhões de euros;
- o valor em risco de mercado médio (VaR), em 2001, foi de 3.2 milhões de euros e o máximo foi de 6.6 milhões de euros.

### Risco de crédito

#### Crédito a Clientes

O crédito vencido há mais de 30 dias ascendia, no final de 2001, a 174.4 milhões de euros, o que correspondia a 1.1% da carteira de crédito bruta, e estava coberto por provisões em 160%.



## Crédito a Clientes vencido e provisões

Valores em milhões de euros

	2000	2001
<b>Carteira de crédito a Clientes no final do ano (bruta)</b>	<b>13 494.4</b>	<b>15 471.0</b>
Crédito vencido há mais de 30 dias no início do ano	160.8	155.1
Acréscimo líquido de crédito vencido	11.2	39.0
Write-offs	(16.9)	(19.7)
<b>Crédito vencido há mais de 30 dias no fim do ano</b>	<b>155.1</b>	<b>174.4</b>
[do qual: o crédito vencido há mais de 90 dias]	[135.8]	[133.2]
Provisões totais para crédito no início do ano	218.3	263.7
Dotações (líquidas de reposições)		
específicas para crédito vencido e cobrança duvidosa	16.8	19.2
para risco-país	1.8	(2.1)
genéricas para crédito	45.2	21.1
Transferências e reavaliação cambial	(1.5)	(2.4)
Write-offs	(16.9)	(19.7)
<b>Provisões totais para crédito no fim do ano</b>	<b>263.7</b>	<b>279.8</b>
<b>Crédito vencido em percentagem do crédito total</b>		
Ratio de crédito vencido há mais de 30 dias	1.1%	1.1%
Ratio de crédito vencido há mais de 90 dias	1.0%	0.9%
<b>Cobertura por provisões</b>		
Do crédito vencido há mais de 30 dias	170.0%	160.4%
Do crédito vencido há mais de 90 dias	194.2%	210.0%

Quadro 56

O acréscimo de crédito vencido no ano, ajustado pelos *write-offs* efectuados, ascendeu a 39.0 milhões de euros o que correspondeu a 0.29% da carteira de crédito produtivo no início do ano (0.26% do crédito produtivo no final de 2001). Por outro lado, as recuperações de crédito vencido anteriormente abatido ao activo ascenderam, em 2001, a 18.9 milhões de euros, do que resulta uma perda líquida de crédito de 20.2 milhões de euros (0.15% da carteira de crédito produtivo no início do ano).

## Perda líquida de crédito

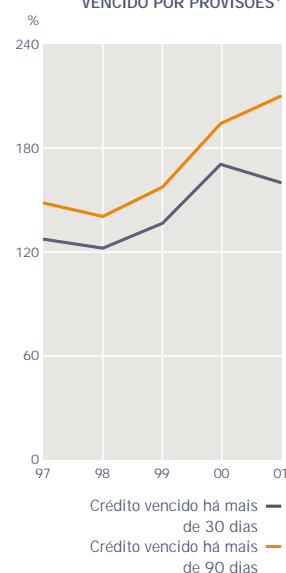
Valores em milhões de euros

	2000	2001
Acréscimo líquido de crédito vencido no ano <sup>1</sup>	11.2	39.0
Recuperações de crédito vencido abatido ao activo	18.7	18.9
<b>Perda (ganho) líquida de crédito</b>	<b>(7.5)</b>	<b>20.2</b>

1) Ajustado pelos *write-offs* efectuados.

Quadro 57

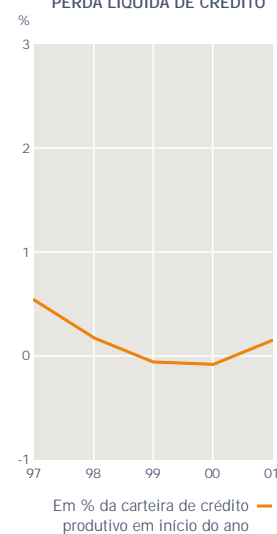
## COBERTURA DE CRÉDITO VENCIDO POR PROVISÕES<sup>1</sup>



1) Provisões para crédito / crédito vencido.

Gráfico 53

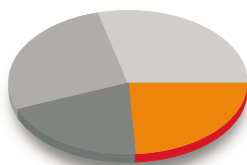
## PERDA LÍQUIDA DE CRÉDITO<sup>1</sup>



1) Variação anual do crédito vencido, ajustada por *write-offs* e deduzida das recuperações de crédito vencido.

Gráfico 54

**CRÉDITO A CLIENTES VENCIDO**  
Repartição por antiguidade  
Em Dezembro de 2001



■ < 3 meses (24%)  
■ 3-12 meses (20%)  
■ 1-3 anos (27%)  
■ > 3 anos (29%)

Gráfico 55

No final de 2001, o crédito a Clientes vencido há mais de um ano representava 56% do montante total de crédito vencido e estava provisionado em 83% por provisões específicas.

**Antiguidade do crédito a Clientes vencido** (31 de Dezembro de 2001)

Valores em milhões de euros

	< 3 meses	3-6 meses	6-12 meses	1-3 anos	> 3 anos	Total
Crédito vencido	42.0	11.8	23.0	47.4	50.2	174.4
% total	24.1%	6.8%	13.2%	27.2%	28.8%	100.0%
Provisões específicas constituídas	0.5	2.2	8.3	34.7	46.0	91.8

Quadro 58

O quadro seguinte apresenta os ratios de crédito vencido por segmento de mercado, bem como o contributo de cada segmento para a carteira de crédito bruta.

**Crédito vencido há mais de 30 dias por segmentos de mercado**

	2000		2001	
	Carteira de crédito (bruta) em % da carteira de crédito consolidada	Ratio de crédito vencido	Carteira de crédito (bruta) em % da carteira de crédito consolidada	Ratio de crédito vencido
Crédito a empresas				
Grandes empresas <sup>1</sup>	30.7%	0.1%	26.8%	0.6%
Médias empresas	13.2%	2.7%	12.4%	2.3%
Total de crédito a empresas	43.9%	0.9%	39.1%	1.2%
Crédito a particulares e pequenos negócios				
Crédito a particulares	33.3%	0.2%	37.9%	0.2%
Crédito a pequenos negócios	7.5%	5.1%	7.9%	4.6%
Total de crédito a particulares e pequenos negócios	40.8%	1.1%	45.7%	0.9%
Leasing	6.4%	0.9%	6.6%	1.2%
Factoring <sup>2</sup>	2.3%	2.5%	2.0%	1.7%
Outros	6.5%	3.1%	6.5%	2.0%
	100.0%	1.1%	100.0%	1.1%

1) Inclui crédito concedido no âmbito da actividade de *Project Finance*.

Quadro 59

2) O montante de crédito vencido que comporta efectivo risco de cobrança no segmento de *Factoring* é de 0.7 milhões de euros, a que corresponde um ratio de crédito vencido de 0.2%. O restante crédito vencido de *Factoring* encontra-se em situação de moras técnicas.

Em 31 de Dezembro de 2001, o crédito vencido total, não integralmente provisionado, ascendia a 116.7 milhões de euros, o que correspondia a 0.8% da carteira bruta (deduzida do crédito integralmente coberto por provisões) e estava coberto por provisões em 190%.

Importa referir que, no final de 2001, o crédito reestruturado a empresas ascendia a 16.6 milhões de euros, o que correspondia a 0.1% da carteira de crédito bruta.

A avaliação da carteira de crédito a empresas (crédito, títulos e garantias) pelo sistema de *rating* interno, evidencia uma relativa estabilidade do risco médio face aos anos anteriores. O risco médio da carteira de crédito analisada era de 44.0 – classe A – o que compara com 44.8 e 43.2 para 1999 e 2000, respectivamente. No final de 2001, 59% da carteira de crédito situava-se na classe A e superiores.

#### Rating interno – repartição da exposição<sup>1</sup> por classes de risco

Valores em milhões de euros

Classe de risco	Grau de risco	2000 <sup>1</sup>	%	2001 <sup>1</sup>	%
AAA	< 10	568.0	7.7%	803.1	9.8%
AA	10-30	1 106.9	15.0%	855.1	10.5%
A	30-50	2 916.0	39.6%	3 178.8	39.0%
B	50-70	2 280.3	31.0%	2 833.1	34.7%
C	70-100	493.1	6.7%	487.7	6.0%
		<b>7 364.2</b>	<b>100.0%</b>	<b>8 157.8</b>	<b>100.0%</b>

1) Exposição total a empresas: crédito, títulos e garantias (exclui crédito a instituições financeiras).

Quadro 60

**RATING INTERNO**  
Exposição por classes de risco  
Em 2001

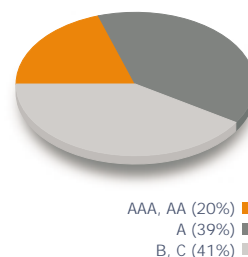


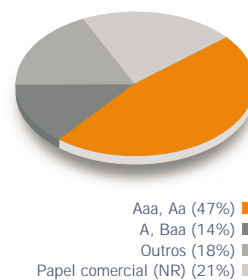
Gráfico 56

#### Títulos de rendimento fixo

Os títulos e juros vencidos ascendiam, no final de 2001, a 0.5 milhões de euros, o que correspondia a 0.02% da carteira de títulos bruta, e estavam cobertos em 84% por provisões específicas para títulos vencidos. As provisões para risco de crédito, incluindo provisões para risco-país, ascendiam a 0.8 milhões de euros, o que representava 0.03% da carteira de títulos bruta.

A carteira de investimento é integrada, predominantemente, por títulos de emissores de reduzido risco de crédito. Cerca de 62% da carteira tem notações de *rating* externas (implícito ou explícito nas notações de *rating* dos garantes e / ou dos colaterais das emissões), sendo que 99% têm classificação de *investment grade*. Do montante de títulos sem notações de *rating*, 55% corresponde a papel comercial, com garantias de instituições de crédito, sendo o risco associado avaliado pelo sistema de *rating* interno.

**RATING DOS TÍTULOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO<sup>1</sup>**  
Em 31 de Dezembro de 2001



1) Obrigações, outros títulos de rendimento fixo e acções preferenciais.

Gráfico 57

#### Carteira de investimento de obrigações e títulos de rendimento fixo<sup>1</sup>

Valores em milhões de euros

Rating	2001	%
Aaa	263.5	15.9%
Aa	516.5	31.1%
A	177.0	10.7%
Baa	54.3	3.3%
Outros / Sem rating (NR)	299.3	18.0%
Papel comercial (NR) <sup>2</sup>	349.6	21.1%
<b>Total</b>	<b>1 660.1</b>	<b>100.0%</b>

1) Inclui acções preferenciais que são contabilizadas na carteira de acções.

2) O papel comercial sem notação de *rating* é garantido por instituições de crédito.

Quadro 61

### Crédito a instituições de crédito

No final de 2001, do montante de 119.3 milhões de euros de crédito vencido, 118.9 milhões de euros estão integralmente provisionados e os restantes 0.4 milhões de euros estão garantidos por depósitos cativos.

A totalidade do crédito vencido respeita a crédito concedido a um banco central e é proveniente do balanço dos bancos comerciais adquiridos pelo Grupo em 1991 e 1996. Este crédito fora entretanto reescalonado, mas encontra-se actualmente em incumprimento.

### Derivados

Dadas as particularidades da sua valorização, o risco de crédito proveniente das operações derivadas tem um tratamento especial. Tem como base o conceito de valor de substituição, estimado diariamente pelo sistema de apoio à gestão de riscos.

A maior parte do valor corrente do risco, cerca de 88% no final de 2001, provém de posições cujas contrapartes são instituições de crédito.

No caso dos derivados, as formas tradicionais de avaliação e gestão do risco de crédito demonstram ser pouco eficazes. Assim, para mitigar o risco de crédito de derivados, além da elaboração de contratos com cláusulas que permitem a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (mesmo no caso de falência), o Grupo tem assinado acordos de limitação do risco de crédito com as sua contrapartes mais importantes nestes mercados.

Estes acordos, que implicam o recebimento (e pagamento) de valores colaterais para cobertura de risco entre as contrapartes, permitiram, no final de 2001, uma redução do valor de substituição da carteira de derivados em cerca de 153 milhões de euros.

Risco corrente de crédito (Valor de substituição de derivados por tipo de contraparte)	Valores em milhões de euros			
	2000	%	2001	%
Grupo BPI	0.0	0.0%	5.6	3.1%
Fundos de investimento / pensões	10.4	5.0%	5.8	3.2%
Empresas	6.7	3.2%	10.7	5.9%
Bancos	190.3	91.8%	159.0	87.8%
<b>Total</b>	<b>207.4</b>	<b>100%</b>	<b>181.1</b>	<b>100%</b>

Notas: o valor de substituição total é a soma dos valores de substituição das contrapartes, quando positivos. Não inclui opções inseridas em obrigações emitidas ou compradas. O valor de substituição incorpora o efeito de redução do risco que resulta da compensação entre saldos credores e devedores entre a mesma contraparte e da existência de acordos com as contrapartes que servem de garantia ao cumprimento das responsabilidades.

Quadro 62

### Risco-país

A exposição sujeita a provisionamento, nos termos das normas do Banco de Portugal está, em média, coberta em 95%, do que resulta um risco líquido perante não residentes de 6.6 milhões de euros que representava 0.7% da situação líquida do Grupo.

Da exposição a risco-país líquida de garantias no montante de 416.7 milhões de euros, cerca de 70% (290.2 milhões de euros) está isento de provisões nos termos regulamentares, por corresponder a operações de curto prazo de financiamento de comércio externo ou a operações efectuadas com bancos multilaterais de desenvolvimento ou dispondo de seguro de risco político.

#### Exposição a países de risco (31 de Dezembro de 2001)

Valores em milhões de euros

País	Exposição líquida de garantias <sup>1</sup>	Exposição não sujeita a provisões (trade finance de curto prazo) <sup>2</sup>	Exposição sujeita a provisões	Provisões	Exposição líquida de provisões
Angola	118.9		118.9	118.9	
Brasil	223.3	223.3			
Coreia do Sul	14.5	14.5			
Hungria	4.1		4.1	0.4	3.7
Marrocos	3.0		3.0	0.3	2.7
Turquia	12.6	12.6			
Outros <sup>3</sup>	40.3	39.8	0.5	0.3	0.2
<b>Total</b>	<b>416.7</b>	<b>290.2</b>	<b>126.5</b>	<b>119.9</b>	<b>6.6</b>

1) Líquida de garantias de residentes, nomeadamente da Agência Nacional de Crédito à exportação, dos exportadores ou de depósitos.

Quadro 63

2) Não estão sujeitas a provisões para risco-país as operações de curto prazo de financiamento externo, as operações com bancos multilaterais de desenvolvimento ou com seguro de risco político.

3) México, Panamá, Cabo Verde e Moçambique.

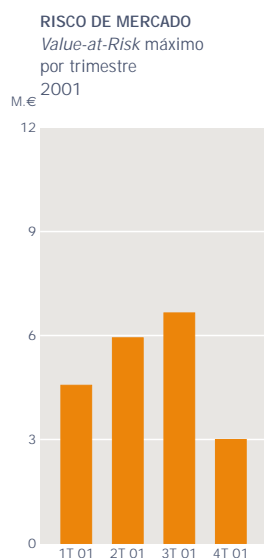


Gráfico 58

### Riscos de mercado

O valor em risco de mercado médio (VaR), em 2001, foi de 3.2 milhões de euros, o que correspondeu a 0.3% da situação líquida média. Por sua vez, o valor em risco de mercado máximo foi de 6.6 milhões de euros.

#### Risco de mercado global<sup>1</sup>

Valores em milhões de euros

	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	2001
VaR (média mensal)	3.0	4.1	3.8	1.8	3.2
Risco de taxa de juro	1.8	3.7	3.8	1.6	2.7
Risco cambial	0.8	0.4	0.3	0.3	0.4
Risco de acções	2.1	2.0	1.0	1.0	1.5
Mercadorias	0.0	0.0	0.1	0.1	0.0
VaR (máximo)	4.6	5.9	6.6	3.0	6.6

1) Perda máxima potencial, com um nível de confiança de 99%, resultante de uma evolução desfavorável dos preços, índices e taxas de juro num horizonte temporal de duas semanas, considerando, no cálculo do risco global, o efeito de correlação dos retornos. É assumida uma distribuição normal dos retornos.

Quadro 64

### Risco de liquidez

O crescimento selectivo do crédito (+15%), subordinado a critérios de rentabilidade dos capitais próprios e de risco, foi acompanhado pelo progressivo reforço das componentes de *funding* em prazos mais alargados, em complemento da sólida base de recursos de Clientes que registou um crescimento de 9%.

Neste âmbito, foi lançado em 2001 um programa de emissões de médio e longo prazo num valor global de 3 000 milhões de euros, tendo sido concretizados cerca de 1 370 milhões de euros. No final de 2001, o crédito a Clientes (bruto) representava 101% dos recursos de terceiros de natureza mais estável (recursos de Clientes e dívida titulada e subordinada colocada no mercado).

O Grupo mantém uma capacidade confortável de recurso ao mercado para obtenção de fundos de médio e longo prazo.

No domínio do interbancário, procurou-se uma crescente diversificação de contrapartes tendo por objectivo garantir linhas de financiamento contínuo mais intensas e diversificadas.

## GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos, no Grupo BPI, assenta na permanente identificação e análise da exposição a diferentes riscos (risco-país, risco de contraparte, riscos de mercado, risco de liquidez, riscos legais e operacionais), mediante a utilização de sistemas globais e integrados, e na execução de estratégias de maximização da rentabilidade dentro de limites de risco pré-estabelecidos e devidamente supervisionados.

### Risco de crédito

O risco de crédito, associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte (ou à variação do valor económico de um dado instrumento ou carteira, em face da degradação da qualidade do risco da contraparte), constitui o risco mais relevante de toda a actividade do Grupo BPI.

A avaliação deste risco é efectuada segundo diferentes metodologias (*expert system, ratings, scorings* e outras).

Nesta avaliação, assentam depois estratégias várias, incluindo técnicas como a diversificação por área geográfica, sector, contraparte e maturidade; o uso de garantias / colateral e margens; esquemas periódicos de pagamento / amortização; cláusulas de prioridade legal; Cláusulas legais "ISDA – International Swap and Derivatives Association" e garantias "CSA – Credit Support Annex" em derivados; derivados de crédito ou cláusulas de liquidação.

São respeitados limites por contraparte, mercado, produto ou moeda estabelecidos em função do grau de risco, dimensão, relacionamento com o Banco do Grupo BPI em causa e em função da própria dimensão do BPI.

*A posteriori*, o Banco mantém vigilância constante dos créditos problemáticos, dos índices de cobertura por provisões, dos *write-offs* e recuperações.

Além do Conselho de Administração, funcionam como órgãos de controlo de todo este processo, o Conselho de Crédito, as direcções responsáveis pela apreciação do risco de crédito (DRC – grandes empresas, médias empresas, particulares e pequenos negócios, banca institucional), a Assessoria de Análise e Controlo de Riscos, os Auditores Internos e Externos e o Banco de Portugal.

### Crédito a empresas

O Banco BPI utiliza um sistema interno de *rating*, com cinco classes (AAA, AA, A, B, C), para avaliação de crédito, garantias e títulos, de empresas de média e grande dimensão. A classificação é apurada a partir de cinco ratios económico-financeiros, bem como de indicadores de experiência, conceito comercial e incidentes e de risco de mercado / sector em que a empresa opera. Está em curso um processo de revisão do sistema de *rating* com vista a adaptá-lo às recomendações de Basileia II.

A estratégia global de concessão de crédito em diferentes segmentos ou sectores é definida pelo Conselho de Administração do BPI SGPS. A aprovação específica de riscos de crédito segue os princípios e procedimentos estabelecidos nos "Regulamentos de Crédito". Estão definidos sete níveis hierárquicos de aprovação de operações de crédito, consoante as respectivas características, visando uma descentralização das decisões que garanta a celeridade e eficácia do processo. As operações deverão inscrever-se nos limites previamente estabelecidos e deverão respeitar os níveis pretendidos de rendibilidade dos capitais próprios utilizados.

Os créditos problemáticos são analisados mensalmente pelo Conselho de Administração do Banco BPI, com apoio em relatórios preparados pelas Direcções de Riscos de Crédito (DRC) respectivas. Procede-se a uma análise da informação sobre estimativas das perdas efectivas por incumprimento (designadas por provisões económicas) de forma a avaliar a suficiência das provisões contabilísticas. As provisões económicas são também objecto de uma avaliação anual pelos Auditores Externos.

Importa ainda salientar os procedimentos adoptados relativamente a crédito vencido:

Na maturidade e até ao 30.º dia	Análise pela DRC e Direcção Comercial respectivas, visando a sua recuperação.
Após o 30.º dia e até ao 60.º	O crédito é classificado contabilisticamente em conta para "crédito vencido". Os juros contados e não pagos são cancelados e a contagem de juros é suspensa. Intensifica-se o esforço de recuperação e, em caso de insucesso, preparam-se as acções legais adequadas.
Após 60.º dia	Desencadeia-se processo adequado de actuação contenciosa.

O alerta de créditos vencidos está disponível *on-line*, por rede interna, para informação dos gestores do Banco.



Os sistemas de avaliação de risco de contraparte consideram ainda o cálculo do capital em risco e o conceito de grandes riscos (concentração da exposição numa contraparte ou Grupo), conforme metodologia idêntica à definida na regulamentação sobre ratio de solvabilidade.

Em 2001 foi definido um novo modelo organizacional da função risco de crédito que será posto em prática em 2002. O novo modelo assenta na segregação da função risco de crédito através da criação de uma unidade central para a gestão do risco, independente da estrutura comercial.

A decisão de crédito passa a ser partilhada entre os responsáveis comerciais e os analistas de crédito. A Unidade de Gestão de Risco de Crédito será responsável, no processo de decisão do crédito, pela análise técnica do Cliente em termos de rendibilidade e risco.

Privilegia-se, deste modo, uma gestão de risco independente de objectivos comerciais, caracterizada por princípios e métodos que asseguram maior homogeneidade na preparação das decisões e por um acompanhamento mais eficiente na detecção de riscos e actuação, libertando a rede para as funções comerciais.

#### **Crédito a particulares e pequenos negócios**

No domínio dos particulares, existem diferentes *scorings* e filtros de selecção de Clientes. Em créditos com garantias específicas (habitação, automóvel) o prejuízo esperado é muito reduzido, dada justamente a relação financiamento / garantia. Nos restantes créditos, a selecção de Clientes assenta, sobretudo, na avaliação das probabilidades de incumprimento e os créditos são atribuídos dentro de limites que conferem alguma homogeneidade aos valores de prejuízo esperado. Os índices de aceitação / rejeição globais são associados a níveis de rendibilidade mínima desejável, tendo em conta os riscos.

A análise de risco no segmento dos pequenos negócios é efectuada pelo designado *expert system*, envolvendo para além da análise das garantias / colateral exigidos, uma opinião subjectiva sobre a probabilidade de incumprimento da contraparte, procedendo-se sempre à análise da situação económico-financeira da empresa em causa.

Relativamente ao crédito vencido, são seguidos procedimentos idênticos, em termos legais ou regulamentares, aos adoptados para o crédito a empresas.

A recuperação está a cargo da própria Direcção que concedeu o crédito, utilizando, se necessário, estruturas legais próprias. Os valores de incumprimento são, contudo, reduzidos e os índices de recuperação elevados, especialmente em crédito com garantias específicas (hipoteca, automóvel).

#### **Carteira de títulos**

No que respeita à sua carteira de títulos, o BPI recorre, sobretudo, à informação constante de *ratings* externos. A carteira de investimento é constituída, predominantemente, por títulos de emissores de reduzido risco de crédito.

#### **Crédito interbancário**

O risco de contrapartes interbancárias é avaliado pela Direcção Internacional segundo *ratings* externos. Os limites são definidos de acordo com este risco, a dimensão das instituições, a informação histórica relativa à utilização de limites e em função da própria dimensão do BPI. Os indicadores de concentração não têm expressão, mostrando clara diversificação das aplicações no interbancário (por contrapartes de qualidade de risco superior).

#### **Operações de derivados**

Neste domínio, destaca-se a aplicação, pela Assessoria de Análise e Controlo de Riscos, de um sistema de avaliação diária do valor em derivados exposto ao risco de contraparte (valor de substituição), que toma em conta, quando relevantes, os efeitos de cláusulas de compensação e que serve de apoio ao estabelecimento e acompanhamento de acordos de redução de risco.

Esta forma de avaliação da exposição ao risco de contraparte é completada pela tradicional abordagem regulamentar e antecipa, de algum modo, as melhores práticas do novo acordo de Basileia.

### **Gestão dos riscos das participações de Private Equity e outras participações de capital**

#### **Participações de Private Equity**

As decisões de investimento ou desinvestimento em participações de *Private Equity* de montante superior a 1.25 milhões de euros são da competência da Comissão Executiva do BPI SGPS.

#### **Outras participações de capital**

A decisão e o acompanhamento de investimentos ou desinvestimentos em outras participações de capital, qualquer que seja o seu montante, são da competência da Comissão Executiva do BPI SGPS.

### Risco-país

A avaliação do risco-país é efectuada pela Direcção Internacional do Banco, tendo como suporte os *ratings* externos publicados e estudos externos e internos.

O Conselho de Administração aprova superiormente uma lista de países para os quais é autorizada a exposição ao risco-país. No domínio do *trade finance* são estabelecidos limites específicos também reavaliados periodicamente pelo Conselho de Administração.

A exposição – excluindo a que resulta das operações de *trading* em títulos soberanos – surge associada, sobretudo, à actividade de *trade finance* e às participações internacionais do Banco.

### Riscos de mercado

A avaliação das posições de tesouraria (curto prazo) e das posições estruturais de risco de taxa de juro ou câmbio (longo prazo), assenta em mapas de *gaps*.

Em complemento desta avaliação, e em particular para a avaliação da exposição em operações de *trading*, é executada diariamente pela Assessoria de Análise e Controlo de Risco uma rotina de cálculo do VaR – *Value at Risk* –, segundo hipóteses estandardizadas, constantes, em regra, do conjunto de recomendações do BIS (distribuição normal de variações de preços, índices e taxas de juro; avaliação de perda potencial num horizonte temporal de duas semanas; 99% de grau de confiança, risco global dependente de correlações entre variações de preços, índices ou taxas). A exposição em opções é controlada a partir de modelos específicos. A informação proveniente do sistema de avaliação e controlo de risco está disponível *on-line* para os utilizadores autorizados.

A gestão de posições de tesouraria encontra-se delegada na Direcção Financeira, dentro de limites definidos pela Comissão Executiva do BPI SGPS. As posições estruturais de longo prazo (risco de taxa de juro ou cambial) são geridas segundo directrizes estabelecidas pela Comissão Executiva do BPI SGPS, de acordo com estratégias de *matching* / imunização parcial ou total.

As posições de *trading* são geridas autonomamente pelos *traders* e mantidas dentro dos limites de exposição por mercado ou produto, fixados e revistos periodicamente. Há limites globais de VaR fixados pela Comissão Executiva do BPI SGPS, distribuídos depois autonomamente pelos diversos livros, pelas Direcções envolvidas na actividade de *trading*. São definidos, adicionalmente, limites de *stop-loss*.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez é acompanhado nas suas duas vertentes: i) ao nível da transaccionabilidade dos diferentes activos; ii) ao nível global, em que o risco de liquidez se define a partir da (in)capacidade de satisfazer necessidades de tesouraria, sem incorrer em prejuízos anormais.

Ao nível dos diferentes activos, os diferentes gestores mantêm uma constante vigilância dos níveis de transaccionabilidade dos vários instrumentos, segundo variados indicadores (quotas de mercado do BPI, número de dias para desfazer posições, dimensão e volatilidade de *spreads*), devidamente enquadrados por limites para actuação em cada mercado.

Ao nível global, a avaliação da exposição é efectuada segundo um mapa de liquidez, permitindo a atempada identificação de *gaps* e a cobertura dinâmica dos mesmos. São ainda analisados os indicadores de diversificação de *funding* por contrapartes, maturidades e praças financeiras. A gestão deste risco é da competência da Comissão Executiva do BPI SGPS e da Direcção Financeira do Grupo.

### Riscos legais

É dado particular relevo, no domínio dos riscos legais, à análise do enquadramento jurídico aplicável num dado momento aos contratos / posições a estabelecer e à identificação de eventuais desajustamentos regulamentares; à análise das perspectivas de alteração do enquadramento jurídico e das suas consequências; à clarificação da natureza das relações contratuais e do entendimento que delas fazem as contrapartes; à análise de produtos, seu enquadramento jurídico, centralização das comunicações às entidades de supervisão e instrução dos respectivos processos junto das mesmas entidades; e à identificação / proposta de medidas susceptíveis de reduzir riscos de litigância.

### Riscos operacionais

No Grupo BPI, o risco operacional é gerido sob duas vertentes, que, apesar de interligadas, devem ser tratadas separadamente.

A primeira relaciona-se com o plano de continuidade do negócio.

Nesta matéria, o Grupo BPI possui actualmente planos de contingência para os sistemas informáticos centrais mais relevantes destinados ao suporte do negócio bancário. Em caso de

necessidade, motivada por avaria de equipamentos ou por um incidente de maiores proporções, é possível recuperar estes sistemas, no próprio local ou em local alternativo, após um período de tempo diferenciado, de acordo com o tipo de risco, assegurando, mesmo em condições limite, o funcionamento mínimo adequado a uma situação de excepção.

A mesma metodologia se aplica no caso dos principais equipamentos de telecomunicações. O serviço de voz e dados nos principais edifícios do Grupo BPI é assegurado através do recurso a equipamentos alternativos, de acordo com processos formais de recuperação em caso de desastre.

O Grupo BPI identificou ainda procedimentos alternativos para cada uma das operações mais críticas, em caso de falha dos suportes aos procedimentos habituais. Está disponível uma base de dados com a identificação de todos esses procedimentos, que permite a sua activação em qualquer altura.

Os esquemas de *disaster recovery* são testados e sujeitos a revisão periódica.

A segunda vertente refere-se à estrutura de controlo do risco.

O Grupo BPI tem um processo de controlo do risco com responsabilidades descentralizadas. As várias unidades de processamento, de sistemas, de produto e de segmentos, tendo em atenção o seu *know-how* específico, nos diversos processos e negócios, são responsáveis não só pela identificação do risco, como também pela selecção das medidas para o seu controlo e respectiva implementação.

Para garantir que não existe uma diluição absoluta do processo de controlo do risco, existem duas unidades centrais (uma vocacionada para os canais de distribuição e outra para as restantes estruturas) que assumem a função de supervisão do processo, incluindo a avaliação dos procedimentos instituídos e das medidas de controlo adoptadas, bem como das acções de auditoria e gestão central de alertas.

O Grupo dispõe de um quadro de normas e procedimentos internos que asseguram uma adequada segregação de funções e tem definido um intenso plano de auditoria. Adicionalmente, o Grupo recorre à contratação de seguros para cobertura de alguns riscos específicos. As coberturas das apólices são revistas anualmente, ajustando-as à realidade do

seu funcionamento e do seu enquadramento no mercado, procurando externalizar o risco, de forma apropriada.

As funções de *compliance* no Grupo BPI estão asseguradas por uma unidade independente.

# Acções BPI SGPS

Resultados por acção	126
Dividendos	126
Rendibilidade do Accionista	126
Liquidez	126
Capitalização bolsista	126
Valorização pelo mercado	127
Capital social	127
Acções próprias	127

# Acções BPI SGPS

## Indicadores seleccionados

	Valores por acção
Lucro (€)	0.21
Cash flow (€)	0.42
Valor contabilístico (€)	1.41

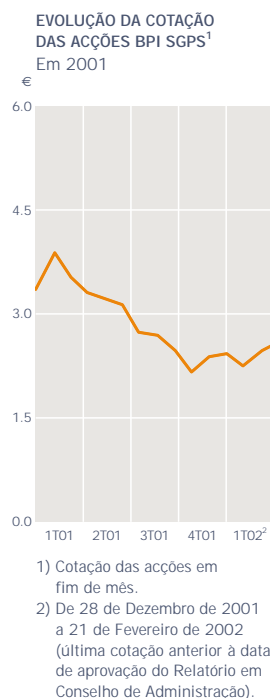


Gráfico 59

## Resultados por acção

O lucro líquido por acção do Grupo BPI ascendeu, em 2001, a 0.21 euros, ou 0.20 euros, se excluirmos o impacto dos resultados extraordinários. Este último valor representa um aumento de 5.4%, face ao ano anterior. O valor contabilístico de cada acção situou-se, no final de Dezembro de 2001, em 1.41 euros.

## Dividendos

O dividendo proposto à Assembleia Geral de Accionistas, relativamente ao exercício de 2001, é de 0.09 euros a atribuir a cada uma das 645 625 000 acções representativas do capital existente em 31 de Dezembro de 2001.

O montante total a distribuir ascende a 58.1 milhões de euros.

## Rendibilidade do Accionista

As acções do BPI SGPS encerraram o ano de 2001 com uma desvalorização de 32.3%, a par da evolução bastante desfavorável que caracterizou o mercado Accionista no mesmo período.

Apesar da envolvente negativa do ano de 2001, se se considerar a evolução da acção e o dividendo pago nos últimos cinco anos (que se considera ser reinvestido no momento em que é recebido), verifica-se que o investimento em acções BPI SGPS proporcionou aos seus Accionistas, ainda assim, uma rendibilidade média anual composta de 10.5%.

## Liquidez

Em 2001, as acções BPI SGPS originaram um volume de negócios de 391 milhões de euros, o que representa 1.3% do valor transaccionado em acções, no mesmo período, na BVLP. O volume transaccionado médio diário foi de 1.6 milhões de euros.

## Capitalização bolsista

O valor de mercado do Grupo BPI, determinado pela sua capitalização bolsista, ascendia a 1 459 milhões de euros, à cotação de fecho na última sessão de bolsa de 2001. O Grupo BPI era, no final de 2001, a décima maior empresa com acções cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto, tendo um peso de 2.9% na capitalização global do mercado.



### Valorização pelo mercado

O *price earnings ratio*<sup>1</sup> evoluiu, ao longo de 2001, num intervalo compreendido entre um mínimo de 9.2 e um máximo de 19.5, fixando-se em 10.9 à cotação de fecho em final de Dezembro de 2001. O *price cash flow*<sup>2</sup> atingiu, em 2001, um valor mínimo de 4.5 e um máximo de 9.6.

O *price book value*<sup>3</sup> situou-se em 1.6, no final do ano.

### Capital social

O capital social do BPI SGPS está representado por 645 625 000 acções de 1 euro cada, com direito ao dividendo integral relativo ao ano de 2001 e seguintes, todas admitidas à negociação no mercado Euronext – Lisboa. No decurso de 2001, o BPI não realizou qualquer aumento de capital.

### Acções próprias

Em 2001, o Banco Português de Investimento, S.A. – entidade detida a 100% pelo BPI SGPS – adquiriu 3 186 594 acções (no valor de 9 101 554 euros) e alienou 2 725 152 acções BPI SGPS (no valor de 8 096 065 euros).

Estes valores correspondem a 0.5% e 0.4% do capital do BPI SGPS, respectivamente, e a 2.3% e 1.9% da quantidade total transaccionada em bolsa, em acções BPI SGPS, durante o ano.

Das transacções efectuadas pelo Banco Português de Investimento, S.A. em acções BPI SGPS, 97% disseram respeito a movimentos de *trading* por conta própria, enquanto os restantes 3% se destinaram à cobertura de posições nos futuros do PSI20.

Em 31 de Dezembro de 2001, o Banco Português de Investimento detinha 755 433 acções BPI SGPS, ou seja, 0.12% do capital existente em final do ano.

O BPI SGPS e as restantes subsidiárias cujo controlo efectivo de gestão é detido pelo BPI SGPS não adquiriram nem alienaram qualquer acção representativa do seu capital social e, em final de 2001, não tinham em carteira acções BPI SGPS.

1) Cotação como múltiplo do resultado líquido.

2) Cotação como múltiplo do *cash flow* após impostos.

3) Cotação como múltiplo do valor contabilístico.

## Principais indicadores das acções BPI SGPS

Valores em euros e milhões de euros

	1997	1998	1999	2000	2001
<b>Cotações das acções BPI SGPS em bolsa (euros)</b>					
Cotação máxima	3.15	6.34	4.80	4.31	4.03
Cotação média	2.39	4.43	3.88	3.68	2.79
Cotação mínima	1.35	2.73	3.19	3.25	1.90
Cotação de fecho	3.13	4.06	4.05	3.34	2.26
<b>Variação da cotação e de índices de referência</b>					
Variação da cotação	131.9%	29.5%	(0.1%)	(17.6%)	(32.3%)
Variação do índice PSI Intermediação Financeira	65.6%	34.3%	10.1%	6.3%	(16.3%)
Variação do índice PSI 30	74.7%	26.8%	10.2%	(11.1%)	(20.2%)
<b>Rendibilidade total do Accionista</b>					
Rendibilidade total do Accionista	139.9%	31.2%	2.5%	(16.0%)	(30.4%)
<b>Volatilidade face ao índice PSI 30</b>					
Desvio padrão BPI SGPS / Desvio padrão PSI 30 [1]	1.37	1.45	1.96	1.29	1.54
Coefficiente de correlação linear BPI SGPS vs. PSI 30 [2]	0.82	0.81	0.66	0.19	0.58
Coefficiente Beta BPI SGPS [1 x 2]	1.12	1.18	1.30	0.25	0.90
<b>Volatilidade face ao índice PSI Intermediação Financeira</b>					
Desvio padrão BPI SGPS / Desvio padrão PSI Intermediação Financeira [1]	1.43	1.35	1.87	2.89	1.65
Coefficiente de correlação linear BPI SGPS vs. PSI Intermediação Financeira [2]	0.82	0.82	0.68	0.51	0.58
Coefficiente Beta BPI SGPS [1 x 2]	1.18	1.11	1.27	1.46	0.95
<b>Valor de mercado do Grupo BPI</b>					
N.º de acções em final do ano (em milhões)	77.9	77.9	565.0 <sup>1</sup>	645.6	645.6
Capitalização bolsista em final do ano (M.€)	1 739.9	2 252.7	2 390.0	2 156.4	1 459.1
<b>Valores por acção (euros)</b>					
Cash flow após impostos	0.37	0.37	0.33	0.47	0.42
Lucro líquido	0.20	0.25	0.22	0.26	0.21
Lucro líquido, excluindo resultados extraordinários após impostos	0.18	0.23	0.20	0.19	0.20
Dividendo	0.07	0.08	0.10	0.09	0.09 <sup>1</sup>
Valor contabilístico	0.86	1.02	1.10	1.44	1.41
N.º médio ponderado de acções (em milhões)	555.2	555.2	574.1	595.4	645.6
<b>Indicadores de valorização pelo mercado</b>					
Preço como múltiplo do:					
cash flow após impostos	8.5	11.0	12.1	7.1	5.4
lucro líquido	15.7	16.4	18.7	13.1	10.9
lucro líquido, excluindo resultados extraordinários após impostos	17.6	17.4	20.1	17.8	11.4
valor contabilístico	3.6	4.0	3.7	2.3	1.6
Dividend yield	2.2%	1.9%	2.4%	2.7%	4.0%
Earnings yield	6.4%	6.1%	5.4%	7.7%	9.1%
<b>Liquidez</b>					
Volume anual transaccionado (M.€)	656.6	2 100.0	1 495.0	992.9	390.8
Rotação do capital	50.9%	85.4%	70.2%	45.2%	21.7%
Volume transaccionado médio diário (M.€)	2.7	8.5	6.0	4.1	1.6
<b>Dividendos</b>					
Lucro líquido (M.€)	110.8	137.0	124.8	152.4	133.3
Resultados distribuídos (M.€)	38.9	42.8	56.5	58.1	58.1
Payout ratio	35.1%	31.2%	45.3%	38.1%	43.6%
Dividendo por acção (€)	0.07	0.08	0.10	0.09	0.09
Dividend yield	2.2%	1.9%	2.4%	2.7%	4.0%

1) Em 1999, procedeu-se ao aumento de capital de 77.9 milhões de acções para 113 milhões de acções, o qual gerou um encaixe de 125.4 milhões de euros. Posteriormente, realizou-se o *stock split* das acções BPI SGPS mediante o desdobramento de cada acção existente (com um valor nominal de 5 euros cada), por 5 novas acções com valor nominal de 1 euro cada.

Quadro 65

## Referências finais

## Referências finais

Actuando numa conjuntura menos favorável, o Grupo BPI conseguiu fazer evoluir, de forma muito satisfatória, os seus principais indicadores de actividade, o que só foi possível graças à capacidade de inovação, revelada pelos seus Colaboradores, à exigência de qualidade dos seus Clientes, à actuação cooperante das Autoridades Monetárias e Financeiras e, finalmente, ao apoio solidário dos seus Accionistas.

A todos, e bem assim àqueles com quem se relacionou no desenvolvimento da actividade do Grupo, deseja o Conselho de Administração expressar o seu reconhecido agradecimento.

Porto, 22 de Fevereiro de 2002

O Conselho de Administração

## Proposta de aplicação dos resultados

# Proposta de aplicação dos resultados

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2001, o BPI – SGPS, S.A. obteve um lucro consolidado de 133 282 752 euros e um lucro individual de 44 297 107.54 euros.

Propõe-se que, relativamente ao exercício de 2001, seja distribuído um dividendo de 0.09 euros (9 cêntimos de euro) a cada uma das 645 625 000 acções representativas do capital social em 31 de Dezembro de 2001.

O dividendo por acção proposto é igual ao distribuído no ano anterior e corresponde a uma distribuição de 44% do lucro consolidado do exercício.

Nas contas individuais, o dividendo proposto, acrescido do montante a reter para reserva legal, nos termos do artigo 295 do Código das Sociedades Comerciais, determina a distribuição parcial de reservas livres do BPI – SGPS, S.A. no montante de 16 023 997.84 euros, em complemento à utilização do seu lucro individual. Nas contas consolidadas, o dividendo proposto implica que a parcela do lucro consolidado não distribuído, no montante de 75 176 502 euros determine o aumento das reservas para 204 955 600 euros.

Assim, no exercício da competência que lhe confere o artigo 16, n.º 2, b) dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do lucro do exercício:

Para reserva legal (artigo 295 do Código das Sociedades Comerciais)	2 214 855.38 euros
Para dividendo	42 082 252.16 euros
Aplicação do lucro individual	44 297 107.54 euros
Distribuição de reservas livres	16 023 997.84 euros
Dividendo a distribuir	58 106 250.00 euros

Porto, 22 de Fevereiro de 2002

O Conselho de Administração



# Demonstrações financeiras e notas





# Demonstrações financeiras consolidadas

## BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

ACTIVO	Notas	2001			2000
		Valor bruto	Amortizações e provisões	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.1	506 726		506 726	529 989
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	4.2	353 688		353 688	361 407
Outros créditos sobre instituições de crédito	4.3	3 631 275	118 955	3 512 320	2 690 824
Créditos sobre Clientes	4.4	15 471 013	98 874	15 372 139	13 391 350
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
Emissores públicos	4.5	1 518 335	22	1 518 313	1 154 769
Outros emissores	4.5	1 191 022	4 448	1 186 574	1 288 730
Acções e outros títulos de rendimento variável	4.6	171 585	16 147	155 438	247 310
Partes de capital em empresas associadas	4.7	106 313	938	105 375	63 613
Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação	4.8	49 820		49 820	45 984
Outras participações financeiras	4.9	678 417	6 468	671 949	659 592
Imobilizações incorpóreas	4.10	102 275	81 420	20 855	23 335
Imobilizações corpóreas	4.11	619 203	314 935	304 268	315 255
Das quais: [Imóveis]		[301 213]	[109 311]	[191 902]	[199 568]
Acções próprias		1 707		1 707	982
Outros activos	4.12	302 264	37 340	264 924	340 176
Contas de regularização	4.13	768 849		768 849	794 060
<b>Total do activo</b>		<b>25 472 492</b>	<b>679 547</b>	<b>24 792 945</b>	<b>21 907 376</b>

### RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Garantias prestadas e outros passivos eventuais	4.28		3 297 860	3 048 316
Dos quais:				
[Garantias e avales]			[3 224 501]	[2 949 105]
[Outros]			[73 359]	[ 99 211]
Compromissos	4.28		3 335 548	3 247 525

O Técnico Oficial de Contas

(Montantes expressos em milhares de euros)

PASSIVO E CAPITALS PRÓPRIOS	Notas	2001	2000
Débitos para com instituições de crédito			
À vista	4.14	43 577	25 675
A prazo ou com pré-aviso	4.14	6 649 267	5 909 019
Débitos para com Clientes			
Depósitos de poupança	4.15	833 304	789 262
Outros débitos			
À vista	4.15	4 706 046	4 316 987
A prazo	4.15	6 513 766	6 009 599
Débitos representados por títulos			
Obrigações em circulação	4.16	3 121 750	1 944 302
Outros passivos	4.17	206 690	172 566
Contas de regularização	4.18	622 170	737 021
Provisões para riscos e encargos			
Provisões para pensões e encargos similares	4.19	9 442	5 886
Outras provisões	4.19	235 576	182 773
Fundo para riscos bancários gerais	4.19	6 658	5 679
Passivos subordinados	4.21	631 097	582 793
Interesses minoritários	4.22	304 915	295 824
Capital subscrito	4.23	645 625	645 625
Prémios de emissão	4.24	201 052	201 052
Reservas	4.25	(71 273)	(69 042)
Lucro consolidado do exercício	4.36	133 283	152 355
<b>Total do passivo e dos capitais próprios</b>		<b>24 792 945</b>	<b>21 907 376</b>

As notas anexas fazem parte integrante destes balanços.

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000**

<b>CUSTOS</b>	<b>Notas</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>
Juros e custos equiparados	4.29	1 204 612	1 039 435
Comissões	4.30	17 231	11 540
Prejuízos em operações financeiras	4.31	1 018 043	911 207
Gastos gerais administrativos			
Custos com o pessoal	4.32	288 277	277 871
Outros gastos administrativos		165 025	152 912
Amortizações do exercício	4.10 / 4.11	51 834	45 874
Outros custos de exploração	4.33	8 105	6 723
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	4.27	109 713	104 292
Provisões para imobilizações financeiras	4.27	5 395	526
Perdas extraordinárias	4.34	79 460	28 771
Impostos sobre os lucros	4.35	59 630	31 424
Outros impostos		3 393	3 862
Interesses minoritários no lucro do exercício	4.22	17 257	22 308
Lucro consolidado do exercício	4.36	133 283	152 355
		<b>3 161 258</b>	<b>2 789 100</b>

O Técnico Oficial de Contas

(Montantes expressos em milhares de euros)

PROVEITOS	Notas	2001	2000
Juros e proveitos equiparados	4.29	1 684 268	1 475 061
Rendimento de títulos	4.29	15 908	7 183
Comissões	4.30	210 102	206 878
Lucros em operações financeiras	4.31	1 058 674	957 933
Reposições e anulações de provisões	4.27	30 582	24 566
Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação		14 491	11 955
Outros proveitos de exploração	4.33	62 737	35 126
Ganhos extraordinários	4.34	84 496	70 398

3 161 258 2 789 100

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR FUNÇÕES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	2001	2000
Margem financeira	479 656	435 626
Provisões para risco de crédito	(37 944)	(58 223)
Margem financeira líquida	441 712	377 403
Comissões líquidas	192 871	195 338
Outros resultados de exploração líquidos	51 239	24 541
Margem de serviços	244 110	219 879
Rendimento de títulos	15 908	7 183
Resultados consolidados pelo método da equivalência patrimonial	14 491	11 955
Resultados em operações financeiras	40 631	46 726
Provisões para depreciação de títulos	(5 374)	(11 980)
Resultados antes de custos de transformação	751 478	651 166
Custos com o pessoal	(288 277)	(277 871)
Outros gastos administrativos	(165 025)	(152 912)
Amortizações do exercício	(51 834)	(45 874)
Custos de transformação	(505 136)	(476 657)
Resultado operacional	246 342	174 509
Outras provisões	(41 208)	(10 049)
Resultados na alienação de participações	6 166	37 731
Outros resultados extraordinários	(1 130)	3 896
Resultados antes de impostos e interesses minoritários	210 170	206 087
Impostos	(59 630)	(31 424)
Interesses minoritários	(17 257)	(22 308)
<b>Lucro consolidado do exercício</b>	<b>133 283</b>	<b>152 355</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000**

(Montantes expressos em milhares de euros)

	2001	2000
<b>Actividades operacionais</b>		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	2 635 433	2 024 508
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(1 763 993)	(1 382 028)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(410 050)	(465 020)
Recuperações de crédito e juros vencidos	18 855	18 730
Resultados extraordinários operacionais	1 217	(7 203)
<b>Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos</b>	<b>481 462</b>	<b>188 987</b>
Diminuições (aumentos) em:		
Outros créditos sobre instituições de crédito	(821 721)	(144 865)
Créditos sobre Clientes	(1 998 396)	(3 929 780)
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	(255 021)	(470 213)
Acções e outros títulos de rendimento variável	21 533	102 027
Outros activos e contas de regularização	63 474	104 135
<b>Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais</b>	<b>(2 990 131)</b>	<b>(4 338 696)</b>
Aumentos (diminuições) em:		
Débitos para com instituições de crédito – a prazo ou com pré-aviso	740 248	2 701 540
Débitos para com Clientes	937 268	1 394 044
Outros passivos e contas de regularização	(22 772)	(83 273)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	1 654 744	4 012 311
Contribuições para Fundos de Pensões	(140 416)	(75 140)
Pagamento de impostos sobre lucros	(35 736)	(21 923)
	<b>(1 030 077)</b>	<b>(234 461)</b>
<b>Actividades de investimento</b>		
Aquisição / constituição de partes de capital		
Aquapor – Serviços, S.A.	(9 831)	
Douro – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	(3 592)	(1 251)
Solo – Investimentos em Comunicações, SGPS, Lda		(21)
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	(25 481)	
Outras	(200)	(143)
Venda de partes de capital		
Eurovalor – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.		330
Luságua – Gestão de Águas, S.A.	5 986	
Aquisições de participações e outras imobilizações financeiras	(12 538)	(689 479)
Vendas de participações e outras imobilizações financeiras	13 311	210 541
Aquisições de imobilizado incorpóreo e corpóreo	(42 540)	(60 747)
Vendas de imobilizado corpóreo:		
Imóveis de serviços próprio	3 613	1 499
Outros	1 810	3 669
Outras variações em imobilizado corpóreo e incorpóreo		(660)
Dividendos recebidos e outros proveitos	13 156	12 668
	<b>(56 306)</b>	<b>(523 594)</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

(Montantes expressos em milhares de euros)

	2001	2000
<b>Actividades de financiamento</b>		
Emissões de dívida titulada e subordinada	1 718 696	964 746
Amortizações de dívida titulada	(357 915)	(56 681)
Aquisições e vendas de dívida titulada e subordinada própria	(135 725)	(191 299)
Aumento de capital		201 562
Juros de dívida titulada e subordinada	(111 537)	(47 263)
Distribuição de dividendos de acções preferenciais	(17 923)	(21 859)
Distribuição de dividendos	(58 097)	(56 493)
	<b>1 037 499</b>	<b>792 713</b>
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	(48 884)	34 658
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	865 721	831 063
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>816 837</b>	<b>865 721</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações.

#### O Técnico Oficial de Contas

Domingos António Baptista Vieira

#### O Conselho de Administração

*Presidente* Artur Santos Silva

*Vice-Presidentes* Carlos da Câmara Pestana  
Fernando Ulrich  
Ruy Matos de Carvalho

*Vogais* Alfredo Rezende de Almeida  
António Seruca Salgado  
António Domingues  
Armando Leite de Pinho  
Fernando Ramirez  
Isidro Fainé Casas  
João Sanguinetti Talone  
José Pena do Amaral  
Klaus Dührkop  
Manuel de Oliveira Violas  
Diethart Breipohl  
Roberto Egidio Setúbal  
Tomás Jervell  
Maria Celeste Hagatong  
Manuel Ferreira da Silva



## Notas às demonstrações financeiras consolidadas

# Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2001 e de 2000

(Montantes expressos em milhares de euros – m. euros – excepto quando expressamente indicada outra unidade)

## 1. GRUPO FINANCEIRO

O BPI – SGPS, S.A. (BPI SGPS) é uma sociedade gestora de participações sociais que resultou da transformação, em 30 de Novembro de 1995, do BPI – Banco Português de Investimento, S.A. e que exerce, em exclusivo, as funções de *holding* do Grupo BPI.

O BPI – Banco Português de Investimento, S.A. foi o primeiro banco de investimento privado criado após a reabertura do exercício da actividade bancária à iniciativa privada ocorrida em 1984 e resultou da transformação em banco de investimento, por escritura pública de Dezembro de 1984, da SPI – Sociedade Portuguesa de Investimentos, S.A.R.L., a qual havia iniciado a sua actividade em 1981.

O BPI SGPS é a entidade central de um Grupo Financeiro, centrado na actividade bancária, multiespecializado, que oferece um extenso conjunto de serviços e produtos financeiros para empresas, investidores institucionais e particulares. O BPI SGPS está cotado em Bolsa desde 1986.

Em 31 de Dezembro de 2001, a actividade bancária do Grupo é desenvolvida, principalmente, através do Banco Português de Investimento, S.A. (BPI Investimentos), na área da banca de investimento e do Banco BPI, S.A., na área da banca comercial. O Grupo BPI controla a totalidade do capital social destes bancos.

O BPI SGPS detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital. Empresas associadas são aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que o BPI SGPS, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira (nota 4.7).

O Grupo BPI concluiu o processo de aquisição de uma participação no Banc Post S.A. que lhe confere uma influência significativa sobre a gestão e a política financeira daquele Banco.

Em 2001, o Grupo BPI passou a deter a totalidade do capital social da Douro – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., através de uma oferta pública de aquisição de acções desta sociedade, de aquisição directa e de uma aquisição potestativa nos termos do disposto no artigo 194 do *Código dos Valores Mobiliários*.

Em 2001, o Grupo BPI subscreveu parte de um aumento do capital social da Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda., tendo, em consequência, elevado a sua participação para 26% do capital social daquela sociedade.

Em 2001, o BPI SGPS absorveu, por fusão, a BPI Capital – SGPS, S.A., a BPI Participações – SGPS, S.A. e a BPI Private Equity, SGPS, S.A. Para efeitos contabilísticos, a fusão produz efeitos a partir de 1 de Julho de 2001.

Em 2001, o Grupo BPI vendeu a participação que detinha na Luságua Gestão de Águas, S.A. correspondente a 30% do capital social desta sociedade.

Em 2001, o BPI SGPS constituiu a BPI Madeira, SGPS, Unipessoal, S.A. O capital social desta sociedade é de 150 000 m. euros e é integralmente detido pelo Grupo BPI.

Em 2001, a participação que o Banco BPI detém na Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. passou a ser incluída no Grupo BPI.

Em 31 de Dezembro de 2001, as sociedades que integram o Grupo BPI são:

	Sede	Capitais próprios	Activo	Lucro (prejuízo) do exercício	Participação directa (%)	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
<b>Holding</b>							
BPI – SGPS, S.A.	Portugal	1 147 975	1 741 256	44 297			Integr. global
<b>Bancos</b>							
Banco Português de Investimento, S.A.	Portugal	305 096	6 538 234	(2 008)	100.0%	100.0%	Integr. global
Banco BPI, S.A.	Portugal	932 682	23 376 734	107 755	48.6%	100.0%	Integr. global
Banco de Fomento, S.A.R.L.	Moçambique	10 990	109 693	2 855	1.5%	100.0%	Integr. global
Banc Post, S.A.	Roménia	105 380	577 711	7 108		17.0%	Eq. patrimonial
<b>Crédito especializado</b>							
BPI Leasing – Sociedade de Locação Financeira, S.A.	Portugal	53 567	1 038 232	6 794		100.0%	Integr. global
BPI Factor – Sociedade Portuguesa de Factoring, S.A.	Portugal	11 112	308 026	1 894		100.0%	Integr. global
BPI Rent – Comércio e Aluguer de Bens, Lda.	Portugal	3 898	376 427	(2 866)	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Eurolocação – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamento, S.A.	Portugal	398	493	12	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
BPI Locação de Equipamentos, Lda.	Portugal	(2 275)	46 720	(1 678)	97.0%	100.0%	Eq. patrimonial
<b>Gestão de activos e corretagem</b>							
BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.	Portugal	6 891	8 332	1 529	100.0%	100.0%	Integr. global
BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem (Moçambique), S.A.R.L.	Moçambique	90	681	(6)	11.5%	100.0%	Integr. global
BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.	Portugal	17 742	24 087	12 380	100.0%	100.0%	Integr. global
BPI – Global Investment Fund Management Company, S.A.	Luxemburgo	1 405	1 450	1 239		100.0%	Integr. global
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal	5 132	6 188	2 358		100.0%	Eq. patrimonial
Sofinac – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Portugal	1 005	1 175	116		100.0%	Integr. global
<b>Capital de risco / desenvolvimento</b>							
F. Turismo – Capital de Risco, S.A.	Portugal	5 244	5 325	115		25.0%	Eq. patrimonial
Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Portugal	23 411	30 458	(3 039)		83.7%	Integr. global
Dixit – Investimentos Estratégicos SGPS, S.A. <sup>1</sup>	Portugal	12 109	143 846	(178)	100.0%	100.0%	Integr. global
Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A. <sup>2</sup>	Portugal	47	113 883	(3)	45.0%	45.0%	Eq. patrimonial
BPI Ventures SGPS, S.A. <sup>3</sup>	Portugal	22 038	175 055	(39 153)	100.0%	100.0%	Integr. global
<b>Seguros</b>							
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal	34 934	1 024 039	1 502		100.0%	Eq. patrimonial
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	Portugal	25 199	114 491	2 070		50.0%	Eq. patrimonial
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	Portugal	110 911	811 181	7 245		35.0%	Eq. patrimonial
<b>Outras</b>							
BFE Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A.	Portugal	14 039	14 113	474		100.0%	Integr. global
BPI Capital Finance Ltd. <sup>4</sup>	Ilhas Cayman	300 013	339 788	17 478	100.0%	100.0%	Integr. global
BPI, Inc. <sup>5</sup>	E.U.A.	128	314	12	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
BPI Madeira, SGPS, Unipessoal, S.A.	Portugal	150 000	150 011		100.0%	100.0%	Integr. global
CrediUniverso – Serviços de Marketing, S.A.	Portugal	1 696	7 225	233	49.9%	50.0%	Integr. global
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Portugal	2 564	7 134	(4 933)		25.0%	Eq. patrimonial
Douro – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Portugal	3 858	3 916	(103)	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	Portugal	34 720	188 533	1 288		32.8%	Eq. patrimonial
Promática – Sociedade de Informação e de Organização de Empresas, S.A.	Portugal	1 090	1 221	215	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Simofer – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil, Lda.	Portugal	(5 057)	1 258	(4)	100.0%	100.0%	Eq. patrimonial
Víacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.	Portugal	46 889	62 097	15 780		26.0%	Eq. patrimonial

Nota: Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2001 (saldos contabilísticos, antes de ajustamentos de auditoria e consolidação) excepto se outra data for explicitada.

- 1) A Dixit – Investimentos Estratégicos SGPS, S.A. resultou da transformação da BPI Sfac – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. em 20 de Novembro de 2000. Esta transformação foi precedida da renúncia pela BPI Sfac à autorização que lhe foi concedida pelo Banco de Portugal para o exercício da actividade de financiamento para aquisições a crédito.
- 2) A Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A. foi adquirida pelo Grupo BPI em 30 de Novembro de 2000.
- 3) A BPI Ventures SGPS, S.A. foi constituída por escritura pública de 22 de Dezembro de 2000.
- 4) O capital social está representado por 5 000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 dólar americano cada e por 10 000 000 de acções preferenciais, sem direito de voto, com o valor nominal de 25 dólares americanos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Grupo BPI nesta empresa é de 0.002%.
- 5) Valores relativos a 30 de Setembro de 2001 resultantes da conversão de dólares americanos ao câmbio de 31 de Dezembro de 2001.

## 2. COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO, BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2001, as demonstrações financeiras consolidadas reconhecem a amortização, por contrapartida de reservas, das despesas com custo diferido relativas à cobertura do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas em 1999 e 2000 e ainda não amortizadas em 31 de Dezembro de 2000, bem como do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas no primeiro semestre de 2001.

Este procedimento mereceu o acordo do Banco de Portugal e tem os seguintes efeitos sobre as rubricas de balanço:

Reservas	(80 402)
Contas de regularização (activo)	(80 402)

### BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do BPI SGPS e das suas filiais e associadas e foram processadas de acordo com o *Plano de Contas para o Sistema Bancário*, estabelecido pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115 do *Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298 / 92, de 31 de Dezembro, bem como com o regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 36 / 92, de 28 de Março. Adicionalmente, foram efectuados ajustamentos de consolidação de forma a corrigir a aplicação de certos princípios contabilísticos.

### PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras das empresas filiais são consolidadas pelo método de integração global, excepto se a sua integração não permitir que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação (n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36 / 92, de 28 de Março). As transacções e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados no processo de consolidação e o valor do capital, das reservas e dos resultados correspondente à participação de terceiros nestas empresas é apresentado na rubrica INTERESSES MINORITÁRIOS.

As demonstrações financeiras das empresas filiais excluídas da integração global nos termos da excepção ao princípio anteriormente referido bem como as das empresas associadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, correspondendo o valor da participação a uma percentagem do capital, das reservas e dos resultados equivalente à percentagem da participação, directa ou indirecta, do BPI SGPS nessas empresas.

As demonstrações financeiras das empresas filiais ou associadas inactivas, em liquidação, em que as correspondentes participações tenham a natureza de aplicações de capital de desenvolvimento ou quando haja a intenção de alienar tais participações são excluídas da consolidação e de reavaliação por equivalência patrimonial.

A inclusão das demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira é precedida da sua conversão para euros com base no câmbio de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal, sendo o efeito cambial, originado na conversão, reconhecido como resultado do exercício.

A inclusão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com a *Norma Internacional de Contabilidade 29* para as economias hiperinflacionárias é precedida da reclassificação para resultados do exercício do impacto da reexpressão dos capitais próprios em preços correntes.

Os valores de *goodwill* e *badwill*, decorrentes da diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas filiais e associadas na data da primeira consolidação, foram totalmente amortizados no ano de aquisição ou da primeira consolidação por contrapartida de reservas.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do BPI SGPS e das empresas do Grupo, estes na proporção da participação efectiva e do período de detenção respectivos após serem efectuados os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As participações de capital que não são objecto de consolidação pelo método de integração global ou de reavaliação pelo método de equivalência patrimonial registam-se de acordo com o critério definido na nota 2.4.

### PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2001 e 2000.

#### 2.1. Especialização de exercícios

Os juros das operações activas e das operações passivas são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Porém, os juros vencidos e não cobrados são

contabilizados como juros vencidos a regularizar na data em que a cobrança se deveria ter efectivado, aguardando-se, pelo período máximo de 30 dias, a respectiva regularização. Decorrido este prazo, são anulados os juros contados a partir da última prestação de juros paga e é suspensa a contabilização dos juros em contas de proveitos relativamente ao capital registado em crédito vencido, com excepção das operações de crédito com garantia hipotecária cujos juros são registados até à data em que passam a ser consideradas em situação de contencioso.

As despesas com campanhas de publicidade relacionadas com o lançamento de produtos de médio e longo prazo e da marca do Banco BPI são registadas como despesas com custo diferido quando efectuadas e repartidas como custos com fornecimentos de terceiros nos trinta e seis meses seguintes.

Os dividendos são reconhecidos quando são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Os outros proveitos e os outros custos são também reconhecidos de acordo com o referido princípio contabilístico da especialização de exercícios, excepto no caso das responsabilidades com pensões de reforma que são registados segundo o descrito na política contabilística 2.12.

## 2.2. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são contabilisticamente relevadas pelo custo de aquisição ou pelo valor de reavaliação, calculado nos termos da legislação aplicável, sendo a contrapartida do saldo resultante dos movimentos contabilísticos inerentes aos processos de reavaliação registada numa rubrica dos capitais próprios denominada RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.

As imobilizações corpóreas são amortizadas pelo método das quotas anuais constantes e das quotas anuais degressivas, por duodécimos, às taxas máximas aceites fiscalmente como custo, as quais têm subjacente o número de anos de vida útil esperada para os diferentes tipos de imobilizado como a seguir se indica:

	Anos de vida útil
Imóveis	20 a 50
Imobilizações não passíveis de recuperação efectuadas em edifícios arrendados	3 a 10
Equipamento	3 a 12
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

Nos termos da lei, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta das reavaliações registadas não é considerada como custo para efeitos fiscais. Os correspondentes impostos diferidos passivos não são registados.

Os imóveis recebidos em dação em cumprimento de crédito vencido são registados na rubrica OUTROS ACTIVOS pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. Estes imóveis são mantidos no activo até serem vendidos e são objecto de avaliações periódicas que dão lugar à constituição de provisões sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

## 2.3. Imobilizações incorpóreas

O Grupo BPI tem por política registar nesta rubrica as despesas notariais, de registo e despesas relacionadas com aumentos de capital, bem como as despesas com estudos e projectos (nomeadamente estudos de consultoria e *software*) elaborados por terceiros cujo impacto se repercute para além do exercício em que são realizados.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas anuais constantes, por duodécimos, às taxas máximas aceites fiscalmente como custo, as quais, em geral, têm subjacente um período de amortização de três anos.

## 2.4. Participações

As participações em empresas cujas demonstrações financeiras não são consolidadas, nos termos dos princípios de consolidação referidos anteriormente, encontram-se registadas ao custo de aquisição.

A constituição de provisões para menos-valias potenciais em participações financeiras é efectuada nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 3 / 95, de 30 de Junho, que estabelece a não obrigatoriedade de constituição daquelas provisões salvo se, relativamente à empresa participada, se verificar alguma das circunstâncias seguintes:

- ter apresentado resultados negativos em três exercícios, seguidos ou interpolados, nos últimos cinco anos;
- encontrar-se em situação de insolvência, ter sido declarado o estado de falência, ter sido objecto de alguma providência de recuperação de empresas ou ter cessado actividade.

Porém, salvo regulamentação expressa que venha a ser emitida pelo Banco de Portugal, caso existam perdas potenciais (relativamente ao valor estimado de realização e tendo em conta a cotação, se existir) significativas e prolongadas, tais perdas serão gradualmente provisionadas no prazo máximo de seis anos. Esta política foi adoptada a partir do exercício de 2001.

## 2.5. Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável

As compras e vendas de títulos são registadas na data da transacção, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

Os títulos transaccionáveis são objecto de esquemas de contabilização diferenciados em função das suas características e da prévia explicitação sobre a intenção da aquisição.

### *i) Títulos de negociação*

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não pode exceder seis meses, visando a obtenção de uma mais-valia e em que a natureza e o volume dos títulos a transaccionar não oferecem quaisquer dúvidas quanto à sua negociabilidade tendo em conta as condições concretas de mercado.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são escriturados pelo valor de aquisição e reavaliados diariamente com base no valor de mercado, acrescido do montante dos juros corridos e não cobrados. Na ausência de valor de mercado, tais títulos são valorizados ao custo de aquisição acrescido dos juros corridos desde a data do último vencimento de juros. As diferenças negativas ou positivas que resultam da aplicação dos critérios anteriores são registadas como custos ou proveitos (notas 2.8 e 4.5).

As acções são registadas ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. As diferenças de valorização relativas a acções que integram a composição dos índices BVL30 e PSI20 (Bolsa de Valores de Lisboa e Porto) e a acções que apresentem liquidez adequada são registadas como custos ou proveitos. As diferenças de valorização relativas a outras acções são registadas em contas de regularização do activo ou do passivo, consoante se trate de perdas ou de ganhos potenciais, dando as perdas lugar à constituição de uma provisão (notas 2.8 e 4.6).

As acções próprias são registadas em termos idênticos aos anteriormente referidos.

### *ii) Títulos de investimento*

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com a finalidade de serem conservados por prazo superior a seis meses.

Os títulos emitidos a valor descontado são registados pelo valor de reembolso (valor nominal). A diferença entre o valor nominal e o valor de aquisição é considerada como receita com proveito diferido. Mensalmente os juros corridos são registados nas respectivas contas de proveitos de acordo com a taxa de juro implícita em regime de juro composto.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. Os juros corridos são contabilizados como proveitos a receber. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso dos títulos – que constitui o prémio ou desconto verificado por ocasião da compra – é repercutida nos resultados de modo escalonado ao longo do período que decorrerá até à amortização.

A diferença entre o custo de aquisição (corrigido das parcelas do prémio ou do desconto reconhecidas nos resultados) e o valor de mercado das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, se for positiva, dá origem à constituição de uma provisão (notas 2.8 e 4.5).

O valor dos títulos com capitalização dos juros incorpora a periodificação desses juros.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição. Sempre que o valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso de títulos não cotados) for inferior ao custo de aquisição, tem lugar a constituição de uma provisão (notas 2.8 e 4.6).

As acções próprias são registadas em termos idênticos aos anteriormente referidos.

### *iii) Vendas de títulos a descoberto*

As vendas de títulos de que resultam posições curtas (vendas a descoberto) são registadas a crédito da conta VENDAS A DESCOBERTO, sendo o saldo desta conta incluído na rubrica DÉBITOS PARA COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO OU DÉBITOS PARA COM CLIENTES, de acordo com a contraparte respectiva na operação.

As aquisições de títulos para cobertura de posições curtas, abertas pelas vendas a descoberto, são registadas por débito da conta VENDAS A DESCOBERTO.

O saldo da conta VENDAS A DESCOBERTO é ajustado diariamente em função do valor de mercado dos títulos vendidos, sendo as diferenças de valorização registadas como custos ou proveitos ou em contas de regularização consoante as regras de valorimetria que seriam aplicáveis a esses títulos se pertencessem à carteira de negociação própria.

## 2.6. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial. Enquanto as operações que impliquem variação do saldo líquido de uma moeda estrangeira (por exemplo, compras, vendas, integração de resultados na moeda de conversão) têm por contrapartida a posição cambial, a constituição ou a aceitação de depósitos e a concessão ou a obtenção de crédito não têm qualquer efeito na posição cambial.

### *i) Posição cambial e operações de permuta de divisas (swaps)*

O conteúdo e critério de reavaliação da posição cambial, à vista e a prazo, são descritos de seguida.

#### *Posição à vista*

A posição à vista numa moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

#### *Posição a prazo*

A posição a prazo numa moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respectivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial (conta de regularização) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

#### *Operações de permuta de divisas (swaps)*

As operações de permuta de divisas (*swaps*) e outras operações de fixação de câmbio não são consideradas na reavaliação das posições à vista e a prazo. Os prémios ou descontos destas operações são amortizados linearmente durante o seu período de vida, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

### *ii) Conversão em euros de saldos em moeda estrangeira*

A conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio oficial de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

### *iii) Conversão em euros de resultados em moeda estrangeira*

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

## 2.7. Provisões para risco específico de crédito

As provisões para risco específico de crédito são constituídas para crédito, títulos e juros vencidos e para outros créditos de cobrança duvidosa, nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 3 / 95, de 30 de Junho.

As provisões para crédito, títulos e juros vencidos destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança de créditos com prestações de capital ou juros vencidos não regularizados (notas 4.3, 4.4, 4.5 e 4.27), dependendo de eventuais garantias existentes e sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a entrada em incumprimento.

As provisões para outros créditos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas, nos seguintes casos: prestações vincendas relativas a operações de crédito em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos; e prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo Cliente, quando o valor global das prestações em mora de capital e juros relativos a esse mesmo Cliente represente pelo menos 25% do total do capital em dívida acrescido dos juros vencidos (notas 4.4, 4.12 e 4.27).

Mensalmente, as instituições de crédito do Grupo BPI avaliam a adequação das provisões para risco específico e para riscos gerais de crédito face aos riscos associados a operações de crédito, a garantias prestadas e à carteira de obrigações.

## 2.8. Provisões para depreciação de títulos e para outros activos

As provisões para depreciação de títulos e de outros activos são constituídas para fazer face à totalidade das perdas potenciais apuradas nos termos dos critérios valorimétricos adoptados para as obrigações, acções, outros títulos de rendimento fixo ou variável e outros activos (notas 2.4, 2.5, 4.5, 4.6, 4.9, 4.12 e 4.27).



## 2.9. Provisões para risco-país

As provisões para risco-país são constituídas para fazer face ao risco imputado aos activos financeiros e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco (notas 4.3, 4.4, 4.5, 4.12 e 4.27).

O regime de constituição destas provisões é o que está previsto no *Aviso do Banco de Portugal* n.º 3 / 95, de 30 de Junho, na *Instrução do Banco de Portugal* n.º 94 / 96, publicada no *Boletim de Normas e Informações* n.º 1, de 17 de Junho de 1996, e em *Carta do Banco de Portugal* sob referência 5640 / DSBRE, de 19 de Outubro de 1998.

## 2.10. Provisões para riscos e encargos

### i) Riscos gerais de crédito

As instituições de crédito do Grupo BPI sujeitas ao regime do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 3 / 95, de 30 de Junho (com as alterações introduzidas pelo *Aviso do Banco de Portugal* n.º 2 / 99, de 26 de Janeiro), constituem uma provisão para riscos gerais de crédito que corresponde a 1.5% do crédito ao consumo e do crédito a particulares de finalidade não determinada e a 1% do restante crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga (notas 4.19 e 4.27). Nos termos da legislação fiscal, em 2000 o reforço desta provisão foi aceite como custo; em 2001 por força da alteração do regime fiscal este reforço é apenas considerado como custo em 50% do seu montante.

### ii) Outros riscos e encargos

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos (notas 4.19 e 4.27).

## 2.11. Fundo para riscos bancários gerais

Destina-se a fazer face a riscos não específicos, resultantes da actividade do Grupo BPI (notas 4.19 e 4.27).

## 2.12. Pensões de reforma e de sobrevivência

A generalidade dos Colaboradores do Grupo BPI não está abrangida pelo Sistema de Segurança Social. Porém, nos termos do regime constante do Capítulo XI do *Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário*, o BPI Investimentos e o Banco BPI assumiram o compromisso de atribuir aos seus Colaboradores ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem crescente com o número de anos de serviço do Colaborador, aplicada aos seus salários.

O regime de cálculo, reconhecimento contabilístico, financiamento e imputação à conta de resultados das

responsabilidades por pensões de reforma e de sobrevivência é o que está previsto no *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001, de 23 de Novembro. Este regime entrou em vigor em 31 de Dezembro de 2001 e introduziu alterações importantes em relação ao regime anteriormente vigente:

- obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo;
- estabelecimento de um intervalo ("corredor") de 10%, fixado em função do maior dos valores entre o valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do fundo de pensões, por forma que os ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente observados não sejam relevados na conta de resultados, desde que o respectivo valor líquido acumulado se situe dentro daquele intervalo;
- não utilização, no cálculo do valor actual das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo, dos decrementos de invalidez, a não ser que naquele valor esteja incluído o valor actual das responsabilidades por serviços passados relativo à garantia das pensões de invalidez ou que o risco de invalidez se encontre total e integralmente transferido para uma companhia de seguros.

A cobertura das responsabilidades com serviços passados (incluindo o acréscimo de responsabilidades originado pelas reformas antecipadas) é assegurada por fundos de pensões.

Nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001, os ganhos e perdas actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais e financeiros e de alterações nas condições gerais dos respectivos planos de pensões bem como a parcela não enquadrável no "corredor" dos ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados devem ser amortizados no prazo máximo de dez anos. Em 31 de Dezembro de 2001, o Grupo BPI registou as perdas actuariais decorrentes desta última situação em despesas com custo diferido – pelo montante não enquadrável no "corredor" – e em flutuação de valores – pelo montante enquadrável no "corredor" – (nota 4.13).

Nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001, o acréscimo de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de Colaboradores à situação de reforma antecipada é integralmente coberto por correspondente contribuição para o



fundo de pensões, podendo tal contribuição ser reflectida na conta de resultados por prazo máximo de dez anos a contar da data efectiva da reforma, não podendo, porém, ser ultrapassado o quarto exercício seguinte ao do ano em que presumivelmente a reforma ocorreria. Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o Grupo BPI registou o saldo das contribuições para o fundo de pensões decorrente dos acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas não relevadas como custo em despesas com custo diferido (nota 4.13).

O acréscimo de responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo decorrente de não utilização de decrementos por invalidez será reconhecido no balanço e financiado de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes anuais, durante um período máximo de 20 anos a iniciar no exercício de 2002. Este procedimento mereceu o acordo do Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2001, o Grupo BPI registou o acréscimo de responsabilidades resultantes da situação acima referida como elemento extrapatrimonial (nota 4.28).

#### **2.13. Impostos sobre os lucros**

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente.

O BPI SGPS está sujeito ao regime fiscal consignado no *Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas* (CIRC) e no artigo 31 do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

As empresas filiais e associadas cuja sede se encontra localizada em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no *Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas* e no *Estatuto dos Benefícios Fiscais*.

O BPI SGPS e as suas filiais não registam os impostos diferidos activos, designadamente os que resultam dos prejuízos fiscais reportáveis. Não são igualmente registados os impostos diferidos passivos que decorrem da aplicação do regime de suspensão de tributação de mais-valias realizadas em imobilizações financeiras até 31 de Dezembro de 2000, uma vez que se estima que não haverá lugar ao respectivo pagamento, face à possibilidade de utilização dos prejuízos fiscais reportáveis do Grupo e de reinvestimento em participações a manter no longo prazo.

#### **2.14. Locação financeira**

##### ***Como locatário***

O imobilizado corpóreo é amortizado de acordo com o procedimento descrito na nota 2.2. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos correspondentes ao prazo de locação, a fim de produzir uma taxa

de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os passivos são reduzidos pelo montante correspondente à amortização do capital de cada uma das rendas.

##### ***Como locador***

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor do desembolso líquido efectuado na data de aquisição dos bens locados. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de rendimento periódico constante sobre o capital em dívida.

#### **2.15. Operações em produtos derivados**

##### ***Contratos de trocas de taxas de juro (swaps de taxas de juro)***

Os contratos de trocas de taxas de juro (*swaps* de taxas de juro) têm a natureza de cobertura e são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor notional).

Os fluxos de juros são registados em contas de resultados de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. A reavaliação dos contratos apenas é efectuada se tiver havido lugar à constituição de provisões para depreciação dos activos cobertos.

##### ***Contratos a prazo de taxas de juro (FRA)***

Os contratos de fixação a prazo de taxas de juro (FRA) são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu montante teórico (valor notional), distinguindo-se consoante a sua natureza de cobertura ou de negociação. Este registo é anulado na data da liquidação.

No caso dos contratos de cobertura, as importâncias relativas a diferenciais de juros recebidas ou pagas na data de liquidação são periodificadas durante o prazo da operação e imputadas às contas de custos ou proveitos associadas aos elementos do passivo ou activo que foram objecto de cobertura.

No caso dos contratos de negociação, as operações são reavaliadas mensalmente com base no custo ou no proveito que seria obtido se o contrato fosse liquidado na data em que a reavaliação é efectuada. As diferenças negativas ou positivas daí resultantes são registadas como custos ou proveitos por contrapartida de contas de regularização.

##### ***Futuros***

Os contratos de futuros, realizados com finalidade de negociação e por conta própria, são registados em contas extrapatrimoniais pelo valor de mercado actualizado diariamente. Este registo é anulado na data do fecho das posições.

Estas posições são reavaliadas diariamente com base nas cotações do mercado ou no preço de fecho (tratando-se de posições encerradas), sendo os lucros e as perdas relevados em resultados do exercício por contrapartida de contas de devedores (no caso de se tratar de lucros) e de credores (no caso de se tratar de perdas). Por sua vez, os saldos destas contas são anulados por contrapartida dos movimentos financeiros originados diariamente pela regularização das variações das cotações do mercado.

### ***Opções***

Os contratos de opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional), distinguindo-se consoante a sua natureza de cobertura ou de negociação.

Os contratos de opções de negociação são reavaliados mensalmente com base nas cotações de referência disponíveis, sendo os lucros e as perdas relevados em resultados do exercício por contrapartida de contas de devedores e credores. O montante dos prémios recebidos (por opções vendidas) ou pagos (por opções compradas) é registado como um proveito ou custo diferido até à data em que ocorra a execução do contrato.

Os contratos de opções sobre índices, realizados com finalidade de cobertura de riscos, são reavaliados mensalmente em consonância com a evolução dos índices subjacentes e os resultados das reavaliações são registados como custos ou proveitos por contrapartida de contas de regularização. Estes resultados são compensados por resultados de sinal oposto registados em relação com as operações cobertas. Os prémios pagos pelas opções compradas, bem como os prémios recebidos pelas opções vendidas são registados como despesas com custo diferido e receitas com proveito diferido e periodificados linearmente durante o prazo dos contratos.

### **2.16. Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito**

Os valores mobiliários de terceiros, recebidos em depósito, encontram-se registados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao valor nominal (no caso dos títulos de rendimento fixo), ao valor de aquisição (no caso dos títulos de rendimento variável), ou ao valor patrimonial (no caso de unidades de participação).

### 3. REPARTIÇÃO SECTORIAL DAS APLICAÇÕES E INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1. Repartição sectorial das aplicações

Em 31 de Dezembro de 2001, a estrutura sectorial das aplicações das empresas do Grupo BPI consolidadas pelo método de integração global era:

	Crédito sobre Clientes		Crédito <sup>1</sup> e títulos vencidos		Garantias prestadas <sup>2</sup>		Obrigações <sup>3</sup>		Acções <sup>4</sup>		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Agricultura, silvicultura e pesca	76 611	0.5	2 886	1.5	3 335	0.1					82 832	0.4
Indústrias extractivas	64 089	0.4	539	0.3	12 789	0.4					77 417	0.4
Indústrias transformadoras												
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	374 745	2.5	3 413	2.0	98 264	3.0	23 755	2.0	61		500 238	2.5
Indústrias têxtil e vestuário	337 652	2.2	9 990	5.7	72 744	2.2	2 587	0.2	2 496	1.4	425 469	2.1
Indústrias do couro e dos produtos do couro	48 113	0.3	3 331	1.9	3 139	0.1			143	0.1	54 726	0.3
Indústrias da madeira e da cortiça	121 565	0.8	3 249	1.9	53 745	1.6					178 559	0.9
Indústrias de pasta, de papel e cartão, edição e impressão	129 262	0.8	2 145	1.2	105 009	3.2	1 247	0.1	172	0.1	237 835	1.2
Indústrias de coque, produtos petrolíferos e combustível nuclear	591		133	0.1	19 427	0.6					20 151	0.1
Indústrias químicas e de fibras sintéticas ou artificiais	92 323	0.6	807	0.5	33 088	1.0	5 306	0.4	273	0.2	131 797	0.6
Indústrias da borracha e de matérias plásticas	70 838	0.5	896	0.5	7 596	0.2	2 318	0.2			81 648	0.4
Indústrias de outros produtos minerais não metálicos	329 319	2.2	1 086	0.6	52 325	1.6	121 096	10.2	1 225	0.7	505 051	2.5
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	193 589	1.3	2 459	1.4	47 587	1.4	29 040	2.4	63		272 738	1.4
Fabricação de máquinas e de equipamentos	74 763	0.5	1 327	0.8	28 647	0.9			89	0.1	104 826	0.5
Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	91 735	0.6	1 863	1.1	87 422	2.7	1 746	0.1	1 274	0.7	184 040	0.9
Fabricação de material de transporte	80 190	0.5	1 113	0.6	45 125	1.4	2 772	0.2	731	0.4	129 931	0.6
Outras indústrias transformadoras	84 536	0.6	3 208	1.8	9 995	0.3			8		97 747	0.5
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	301 437	2.0	34		355 080	10.8	102 139	8.6	24 014	14.0	782 704	3.9
Construção e obras públicas	769 175	5.0	30 203	17.3	732 220	22.2	61 349	5.2	2 148	1.3	1 595 095	7.9
Comércio por grosso e a retalho	1 190 052	7.8	23 902	13.7	275 705	8.4	15 545	1.3	526	0.3	1 505 730	7.5
Alojamento e restauração	95 719	0.6	968	0.6	34 342	1.0	2 500	0.2	101	0.1	133 630	0.7
Transportes, armazenagem e comunicações	572 785	3.7	3 745	2.1	177 389	5.4	12 943	1.1	7 872	4.6	774 734	3.8
Bancos e outras instituições de crédito <sup>5</sup>	25 227	0.2	746	0.4	95 827	2.9	88 141	7.4	6 016	3.5	215 957	1.1
Outras instituições financeiras e seguradoras	112 268	0.7	121	0.1	18 756	0.6	9		29 422	17.1	160 576	0.8
Sociedades gestoras de participações sociais	411 670	2.7	1		200 268	6.1	117 716	9.9	15 536	9.0	745 191	3.7
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas	932 750	6.1	4 199	2.4	305 571	9.3	6 983	0.6	1 821	1.1	1 251 324	6.2
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	365 875	2.4	189	0.1	59 935	1.8					425 999	2.1
Educação, saúde e acção social	294 686	1.9	1 889	1.1	36 488	1.1			42		333 105	1.7
Actividades recreativas, culturais e desportivas	45 212	0.3	184	0.1	66 594	2.0			2 149	1.3	114 139	0.6
Outras empresas de serviços	52 511	0.3	330	0.2	3 969	0.1			1 510	0.9	58 320	0.3
Particulares												
Crédito imobiliário	4 536 532	29.7	23 886	13.7							4 560 418	22.6
Outros	1 928 423	12.6	34 858	19.9	40 990	1.2					2 004 271	10.0
Instituições financeiras supranacionais	6 639						124 118	10.4			130 757	0.6
Outros sectores	165 717	1.1	1 000	0.6	211		6 937	0.6	43 808	25.5	217 673	1.1
Não residentes	1 320 000	8.6	10 236	5.8	214 265	6.4	462 253	38.9	30 159	17.6	2 036 913	10.1
	<b>15 296 599</b>	<b>100.0</b>	<b>174 936</b>	<b>100.0</b>	<b>3 297 847</b>	<b>100.0</b>	<b>1 190 500</b>	<b>100.0</b>	<b>171 659</b>	<b>100.0</b>	<b>20 131 541</b>	<b>100.0</b>

1) O crédito vencido corresponde a crédito sobre Clientes.

2) Inclui garantias e avales, créditos documentários abertos, cartas de crédito *stand-by*, fianças e indemnizações, aceites e endossos.

3) Não inclui obrigações de emissores públicos.

4) Inclui quotas, unidades de participação e outros valores.

5) O crédito sobre Clientes e o crédito vencido correspondem a crédito concedido pela BPI Leasing.

### 3.2 Inventário de títulos e participações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2001, os títulos e participações financeiras detidos pelas empresas do Grupo BPI consolidadas pelo método de integração global eram:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor bruto de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
TÍTULOS – NEGOCIAÇÃO						
Títulos de rendimento fixo – emitidos por residentes						
De dívida pública portuguesa						
Obrigações do Tesouro						
OT 3.625% Agosto 1999 / 2004	181 981 792	0.01	0.01	0.01	1 829	
OT 4.8125% Abril 1998 / 2003	1 961 177 975	0.01	0.01	0.01	20 579	
OT 5.25% Outubro 2000 / 2005	4 118 145 936	0.01	0.01	0.01	42 632	
OT 5.375% Junho 1998 / 2008	3 612 474 523	0.01	0.01	0.01	38 105	
OT 6.625% Fevereiro 1997 / 2007	5 422 002 465	0.01	0.01	0.01	61 944	
OT 8.875% Janeiro 1994 / 2004	217 748 414	0.01	0.01	0.01	2 570	
OT 9.5% Fevereiro 1996 / 2006	142 118 700	0.01	0.01	0.01	1 799	
					169 458	
Títulos de rendimento fixo – emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros						
Bilhetes do Tesouro						
Bilhetes do Tesouro (Moçambique)	2	254 543.60	254 543.60		509	
					509	
Obrigações						
Belgium Kingdom – 4.75% (28/09/2005)	88 515 000	1.00	1.02	1.01	90 748	
Belgium Kingdom – 6.5% (31/03/2005)	17 800	1 000.00	1 074.73	1 067.70	19 877	
Belgium Kingdom – 7.25% (29/04/2004)	8 605	1 000.00	1 077.30	1 073.70	9 660	
Belgium Kingdom – 8.5% (01/10/2007)	1 930 000 000	0.01	0.01	0.01	23 260	
Bundersrepublik Deutschl. 5.25% (04/01/2008)	1 465 000 000	0.01	0.01	0.01	15 881	
Bundersrepublik Deutschl. 6.5% (14/10/2005)	3 125 000 000	0.01	0.01	0.01	34 035	
Buonni Poliennali – 4.75% (01/05/2003)	750 000 000	0.01	0.01	0.01	7 682	
Buonni Poliennali – 5% (15/02/2004)	5 400	1 000.00	1 031.05	1 023.70	5 630	
Buonni Poliennali – 5% (15/06/2003)	5 850	1 000.00	1 016.80	1 020.40	5 982	
Buonni Poliennali – 5.25% (01/08/2011)	21 750	1 000.00	1 037.94	1 029.60	22 441	
Buonni Poliennali – 6.75% (01/02/2007)	2 393 000 000	0.01	0.01	0.01	26 862	
Buonni Poliennali – 6.75% (01/07/2007)	485 000 000	0.01	0.01	0.01	5 485	
Buonni Poliennali – 7.75% (01/11/2006)	1 425 000 000	0.01	0.01	0.01	16 342	
Buonni Poliennali – 8.75% (01/07/2006)	475 000 000	0.01	0.01	0.01	5 761	
Finnish Government – 9.5% (15/03/2004)	1 000 000 000	0.01	0.01	0.01	11 914	
Finnish Government – 7.25% (18/04/2006)	1 850 000 000	0.01	0.01	0.01	21 378	
Finnish Government – 5% (25/04/2009)	1 100 000 000	0.01	0.01	0.01	11 366	
France (Govt of) – 6.5% (25/10/2006)	9 400 000	1.00	1.11	1.09	10 327	
France OAT – 5.5% (25/04/2004)	18 000 000	1.00	1.03	1.04	19 335	
France OAT – 5.5% (25/04/2010)	5 050 000	1.00	1.04	1.03	5 412	
France OAT – 5.25% (25/04/2008)	15 000 000	1.00	1.05	1.03	15 967	
French Treasury Note – 5% (12/7/2005)	6 500 000	1.00	1.04	1.02	6 968	
Obligac. Del Estado – 4% (31/01/2010)	113 025	1 000.00	939.08	929.60	109 205	
Obligac. Del Estado – 5.15% (30/07/2009)	6 778 000 000	0.01	0.01	0.01	69 856	
Obligac. Del Estado – 5.4% (30/07/2011)	98 325	1 000.00	1 040.73	1 016.80	102 217	
Obligac. Del Estado – 6% (31/01/2008)	3 900 000 000	0.01	0.01	0.01	43 571	
Obligac. Del Estado – 4.5% (30/07/2004)	4 670 000 000	0.01	0.01	0.01	48 236	
Obligac. Del Estado – 4.75% (30/07/2014)	312 500 000	0.01	0.01	0.01	3 025	
Obrigações do Tesouro – 1999 (Moçambique)	8 364	50.91	50.91		426	
Poland Government Bond – 5.5% (14/02/2011)	5 000	1 000.00	1 009.02	988.00	5 183	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor bruto de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
Títulos de rendimento fixo – emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros (cont.)						
Obrigações (cont.)						
Rep. Brasil – 8.625% (03/03/2003)	1 945	1 000.00	1 010.03	994.00	2 073	
Rep. Brasil – 6.625% (21/05/2002) ATS	1 267	726.73	727.76	716.92	945	
Rep. Brasil – 6.625% (21/05/2002) NLG	508	2 268.90	2 271.21	2 238.27	1 184	
Rep. Brasil – 6.625% (21/05/2002) FRF	207	1 524.49	1 531.35	1 503.91	324	
Rep. Brasil – 9% (05/07/2005)	680	1 000.00	906.99	910.00	649	
Rep. Brasil – 9.5% (29/07/2002)	2 736	1 000.00	1 016.43	1 015.00	2 887	
Rep. Brasil – Disc. Sr. Z-L 1994 / 2024	1 000	1 130.07	815.91	819.30	827	
Rep. Brasil – EI Bonds – 1994 / 2006	500	813.65	712.45	716.01	361	
Rep. Grécia – 5.35% (18/05/2011)	10 000	1 000.00	1 021.87	1 000.70	10 498	
Rep. Grécia – 5.95% (24/03/2005)	2 500 000 000	0.01	0.01	0.01	27 368	
Rep. Grécia – 6.6% (15/01/2004)	2 000 000 000	0.01	0.01	0.01	22 325	
Rep. Grécia – 6% (19/05/2010)	1 827	0.01	0.01	0.01		
Rep. Grécia – 6.3% (29/01/2009)	74 001 142	0.01	0.01	0.01	836	
Rep. Grécia – 7.5% (20/05/2013)	521 500 000	0.01	0.01	0.01	6 354	
Rep. of Ireland – 4% (18/04/2010)	1 000 000 000	0.01	0.01	0.01	9 552	
Rep. of Austria – 5.25% (04/01/2011)	4 800	1 000.00	1 032.55	1 006.50	5 080	
Rep. of Austria – 5.5% (15/01/2010)	19 300	1 000.00	1 036.58	1 026.00	20 820	
Rep. of Austria – 5.875% (15/07/2006)	490 000 000	0.01	0.01	0.01	5 300	
U.S. Treasury – 5% (15/02/2011)	900	1 130.07	1 152.89	1 123.74	1 030	
U.S. Treasury – 4% (30/4/2003)	5 000	1 130.07	1 152.22	1 153.92	5 807	
					898 252	
De outros não residentes						
Obrigações						
Obrigações Madal / 99	2 110	50.91	50.92		107	
TDM 2001	76 450	5.09	5.09		434	
					541	
Títulos de rendimento variável – emitidos por residentes						
Direitos de incorporação						
Brisa (Privatizadas) – D. Inc. – em. 2001	210 176		4.75	4.75	998	
					998	
Acções						
Banco Comercial Português – Nom.	979 348	1.00	4.48	4.55	4 456	
Banco Espírito Santo – Nom.	60 600	5.00	14.12	14.47	877	
Brisa – Nom.	196 260	1.00	9.30	4.76	934	
Cimpor – Cim. de Portugal, SGPS	35 384	5.00	19.07	19.70	697	
Cin – Corporação Industrial Norte	6 770	1.00	3.88	5.15	35	
EDP – Electricidade de Portugal – Nom.	9 407 194	1.00	2.51	2.44	22 953	
Ibersol – SGPS	5 812	1.00	3.56	3.75	22	
Impresa – SGPS	79 008	1.00	4.05	2.19	173	
Jerónimo Martins – SGPS	40 874	5.00	7.81	9.25	378	
Modelo Continente, SGPS	71 279	1.00	1.51	1.72	123	
Novabase, SGPS	16 046	0.50	8.12	8.39	135	
Pararede – SGPS	53 328	1.00	0.72	0.68	36	
Portucel Industrial – Nom.	144 557	1.00	1.16	1.18	170	
Portugal Telecom – Nom.	771 124	1.00	8.78	8.75	6 747	
PT Multimédia, SGPS – NOM.	37 544	0.50	7.81	7.80	293	
SAG GEST – Soluções Autom.Globais, SGPS	26 605	1.00	1.96	1.92	51	
Semapa – Soc. de Inv. e Gestão, SGPS	130 538	1.00	4.24	4.74	619	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor bruto de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
Títulos de rendimento variável – emitidos por residentes						
Ações (cont.)						
Sonae.Com., SGPS	51 576	1.00	3.16	3.07	158	
Sonae SGPS	16 219 589	1.00	0.74	0.81	13 138	
Teixeira Duarte – Eng. constr. – St. split	179 650	0.50	1.25	1.20	216	
Vodafone-Telecel – Comunicações Pessoais – Nom.	125 004	0.50	8.57	9.00	1 125	
					53 336	
Títulos de rendimento variável – emitidos por não residentes						
Outros valores						
Rydex US Government Money Mark Fund	434 623 940	0.01	0.00	0.00	491	
					491	
Títulos próprios						
BPI – SGPS	755 433	1.00	2.34	2.26	1 707	
					1 707	
					1 125 292	
TÍTULOS – INVESTIMENTO						
De rendimento fixo – de emissores públicos						
De dívida pública portuguesa						
Obrigações do Tesouro						
OT 4.8125% Abril 1998-2003	15 000 087	0.01	0.01	0.01	149	
OT 5.75% Março 1997-2002	3 130 247	0.01	0.01	0.01	31	
OT 10.625% Junho 1993-2003	8 795 403 257	0.01	0.01	0.01	89 411	
OT 11.875% Fevereiro 1995-2005	11 143 287 205	0.01	0.01	0.01	118 056	
OT 3.625% Agosto 2004	260 000 000	0.01	0.01	0.01	2 542	
OTRV 1996-2002	4 015 073 671	0.01	0.01	0.01	40 153	19
OTRV 1996-2003	2 656 792 288	0.01	0.01	0.01	26 530	
					276 872	19
Outras obrigações						
República Portuguesa – USD – 5.75% (8/10/2003)	60 000	1 130.07	1 130.07	1 130.07	67 804	
					67 804	
De outros emissores públicos nacionais						
Obrigações						
Governo Regional da Madeira / 1994 var.	8 167 816	0.01	0.01	0.01	82	1
					82	1
De emissores públicos estrangeiros						
Obrigações						
Banco Nacional de Angola					47 885	
Banco Nacional Hungria – DEM / 1993 – 8.75% (08/09/2003)	8 000	511.29	511.29	547.08	4 090	
Gov. Spain – JPY / 1995 – 4.75% (14/03/2005)	100	86 065.93	86 065.93	98 347.53	8 606	
National Treasury Manage. Agency – CHF / 92 – 7.25% (21/10/2002)	312	33 742.75	33 742.75	33 742.75	10 528	
Province of Quebec – JPY / 1995 – 4.8% (21/02/2002)	4	860 659.00	860 659.25	865 636.46	3 443	
República da Grécia – EUR / 1998 – 5.75% (31/03/2008)	15 000 000	1.00	0.99	1.04	14 874	
República da Grécia – JPY / 1999 – 0.76% (29/01/2004)	1 000	8 606.59	8 594.24	8 606.59	8 601	
República da Irlanda – ITL / 1992 – 11.25% (02/04/2002)	2 356	2 582.28	2 582.28	2 629.54	6 084	
Xunta de Galicia – PTE / 1996 Tx. Vr. (04/07/2003)	2 500	498.80	498.67	497.80	1 247	2
					105 358	2
De rendimento fixo – de outros emissores						
Emitidos por residentes						
Obrigações de caixa						
Banco Alves Ribeiro / 1999 – Ob. Cx. – Sr. A	30 000	50.00	50.00	50.00	1 500	
Banco Alves Ribeiro / 2001 – Ob. Cx. – 1.º em.	500	5 000.00	5 000.00		2 500	
Banco Itaú Europa – Euro / 1999-2002	62 500	10.00	9.99	10.00	625	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor bruto de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
De rendimento fixo – de outros emissores						
<i>Emitidos por residentes</i> (cont.)						
<i>Obrigações de caixa</i> (cont.)						
Credifin / 98 – 1.º em. – 1.º Sr.	498 797 897	0.01	0.01	0.01	4 988	
Credifin / 2000 – 1.º em. – 1.º Sr. – Ob. Cx.	150 000	50.00	50.00	50.00	7 500	
Leasimo / 98 – 1.º – Ob. Cx.	249 398 949	0.01	0.01	0.01	2 494	
Leasimo / 98 – 2.º – Ob. Cx.	249 398 949	0.01	0.01	0.01	2 494	
Montepio Geral / 1998	498 797 897	0.01	0.01	0.01	4 988	11
Tecnicrédito – Financ. de Aquisição a Crédito	190 000	24.94	24.94	24.50	4 742	86
					31 831	97
<i>Outras obrigações</i>						
Atlantis – Cristais Alcobaca	500 000		4.99	4.97	2 494	11
Auto Sueco / 1999	896 000	5.00	5.00	5.00	4 480	
Auto Sueco / 2000	1 000 000	5.00	5.00	5.00	5 000	
Banco Itaú Europa – Tx. Var. (2003.11.03)	9 000	1 000.00	997.31	995.50	8 982	23
Cin / 95	112 229 527	0.01	0.00		561	7
Cin / 99	400 000	10.00	9.98	10.00	3 996	
CMP – Cimentos, Maceira e Pataias, S.A.	3 825 779 870	0.01	0.01	0.01	38 252	186
Cofina SGPS / 98 (Obrig. s/ warrants)	13 020	4.99	4.99	4.74	65	3
EDP / 92 – 21.º emissão	1 810 636	0.01	0.01	0.01	18	
EDP – 25.º em. / 1998 – Tx. Var.	2 482 750 055	0.01	0.01	0.01	24 827	99
Efacec Capital / 1999	91 762	10.00	10.00	10.00	918	
Engil – SGPS / 1997	189 593 081	0.01	0.01	0.01	1 896	7
Engil – SGPS – Obs. s/ war. – em. 98	139 171 098	0.01	0.01	0.01	1 356	34
Est. Jer. Martins & F.º / 1996 (Warrant)	425 963 827	0.01	0.01	0.01	4 193	115
F. Ramada / 1996	249 398 949	0.01	0.01	0.01	2 494	
F. Ramada / 1997	149 639 369	0.01	0.01	0.01	1 496	11
Fábrica Porcelana Vista Alegre / 1998	1 500 000	4.99	4.99	4.99	7 482	
Fábrica Têxtil de Vizela / 1987 (Ac. Cred.)	127 800	4.46	4.28		551	324
Fábrica Vidros Barbosa & Almeida / 1997	698 317 056	0.01	0.01	0.01	5 987	2
Fapobol / 1995	200 000	2.18	2.46		323	
Foncar	73 800	3.12	3.12		257	29
G.D.L.	816 698 257	0.01	0.01	0.01	8 167	2
Imoloc, SGPS	180 000	1.87	1.87	1.87	337	
Inparsa / 1998 (Obg. s/ war.)	949 711	0.01	0.01	0.01	9	
Jerónimo Martins / 97	404 087 649	0.01	0.01	0.01	5 168	224
JMR / PD / FN / IMO / 1998 – Obr. Grupada	401 078 900	0.01	0.01	0.01	4 011	
Lisnave – Estaleiros Navais de Lisboa – 92/070530	9 854 251	0.01	0.01	0.01	99	1
Modelo Continente, SGPS 95 / 03	11 072 316	0.01	0.01	0.01	111	
Mota & Companhia / 1998	3 242 186 331	0.01	0.01	0.01	32 422	
Mota & Companhia / 1999	997 500	10.00	10.00	10.00	9 975	
Pargeste / 1996	700 000	4.99	4.96		3 478	
Polimaia / 89 – Série C	4 000	2.99	2.10		12	
Portucel SGPS / 1999	150 000	10.00	9.91	9.97	1 490	
Quintas & Quintas	350 000	4.99	4.99	4.94	1 746	18
Recheio / 1998 – 1.ª Série	362 762 243	0.01	0.01	0.01	3 628	
Recheio / 1998 – 2.ª Série	181 380 872	0.01	0.01	0.01	1 814	
Refrigor, S.A.	400 000	0.81	0.81	0.81	325	1
Salvador Caetano / 1999	370 000	7.50	7.49	7.50	2 772	
Secil Prebetão – Prefabricados de Betão, S.A.	53 066 909	0.01	0.01	0.01	531	
Semapa – Soc. Inv. Gestão, SGPS	1 706 886 404	0.01	0.01	0.01	17 069	17

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor bruto de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
<i>Emitidos por residentes (cont.)</i>						
<i>Outras obrigações (cont.)</i>						
Soares da Costa / 2000	1 250 000	5.00	4.98	5.00	6 225	
Solidal / 1998	350 000	4.99	4.99	4.99	1 746	
Somague, SGPS / 1998	115 015	4.99	4.99	3.62	574	158
Somelos / 1987 – Sr. A e B	26 885	1.25	1.23		33	33
					217 370	1 459
<i>Papel comercial</i>						
Amoreiras Center 43. <sup>a</sup>					6 983	
Auchan 26. <sup>a</sup>					24 940	
Cabelte (Holding) 11. <sup>a</sup>					1 299	
Climaespaco 18. <sup>a</sup>					1 559	
Conduril 9. <sup>a</sup>					998	
Conduril 10. <sup>a</sup>					449	
Conduril 11. <sup>a</sup>					2 494	
Conduril 12. <sup>a</sup>					2 494	
Conduril 13. <sup>a</sup>					948	
Conduril 14. <sup>a</sup>					2 494	
Emp. Cervejas Madeira 1. <sup>a</sup>					3 237	
Emp. Cervejas Madeira 2. <sup>a</sup>					2 763	
Euroges 8. <sup>a</sup>					1 900	
Finantel, SGPS 4. <sup>a</sup>					1 665	
Finantel, SGPS 5. <sup>a</sup>					1 665	
Incompol 3. <sup>a</sup>					623	
Isar Rakoll 25. <sup>a</sup> emissão					748	
J. B. Fernandes 38. <sup>a</sup> emissão					500	
JMR Gestão Emp Retalho 6					16 400	
JMR Gestão Emp Retalho 9					6 550	
Lactogal em. 15					7 650	
M&J Pestana 102. <sup>a</sup>					1 250	
M&J Pestana 103. <sup>a</sup>					1 250	
Manuel Poças Junior 32. <sup>a</sup>					469	
Neoplástica 11. <sup>a</sup>					1 995	
Novadelta em. 6. <sup>a</sup>					4 988	
Papelaco – 23. <sup>a</sup> emissão					1 247	
Portucel Emp. Prod. Pasta 9. <sup>a</sup>					66 350	
RAR Soc Cont (Holding) 47					1 311	
RAR – Refin.Açucar Rer E89					2 700	
Recheio SGPS 5. <sup>a</sup>					8 200	
Recheio SGPS 6. <sup>a</sup>					16 400	
Ren-Rede Elec Nac 22. <sup>a</sup>					66 650	
Soares da Costa 4. <sup>a</sup>					2 850	
Soc. Franc. Man. Santos 7. <sup>a</sup>					1 075	
Soc.Vi.Terras Valdigem 11. <sup>a</sup>					312	
Solverde 96. <sup>a</sup>					24 550	
Tertir 11. <sup>a</sup>					2 943	
					292 899	



Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor bruto de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
Emitidos por não residentes						
Por organismos financeiros internacionais						
Obrigações						
BEI – PTE / 1995 – Tx. Vr. (Mar. 2005)	5 226 600	4.99	5.00	4.96	26 072	161
BEI – PTE / 1995 – C. Zero (Ago. 2003)	23 548 395 143	0.00	0.00		117 459	
BEI – PTE / 1996 – F.R.N. (Dez. 2006)	3 299 500	4.99	4.99	5.00	16 458	
BEI – PTE / 1997 – Tx. Vr. (Jun. 2002)	12 450	498.80	498.78	498.80	6 210	
BEI – PTE / 1997 – Tx. Fx. (Mar. 2002)	1 000	498.80	495.83	500.59	499	
					166 698	161
Por outros não residentes						
Outras obrigações						
Aegis SRL-CL 1 Tx.Vr. (01/06/2016)	50	113 007.00	113 007.12	112 442.08	5 650	28
Argentaria Global Finance – DEM / 1997 – Tx. Vr. (28/05/2002)	5	51 129.19	50 873.60	51 124.08	256	
Argentaria Global Finance – PTE / 1997 (27/02/2007)	300	498.80	498.80	543.38	150	
Avalon Capital Ltd. 2 – Tx. Vr. (24/05/2012)	4 000	1 130.07	1 130.07	1 130.07	4 520	
Avalon Capital Ltd. 2 – Tx. Vr. (24/05/2012)	10 000	1 130.07	1 129.21	1 129.80	11 293	
Banca Agrileasing – Tx. Vr. (12/10/2005)	500	10 000.00	9 980.20	9 980.00	4 993	3
Boats Caravela – PTE / 96 – Tx. Vr. (23/06/2003)	500	2 493.99	2 493.99	2 497.30	1 247	
Bunge Trade Ltd. – 9.25% (01/05/2002)	5 000	282.52	367.01	270.76	1 403	49
CaixaVigo – PTE / 1998 – Tx. Vr. (27/03/2003)	500 000	4.99	4.99	5.03	2 494	
CECA – PTE – Tx. Vr. / 1995-2002	1 000	498.80	500.05	500.04	499	
CECA – PTE / 1997 – Tx. Vr. (26/06/2002)	20 000	498.80	498.80	498.68	9 976	2
Credlop Overseas Bank Limited – PTE / 1996 – Tx Vr. (30/06/2003)	1 000 000	4.99	4.99	4.99	4 988	
Crédit Foncier de France – ITL / 1993 – Tx. Vr. (03/02/2002)	200 000	51.65	51.65	52.02	10 329	
Crédit Local France Cup.Zero – PTE / 2007	1 661	498.80	625.29	719.89	1 130	
Crédit Local France Cup.Zero – PTE / 2007	25 000	498.80	532.37	719.89	16 181	
CVRD Finance Ltd. Tx. Vr. (15/10/2007)	30	113 007.12	113 007.13	113 007.12	3 390	
Dresdner Bank – PTE / 1998 – Cp. Zr. (26/02/2013)	10 025	498.80	498.80		5 914	
Dutch Mor. Port. Loans (15.9.34) – O. Hip – Cl. B	8	500 000.00	500 850.00	500 000.00	4 007	7
EFG Hellas PLC – Tx. Vr. (07/02/2003)	11 250	1 000.00	996.90	995.50	11 237	38
EFG Ora Funding Ltd. – 2% – conv. (04/05/2005)	25 000	1 000.00	1 000.00	1 000.00	25 000	
El Monte Int Finance – Tx. Vr. (12/12/2005)	5 000	1 000.00	997.80	999.00	4 991	
ESRA – PTE / 1995 – Tx. Vr. (01/02/2002)	2 790 000	4.99	4.99	5.01	13 916	
Eurofima – PTE / 1994 – Tx. Vr. (17/08/2004)	2 632 000	4.99	4.99	4.97	13 128	51
Eurofima – PTE / 1995 – Tx. Vr. (19/01/2005)	6 000 000	4.99	4.99	4.97	29 928	105
Eurofima – PTE / 1998 – Tx. Vr. (28/05/2008)	1 564	4 987.98	4 987.98	4 918.65	7 801	108
Euro Vip – USD / 1990 – Tx. Vr. (23/11/2030)	6 000	1 130.07	1 130.07	1 045.99	6 780	504
Finbnk Trd & Div Pymt – Tr – Tv (15/03/2005)	5 000	1 000.00	1 000.00	984.50	5 000	78
Ford Credit Europe – PTE / 1996 – Tx. Vr. (09/09/2002)	11 000	498.80	498.64	497.99	5 486	9
Frome Company Limited – PTE / 1997 – Tx. Vr. (14/03/2002)	850	49 879.79	49 879.79	49 935.70	42 398	
Goldman Sachs Group – PTE / 1997 – Tx. Vr. (24/04/2007)	10 000	498.80	498.80	491.05	4 988	78
Hellenic Railway Corp. – EUR / 1999 – Tx. Vr. (29/03/2005)	1 000	10 000.00	10 000.00	10 069.00	10 000	
Hfc Bank PLC – Tx. Vr. (02/05/2006)	50	100 000.00	99 777.00	99 970.00	4 990	
Hydro Quebec – USD / 1992 – 8.625% (20/05/2002)	1 600	5 650.36	5 650.36	5 785.96	9 041	
Ibercaja Finance – EUR / 1998 – Tx. Vr. (07/07/2003)	5 000	1 000.00	998.05	998.50	4 997	4
Italease Finance Spa (10/03/2011) O. Hip. – Cl. A	5 000	1 000.00	998.90	1 000.00	4 995	
Koninklijke PTT Nederl. – TV (13/06/2002)	2 500	1 000.00	994.50	957.75	2 494	100
Lone Star Industr. Inc. 5.875% (08/11/2004)	5 000	1 000.00	995.02	1 003.00	4 986	
Madison Avenue C. Ltd. (24/03/2014) – O. Hip. Cl. A	10	565 035.60	565 035.60	564 714.41	5 650	3
Merrill Lynch & Co. – PTE / 1995 – Tx. Vr. (15/03/2002)	450 000	4.99	4.99	5.00	2 245	
Morgan Guar. Trust c.ª N.Y. – PTE / 1997 – Tx. Vr. (06/02/2007)	282 300	4.99	5.02	4.99	1 413	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor bruto de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
<b>Por outros não residentes (cont.)</b>						
<i>Outras obrigações (cont.)</i>						
Morgan Guar. Trust C.ª N.Y. – PTE / 1997 – Cp. Zr. (29/09/2017)	20 000	498.80	498.80		13 120	
Nationsbank Corporation – USD / 1996 – Tx. Vr. (12/02/2003)	300	11 300.71	11 312.01	11 304.10	3 391	
OTE PLC	10 000	1 000.00	982.38	1 024.70	9 856	
Polo Securities – PTE / 1995 – Tx. Var. (11/06/2002)	50	24 939.89	24 939.90	24 490.98	1 247	22
Public Power Corp. – 6.25% (08/11/2010)	10 000	1 000.00	1 002.00	1 022.00	10 018	
Public Power Corp. – ITL / 1999 – Tx. Vr. (08/01/2004)	16 200	516.46	515.32	519.04	8 359	
Royal KPN NV – 3.5% – Conv. (24/11/2005)	10 000	1 000.00	1 000.00	1 000.00	10 000	
Sonera Corp. – Tx. Vr. (2002/08/16)	2 500	1 000.00	996.50	990.40	2 496	20
Stichting Eurostar CDO (10/03/2013) O.H – Cl-A1	10	500 000.00	500 000.00	491 875.00	5 000	81
Tafisa, S.A.	80	60 100.16	60 101.21		4 808	
Telefonica Europe – USD / 1997 – 6.375% (08/01/2003)	19 236	1 130.07	1 068.84	1 152.67	21 451	
					<b>399 630</b>	<b>1 295</b>
<i>Papel comercial</i>						
Douro Fin – Jun – 4.ª em. S. 4-A					678	
Douro Fin – Jun – 6.ª em. S. 6-A					3 322	
Douro Fin – Jun – 6.ª em. S. 6-A					52 725	
					<b>56 725</b>	
<b>Valores de rendimento variável – emitidos por residentes</b>						
<i>Acções</i>						
Alar – Emp. Ibérica de Material Aeronáutico, S.A.	2 200	4.99	9.02		20	
Apis – Soc. Ind. Parquetes Azarujense	65 000	4.99				
Banco Comercial Português	119 948	1.00	4.44	4.55	548	2
Boavista Futebol Clube	21 900	5.00	5.00		109	
Brasopi – Comércio de Vestuário	649 419	4.99	3.99		2 591	1 944
Caderno Verde S.A.	18 065	4.99	46.59		842	421
Carmo & Braz	65 000	4.99				
Casa Hipólito, S.A.	17 789	4.99	4.99		89	
Change SGPS, S.A.	1 870 000	1.00	2.00		3 740	
Chipidea – Microelectrónica, S.A.	3 755	5.00	154.80		581	
Cimpor – Cimentos de Portugal, S.A.	713	5.00	9.46	19.70	7	
Cin – Corporação Industrial Norte	43 230	1.00	4.86	5.15	213	
Companhia Águas da Fonte Santa de Monfortinho, S.A.	10	4.99	4.50			
Companhia Aurifícia, S.A.	578	7.48	41.42		24	
Companhia Aurifícia, S.A.	30	3.74	20.80		1	
Companhia de Diamantes de Angola	166 816	4.99				
Companhia de Diamantes de Angola Em 71	900	4.99				
Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, S.A.	240	4.99	1.25			
Companhia Portuguesa do Cobre – Imobiliária, S.A.	57 200	4.99	0.07		4	
Comundo – Consórcio Mundial de Importe e Export., S.A.	3 269	0.50	1.74		6	4
Corticeira Amorim, SGPS	127 419	1.00	2.47	0.88	315	203
Cosec	251 110	5.00	17.84		4 479	
EDP – Electricidade de Portugal – N	429 300	1.00	2.59	2.44	1 061	13
Empresa Cinematográfica S. Pedro – Águeda	100	4.99	4.99			
Empresa O Comércio do Porto, S.A.	50	2.49	15.56		1	
Esence – Soc. Nac. Corticeira – Nom.	54 545	4.99				
Estamparia Império – Emp. Industriais e Imobiliários, S.A.	170	4.99	7.89		1	
Eurofil – Ind. de Petróleos, Plástico e Filamentos, S.A.	11 280	4.99	2.21		25	
Eurominas – Electro Metalurgia, S.A.	23	4.99	5.00			
Fábricas Vasco da Gama – Ind. Transformadoras, S.A.	33	4.99	22.82		1	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor bruto de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
<b>Valores de rendimento variável – emitidos por residentes</b>						
<i>Ações (cont.)</i>						
Fernando & Irmão, Lda	41 190	100.00	100.00		4 119	
Finantel, SGPS	2 588 500	0.50	2.82		7 305	
Fit – Fomento e Indústria do Tomate, S.A.	148	4.99	16.95		3	
Foncar – Org. Industrial Com. Têxtil, S.A.	6	4.99	4.17			
Futebol Clube do Porto	105 000	5.00	5.14	2.55	539	272
Gap – Gestão Agro-Pecuária, SGPS, S.A.	548	4.99	4.99		3	
Gregório & C.ª	1 510	4.99	2.89		4	
Ibersol SGPS	240 688	1.00	5.01	3.75	1 206	303
Impresa – SGPS	251 281	1.00	5.98	2.19	568	18
Incal – Indústria e Comércio de Alimentação, S.A.	2 514	1.13	0.89		2	
Interhotel, S.A.	6 604	4.99	3.03		20	16
Intersis, S.A.	42 147	4.99	31.01		1 307	1 307
Investimento Directo – Soc. Corretora, S.A.	300 000	10.00	12.43		3 729	
J. Soares Correia – Armazéns de Ferro, S.A.	84	5.00	21.17		2	
Jotocar – João Tomás Cardoso, S.A.	3 020	4.99	2.49		8	
Matur – Sociedade de Empreend. Tur. da Madeira, S.A.	13 439	4.99	10.85		146	142
Maxstor	8 190	4.99	4.99		41	41
Metalurgia Casal, S.A.	127	4.99	4.94		1	
Multitema	41 485	1.00	6.00		249	
Myplace – Conteúdos Imobiliários Internet	16 666	1.00	1.00		17	
Nutroton – Indústrias da Avicultura	12 323	4.99	4.05		50	
Oliva – Indústrias Metalúrgicas, S.A.	8	4.99	112.25		1	
Pema, S.A.	532	2.49	0.07			
Pirites Alentejanas, S.A.	78 473	4.99	0.00			
Porto de Cavaleiros, SGPS	2	4.99				
Portugal Telecom – N	4 080	1.00	14.04	8.75	57	22
Ricon	76 923	5.00	32.42		2 494	
Salvador Caetano, Ind. Maq. e Veic. de Transp., S.A.	261 925	4.99	3.94	2.90	1 032	272
Salvor – Soc. Investimentos Hoteleiros, S.A.	15 555	4.99	5.76		90	
Secca – Construções Metálicas – Ac. Ord. em 92	3 627	4.99	4.99		18	18
Secca – Pref. s/ Voto – em. 92	3 627	4.99	4.99		18	18
Semapa – Soc. Inv. Gestão – SGPS – Stock Split	4 278	1.00	3.74	4.74	17	
Senal – Soc. Nacional de Promoção de Empresas, S.A.	450	0.50				
Sociedade de Construções ERG	50	4.99	7.38			
Sociedade Gestora F. Margueira	149	4.99	4.99		1	
Sociedade Industrial Aliança, S.A.	1	2.49	2.00			
Somotel – Soc. Portuguesa de Motéis, S.A.	1 420	4.99	0.07			
Sonae Indústria – SGPS	56 074	4.99	7.72	4.98	433	154
Sonae SGPS	3 801 413	1.00	1.72	0.81	6 523	3 444
<b>Valores de rendimento variável – emitidos por não residentes</b>						
<i>Ações</i>						
Sopeal – Soc. Promoção Educacional Alcacerense, S.A.	100	4.99	4.99			
Sorefame – Socs. Reunidas Fabricações Metálicas, S.A.	31	4.99	9.81			
SPC – Serviço Português de Contentores, S.A.	2	4.99	5.00			
Sport Lisboa e Benfica (Pub. geral)	16 010	5.00	4.99		80	
Star – Turismo, S.A.	533	4.99	4.99		3	
SVB, SGPS, S.A.	1 250	4.99	5.00		6	
TECMIC	11 324	4.99	121.13		1 372	
Telecine Moro, S.A.	170	4.99	6.48		1	1

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor bruto de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
<b>Valores de rendimento variável – emitidos por não residentes</b>						
<i>Acções (cont.)</i>						
Terologos – Tecnologias de Manutenção – P	7 960	4.99	4.99		40	
Têxtil Lopes da Costa, S.A.	4 900	4.99	1.70		8	8
Trusted System	6 500	1.00	1.00		6	
Turopa – Operadores Turísticos, S.A.	5	4.99	5.00			
TVTEL – G.P.	191 250	4.99	7.18		1 374	
Unicer – União Cervejeira, S.A.	277	1.00	29.21		8	
VAA – Vista Alegre Atlantis – Stock split	160 000	1.00	3.30	0.82	528	397
Whatevernet	132 600	0.50	9.78		1 297	
Xelb Cork – Co. e Ind. Cortiça	87	4.99	4.99			
					<b>49 384</b>	<b>9 020</b>
<i>Unidades de participação</i>						
Frie BPI 1	600 000	4.99	4.99		2 993	249
Frie – IPE Capital Retex / Paiep	20	24 939.89	24 939.90		499	
Frie – Norpedip – Fundo de Reest. Intern. Empresarial	575 000	4.99	4.99		2 868	1 304
Frie – Sulpedip – Fundo de Reest. Intern. Empresarial	575 000	4.99	4.99		2 868	549
Frie – Sulpedip – Retex	200 000	4.99	4.99		997	145
Fundo BPI – América	200 000	4.99	4.99		998	
Fundo Grupo BFE Imobiliário	123 549	4.99	5.01	3.85	623	147
Margueira Capital – Fundo de Investimento Imobiliário	130 730	4.99	4.99		652	
					<b>12 498</b>	<b>2 394</b>
<i>Outros valores</i>						
Oliva – Direitos de redução	100		0.45			
Cofina SGPS – warrant (obrig. 98)	13 020			2.99		
Inparsa – Direitos sobranes	2		22.45			
Fábricas Triunfo – Dir. redução – em. 2001	8		5.00			
Somague – SGPS – Warrant (Obgs. 98)	115 015			0.12		
<b>Valores de rendimento variável – emitidos por não residentes</b>						
<i>Acções</i>						
Altitude Software	1 993 681	0.45	6.82		13 607	2 340
BPI Strategies, Ltd. – Class B	5 000	0.01	1 130.07	1 114.24	5 650	79
Cis Corporation	39 512	4.49	4.67	0.29	185	173
European Investment Fund	6	1 000 000.00	1 000 000.00		6 000	
Growela Cabo Verde	38 000	9.07	3.67		139	139
Liaoyang EFACEC	1 700	1 151.54	749.39		1 274	1 274
Parques Reunidos	304 140	0.25	5.19	3.63	1 580	476
Sofaris	13	49.55	94.75		1	
Unirisco Galicia	80	1 202.02	1 202.04		96	
					<b>28 532</b>	<b>4 481</b>
<i>Acções preferenciais / Perp.</i>						
BCI Funding Acções Pref. Perp.	12 800	1 000.00	981.75	970.00	12 566	150
Central Hispano Euroc. – Acç. pref. s/ voto – A	200 000	28.25	28.78	28.27	5 757	102
K2 Corporation – Tx. Vr. – pref. perp	5 000	1 130.07	1 130.07	1 130.07	5 650	
					<b>23 973</b>	<b>252</b>
<i>Unidades de participação</i>						
Fundo BPI – Europa (Luxemburgo)	23 405	4.99	7.32		171	
Fundo E Millenium	2 059 580		1.00		2 060	
Scudder New Europe Fund Inc.	10 000	11.30	14.13	21.05	141	
					<b>2 372</b>	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor bruto de balanço	Provisões
			euros		m. euros	
Títulos subordinados						
Banco Santander – PTE / 1995 – Ob. sub. (12/04/2005)	333 545 655	0.01	0.01	0.01	3 334	66
BESCL – EUR / 1997 – Tx. Vr. perp. sub.	875 390 309	0.01	0.01	0.01	8 754	153
BNU – PTE / 1998 – Tx. Vr. (15/10/2008) – Ob. Cx. sub.	947 716 004	0.01	0.01	0.01	9 477	360
UBP – PTE / 1993 (21/06/2004) – Ob. Cx. sub. – 1.º em.	249 398 949	0.01	0.01	0.01	2 494	5
UBP – PTE / 1993 – (30/11/2004) – Ob. Cx. sub. – 2.º em.	74 670 045	0.01	0.01	0.01	747	
					24 806	588
					1 756 834	19 769
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS						
Partes de capital em empresas associadas						
Aquapor – Serviços, S.A.	323 400	5.00	30.40		9 831	
Banc Post, S.A.	113 015 995	0.04	0.07		17 915	
Caravela Gest, SGPS, S.A.	108 572	5.00	4.99		542	
Centro de Educação Integral, S.A.	51 765	4.99	4.99		258	258
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	2 768 178	5.00	15.06		38 819	
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	750 000	5.00	9.40		12 600	
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	1 875 000	1.00	1.00		641	
F.Turismo – Capital de Risco, S.A.	250 000	5.00	4.99		1 311	
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	1 814 125	5.00	14.91		11 382	
Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A.	45 000	0.50	0.47		21	
Telemanutenção – Assistência Remota e Computadores, S.A.	4 900	4.99	49.88		244	122
Vera Cruz Exportação – Indústria e Comércio, S.A.	689 145	0.49	0.81		558	558
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.			54 446 783.25		12 191	
					106 313	938
Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação						
BPI, Inc.	300		18.83		128	
BPI Locação de Equipamentos, Lda.			150 000.00			
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	200 000	5.00	7.24		5 131	
BPI Rent – Comércio e Aluguer de Bens, Lda.			2 492 286.55		4 279	
BPI Strategies, Ltd.	1 000	0.01	0.00			
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	3 597 510	5.00	5.57		34 934	
Douro – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	3 580 088	5.00	3.48		3 858	
Eurolocação – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamento, S.A.	30 000	5.00	3.54		448	
Promática – Sociedade Informação e de Organização de Empresas, S.A.	150 000	5.00	5.72		1 042	
Simofer – Soc. de Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil, Lda.			8 510.49			
					49 820	
Outras participações financeiras						
No país – em instituições de crédito						
SPGM – Sociedade de Investimentos, S.A. – N	23 750	49.88	49.88		1 185	
SPGM – Sociedade de Investimentos, S.A. – P	16 680	49.88	49.88		832	
No país – em outras empresas						
Alberto Gaspar, S.A.	60 000	4.99	4.99		299	107
Arco Bodegas Unidas	63 382	6.01	69.41		4 399	
Associação EASDA	100	25 031.67	250.32		25	
Barbosa & Almeida, S.A.	1 090 493	5.00	14.71	14.31	16 039	
BVLP – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados	338 136	1.00	0.65		221	
Brisa – AutoEstradas de Portugal, S.A. (Privatização)	16 812 985	1.00	4.66	4.76	78 268	
Brisa – Direitos de incorporação 2001	16 812 985		4.75	4.75	79 862	
Cofina, SGPS, S.A.	4 354 960	0.50	2.76	2.23	12 018	
Conduril – Construtora Duriense, S.A.	184 262	4.99	4.37	4.02	805	
EIA – Ensino, Investigação e Administração, S.A.	10 000	4.99	4.99		50	

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor bruto de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
Outras participações financeiras						
No país – em outras empresas (cont.)						
Ibersol – SGPS, S.A.	1 265 930	1.00	4.30	3.75	5 444	
IES – A	106 400	4.99	3.19		339	
IES – B	159 600	4.99	6.19		988	
Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	7 380 687	1.00	10.25	2.19	75 652	
International Factors Group	12	50.00	50.00		1	
Mimalha, S.A.	40 557	4.99	8.27		336	336
NET – Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	6 099	4.99	0.52		3	
Pararede – SGPS, S.A.	6 537 506	1.00	1.44	0.68	9 443	4 147
PME Capital – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	261 250	5.00	4.99		1 303	377
PME Investimentos – Sociedade de Investimentos S.A.	261 250	5.00	4.99		1 303	377
Portugal Telecom, S.A.	20 743 391	1.00	10.76	8.75	223 197	
Ricardo Gallo – Vidro de Embalagem, S.A.	39 600	5.00	7.27		288	72
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	738 455	5.00	4.22		3 115	
SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A.	734 233	4.99	194.45		142 774	
Soc. Port. de Inovação, Consultoria Empresarial e Fomento da Inovação, S.A.	10 980	4.99	4.99		55	
Sonae SGPS, S.A.	244 430	1.00	2.34	0.81	573	
Soset – Sociedade Desenvolvimento Regional Península Setúbal, S.A.	68 000	4.99	4.99		339	149
Tagusparque – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque, S.A.	480 000	5.00	4.99		2 394	
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	299 265	5.00	3.53		1 057	
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. (Fusão)	8 391 597	1.00	1.43	0.82	12 036	
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. (St. Split.)	988 485	1.00	2.71	0.82	2 680	903
Vista Alegre Investimentos, SGPS, S.A.	1 025	4.99	4.99		5	
No estrangeiro – em outras empresas						
CLD – Credit Logement Developpment	100	15.24	15.25		2	
InterBancos	50 000	1 109.96	1.11		55	
Swift – Society for Worldwide Inf. Dev	5	123.95	1 234.51		6	
Tharwa Finance (dirhams)	105 000	9.78	9.78		1 026	
					678 417	6 468
Outras imobilizações financeiras						
Cauções					382	
Empréstimos subordinados					128	
Contratos de suprimento						
Auto-Estradas Atlantico					5 062	
Caravela Gest. SGPS, S.A.					1 354	
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.					879	
IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, S.A.					668	
Intersis					50	50
Maxstor – Suportes e Matrizes Informáticos, S.A.					957	957
Myplace					1 378	
Multitema SGPS					199	
Sociedade Imobiliária Urbanização do Parque, S.A.					137	
SVB SGPS, S.A.					2 301	
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda					2 113	
ViaLitoral – Conc. Rodoviária da Madeira					891	
Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A.					51 224	
					67 213	1 007

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor bruto de balanço	Provisões
		euros			m. euros	
Outros						
Ambelis – Agência p/ Modernização Económica de Lisboa, S.A.	400	49.88	49.88		20	
Amsco – African Management Services Com.	1 807	1 130.07	625.39		1 130	1 130
Apor – Agência p/ Modernização do Porto – Cl. B	2 400	4.99	4.99		12	
Associação para Escola Gestão do Porto / 2000	2	4.99	24 939.90		50	
BVLP – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados	117 764	1.00	1.18		139	
Auto-Estradas Atlântico II – Conc.Serviços	1 000	5.00	5.00		5	
Auto-Estradas Atlântico	1 100 000	4.99	4.99		5 487	
Citeve – Cent. Tec. Ind. Tex. Vest. Portugal	20	498.80	498.80		10	
Club Financiero Vigo	1	15 626.31	17 729.86		18	
Coimbravita – Agência Desenvolvimento Regional	15 000	4.99	4.99		75	
Euro Media Guarities	112	15.24	15.24		2	2
FIEP – Fundo para Internacionalização das Empresas Portuguesas, SGPS, S.A.	3 900 000	4.99	4.99		19 465	
Frie Ipe Capital – Retex / Paiep	20	24 939.89	24 939.90		499	
Frie – Norpedip – Retex	200 000	4.99	4.99		997	92
Fundo de Investimento Capital de Risco – F. Turismo	43	24 939.89	25 222.91		1 084	243
Fundo de Investimento Imobiliário Margueira Capital	2 949 761	4.99	4.99		14 713	
Gestinsua – Aq. Al. Património	430	5.00	5.00		2	1
Margueira – Sociedade Gestora de Fundos Investimento Imobiliário, S.A.	3 362	4.99	4.99		17	
MTS Portugal – SGMR	3 319 670	0.01	0.01		33	
Oficina de Inovação			14 963.94		15	
Parque Industrial da Matola	295 384	0.05	0.05		15	
Parque Industrial da Matola – PTE	10 384 620		0.00		52	
Porticentro – Sociedade de Construção, Gestão e Turismo, Lda.			100 258.38		100	100
Primus – Prom. e Desenvolvimento Regional, S.A.	8 000	4.99	4.99		40	
Ricardo Gallo – Vidro de Embalagem, S.A.	100 100	5.00	7.92		793	
Sanjimo – Sociedade Imobiliária	1 620	4.99	4.99		8	5
Sociedade Imobiliária Urbanização do Parque, S.A.	1 402	4.99	4.99		7	4
Sodera – Sociedade de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	1 950	24.94	20.78		40	
Spidouro – Sociedade Promoção e Investimento Douro e Trás-os-Montes	15 000	4.99	4.99		75	42
Subloc – Locação de submarinos, S.A.	2 500	10.00	10.00		25	
Swift – Society for Worldwide Inf. Dev.	57	123.95	235.03		41	
ViaLitoral – Conc. Rodoviária da Madeira	142 500	5.00	5.18		738	
					45 707	1 619
					947 980	10 032

Nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 3 / 95, de 30 de Junho, as menos-valias potenciais em participações financeiras não carecem, em geral, de ser provisionadas.

Em 31 de Dezembro de 2001, os valores de balanço e os valores de mercado (ou valores atribuíveis, se aqueles não existirem) das principais participações financeiras<sup>1</sup> detidas pelo Grupo BPI são:

	Valor de balanço				Valor de mercado	Valor atribuível	Mais (menos) valia
	Valor bruto	Mais-valia suspensa	Provisão	Valor líquido			
Aquapor – Serviços, S.A.	9 831			9 831		9 831	
Arco Bodegas Unidas, S.A. <sup>2</sup>	4 399			4 399		5 566	1 167
Auto Estradas do Atlântico, S.A. <sup>3</sup>	5 487			5 487		16 460	10 973
Banc Post, S.A.	17 915			17 915		17 915	
BVLP – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. <sup>4</sup>	360			360		10 252	9 892
Barbosa & Almeida, S.A.	16 039			16 039	15 605		(434)
Brisa – Auto Estradas de Portugal, S.A.	158 130			158 130	159 891		1 761
Cofina, SGPS, S.A.	12 018			12 018	9 712		(2 306)
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	38 819			38 819		38 819	
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A. <sup>5</sup>	12 600			12 600		13 860	1 260
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A. <sup>6</sup>	11 382			11 382		14 967	3 585
Ibersol, SGPS, S.A.	5 444			5 444	4 747		(697)
Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. <sup>7</sup>	75 652	14 388		61 264	16 164		(45 100)
ParaRede, SGPS, S.A.	9 443		4 147	5 296	4 446		(850)
Portugal Telecom, S.A.	223 197			223 197	181 505		(41 692)
SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A. <sup>8</sup>	193 997	48 716		145 281		51 522	(93 759)
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.	14 716		903	13 813	7 692		(6 121)
Viacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda. <sup>3</sup>	12 191			12 191		130 000	117 809
	<b>821 620</b>	<b>63 104</b>	<b>5 050</b>	<b>753 466</b>	<b>399 762</b>	<b>309 192</b>	<b>(44 512)</b>

1) São consideradas as participações em que o valor de aquisição ou o valor atribuível é igual ou superior a 5 milhões de euros.

2) O valor atribuível corresponde ao preço implícito no último aumento de capital da sociedade.

3) O valor atribuível corresponde à avaliação do BPI.

4) O valor atribuível corresponde ao valor oferecido por troca de acções pela Euronext.

5) O valor atribuível corresponde à adopção do critério de avaliação acordado para a venda de uma posição adicional de acções Cosec.

6) O valor atribuível corresponde a avaliação efectuada pelo BPI com base em reavaliação dos principais imóveis.

7) A mais-valia suspensa é dedutível ao valor de balanço por o seu reconhecimento como resultado do exercício se encontrar suspenso.

8) Esta participação corresponde a 734 233 acções detidas pela Dixit-Investimentos Estratégicos, SGPS, S.A. e a 263 424 acções detidas através da Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A. A mais-valia suspensa é dedutível ao valor de balanço por o seu reconhecimento como resultado do exercício se encontrar suspenso. O valor atribuível depende do valor de mercado da Impresa e corresponde à percentagem do valor da SIC considerada no valor da Impresa à data da entrada em Bolsa.

## 4. NOTAS

### 4.1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Caixa	166 217	131 496
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	283 359	353 974
Depósitos à ordem em bancos centrais estrangeiros	57 150	44 519
	<b>506 726</b>	<b>529 989</b>

A rubrica DEPÓSITOS À ORDEM NO BANCO DE PORTUGAL inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

### 4.2. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Depósitos à ordem	24 469	11 527
Cheques a cobrar	223 888	285 141
Outras disponibilidades	14 989	9 831
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	85 336	50 650
Cheques a cobrar	4 976	4 258
Outras disponibilidades	30	
	<b>353 688</b>	<b>361 407</b>

O saldo da rubrica CHEQUES A COBRAR SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições monetárias residentes, os quais, em geral, não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.



#### 4.3. Outros créditos sobre instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Aplicações em bancos centrais		
No Banco de Portugal		
Títulos de depósito	273 044	354 828
Outros	1 000	
Em bancos centrais estrangeiros	724	8 600
	<b>274 768</b>	<b>363 428</b>
Aplicações em outras instituições monetárias		
Mercado monetário interbancário	33 000	41 000
Outros	123 182	108 564
	<b>156 182</b>	<b>149 564</b>
Aplicações em outras instituições de crédito		
No país	425 257	404 075
No estrangeiro	2 655 734	1 773 265
	<b>3 080 991</b>	<b>2 177 340</b>
	<b>3 511 941</b>	<b>2 690 332</b>
Crédito e juros vencidos	119 334	113 643
Provisões para crédito vencido	(118 928)	(113 130)
Provisões para risco-país	(27)	(21)
	<b>(118 955)</b>	<b>(113 151)</b>
	<b>3 512 320</b>	<b>2 690 824</b>

Os títulos de depósito representam depósitos constituídos junto do Banco de Portugal sob forma escritural, que foram subscritos, em montantes fixados pelo Banco Central, no âmbito da alteração do regime de constituição das disponibilidades mínimas de caixa, em vigor a partir de 1 de Novembro de 1994. Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, estes títulos venciam juros às taxas de 3.76% e 4.69%, respectivamente.

A rubrica CRÉDITO E JUROS VENCIDOS respeita a créditos sobre um Banco Central.

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2001 e 2000 é apresentado na nota 4.27.

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2001	2000
Até 3 meses	2 731 412	1 608 292
De 3 meses a 1 ano	390 073	501 205
De 1 a 5 anos	362 176	553 725
Superior a 5 anos	14 076	11 417
Indeterminado	14 204	15 693
	<b>3 511 941</b>	<b>2 690 332</b>

Nota: não inclui crédito e juros vencidos.

#### 4.4. Créditos sobre Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Crédito a curto prazo		
Interno		
Desconto	379 655	326 389
Créditos titulados por efeitos	309 539	246 119
Créditos em conta corrente	1 622 006	1 470 339
Descobertos em depósitos à ordem	621 024	684 892
Créditos tomados – factoring	300 283	303 195
Outros créditos	9 336	22 337
Ao exterior	313 174	449 698
	<b>3 555 017</b>	<b>3 502 969</b>
Crédito a médio e longo prazos		
Interno		
Desconto	29 698	26 670
Empréstimos		
Imobiliário	4 489 727	3 441 688
Outros	3 920 983	3 310 288
Créditos titulados por efeitos	17 856	32 211
Créditos em conta corrente	1 238 352	1 323 530
Outros créditos	4 300	4 301
Ao exterior	1 011 604	820 316
	<b>10 712 520</b>	<b>8 959 004</b>
Locação financeira mobiliária	647 207	564 708
Locação financeira imobiliária	369 917	300 643
Empréstimos subordinados	11 242	11 236
Aplicações de recursos consignados	696	821
	<b>15 296 599</b>	<b>13 339 381</b>
Crédito e juros vencidos	174 414	155 066
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	(4 403)	(2 271)
Provisões para crédito vencido	(91 756)	(96 057)
Provisões para risco-país	(2 715)	(4 769)
	<b>(98 874)</b>	<b>(103 097)</b>
	<b>15 372 139</b>	<b>13 391 350</b>

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2001 e 2000 é apresentado na nota 4.27.

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2001	2000
Até 3 meses	1 985 142	1 892 919
De 3 meses a 1 ano	1 746 317	2 653 181
De 1 a 5 anos	4 225 505	2 929 780
Superior a 5 anos	6 814 123	5 341 763
Indeterminado	525 512	521 738
	<b>15 296 599</b>	<b>13 339 381</b>

Nota: não inclui crédito e juros vencidos.

#### 4.5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor de balanço		Valor de mercado	
	2001	2000	2001	2000
<b>A. Emissores públicos</b>				
Títulos cotados				
De negociação				
Obrigações de emissores públicos nacionais				
Taxa fixa	169 458	275 043	169 458	275 043
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	897 826	468 255	897 826	468 255
De investimento				
Obrigações de emissores públicos nacionais				
Taxa fixa	277 993	276 437	303 698	306 684
Taxa variável	66 765	27 635	66 775	27 580
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	57 473	91 479	59 848	94 672
Provisões para depreciação de títulos	(22)	(14)		
	<b>1 469 493</b>	<b>1 138 835</b>	<b>1 497 605</b>	<b>1 172 234</b>
Títulos não cotados				
De negociação				
Bilhetes do Tesouro	509	3 279		
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	426	496		
De investimento				
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	47 885	10 242		
Outros títulos de emissores públicos estrangeiros		1 917		
	<b>48 820</b>	<b>15 934</b>		
	<b>1 518 313</b>	<b>1 154 769</b>		
<b>B. Outros emissores</b>				
Títulos cotados				
De investimento				
Obrigações de outros emissores nacionais	241 486	265 451	240 361	266 682
Obrigações de organismos financeiros internacionais	49 239	44 027	49 108	43 755
Obrigações de outros emissores estrangeiros	375 788	419 169	378 310	420 940
Títulos subordinados	24 806	68 006	24 219	68 090
Provisões para depreciação de títulos	(3 207)	(2 953)		
	<b>688 112</b>	<b>793 700</b>	<b>691 998</b>	<b>799 467</b>
Títulos não cotados				
De negociação				
Obrigações de outros emissores estrangeiros	541	213		
De investimento				
Obrigações de outros emissores nacionais	300 614	343 820		
Obrigações de organismos financeiros internacionais	117 459	124 167		
Obrigações de outros emissores estrangeiros	80 567	27 642		
Provisões para depreciação de títulos	(393)	(403)		
	<b>498 788</b>	<b>495 439</b>		
Provisões para risco-país	(409)	(409)		
Títulos e juros vencidos	522	1 198		
Provisões para títulos e juros vencidos	(439)	(1 198)		
	<b>83</b>	<b>0</b>		
	<b>1 186 574</b>	<b>1 288 730</b>		

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, a rubrica OBRIGAÇÕES DE OUTROS EMISSORES NACIONAIS NÃO COTADAS, da carteira de investimento, inclui 292 899 m. euros e 335 475 m. euros, respectivamente, relativos a papel comercial. Em 31 de Dezembro de 2001, a rubrica OBRIGAÇÕES DE OUTROS EMISSORES ESTRANGEIROS NÃO COTADAS, da carteira de investimento, inclui 56 725 m. euros relativos a papel comercial.

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, as obrigações da carteira de investimento estão, em parte, afectas à cobertura de passivos e elementos extrapatrimoniais.

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2001 e 2000 é apresentado na nota 4.27.

#### 4.6. Acções e outros títulos de rendimento variável

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor de balanço		Valor de mercado	
	2001	2000	2001	2000
Títulos cotados				
De negociação				
Acções	53 336	55 972	53 336	55 941
Outros valores	1 489	92	1 490	88
Flutuação de valores	1	5		
Provisões para depreciação de títulos		(40)		
De investimento				
Acções	20 462	83 834	14 654	81 070
Acções preferenciais	23 973	48 870	23 721	48 111
Outras unidades de participação	764	4 637	686	4 607
Outros valores			53	118
Provisões para depreciação de títulos	(6 227)	(7 498)		
	<b>93 798</b>	<b>185 872</b>	<b>93 940</b>	<b>189 935</b>
Títulos não cotados				
De investimento				
Acções	57 454	56 085		
Unidades de participação em FRIE	10 225	10 225		
Outras unidades de participação	3 881	1 821		
Provisões para depreciação de títulos	(9 920)	(6 693)		
	<b>61 640</b>	<b>61 438</b>		
	<b>155 438</b>	<b>247 310</b>		

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2001 e 2000 é apresentado na nota 4.27.

#### 4.7. Partes de capital em empresas associadas

As partes de capital em empresas associadas correspondem a:

	Participação efectiva (%)		Valor de balanço (liq.)	
	2001	2000	2001	2000
Aquapor – Serviços, S.A. <sup>1</sup>	24.5		9 831	
Banc Post, S.A. <sup>2</sup>	17.0		17 915	
Caravela Gest, SGPS, S.A.	16.7	16.7	542	542
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	35.0	35.0	38 819	37 778
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	50.0	50.0	12 600	12 012
DigItmarket – Sistemas de Informação, S.A. <sup>3</sup>	25.0		641	
F. Turismo – Capital de Risco, S.A.	25.0	25.0	1 311	1 322
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	32.8	32.8	11 382	11 115
Luságua – Gestão de Águas, S.A.		30.0		573
Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A. <sup>4</sup>	45.0	45.0	21	22
Telemanutenção – Assistência Remota a Computadores, S.A.	22.8		122	
Vera Cruz Exportação – Indústria e Comércio, S.A.	20.9	20.9		249
Víacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda. <sup>5</sup>	26.0	17.7	12 191	
			<b>105 375</b>	<b>63 613</b>

Nota: O valor de balanço das empresas associadas integradas no Grupo BPI (nota 1) corresponde à reavaliação da participação pelo método de equivalência patrimonial.

1) Esta participação não é incluída no perímetro de consolidação por o Grupo BPI ter a intenção de proceder à sua alienação.

2) Em 31 de Dezembro de 2000, esta participação estava registada na rubrica OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (nota 4.9).

3) Em 31 de Dezembro de 2000, esta participação estava registada na carteira de investimento, na rubrica ACÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL (nota 4.6).

4) O Grupo BPI adquiriu, inicialmente, a totalidade do capital social da Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A. Posteriormente, o Grupo BPI alienou 55% daquele capital social e emitiu uma opção de venda, a favor do adquirente, abrangendo a totalidade do capital alienado.

5) Em 31 de Dezembro de 2000, o valor desta participação para efeitos de consolidação era nulo, em virtude de os seus capitais próprios serem negativos. De acordo com a política do BPI, a rubrica CONTAS DE REGULARIZAÇÃO (PASSIVO) regista os capitais negativos da sociedade (nota 4.18).

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2001 e 2000 é apresentado na nota 4.27.

Em 31 de Dezembro de 2001, os saldos respeitantes a operações com as empresas associadas integradas no Grupo BPI são os seguintes:

Crédito concedido	130 281
Devedores	425
Depósitos	6 333
Garantias prestadas	32 169

#### 4.8. Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação

As partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação correspondem a:

	Participação efectiva (%)		Valor de balanço (líq.)	
	2001	2000	2001	2000
BPI, Inc.	100.0	100.0	128	273
BPI Locação de Equipamentos, Lda. <sup>1</sup>	100.0	100.0		
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	100.0	100.0	5 131	4 274
BPI Rent – Comércio e Aluguer de Bens, Lda.	100.0	100.0	4 279	3 370
BPI Strategies, Ltd.	100.0	100.0		
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	100.0	100.0	34 934	33 375
Douro – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	100.0	79.9	3 858	3 148
Eurolocação – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamento, S.A.	100.0	100.0	448	437
Promática – Sociedade de Informação e de Organização de Empresas, S.A.	100.0	100.0	1 042	1 107
Simofer – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil, Lda. <sup>2</sup>	100.0	100.0		
			<b>49 820</b>	<b>45 984</b>

Nota: O valor de balanço das empresas filiais integradas no Grupo BPI (nota 1) corresponde à reavaliação da participação pelo método de equivalência patrimonial.

1) Esta participação apresenta valor de balanço nulo em virtude de os seus capitais próprios serem negativos. De acordo com a política do BPI, a rubrica CONTAS DE REGULARIZAÇÃO (PASSIVO) regista os capitais negativos da sociedade (nota 4.18).

2) O valor desta participação para efeitos de consolidação é nulo, estando constituída uma provisão (na rubrica PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS) para fazer face aos prejuízos acumulados pela empresa.

Em 31 de Dezembro de 2001, os saldos respeitantes a operações realizadas por empresas do Grupo com as suas filiais não consolidadas pelo método de integração global são os seguintes:

Crédito concedido	139 246
Devedores	165
Depósitos	6 120
Garantias prestadas	48 306

#### 4.9. Outras participações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Títulos cotados		
Acções	436 155	467 458
Outros	79 862	1
	<b>516 017</b>	<b>467 459</b>
Títulos não cotados		
Acções	162 375	196 107
Outros	25	
	<b>162 400</b>	<b>196 107</b>
	<b>678 417</b>	<b>663 566</b>
Provisões para depreciação de participações	(6 468)	(3 974)
	<b>671 949</b>	<b>659 592</b>

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2001 e 2000 é apresentado na nota 4.27. Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o saldo desta rubrica corresponde a:

	Participação efectiva (%)		Valor de balanço (líq.)	
	2001	2000	2001	2000
Arco Bodegas Unidas	1.8	1.8	4 399	4 399
Atlantis – Cristais de Alcobaca, S.A. <sup>1</sup>		6.2		2 241
Banc Post, S.A. <sup>2</sup>		17.0		9 379
B.A. – Fábrica de Vidros Barbosa & Almeida, S.A. <sup>3</sup>	14.5		16 039	
Brisa – Autoestradas de Portugal, S.A.	5.6	5.7	158 130	161 513
Cofina, SGPS, S.A. <sup>3</sup>	8.7		12 018	
Conduril – Construtora Duriense, S.A.	7.7	7.7	805	805
F. Ramada – Aços e Indústrias, S.A.		8.0		3 131
FIEP – Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas, SGPS, S.A. <sup>4</sup>		19.5		19 465
Ibersol – SGPS, S.A. <sup>3</sup>	6.3		5 444	
IES – Indústria, Engenharia e Serviços, SGPS, S.A. <sup>3</sup>	13.3		1 327	
Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. <sup>5</sup>	10.3	10.3	75 652	75 652
Pararede – SGPS, S.A. <sup>3</sup>	9.3		5 296	
PME Capital – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S.A.	4.8	4.8	926	845
PME Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A.	4.8	4.8	926	739
Portugal Telecom, S.A.	1.7	1.7	223 197	223 197
Ricardo Gallo – Vidro de Embalagem, S.A.	1.7	6.8	216	1 009
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	15.0	15.0	3 115	3 115
SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A. <sup>5, 6</sup>	14.7	14.7	142 774	142 774
Sonae, SGPS, S.A.	0.0	0.0	573	573
S.P.G.M. – Sociedade de Investimentos, S.A.	16.2	16.6	2 017	2 069
Tagusparque, S.A.	11.0	11.0	2 394	2 394
Tharwa Finance	13.1	13.1	1 026	1 062
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S.A.	17.6	17.6	1 057	1 057
VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A. <sup>1, 3</sup>	16.4		13 813	
Vista Alegre – Sociedade de Controlo, SGPS, S.A. <sup>1</sup>		5.9		2 951
Outras			805	1 222
			<b>671 949</b>	<b>659 592</b>

Nota: O quadro individualiza as participações financeiras de montante global superior a 500 mil euros (líquidas de provisões).

- 1) No primeiro semestre de 2001, o Grupo Vista Alegre e a Atlantis – Cristais de Alcobaca, S.A. foram objecto de um processo de fusão que originou a VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.
- 2) Em 31 de Dezembro de 2001, esta participação foi reavaliada pelo método da equivalência patrimonial e está registada na rubrica PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS ASSOCIADAS (nota 4.7).
- 3) Em 31 de Dezembro de 2000, esta participação estava registada na rubrica ACÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL (nota 4.6).
- 4) Em 31 de Dezembro de 2001, estas unidades de participação estão classificadas na rubrica OUTROS ACTIVOS / OUTRAS IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS.
- 5) O valor de balanço destas participações não considera mais-valias suspensas no montante de 63 104 m. euros (nota 4.18).
- 6) Esta participação é detida pela Dixit – Investimentos Estratégicos, SGPS, S.A. Adicionalmente, o Grupo BPI detém, através da Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A., uma participação na SIC – Sociedade Independente de Comunicação S.A. a que, em conjunto com aquela, corresponde uma participação efectiva de 19.9% do capital desta sociedade.

#### 4.10. Imobilizações incorpóreas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor bruto				Saldo em 31-12-01
	Saldo em 31-12-00	Aquisições	Alienações e abates	Transferências e outros	
Trespasse	102	64		102	268
Despesas de estabelecimento	17 458	135	(188)	(2 366)	15 039
Custos plurienais	4 324		(539)	(1)	3 784
Despesas de investigação e desenvolvimento	14 715	84		5 107	19 906
Sistemas de tratamento automático de dados	44 699	3 272	(912)	638	47 697
Outras imobilizações	12 646	507		39	13 192
	<b>93 944</b>	<b>4 062</b>	<b>(1 639)</b>	<b>3 519</b>	<b>99 886</b>
Imobilizações em curso	2 131	6 214	(44)	(5 912)	2 389
	<b>96 075</b>	<b>10 276</b>	<b>(1 683)</b>	<b>(2 393)</b>	<b>102 275</b>

#### 4.11. Imobilizações corpóreas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Valor bruto				Saldo em 31-12-01
	Saldo em 31-12-00	Aquisições	Alienações e abates	Transferências e outros	
Imóveis em uso					
Imóveis de serviço próprio	210 867	178	(4 108)	(2 581)	204 356
Outros imóveis	2 533		(465)	4 606	6 674
Obras em imóveis arrendados	78 305	384	(109)	7 008	85 588
Imóveis em locação financeira	1 153			(1 153)	
Imóveis em curso					
Imóveis de serviço próprio	2 146	2 019		(1 829)	2 336
Obras em imóveis arrendados	6 865	2 777	(7)	(7 376)	2 259
	<b>301 869</b>	<b>5 358</b>	<b>(4 689)</b>	<b>(1 325)</b>	<b>301 213</b>
Equipamento					
Mobiliário e material	35 203	2 056	(700)	558	37 117
Máquinas e ferramentas	14 578	713	(583)	160	14 868
Equipamento informático	127 374	10 393	(8 649)	1 558	130 676
Instalações interiores	47 633	1 932	(366)	7 594	56 793
Material de transporte	18 405	4 586	(2 880)	80	20 191
Equipamento de segurança	13 931	1 784	(48)	172	15 839
Outro equipamento	235	4	(4)	22	257
	<b>257 359</b>	<b>21 468</b>	<b>(13 230)</b>	<b>10 144</b>	<b>275 741</b>
Outras imobilizações					
Património artístico	1 806	45		5	1 856
Outras imobilizações em locação financeira	1 430	1 599	(317)	(1 012)	1 700
Outras	15 028	139	(11)	123	15 279
	<b>18 264</b>	<b>1 783</b>	<b>(328)</b>	<b>(884)</b>	<b>18 835</b>
Imobilizações em curso					
Equipamento	1 982	4 607	(61)	(4 164)	2 364
Outras imobilizações		147		(24)	123
Adiantamentos por conta de imobilizações	23 853	118		(3 044)	20 927
	<b>25 835</b>	<b>4 872</b>	<b>(61)</b>	<b>(7 232)</b>	<b>23 414</b>
	<b>603 327</b>	<b>33 481</b>	<b>(18 308)</b>	<b>703</b>	<b>619 203</b>

	Amortizações				Valor líquido	
	Saldo em 31-12-00	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Transferências e outros	Saldo em 31-12-01	Saldo em 31-12-00
	30	86		(36)	80	72
	16 544	464	(188)	(2 259)	14 561	914
	3 280	488	(539)	(1)	3 228	1 044
	9 014	3 445		(1)	12 458	5 701
	35 476	5 713	(801)	(70)	40 318	9 223
	8 396	2 383		(4)	10 775	4 250
	<b>72 740</b>	<b>12 579</b>	<b>(1 528)</b>	<b>(2 371)</b>	<b>81 420</b>	<b>21 204</b>
					2 389	2 131
	<b>72 740</b>	<b>12 579</b>	<b>(1 528)</b>	<b>(2 371)</b>	<b>81 420</b>	<b>23 335</b>

	Amortizações				Valor líquido	
	Saldo em 31-12-00	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Transferências e outros	Saldo em 31-12-01	Saldo em 31-12-00
	58 896	3 423	(889)	(647)	60 783	151 971
	965	108	(280)	790	1 583	1 568
	42 267	6 192	(97)	(1 417)	46 945	36 038
	173			(173)		980
					2 336	2 146
					2 259	6 865
	<b>102 301</b>	<b>9 723</b>	<b>(1 266)</b>	<b>(1 447)</b>	<b>109 311</b>	<b>199 568</b>
	22 832	2 721	(624)	(15)	24 914	12 371
	11 327	1 047	(557)	(14)	11 803	3 251
	96 812	14 771	(8 494)	884	103 973	30 562
	28 676	3 750	(317)	3 413	35 522	18 957
	9 751	4 216	(2 651)	1	11 317	8 654
	8 499	1 375	(43)	5	9 836	5 432
	187	16	(4)	11	210	48
	<b>178 084</b>	<b>27 896</b>	<b>(12 690)</b>	<b>4 285</b>	<b>197 575</b>	<b>79 275</b>
					1 856	1 806
	1 428	342	(316)	(1 013)	441	2
	6 259	1 294	(2)	57	7 608	8 769
	<b>7 687</b>	<b>1 636</b>	<b>(318)</b>	<b>(956)</b>	<b>8 049</b>	<b>10 577</b>
					2 364	1 982
					123	
					20 927	23 853
					23 414	25 835
	<b>288 072</b>	<b>39 255</b>	<b>(14 274)</b>	<b>1 882</b>	<b>314 935</b>	<b>315 255</b>

#### 4.12. Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Ouro, metais preciosos e numismática	1 045	939
Outras disponibilidades	4 596	1 746
Devedores		
Bonificações a receber	45 020	19 321
Adiantamentos BPI Taxa Garantida	40 517	46 836
Cessão de créditos à Finangeste	14 725	20 607
Impostos a recuperar	8 767	20 734
Outros	36 077	19 988
Aplicações por recuperação de créditos		
Imóveis	32 825	34 210
Outros	2 567	3 017
Subscrição indirecta de acções		125 000
Devedores por operações com futuros e opções	2 143	454
Outras aplicações	552	584
Outras imobilizações financeiras	113 430	87 203
	<b>302 264</b>	<b>380 639</b>
Provisões para devedores de cobrança duvidosa	(21)	(947)
Provisões para aplicações por recuperação de créditos	(6 872)	(9 744)
Provisões para risco-país	(27 821)	(27 821)
Provisões para depreciação de outras imobilizações financeiras	(2 626)	(1 951)
	<b>(37 340)</b>	<b>(40 463)</b>
	<b>264 924</b>	<b>340 176</b>

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o saldo da rubrica OUTRAS IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS inclui 14 713 m. euros relativos a unidades de participação no Fundo de Investimento Imobiliário Margueira e 67 213 m. euros e 60 159 m. euros, respectivamente, relativos a contratos de suprimento. Em 31 de Dezembro de 2001, esta rubrica inclui ainda 19 465 m. euros relativos a unidades de participação no FIEP – Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas. Em 31 de Dezembro de 2000, estas unidades de participação estavam classificadas na rubrica OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (nota 4.9).

Em 31 de Dezembro de 2000, o saldo da rubrica SUBSCRIÇÃO INDIRECTA DE ACÇÕES corresponde a uma operação cuja tomada pelos subscritores finais ocorreu durante o mês de Fevereiro de 2001.

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2001 e 2000 é apresentado na nota 4.27.

#### 4.13. Contas de regularização (activo)

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Proveitos a receber		
De aplicações em instituições de crédito	13 115	29 923
De crédito	71 283	89 805
De títulos	28 157	29 192
De operações cambiais, de taxas de juro e sobre cotações (swaps)	253 386	196 229
Outros	35 259	31 580
	<b>401 200</b>	<b>376 729</b>
Despesas com custo diferido		
De responsabilidades representadas por títulos	8 854	2 419
De campanhas de publicidade	18 603	21 593
De contribuições para fundos de pensões	41 367	77 024
De prémios de opções associadas às operações Capital Seguro	94 436	121 757
De outras operações extrapatrimoniais	11 149	1 606
Outras	10 534	5 921
	<b>184 943</b>	<b>230 320</b>
Flutuação de valores		
Fundos de pensões	71 179	
Outras	139	2 248
Outras contas de regularização		
Dividendos antecipados relativos a acções preferenciais	17 046	21 257
Operações sobre valores mobiliários a regularizar		12 527
Operações activas a regularizar	53 575	45 956
Reavaliação de opções compradas associadas às operações Capital Seguro	28 085	100 670
Outras	1 030	4 353
	<b>171 054</b>	<b>187 011</b>
Outras contas internas (nota 2.6)	11 652	
	<b>768 849</b>	<b>794 060</b>

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o saldo das despesas com custo diferido / contribuições para fundos de pensões inclui os seguintes saldos (nota 4.20):

	2001	2000
Excesso de cobertura nos fundos de pensões	93	
Contribuições antecipadas para o fundo de pensões		6 089
Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	40 004	70 935
Perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores efectivamente realizados (montante não enquadrável no "corredor")	1 270	
	<b>41 367</b>	<b>77 024</b>



Em 31 de Dezembro de 2001, o saldo das despesas com custo diferido / campanhas de publicidade resulta de:

Saldo em 31 de Dezembro de 2000	21 593
Despesas efectuadas em 2001	10 050
Imputação a custos efectuada em 2001	(13 040)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2001</b>	<b>18 603</b>

Em 31 de Dezembro de 2001, o saldo da rubrica FLUTUAÇÃO DE VALORES / FUNDOS DE PENSÕES corresponde a perdas actuariais relativas à cobertura das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros e os valores efectivamente realizados (pelo montante enquadrável no "corredor"), nos termos do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001 de 23 de Novembro.

Em 31 de Dezembro de 2000, a rubrica OPERAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS A REGULARIZAR corresponde ao valor líquido das operações sobre valores mobiliários registadas entre a data de execução das operações e a data prevista nos regulamentos para a respectiva liquidação financeira (nota 4.18).

#### 4.14. Débitos para com instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
À vista		
No País	29 839	12 824
No Estrangeiro	13 738	12 851
	<b>43 577</b>	<b>25 675</b>
A prazo ou com pré-aviso		
Recursos do Banco de Portugal		
Títulos de depósito vendidos com acordo de recompra		50 782
Depósitos a prazo	38 512	23 234
	<b>38 512</b>	<b>74 016</b>
Recursos de outras instituições monetárias		
Mercado monetário interbancário	329 780	427 150
Depósitos a prazo ou com pré-aviso	185 078	136 527
Outros	20 927	25 190
	<b>535 785</b>	<b>588 867</b>
Recursos de outras instituições de crédito		
No País		
Depósitos a prazo ou com pré-aviso	576	
Outros	9	13
No Estrangeiro		
Organismos financeiros internacionais	234 813	252 518
Depósitos a prazo ou com pré-aviso	3 772 371	3 663 302
Margens para cobertura de derivados	150 760	
Outros	879 927	640 467
	<b>5 038 456</b>	<b>4 556 300</b>
Vendas a descoberto	1 036 514	689 836
	<b>6 649 267</b>	<b>5 909 019</b>
	<b>6 692 844</b>	<b>5 934 694</b>

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o saldo dos recursos de outras instituições de crédito no estrangeiro inclui, respectivamente, 221 596 m. euros e 56 233 m. euros de fundos captados pelas sucursais financeiras exteriores dos Bancos do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2000, as margens para coberturas de derivados encontravam-se registadas na rubrica DÉBITOS PARA COM CLIENTES.

Os débitos para com instituições de crédito a prazo ou com pré-aviso apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2001	2000
Até 3 meses	4 121 274	3 581 586
De 3 meses a 1 ano	1 807 713	1 959 047
De 1 a 5 anos	554 779	104 895
Superior a 5 anos	125 130	210 212
Indeterminado	40 371	53 279
	<b>6 649 267</b>	<b>5 909 019</b>

#### 4.15. Débitos para com Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Depósitos de poupança	833 304	789 262
Outros débitos		
À vista	4 706 046	4 316 987
A prazo		
Depósitos	5 954 955	5 357 412
Empréstimos	3 382	2 993
Outros recursos		
Cheques e ordens a pagar	86 620	73 611
Operações de venda com acordo de recompra – títulos	441 198	430 705
Recursos por operações sobre futuros e opções	2 336	2 551
Margens para cobertura de derivados		127 444
Outros	25 275	14 883
	<b>6 513 766</b>	<b>6 009 599</b>
	<b>12 053 116</b>	<b>11 115 848</b>

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, a rubrica DÉBITOS PARA COM CLIENTES inclui, respectivamente, 418 269 m. euros e 438 673 m. euros de depósitos de fundos de investimento geridos pelo BPI, bem como de depósitos da BPI Vida (sociedade que processa os seguros de capitalização vendidos pelo Grupo BPI).

Os DÉBITOS PARA COM CLIENTES A PRAZO (incluindo depósitos de poupança) apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2001	2000
Até 3 meses	4 309 802	3 921 966
De 3 meses a 1 ano	2 578 998	2 302 075
De 1 a 5 anos	430 265	567 902
Superior a 5 anos	5 179	3 889
Indeterminado	22 826	3 029
	<b>7 347 070</b>	<b>6 798 861</b>

#### 4.16. Débitos representados por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
<b>Obrigações de caixa de taxa fixa</b>		
BPI 95 / Cupão Zero	5 544	5 544
BPI 96 – 1.ª emissão / Cupão Zero	2 032	2 032
BPI 97 – 1.ª emissão / Cupão Zero	768	768
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.65%	67 908	72 565
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.1%	69 092	72 869
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.1%	24 348	24 357
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.5%	4 046	4 110
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.0%	25 636	23 896
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.4%	911	774
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.2%	17 082	12 742
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.25%	10 990	
BPI Aplicação 4.1%	46 032	48 484
BPI Aplicação 4.1% – 2.ª emissão	70 101	74 398
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.3%	6 495	6 520
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.65%	1 277	1 277
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.2%	5 555	5 691
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.1%	4 808	5 243
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.32%	500	500
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.5%	3 880	4 255
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.4%	12 972	13 967
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.7%	1 359	1 484
BPI Rendimento Fixo Crescente	22 733	23 583
BPI 20/02/2001-2006 4.28%	5 000	
BPI Cayman 08/03/2001-2007 4.25%	5 000	
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.5%	1 236	
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.1%	751	
<b>Obrigações de caixa de taxa variável</b>		
BFB / 96		599
BFE 8.ª emissão – Série B		1 856
BFE 9.ª emissão – Série A		11 275
BFE 9.ª emissão – Série B	1 702	1 939
BPI Cayman 28/07/2000-2003	300 000	300 000
BPI Cayman 09/02/2001-2004	400 000	
BPI Cayman 26/02/2001-2003	100 000	
BPI Cayman 01/03/2001-2006	15 000	
BPI Cayman 03/05/2001-2006	600 000	

	2001	2000
<b>Obrigações de caixa de rendimento variável<sup>1</sup></b>		
BFB Capital Seguro Alemanha / 96		2 924
BFB Capital Seguro Portugal / 96 – 1.ª emissão		925
BFB Capital Seguro Portugal / 96 – 2.ª emissão		1 823
BFB Risco Limitado América / 96		3 954
BFB Capital Seguro Espanha / 97	4 001	4 973
BFE Capital Seguro Alemanha / 97	9 713	11 919
BFE Capital Seguro América do Sul / 97	20 284	21 506
BFB Risco Limitado Portugal / 97	4 112	6 675
BFB Risco Limitado Europa-100 / 97	10 645	15 473
BFB Risco Limitado Europa & América / 98	1 506	2 435
BFB Capital Seguro Europa & América / 98		1 906
BFB Capital Seguro Europa-100 / 98	36 995	43 795
BFB Capital Seguro Japão / 98	25 405	27 275
BFB Capital Seguro Portugal / 98	78 224	85 780
BFB Risco Limitado Itália / 98		10 757
BFB Capital Seguro Itália / 98	16 316	18 931
BFB Capital Seguro França / 98	18 123	22 473
BFB Risco Limitado Grécia / 98		1 764
BPI Risco Europa 3600 / 99		2 776
BPI Capital Seguro Euro / 1999		18 812
BPI Euro 50 / 1999		49 401
BPI Capital Seguro Euro / 1999 – 2.ª emissão		27 182
BPI Euro PT / 1999 – 1.ª e 2.ª emissões	11 488	12 650
BPI Capital Seguro Euro / 1999 – 3.ª emissão		28 871
BPI Capital Seguro Portugal / 1999	12 723	13 714
BPI Capital Seguro Empresas Internacionais / 1999	30 044	32 128
BPI Capital Seguro Bolsas Mundiais / 1999	42 377	44 984
BPI Capital Seguro Multinacionais / 1999	45 895	48 375
BPI Capital Seguro Brasil / 99	1 826	7 131
BPI Capital Seguro Zona Euro 2004	19 571	20 831
BPI Capital Seguro Zona Euro 2007	30 608	33 663
BPI Capital Seguro Zona Euro 2002	12 577	15 228
BPI Capital Seguro Internet USD / 99	5 395	13 334
BPI Capital Seguro Internet Euro / 99	32 325	32 751
BPI Capital Seguro Internet Euro / 99 – 2.ª emissão	14 753	14 845
BPI Risco Limitado Comunicações Móveis USD / 2000	35 065	33 464
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2000	2 867	2 885
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis USD / 2000	10 697	12 806
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000	48 506	50 097
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 2.ª emissão	48 780	50 224
BPI Risco Limitado Sector Nasdaq 100 USD / 2000	4 520	4 299
BPI Risco Limitado Sector Comunicações Móveis USD / 2000	2 109	4 299
BPI Risco Limitado Sector Internet USD / 2000	4 520	4 299
BPI Risco Limitado Sector 10 Uncommon Values USD / 2000	3 390	3 224
BPI Risco Limitado Sector Biotecnologia USD / 2000	8 475	8 060
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 3.ª emissão	53 457	55 123
BPI Capital Seguro Biotecnologia USD / 2000	6 438	7 437
BPI Risco Limitado Biotecnologia USD / 2000	13 571	15 015

	2001	2000
<b>Obrigações de caixa de rendimento variável<sup>1</sup> (cont.)</b>		
BPI Risco Limitado 10 Uncommon Values USD / 2000	8 377	9 411
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 – 4.ª emissão	50 688	50 792
BPI Capital Seguro 10 Uncommon Values USD / 2000	5 483	6 450
BPI Capital Seguro Zona Euro 2005 – 2.ª emissão	47 245	48 967
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2008	2 500	2 500
BPI Risco Limitado Euro Telefonica / 2000	6 002	10 201
BPI Risco Limitado Euro Stoxx 50 / 2005	2 980	3 000
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2005	1 935	2 020
BPI Capital Seguro Selecção Europa / 2003 – 1.ª emissão	29 992	30 950
BPI Capital Seguro Selecção Europa / 2003 – 2.ª emissão	27 492	27 993
BPI Capital Seguro Zona Euro / 2003	49 444	49 844
BPI Risco PT / 2000-2002	2 750	2 750
BPI Capital Seguro Euro BPI / 2000-2003	2 500	2 500
BPI Risco Limitado Euro PT / 2000	16 905	18 000
BPI Risco Limitado Euro PT / 2000 – 2.ª emissão	5 000	5 000
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2003	7 500	
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2007	9 627	
BPI Capital Seguro Índices Mundiais / 2001	40 153	
BPI Capital Seguro Rendimento Euribor 5.75% / 2001	39 669	
BPI Risco Limitado Portugal Telecom / 2001	5 000	
BPI Risco Limitado Tecnologia / 2001	7 444	
BPI Risco Limitado PT / 2001	1 500	
BPI Capital Seguro Zona Euro / 2006	24 798	
BPI Capital Seguro PTNC / 2004	4 325	
BPI Capital Seguro Zona Euro / 2006 – 2.ª emissão	24 153	
BPI Capital Seguro Quattro / 2004	26 581	
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 27.5% / 2001-2004	7 861	
BPI Capital Seguro Directo / 2001	1 312	
BPI Capital Seguro Healthcare / 2001-2006	5 300	
BPI Capital Seguro Healthcare / 2006 – 2.ª emissão	2 500	
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2001-2004	1 150	
BPI Cayman / 18/10/2001-2006	63 525	
BPI Cayman / 18/11/2001-2005	30 000	
	<b>3 121 750</b>	<b>1 944 302</b>

1) O Grupo BPI dispõe de opções para cobertura dos riscos de variação dos custos suportados com estas obrigações.

As emissões de títulos a que se referem os saldos em 31 de Dezembro de 2001 têm as características seguintes:

	Valor nominal	Remuneração	Taxa de juro em vigor a 31-12-01 (%)	Data de reembolso
<b>Obrigações de caixa de taxa fixa</b>				
BPI 95 / Cupão Zero	5 544 (M. esc. <sup>1</sup> 1 111)	Diferença entre o respectivo valor de reembolso e preço de emissão (2 494 m. euros)		Dezembro de 2003
BPI 96 – 1.ª emissão / Cupão Zero	2 032 (M. esc. 407)	Diferença entre o respectivo valor de reembolso e preço de emissão (998 m. euros)		Abril de 2004
BPI 97 – 1.ª emissão / Cupão Zero	768 (M. esc. 154)	Diferença entre o respectivo valor de reembolso e preço de emissão (499 m. euros)		Novembro de 2005
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.65% (2 emissões)	75 000	Fixada em 3.65%	3.65	Outubro de 2002
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.1% (3 emissões)	75 150	Fixada em 4.1%	4.1	Outubro de 2004
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.1% (3 emissões)	26 058	Fixada em 4.1%	4.1	Entre Fevereiro de 2003 e Setembro de 2004
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.5% (2 emissões)	4 182	Fixada em 4.5%	4.5	Fevereiro de 2005
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.0% (8 emissões)	27 705	Fixada em 4.0%	4.0	Entre Março de 2003 e Outubro de 2004
BPI Rendimento Fixo 5 Anos 4.4% (2 emissões)	937	Fixada em 4.4%	4.4	Março de 2005
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.2% (4 emissões)	18 291	Fixada em 4.2%	4.2	Entre Maio de 2003 e Fevereiro de 2004
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.25% (9 emissões)	11 239	Fixada em 4.25%	4.25	Entre Fevereiro e Agosto de 2004
BPI Aplicação 4.1%	50 000	Fixada em 4.1%	4.1	Agosto de 2004
BPI Aplicação 4.1% – 2.ª emissão	77 000	Fixada em 4.1%	4.1	Setembro de 2004
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.3% (3 emissões)	6 520	Fixada em 4.3%	4.3	Entre Janeiro e Fevereiro de 2002
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.65%	1 377	Fixada em 4.65%	4.65	Janeiro de 2003
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.2% (3 emissões)	5 725	Fixada em 4.2%	4.2	Fevereiro de 2002
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.1% (5 emissões)	5 328	Fixada em 4.1%	4.1	Entre Março de 2002 e Abril de 2002
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.32%	500	Fixada em 4.32%	4.32	Maio de 2002
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.5% (4 emissões)	4 318	Fixada em 4.5%	4.5	Entre Junho de 2002 e Julho de 2002
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 4.4% (3 emissões)	13 967	Fixada em 4.4%	4.4	Entre Dezembro de 2002 e Agosto de 2003
BPI Rendimento Fixo 2 Anos 4.7% (2 emissões)	1 584	Fixada em 4.7%	4.7	Agosto de 2002
BPI Rendimento Fixo Crescente (8 emissões)	23 895	Fixada em 4.0% em 2001, 4.5% em 2002 e 5.5% em 2003	4.0	Entre Setembro e Dezembro de 2003
BPI / 2006	5 000	Fixada em 4.28%	4.28	Agosto de 2006
BPI Cayman / 2007	5 000	Fixada em 4.25%	4.25	Agosto de 2007
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.5%	1 239	Fixada em 3.5%	3.5	Novembro de 2004
BPI Rendimento Fixo 3 Anos 3.1%	751	Fixada em 3.1%	3.1	Dezembro de 2004
<b>Obrigações de caixa de taxa variável</b>				
BFE 9.ª emissão – Série B	1 997 (M. esc. 400)	Indexada à Lisbor a 6 meses	3.9375	Fevereiro de 2002
BPI Cayman / 2003	300 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.753	Julho de 2003
BPI Cayman / 2004	400 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.521	Fevereiro de 2004
BPI Cayman / 2003	100 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.468	Junho de 2003
BPI Cayman / 2006	15 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.804	Abril de 2006
BPI Cayman / 2006	600 000	Indexada à Euribor a 3 meses	3.737	Maio de 2006
<b>Obrigações de caixa de rendimento variável</b>				
BFB Capital Seguro Espanha / 97	44 892 (M. esc. 9 000)	Indexada ao índice IBEX 35		Fevereiro de 2002
BFE Capital Seguro Alemanha / 97	49 880 (M. esc. 10 000)	Indexada ao índice DAX 30		Março de 2002
BFE Capital Seguro América do Sul / 97	44 892 (M. esc. 9 000)	Indexada ao índice BPI América do Sul, tendo como limites por obrigação zero e 80% dessa variação		Abril de 2002
BFB Risco Limitado Portugal / 97	28 282 (M. esc. 5 670)	Indexada ao índice PSI 20, tendo como limites por obrigação -4.99 euros e 39.90 euros		Outubro de 2002

1) M. esc. = milhões de escudos.

	Valor nominal	Remuneração	Taxa de juro em vigor a 31-12-01 (%)	Data de reembolso
<b>Obrigações de caixa de rendimento variável (cont.)</b>				
BFB Risco Limitado Europa – 100 / 97	29 529 (M. esc. 1 5 920)	Indexada ao índice FTSE Europa-100, tendo como limite um mínimo de -4.99 euros por obrigação		Novembro de 2002
BFB Risco Limitado Europa & América / 98	4 988 (M. esc. 1 000)	Indexada ao índice BPI Europa & América, tendo como limites por obrigação -4.99 euros e 34.92 euros		Janeiro de 2003
BFB Capital Seguro Europa & América / 98	2 494 (M. esc. 500)	Indexada ao índice BPI Europa & América, tendo como limites por obrigação zero e 80% dessa variação		Janeiro de 2003
BFB Capital Seguro Europa – 100 / 98	109 736 (M. esc. 22 000)	Indexada ao índice FTSE Eurotop-100, tendo como limites por obrigação zero e 34.92 euros		Fevereiro de 2003
BFB Capital Seguro Japão / 98	34 916 (M. esc. 7 000)	Indexada ao índice NIKKEI 225, tendo como limites por obrigação zero e 39.90 euros		Março de 2003
BFB Capital Seguro Portugal / 98	124 699 (M. esc. 25 000)	Indexada ao índice PSI 20, tendo como limites por obrigação zero e 27.43 euros		Março de 2003
BFB Capital Seguro Itália / 98	39 904 (M. esc. 8 000)	Indexada ao índice MIB 30, tendo como limites por obrigação zero e 24.94 euros		Abril de 2003
BFB Capital Seguro França / 98	50 129 (M. esc. 10 050)	Indexada ao índice CAC 40, tendo como limites por obrigação zero e 24.94 euros		Maio de 2003
BPI Euro PT / 1999 – 1.ª e 2.ª emissões	15 000	Indexada à cotação das ações Portugal Telecom na Bolsa de Valores de Lisboa		Março de 2002
BPI Capital Seguro Portugal / 1999	15 000	Indexada ao índice PSI20, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Abril de 2004
BPI Capital Seguro Empresas Internacionais / 1999	35 000	Indexada a um índice composto por um conjunto de ações cotadas em bolsas internacionais, tendo como limites por obrigação zero e 0.13 euros		Abril de 2002
BPI Capital Seguro Bolsas Mundiais / 1999	50 000	Indexada a um índice composto por um conjunto de índices de bolsas mundiais, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Maio de 2002
BPI Capital Seguro Multinacionais / 1999	50 000	Indexada a um índice composto por um conjunto de ações de empresas multinacionais cotadas em bolsas internacionais, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Junho de 2004
BPI Capital Seguro Brasil / 99	7 500	25% do valor nominal na data de reembolso ou zero se se verificar alguma das condições de incumprimento por parte da República Federal do Brasil		Julho de 2004
BPI Capital Seguro Zona Euro / 99	25 000	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Julho de 2004
BPI Capital Seguro Zona Euro / 2007	39 500	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação 0.16 euros		Agosto de 2007
BPI Capital Seguro Zona Euro / 2002	20 000	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Agosto de 2002
BPI Capital Seguro Internet USD / 99	30 660 (USD 26 000 000)	Indexada ao índice DJ Internet Composite, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Outubro de 2004
BPI Capital Seguro Internet Euro / 99	35 000	Indexada ao índice DJ Internet Composite, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Novembro de 2004
BPI Capital Seguro Internet Euro / 99 – 2.ª emissão	15 000	Indexada ao índice DJ Internet Composite, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Novembro de 2004
BPI Risco Limitado Comunicações Móveis USD / 2000	38 620 (USD 32 750 000)	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Janeiro de 2005
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2000	2 885	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Janeiro de 2002
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis USD / 2000	15 625 (USD 13 250 000)	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Janeiro de 2005
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000	50 250	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Fevereiro de 2005
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 2.ª emissão	50 750	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis (2.ª emissão), tendo como limite mínimo por obrigação zero		Março de 2005
BPI Risco Limitado Sector Nasdaq 100 USD / 2000	4 717 (USD 4 000 000)	Indexada ao índice Nasdaq 100, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2005
BPI Risco Limitado Sector Comunicações Móveis USD / 2000	4 717 (USD 4 000 000)	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2003
BPI Risco Limitado Sector Internet USD / 2000	4 717 (USD 4 000 000)	Indexada ao índice Dow Jones Internet Composite, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2005

1) M. esc. = milhões de escudos.

	Valor nominal	Remuneração	Taxa de juro em vigor a 31-12-01 (%)	Data de reembolso
<b>Obrigações de caixa de rendimento variável (cont.)</b>				
BPI Risco Limitado Sector 10 Uncommon Values USD / 2000	3 538 (USD 3 000 000)	Indexada ao índice 10 Uncommon Values, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2005
BPI Risco Limitado Sector Biotecnologia USD / 2000	8 844 (USD 7 500 000)	Indexada ao índice Amex Biotechnology, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2005
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 – 3.ª emissão	55 200	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis (3.ª emissão), tendo como limite mínimo por obrigação zero		Março de 2005
BPI Capital Seguro Biotecnologia USD / 2000	9 552 (USD 8 100 000)	Indexada ao índice Amex Biotechnology, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Março de 2005
BPI Risco Limitado Biotecnologia USD / 2000	26 769 (USD 22 700 000)	Indexada ao índice Amex Biotechnology, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Março de 2005
BPI Risco Limitado 10 Uncommon Values USD / 2000	10 495 (USD 8 900 000)	Indexada ao índice 10 Uncommon Values, tendo como limite mínimo por obrigação USD -0.1		Abril de 2005
BPI Capital Seguro Comunicações Móveis EUR / 2000 – 4.ª emissão	51 250	Indexada ao índice BPI Comunicações Móveis (4.ª emissão), tendo como limite mínimo por obrigação zero		Abril de 2005
BPI Capital Seguro 10 Uncommon Values USD / 2000	7 223 (USD 6 125 000)	Indexada ao índice 10 Uncommon Values, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Abril de 2005
BPI Capital Seguro Zona Euro 2005 – 2.ª emissão	50 000	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Junho de 2005
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2008	2 500	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação 0.05 euros		Julho de 2008
BPI Risco Limitado Euro Telefonica / 2000	10 520	Indexada à cotação das acções da Telefonica na Bolsa de Madrid, tendo como limites por obrigação -0.73 euros e 0.27 euros		Julho de 2003
BPI Risco Limitado Euro Stoxx 50 / 2005	3 000	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação -0.1 euros		Agosto de 2005
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2005	2 125	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Agosto de 2005
BPI Capital Seguro Selecção Europa / 2003	31 154	Indexada ao índice 10 Uncommon Values, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Agosto de 2003
BPI Capital Seguro Selecção Europa / 2003 – 2.ª emissão	28 085	Indexada ao índice 10 Uncommon Values, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Setembro de 2003
BPI Capital Seguro Zona Euro / 2003	50 000	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação 9 euros		Outubro de 2003
BPI Risco PT / 2000-2002	2 750	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom na BVLP, tendo como limites por obrigação -82 euros e 18 euros		Dezembro de 2002
BPI Capital Seguro Euro BPI / 2000-2003	2 500	Indexada à cotação das acções do BPI SGPS na BVLP, tendo como limites por obrigação zero e 16.5 euros		Dezembro de 2003
BPI Risco Limitado Euro PT / 2000	18 000	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom na BVLP, tendo como limites por obrigação -80 euros e 20 euros		Dezembro de 2002
BPI Risco Limitado Euro PT / 2000 – 2.ª Emissão	5 000	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom na BVLP, tendo como limites por obrigação -80 euros e 20 euros		Janeiro de 2003
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2003	7 500	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price, tendo como limites por obrigação zero e 16 euros		Abril de 2003
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2001-2007	10 000	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Abril de 2007
BPI Capital Seguro Índices Mundiais / 2001	50 000	Indexada aos índices Nikkei 225, FTSE 100, Dow Jones Euro Stoxx 50, Nasdaq 100 e S&P 500, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Março de 2006
BPI Capital Seguro Rendimento Euribor 5.75% / 2001	40 000	Indexada à Euribor a 1 ano		Março de 2004
BPI Risco Limitado Portugal Telecom / 2001	5 000	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom e à Euribor a 3 meses		Março de 2003
BPI Risco Limitado Tecnologia / 2001	7 450	Indexada ao índice Nasdaq 100 tendo como limites por obrigação -70 euros e 20 euros		Abril de 2003
BPI Risco Limitado PT / 2001	6 500	Indexada à cotação das acções da Portugal Telecom tendo como limite mínimo por obrigação 20 euros		Abril de 2003
BPI Capital Seguro Zona Euro / 2006	25 000	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price tendo como limites por obrigação -80 euros e 20 euros		Maio de 2006
BPI Capital Seguro PTNC / 2004	4 325	Indexada às cotações das acções Portugal Telecom, Telefonica, Nokia e Cisco, tendo como limites por obrigação 9 euros e 22 euros		Maio de 2004
BPI Capital Seguro Zona Euro / 2006 – 2.ª emissão	25 000	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price tendo como limite mínimo por obrigação 10 euros		Junho de 2006

	Valor nominal	Remuneração	Taxa de juro em vigor a 31-12-01 (%)	Data de reembolso
<b>Obrigações de caixa de rendimento variável (cont.)</b>				
BPI Capital Seguro Quattro / 2004	27 100	Indexada às cotações das acções Portugal Telecom, Telefonica, Nokia e Cisco Systems, tendo como limites por obrigação 6 euros e 25 euros		Junho de 2004
BPI Capital Seguro Rendimento Máximo 27.5% / 2001-2004	8 000	Indexada às cotações das acções Portugal Telecom, Telefonica, AXA e Bayer, tendo como limites por obrigação 6 euros e 27.5 euros		Julho de 2004
BPI Capital Seguro Directo / 2001	2 500	Indexada às cotações das acções Portugal Telecom, Telefonica, Nokia e Cisco Systems, tendo como limites por obrigação 6 euros e 20 euros		Dezembro de 2004
BPI Capital Seguro Healthcare / 2001-2006	5 300	Indexada ao índice Dow Jones Stoxx Healthcare Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Dezembro de 2006
BPI Capital Seguro Healthcare / 2006 – 2.ª emissão	2 500	Indexada ao índice Dow Jones Europe Stoxx Healthcare Price, tendo como limite mínimo por obrigação zero		Dezembro de 2006
BPI Capital Seguro Euro Stoxx 50 / 2001-2004	1 150	Indexada ao índice Dow Jones Euro Stoxx 50 Price tendo como limite mínimo por obrigação 3 euros		Dezembro de 2004
BPI Cayman / 2006	63 525	Indexada a um conjunto de índices		Outubro de 2006
BPI Cayman / 2005	30 000	Indexada a um conjunto de índices Dow Jones		Novembro de 2005

#### 4.17. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Credores		
Fornecedores	26 194	35 497
Credores por contratos de factoring	14 496	12 449
Credores diversos	102 384	92 178
Outras exigibilidades		
Sector público administrativo		
IRC a pagar	38 983	14 623
Retenção de impostos na fonte	13 468	11 372
Outros	3 450	2 759
Contribuições para fundos de pensões (nota 4.20)	3 230	118
Outras	4 485	3 570
	<b>206 690</b>	<b>172 566</b>

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, a rubrica CREDITORES DIVERSOS inclui, respectivamente, 39 001 m. euros e 20 077 m. euros resultantes de cobranças efectuadas a Clientes da Sucursal de Luanda do Banco BPI que aguardam autorização do Banco Nacional de Angola para a emissão de ordens de pagamento ao exterior.

#### 4.18. Contas de regularização (passivo)

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Custos a pagar		
De recursos de instituições de crédito	57 462	68 266
De depósitos	61 163	57 802
De responsabilidades representadas por títulos	36 498	24 932
De custos administrativos		
Remunerações variáveis	27 141	30 123
Outros	42 963	47 888
De operações cambiais, de taxas de juro e sobre cotações (swaps)	132 595	136 656
Reavaliação das obrigações Capital Seguro e Risco Limitado	21 820	84 094
Outros	19 177	9 904
	<b>398 819</b>	<b>459 665</b>
Receitas com proveito diferido		
De rendimento de títulos emitidos a valor descontado	18 278	31 350
De prémios de opções vendidas associadas às operações Capital Seguro	5 578	10 221
De outras operações extrapatrimoniais	23 223	4 494
Outras	10 208	7 025
	<b>57 287</b>	<b>53 090</b>
Flutuação de valores	10	5
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	21 461	
Operações passivas a regularizar	63 528	51 730
Reavaliação de opções associadas às operações Capital Seguro	10 055	17 151
IRC – Pagamentos por conta	733	
Outras	70 277	78 284
	<b>166 054</b>	<b>147 165</b>
Outras contas internas (nota 2.6)		77 096
	<b>622 170</b>	<b>737 021</b>



Em 31 de Dezembro de 2001, a rubrica OPERAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS A REGULARIZAR corresponde ao valor líquido das operações sobre valores mobiliários registadas entre a data de execução das operações e a data prevista nos regulamentos para a respectiva liquidação financeira (nota 4.13).

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, a rubrica OUTRAS CONTAS DE REGULARIZAÇÃO inclui 63 104 m. euros relativos à mais-valia apurada na alienação de 30% do capital social da IMC – Investimentos, Média e Conteúdos, SGPS, S.A (IMC). Esta mais-valia encontra-se suspensa de reconhecimento na conta de resultados, uma vez que o Grupo BPI adquiriu participações na Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., (Impresa) e na SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A., (SIC) anteriormente detidas pela IMC. Os montantes a considerar na determinação dos resultados de uma eventual alienação das participações na Impresa e na SIC ascendem a 14 388 m. euros (nota 3.4) e 48 716 m. euros, respectivamente.

#### 4.19. Provisões para riscos e encargos e fundo para riscos bancários gerais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Para pensões	9 442	5 886
Outras provisões (nota 2.10)		
Para riscos gerais de crédito	180 896	160 579
Para outros riscos e encargos	54 680	22 194
	<b>235 576</b>	<b>182 773</b>
Fundo para riscos bancários gerais (nota 2.11)	6 658	5 679
	<b>251 676</b>	<b>194 338</b>

Os Administradores que integram a Comissão Executiva do BPI – SGPS, S.A. bem como os demais Administradores do Banco BPI e, a partir de 2001, do BPI Investimentos beneficiam de um plano complementar de pensões de reforma e sobrevivência. Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o valor actual das responsabilidades por serviços passados correspondentes ao plano era de 10 478 m. euros e de 6 140 m. euros, respectivamente.

Estas responsabilidades estão a ser reconhecidas como custos através de um plano de amortizações uniformes anuais à taxa de 7% e ao longo de um período que corresponde à vida activa remanescente dos Administradores a que respeitam. Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o saldo da rubrica PROVISÕES PARA PENSÕES E ENCARGOS SIMILARES inclui, respectivamente, 5 480 m. euros e 2 549 m. euros para cobertura destas responsabilidades.

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o saldo da rubrica PROVISÕES PARA PENSÕES E ENCARGOS SIMILARES inclui ainda 3 962 m. euros e 3 337 m. euros, respectivamente, respeitantes a responsabilidades por serviços passados de Colaboradores das Sucursais de Luanda e Madrid do Banco BPI e do Banco de Fomento, S.A.R.L. (Moçambique).

Em 31 de Dezembro de 2000, o saldo da rubrica PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS inclui 12 141 m. euros relativos a encargos com impostos a pagar decorrentes de ganhos em curso de operações cujo reconhecimento fiscal apenas tem lugar no exercício da liquidação dessas operações. Em 31 de Dezembro de 2001, o saldo da provisão para impostos a pagar decorrentes de ganhos daquela natureza é nulo em consonância com a evolução da matéria colectável respectiva.

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios de 2001 e 2000 é apresentado na nota 4.27.

#### 4.20. Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades por serviços passados de Pensionistas e de Colaboradores que estão, ou estiveram, ao serviço de empresas<sup>1</sup> do Grupo BPI e cuja cobertura se encontra assegurada por fundos de pensões, são calculadas em conformidade com o estabelecido no *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001, de 23 de Novembro.

A BPI Pensões é a entidade a quem compete a responsabilidade de elaborar as avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, bem como a de gerir os fundos de pensões respectivos.

Os métodos de valorização actuarial utilizados são o "*Projected Unit Credit*", para o cálculo do custo normal e das responsabilidades com serviços passados por velhice, e os Prémios Únicos Sucessivos, para o cálculo dos custos relativos aos benefícios de invalidez e sobrevivência.

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões, bem como os valores efectivamente verificados em 2001 são:

	Pressupostos	Realizado
Tábua de mortalidade	TV – 73/77	-
Tábua de invalidez	EKV 80	-
Taxa de desconto	7.0%	-
Taxa de rendimento dos activos dos fundos de pensões	7.0%	1.8%
Taxa de crescimento dos salários pensionáveis	4.0%	5.25%
Taxa de crescimento das pensões	3.0%	3.9%
Taxa de rotação do pessoal	0%	-
Decrementos	Por mortalidade	-

1) Empresas consolidadas pelo método de consolidação global (BPI SGPS, BPI Investimentos, Banco BPI, BPI Dealer, BPI Factor, BPI Fundos e BPI Leasing).



Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, os Pensionistas e Colaboradores beneficiários de planos de pensões financiados pelos fundos de pensões são em número de:

	2001	2000
Pensionistas por reforma	4 866	4 545
Pensionistas por sobrevivência	836	811
Colaboradores em actividade	7 305	7 445
Ex-trabalhadores (cláusula 137.ª A)	615	395
	<b>13 622</b>	<b>13 196</b>

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o valor actual das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência é:

	2001	2000
A. Responsabilidades por serviços passados reconhecidas no balanço		
Responsabilidades por pensões em pagamento	1 014 257	903 022
das quais, [acréscimo de responsabilidades resultante de reformas antecipadas efectuadas no exercício]	[53 984]	[56 175]
Responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo	245 461	241 337
	<b>1 259 718</b>	<b>1 144 359</b>
B. Responsabilidades por serviços passados a reconhecer até 2022	90 077	
C. Responsabilidades por serviços futuros	314 591	217 038
D. Responsabilidades por serviços totais (A+B+C)	1 664 386	1 361 397

Em 2001, de acordo com a disciplina do *Aviso do Banco de Portugal* n.º 12 / 2001, não foram utilizados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo. Esta alteração implicou um acréscimo das responsabilidades por serviços passados no valor de 90 077 m. euros que, mediante acordo do Banco de Portugal, será reconhecido no balanço e financiado de acordo com um plano de amortização de prestações uniformes anuais, durante um período máximo de 20 anos a iniciar em 2002 (nota 4.28).

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, a cobertura financeira das responsabilidades por serviços passados é:

	2001	2000
A. Responsabilidades por serviços passados reconhecidas no balanço <sup>1</sup>	1 259 718	1 144 359
B. Situação patrimonial dos fundos de pensões		
Saldo inicial	1 162 342	1 070 210
Contribuições de empresas do Grupo BPI		
Relativas ao custo corrente do exercício	17 822	18 652
Extraordinárias	122 554	56 325
Outras	39	163
Contribuições de Colaboradores	1 459	909
Rendimento dos fundos de pensões (líquido)	20 584	76 610
Pensões pagas pelos fundos de pensões	(68 219)	(60 527)
	<b>1 256 581</b>	<b>1 162 342</b>
C. Contribuições a transferir para os fundos de pensões (notas 4.17)	3 230	118
D. Cobertura total (B+C)	1 259 811	1 162 460
E. Excesso de cobertura (D-A)	93	18 101
F. Grau de cobertura (D/A)	100%	102%

1) Não é incluído o acréscimo de responsabilidades decorrente da não utilização, em 2001, de decrementos de invalidez.

Em 2001, as contribuições para o fundo de pensões foram realizadas em dinheiro (124 749 m. euros) e através da entrega de obrigações (17 125 m. euros).

Em 31 de Dezembro de 2001, os fundos de pensões detinham imóveis utilizados em regime de arrendamento por sociedades do Grupo BPI cujo valor global é de 86 556 m. euros.

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, as responsabilidades por serviços passados (excluindo o acréscimo de responsabilidades decorrente da não utilização, em 2001, de decrementos de invalidez) ainda não reconhecidas como custo são:

	2001	2000
A. Acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas	40 004	70 935
B. Perdas (ganhos) actuariais resultantes de alterações nos pressupostos actuariais	(655)	
C. Perdas (ganhos) actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros e os valores efectivamente realizados		
C1. Reconhecidos como flutuação de valores	71 179	
C2. Reconhecidos como despesas com custo diferido	1 270	
C3. Reconhecidos como receitas com provento diferido	(103)	
D. Responsabilidades a amortizar (A+B+C2+C3)	40 516	70 935

Em 30 de Junho de 2001, o Grupo BPI efectuou a amortização, por contrapartida de reservas, da totalidade do saldo das despesas com custo diferido relativas à cobertura do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas em 1999, 2000 e no primeiro semestre de 2001 e ainda não amortizadas (80 402 m. euros).

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, as demonstrações financeiras consolidadas registam os seguintes custos relacionados com a cobertura de responsabilidades por pensões:

	2001	2000
Em custos com pessoal		
Custo do ano	17 822	18 652
Outros custos		150
	<b>17 822</b>	<b>18 802</b>
Em perdas (ganhos) extraordinários		
Amortização do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas <sup>1)</sup>	4 512	8 925
Amortização de perdas (ganhos) actuariais devidas a:		
– diferenças entre os pressupostos e os valores verificados	130	
– alterações dos pressupostos actuariais	(73)	
	<b>4 569</b>	<b>8 925</b>

1) Em 2001, o valor desta rubrica corresponde à amortização do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas no segundo semestre de 2001.

#### 4.21. Passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
<b>Títulos de participação</b>		
Títulos de participação BFE – 1.ª emissão	9 397	9 969
Títulos de participação BFE – 2.ª emissão	8 317	8 883
<b>Empréstimos subordinados</b>		
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI / 94	49 880	49 880
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI / 96	74 820	74 820
Obrigações Perpétuas Subordinadas BPI / 96	74 820	74 820
Obrigações Perpétuas Subordinadas BPI / 96 em ienes	64 549	70 146
Obrigações Subordinadas BFB / 91		74 820
Obrigações Perpétuas Subordinadas BFB / 96 em dólares		107 469
Obrigações de Caixa Subordinadas BFB / 1997-2007	74 820	74 820
Obrigações de Caixa Subordinadas BBI / 92	24 697	24 696
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI Rendimento Mais / 2001	99 797	
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI / 2001-2011	150 000	
Obrigações BBI de Reprivatização / 94		12 470
	<b>631 097</b>	<b>582 793</b>

As emissões dos títulos a que se referem os saldos em 31 de Dezembro de 2001 têm as características seguintes:

	Valor nominal	Remuneração	Taxa de juro em vigor a 31-12-01 (%)	Data de reembolso
<b>Títulos de participação</b>				
Títulos de Participação BFE / 87 – 1.ª emissão	14 210 (M. esc. 1 2 849)	Indexada à Lisbor a 1 ano e aos resultados do Banco BPI		
Títulos de Participação BFE / 87 – 2.ª emissão	13 872 (M. esc. 2 781)	Indexada à Lisbor a 1 ano e aos resultados do Banco BPI		
<b>Empréstimos subordinados</b>				
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI / 94	49 880 (M. esc. 10 000)	Indexada à Lisbor a 6 meses	4.3417	Outubro de 2004
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI / 96	74 820 (M. esc. 15 000)	Indexada à Lisbor a 6 meses	3.5	Junho de 2006
Obrigações Perpétuas Subordinadas BPI / 96	74 820 (M. esc. 15 000)	Indexada à Lisbor a 3 meses	4.1117	
Obrigações Perpétuas Subordinadas BPI / 96 em ienes	71 178 (7 500 milhões JPY)	4% até Novembro de 2011 e, posteriormente, indexada à taxa de rendimento dos títulos do governo japonês a 5 anos	4.0	
Obrigações de Caixa Subordinadas BFB / 1997-2007	74 820 (M. esc. 15 000)	Indexada à Lisbor a 3 meses	3.625	Novembro de 2007
Obrigações de Caixa Subordinadas BBI / 92	24 940 (M. esc. 5 000)	Indexada à taxa base anual (TBA) calculada e divulgada pelo Banco de Portugal	3.375	Junho de 2003
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI Rendimento Mais / 2001	100 000	Indexada à Euribor a 6 meses	5.302	Julho de 2011
Obrigações de Caixa Subordinadas BPI 2001-2011	150 000	5% no 1.º ano, 5.1% no 2.º ano, 5.2% no 3.º ano, 5.3% no 4.º ano, 5.4% no 5.º ano, 5.5% no 6.º ano, 5.85% no 7.º ano, 6.2% no 8.º ano, 6.55% no 9.º ano e 7% no 10.º ano	5.0	Julho de 2011

1) M. esc. = Milhões de escudos.

O Banco de Portugal considera que os fundos provenientes destes passivos são equiparados, para efeitos de cumprimento dos requisitos de solvabilidade, a fundos próprios sujeitos a um

programa de redução gradual dos respectivos montantes nos cinco anos que precedem o respectivo reembolso.

#### 4.22 Interesses minoritários

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Balança		Demonstração de resultados	
	2001	2000	2001	2000
Accionistas minoritários de:				
BPI Capital Finance Ltd.	300 007	290 695	17 478	21 961
CrediUniverso – Serviços de Marketing, S.A.	848	731	116	40
Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	4 060	4 398	(337)	307
	<b>304 915</b>	<b>295 824</b>	<b>17 257</b>	<b>22 308</b>

Em 31 de Dezembro de 2001, os interesses minoritários da BPI Capital Finance Ltd. incluem 282 518 m. euros correspondentes ao contravalor em euros de 6 000 000 de acções preferenciais Série A e de 4 000 000 de acções preferenciais Série B, ambas as séries sem direito de voto, com o valor nominal de 25 dólares americanos cada e emitidas por aquela filial do BPI SGPS em Dezembro de 1996.

O pagamento de dividendos e o reembolso das acções preferenciais são garantidos pelo BPI SGPS.

As acções preferenciais da Série A dão direito ao pagamento de um dividendo preferencial não cumulativo determinado pela aplicação de uma taxa anual correspondente à Libor (USD – 3 meses) acrescida de uma margem de 1.95 pontos percentuais sobre o valor nominal, pago trimestralmente em 18 de Março, 18 de Junho, 18 de Setembro e 18 de Dezembro de cada ano. As acções preferenciais da Série B dão direito ao pagamento de um dividendo preferencial não cumulativo determinado pela aplicação de uma taxa anual correspondente à Libor (USD – 3 meses) acrescida de uma margem de 1.15 pontos percentuais (até 19 de Dezembro de 2001) e de 2.65 pontos percentuais (depois de 19 de Dezembro de 2001) sobre o valor nominal, pago trimestralmente em 19 de Março, 19 de Junho, 19 de Setembro e 19 de Dezembro de cada ano.

Durante o exercício de 2001, o valor dos dividendos (antecipados) pagos pela BPI Capital Finance aos detentores destas acções preferenciais ascendeu a 17 046 m. euros.

As acções preferenciais da Série A são reembolsáveis, no todo ou em parte, ao valor nominal por opção da BPI Capital Finance, Ltd., mediante aprovação prévia do Banco de Portugal e do BPI SGPS, em qualquer data de pagamento do dividendo a partir de Dezembro de 2003. As acções preferenciais da Série B são reembolsáveis, no todo ou em parte, ao valor nominal por opção da BPI Capital Finance, Ltd., mediante aprovação prévia do Banco de Portugal e do BPI SGPS, em qualquer data de pagamento do dividendo a partir de Dezembro de 2001.

Estas acções são subordinadas em relação a qualquer passivo do BPI SGPS e *pari passu* relativamente a quaisquer acções preferenciais que venham a ser emitidas pelo Grupo.

#### 4.23. Capital subscrito

Por escritura pública de 4 de Dezembro de 2000, o capital social do BPI SGPS foi aumentado de 565 000 m. euros para 645 625 m. euros por emissão de 80 625 000 acções ordinárias nominativas e escriturais com o valor nominal de 1 euro cada, sendo 70 625 000 acções por subscrição pública reservada a accionistas e 10 000 000 acções por subscrição reservada a Colaboradores do Grupo BPI.

Em 2000, a Assembleia Geral de 19 de Setembro atribuiu ao Conselho de Administração do BPI SGPS poderes para, no prazo de dezoito meses:

- comprar em mercados regulamentados acções do BPI SGPS representativas de até 10% do seu capital social, sendo o preço máximo igual a 110% da média ponderada das médias diárias ponderadas da cotação das acções do BPI SGPS nas 20 sessões de bolsa anteriores à data da compra e o mínimo de 1 euro;
- alienar aos Colaboradores do BPI SGPS e de Sociedades por ele dominadas, bem como aos respectivos Administradores, acções do BPI SGPS, nos termos e condições constantes de Regulamento para o efeito aprovado pelo Conselho Geral, em 25 de Fevereiro de 1999.

Em 31 de Dezembro de 2001, o capital social do BPI SGPS está representado por 645 625 000 acções de valor nominal de 1 euro e encontra-se integralmente realizado.

#### 4.24. Prémios de emissão

Entre 31 de Dezembro de 1999 e 31 de Dezembro de 2001, o movimento ocorrido nos prémios de emissão foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 1999	80 115
Aumento de capital realizado em Dezembro de 2000 (Escritura pública de 4 de Dezembro de 2000)	
– Prémios de emissão realizados	120 937
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2001</b>	<b>201 052</b>

Nos termos da Portaria n.º 408 / 99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, n.º 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

#### 4.25. Reservas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Reservas livres	237 799	79 115
Reserva legal	19 201	16 015
	<b>257 000</b>	<b>95 130</b>
Reservas de consolidação	(328 273)	(164 172)
	<b>(71 273)</b>	<b>(69 042)</b>

Em 31 de Dezembro de 2001, as reservas livres incluem 156 256 m. euros resultantes da incorporação, por fusão, da BPI Capital, da BPI Participações e da BPI Private Equity no BPI SGPS.

De acordo com o disposto no artigo 295 do *Código das Sociedades Comerciais*, o BPI SGPS deverá destinar uma percentagem não inferior à vigésima parte dos seus lucros à constituição de uma reserva legal até que aquela represente a quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível, excepto em caso de liquidação da Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, os prémios de emissão e as reservas legais das Sociedades que integram o Grupo BPI, indisponíveis em conformidade com a legislação aplicável, ascendem a 291 833 m. euros e 207 423 m. euros, respectivamente, as quais, ponderadas pela percentagem (efectiva) de participação do BPI SGPS, ascendem a 208 222 m. euros e 183 202 m. euros, respectivamente. Estas reservas são incluídas na rubrica RESERVAS DE CONSOLIDAÇÃO.

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, as reservas de reavaliação das sociedades que consolidam pelo método de

integração global ascendem a 21 550 m. euros. Estas reservas são incluídas na rubrica RESERVAS DE CONSOLIDAÇÃO.

A rubrica RESERVAS DE CONSOLIDAÇÃO representa a diferença entre a quota-parte que corresponde à percentagem (efectiva) de participação do BPI SGPS nos capitais próprios das participadas e o valor do respectivo custo de aquisição após a introdução dos ajustamentos considerados necessários.

Durante os exercícios de 2000 e 2001, o movimento ocorrido nas reservas foi o seguinte:

<b>Reservas em 31 de Dezembro de 1999</b>	<b>(119 167)</b>
Lucro consolidado de 1999	124 799
Dividendos distribuídos em 2000	(56 493)
Goodwill pago na aquisição de 21.6% da Unicer pela Viacer	(13 001)
Variação das reservas regulamentares das seguradoras	(4 670)
Outros	(510)
<b>Reservas em 31 de Dezembro de 2000</b>	<b>(69 042)</b>
Lucro consolidado de 2000	152 355
Dividendos distribuídos em 2001	(58 097)
Goodwill na aquisição de 8.4% da Viacer	(15 298)
Goodwill na aquisição de 20.1% da Douro SGPS	(2 798)
Badwill na aquisição de 17.0% do Banc Post	3 368
Amortização de reformas antecipadas	(80 402)
Variação das reservas regulamentares das seguradoras	33
Distribuição de resultados a órgãos sociais	(1 201)
Outros	(191)
<b>Reservas em 31 de Dezembro de 2001</b>	<b>(71 273)</b>

#### 4.26. Goodwill

O valor do *badwill* relativo à aquisição, pelo BPI Investimentos, de 17% do capital social do Banc Post, reconhecido no exercício de 2001, foi:

Valor dos capitais próprios do Banc Post	87 815
Valor dos capitais próprios do Banc Post adquiridos pelo BPI Investimentos (17.0%)	14 928
Valor de custo da participação adquirida pelo BPI Investimentos	(11 560)
<b>Valor do badwill no Banc Post</b>	<b>3 368</b>

O valor do *goodwill* relativo à aquisição, pelo BPI SGPS, de 20% do capital social da Douro SGPS no exercício de 2001 foi:

Valor dos capitais próprios da Douro SGPS	3 961
Valor dos capitais próprios da Douro SGPS adquiridos pelo BPI SGPS (20.1%)	794
Valor de custo da participação adquirida pelo BPI SGPS	(3 592)
<b>Valor do goodwill na Douro SGPS</b>	<b>(2 798)</b>

O valor do *goodwill* relativo à aquisição, pela BPI Ventures, de 8% do capital social da Viacer no exercício de 2001 foi:

Valor do aumento dos capitais próprios da Viacer	42 579
Valor dos capitais próprios da Viacer adquiridos pela BPI Ventures (8.4%)	10 183
Valor de custo da participação adquirida pela BPI Ventures	(25 481)
<b>Valor do goodwill na Viacer</b>	<b>(15 298)</b>

O valor do *goodwill* relativo à aquisição, pelo Banco BPI, de 25% do capital social da Digitmarket, reconhecido no exercício de 2001, foi:

Valor dos capitais próprios da Digitmarket	7 497
Valor dos capitais próprios da Digitmarket adquiridos pelo Banco BPI (25.0%)	1 874
Valor de custo da participação adquirida pelo BPI Investimentos	(1 875)
<b>Valor do goodwill na Digitmarket</b>	<b>(1)</b>

#### 4.27. Provisões para crédito, títulos e outros activos

O movimento ocorrido nas provisões do Grupo durante o exercício de 2001 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-00	Dotações	Transferências	Utilizações	Reposições	Reavaliação cambial e outros	Saldo em 31-12-01
Provisões para créditos de cobrança duvidosa							
Para crédito (nota 4.4)	2 271	2 362	(86)		(144)		4 403
Para devedores e outras aplicações (nota 4.12)	947				(926)		21
Provisões para crédito e juros vencidos							
Para aplicações em instituições de crédito (nota 4.3)	113 130	306				5 492	118 928
Para crédito (nota 4.4)	96 057	18 479	437	(19 692)	(1 473)	(2 052)	91 756
Para títulos (nota 4.5)	1 198	31		(790)			439
Provisões para risco-país							
Para aplicações em instituições de crédito (nota 4.3)	21	6					27
Para crédito (nota 4.4)	4 769				(2 054)		2 715
Para títulos (nota 4.5)	409						409
Para outras aplicações (nota 4.12)	27 821						27 821
Provisões para obrigações e outros títulos de rendimento fixo (nota 4.5)	3 370	818		(1)	(565)		3 622
Provisões para acções e outros títulos de rendimento variável (nota 4.6)	14 231	9 074	(444)	(2 750)	(3 972)	8	16 147
Provisões para partes de capital em empresas associadas	567	371					938
Provisões para depreciação de imobilizações financeiras							
Para outras participações financeiras (nota 4.9)	3 974	3 946	902	(2 361)	7		6 468
Para outras imobilizações financeiras (nota 4.12)	1 951	1 078	(458)			55	2 626
Provisões para aplicações por recuperação de créditos (nota 4.12)	9 744	15		(58)	(2 829)		6 872
Provisões para pensões de reforma e sobrevivência (nota 4.19)	5 886	3 753				(197)	9 442
Provisões para riscos gerais de crédito (nota 4.19)	160 579	24 196			(3 134)	(745)	180 896
Provisões para outros riscos e encargos (nota 4.19)	22 194	46 623		(653)	(13 484)		54 680
Fundo para riscos bancários gerais (nota 4.19)	5 679	4 050	(351)	(644)	(2 008)	(68)	6 658
	<b>474 798</b>	<b>115 108</b>	<b>0</b>	<b>(26 949)</b>	<b>(30 582)</b>	<b>2 493</b>	<b>534 868</b>

Em 31 de Dezembro de 2001, as reposições relativas à rubrica PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS incluem 12 141 m. euros relativos à reposição de parte da provisão para

impostos a pagar decorrentes de ganhos em curso de operações cujo reconhecimento fiscal apenas tem lugar no exercício da liquidação dessas operações (notas 2.10 e 4.19).

O movimento ocorrido nas provisões do Grupo durante o exercício de 2000 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-99	Dotações	Transferências	Utilizações	Reposições	Reavaliação cambial e outros	Saldo em 31-12-00
Provisões para créditos de cobrança duvidosa							
Para crédito (nota 4.4)	3 401	235	485		(1 850)		2 271
Para devedores e outras aplicações (nota 4.12)	1 348		(86)		(315)		947
Provisões para crédito e juros vencidos							
Para aplicações em instituições de crédito (nota 4.3)	104 916	819	(83)		(301)	7 779	113 130
Para crédito (nota 4.4)	96 087	21 149	(823)	(16 910)	(2 755)	(691)	96 057
Para títulos (nota 4.5)	1 299				(101)		1 198
Provisões para risco-país							
Para aplicações em instituições de crédito (nota 4.3)	5 983	4			(6 113)	147	21
Para crédito (nota 4.4)	2 957	2 250			(438)		4 769
Para títulos (nota 4.5)	3 321				(2 912)		409
Para outras aplicações (nota 4.12)	18 389	9 433			(1)		27 821
Provisões para obrigações e outros títulos de rendimento fixo (nota 4.5)	3 987	3 674		(4 092)	(199)		3 370
Provisões para acções e outros títulos de rendimento variável (nota 4.6)	6 037	8 591		(319)	(86)	8	14 231
Provisões para partes de capital em empresas associadas	574		(7)				567
Provisões para depreciação de imobilizações financeiras							
Para outras participações financeiras (nota 4.9)	4 145		8		(179)		3 974
Para outras imobilizações financeiras (nota 4.12)	1 346	526				79	1 951
Provisões para aplicações por recuperação de créditos (nota 4.12)	13 658	114	84	(3 619)	(493)		9 744
Provisões para pensões de reforma e sobrevivência (nota 4.19)	2 936	2 419				531	5 886
Provisões para riscos gerais de crédito (nota 4.19)	115 857	49 340			(4 119)	(499)	160 579
Provisões para outros riscos e encargos (nota 4.19)	3 809	2 241	17 651	(187)	(1 320)		22 194
Fundo para riscos bancários gerais (nota 4.19)	10 491	4 023	(5 087)	(329)	(3 384)	(35)	5 679
	<b>400 541</b>	<b>104 818</b>	<b>12 142</b>	<b>(25 456)</b>	<b>(24 566)</b>	<b>7 319</b>	<b>474 798</b>

Nos exercícios de 2001 e 2000, as utilizações de provisões para crédito e para títulos vencidos correspondem a *write-offs* efectuados naqueles períodos.

No exercício de 2000, foram transferidas, da rubrica OUTROS PASSIVOS para a rubrica PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS,

provisões no montante de 12 651 m. euros constituídas em exercícios anteriores para fazer face a encargos com impostos a pagar decorrentes de ganhos em curso de operações cujo reconhecimento fiscal apenas tem lugar no exercício da liquidação dessas operações.

#### 4.28. Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	3 224 501	2 949 105
Créditos documentários abertos	72 889	98 709
Aceites e endossos	146	
Cartas de crédito stand-by	260	451
Fianças e indemnizações	51	38
Outros passivos eventuais	13	13
	<b>3 297 860</b>	<b>3 048 316</b>
Activos dados em garantia	395 993	418 321
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	115 573	2 006 044
Subscrição de títulos	26 688	125 000
Responsabilidades por pensões de reforma	90 077	
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	18 629	13 553
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	11 677	8 354
Outros compromissos irrevogáveis	5 869	54 753
Compromissos revogáveis	3 067 035	1 039 821
	<b>3 335 548</b>	<b>3 247 525</b>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	22 156 887	24 723 751
Por cobrança de valores	257 732	282 023
Por valores administrados pela instituição	3 688 465	3 707 155
Outras	12 031	11 812
	<b>26 115 115</b>	<b>28 724 741</b>

Em 31 de Dezembro de 2001, o saldo da rubrica **ACTIVOS DADOS EM GARANTIA** inclui:

- títulos dados em garantia ao BEI por empréstimos concedidos ao BPI Investimentos no montante de 176 814 m. euros;
- títulos dados em garantia ao BEI por *swaps* de taxa de juro efectuados com o BPI Investimentos no montante de 54 233 m. euros;
- títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 56 468 m. euros;
- títulos dados em garantia à Bolsa de Valores de Lisboa e Porto no âmbito da actividade de derivados no montante de 13 811 m. euros.

A garantia prestada ao BEI por empréstimos concedidos substitui a garantia de uma segunda assinatura (bancos de primeira ordem ou Estado Português) estatutariamente exigida por aquela Instituição.

Em 31 de Dezembro de 2001, o saldo da rubrica **RESPONSABILIDADES POR PENSÕES DE REFORMA NÃO COBERTAS PELO FUNDO DE PENSÕES** corresponde integralmente ao acréscimo de responsabilidades resultante de terem deixado de ser utilizados decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades por serviços passados de Colaboradores no activo (nota 4.20).

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o saldo da rubrica **RESPONSABILIDADES A PRAZO DE CONTRIBUIÇÕES ANUAIS PARA O FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS** corresponde ao compromisso irrevogável que o BPI assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o saldo da rubrica **RESPONSABILIDADE POTENCIAL PARA COM O SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES** corresponde à obrigação irrevogável que o BPI assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de Dezembro de 2001, o Grupo BPI detinha sob gestão os seguintes activos de terceiros:

Fundos de investimento e PPR	3 874 162
Fundos de pensões <sup>1)</sup>	1 983 746
Produtos de capitalização	878 882

1) Inclui os fundos de pensões de empresas do Grupo.

O Grupo BPI realiza operações derivadas no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus Clientes ou cobrindo posições de natureza estrutural.

O Grupo BPI transacciona derivados financeiros, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, de contratos sobre taxas de juro, de contratos sobre preços futuros de mercadorias e de contratos sobre acções ou sobre índices. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC) e em mercados organizados (especialmente bolsas de valores).

A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação próprias desses mercados. A negociação de derivados no mercado de balcão baseia-se normalmente num contrato bilateral *standard* (no caso de relações interprofissionais um contrato ISDA; no caso de relações com Clientes um contrato próprio do BPI) que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes e em que se prevê a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei).

Os derivados podem ser reconhecidos pelos seus valores contabilísticos, de substituição e líquido de mercado. O valor contabilístico tem por base o valor nocional, isto é, o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação. O valor de substituição corresponde à perda potencial, quanto ao de valor actual, no caso de incumprimento da contraparte. No caso de um contrato de derivados em que esteja prevista a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento, o valor de substituição é igual à soma algébrica dos valores de mercado do conjunto das operações regidas por esse contrato, quando positiva. No caso de operações cujo contrato não preveja a compensação de responsabilidades, o valor de substituição é igual à soma dos valores de mercado de cada transacção individual, quando positivos. A abrangência das cláusulas de compensação em caso de incumprimento é considerada, pelo Grupo BPI, de forma conservadora, sendo em caso de dúvida considerado que a compensação não existe. O valor líquido de mercado (*fair value*) corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência.

Diferentemente das operações tradicionais de mútuo em que o valor de mercado é directamente relacionado com o capital mutuado, nas operações derivadas com fluxos financeiros determinados o valor líquido de mercado é representado pelo valor actual desses fluxos, dada a curva de rendimentos relevante vigente no momento do cálculo (*swaps* ou *forwards*) ou é calculado pelo próprio mercado (futuros). No caso das opções, o valor de mercado é determinado por recurso a modelos que procuram reflectir o preço e a volatilidade do preço dos activos subjacentes no momento do cálculo, bem como as características próprias da opção (preço de exercício da opção e período de tempo até à data de vencimento).

O valor contabilístico das operações derivadas constitui, apenas, um indicador do volume de actividade nos diferentes mercados, não se podendo estabelecer relação directa entre aquele valor e o risco de crédito da operação. O risco de crédito das operações derivadas num dado momento é dado pelo seu valor de substituição nesse momento. No caso dos futuros, as contrapartes do Grupo BPI são bolsas de valores, pelo que o risco de crédito é eliminado diariamente através da liquidação financeira. Nas operações derivadas a médio e longo prazos, os contratos que enquadram as operações prevêem em geral a compensação entre saldos devedores e credores com a mesma contraparte, o que elimina ou reduz o risco de crédito. Com a finalidade de controlar o risco de crédito em derivados OTC, foram também assinados alguns acordos pelos quais o Banco recebe da (ou transfere para a) sua contraparte valores (em divisas ou em títulos) que servem de garantia ao bom cumprimento das responsabilidades.

As operações com derivados estão, principalmente, associadas a operações sobre activos e passivos reconhecidos nos balanços, devendo a correcta avaliação do valor dessas transacções tomar em conta essa associação.



Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, a actividade desenvolvida pelo Grupo BPI em operações derivadas traduz-se pelos seguintes valores:

	2001			2000
	Valor contabilístico	Valor de substituição <sup>1</sup>	Valor líquido de mercado <sup>2</sup>	Valor contabilístico
<b>Contratos de taxa de câmbio</b>				
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)				
Cambiais a prazo (outright forwards)	163 418	2 473	1 160	136 145
Swaps cambiais	1 928 728	33 653	25 784	1 762 519
Swaps de médio e longo prazo	230 390	12 098	(22 034)	286 128
Transaccionados em Bolsa				
Futuros <sup>3</sup>				522
	<b>2 322 536</b>	<b>48 224</b>	<b>4 910</b>	<b>2 185 314</b>
<b>Contratos de taxa de juro</b>				
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)				
FRA (forward rate agreements)	193 000	150	23	725 000
Swaps de médio e longo prazo (interest rate swaps)	7 398 309	253 445	170 746	5 687 571
Opções compradas	3 750	63 034	63 034	3 750
Opções vendidas	24 940		(16 746)	24 940
Transaccionados em Bolsa				
Futuros <sup>3</sup>	253 399		352	40 355
	<b>7 873 398</b>	<b>316 629</b>	<b>217 409</b>	<b>6 481 616</b>
<b>Contratos sobre acções</b>				
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)				
Opções compradas <sup>4</sup>	960 525	92	92	946 470
Opções vendidas <sup>4</sup>	116 827		(125)	152 843
Transaccionados em Bolsa				
Futuros <sup>3</sup>	62 602		(458)	63 711
	<b>1 139 954</b>	<b>92</b>	<b>(491)</b>	<b>1 163 024</b>
<b>Contratos sobre mercadorias</b>				
Transaccionados em Bolsa				
Futuros <sup>3</sup>				162
				<b>162</b>
	<b>11 335 888</b>	<b>364 945</b>	<b>221 828</b>	<b>9 830 116</b>
Acordos de redução de risco de crédito de derivados		(152 571)		
Efeito do netting <sup>5</sup>		(32 248)		
	<b>11 335 888</b>	<b>180 126</b>	<b>221 828</b>	<b>9 830 116</b>

1) Soma dos valores de substituição das contrapartes, tomando em conta as cláusulas de compensação, quando existentes.

2) Soma algébrica dos valores de mercado das operações na data de referência (não corresponde ao impacto nas demonstrações financeiras do registo da reavaliação destas operações).

3) O valor de substituição dos futuros é nulo por serem transaccionados em bolsas de valores.

4) Não inclui opções inseridas em obrigações emitidas ou compradas. O valor líquido de mercado destas opções está, principalmente, afecto às variações de rendimento das obrigações Capital Seguro e Risco Limitado emitidas pelo Grupo.

5) Efeito da compensação entre valores de substituição de transacções com a mesma contraparte mas registadas em linhas diferentes do quadro.

Em 31 de Dezembro de 2001, a repartição do valor contabilístico por maturidades residuais é:

	< = 3 meses	> 3 meses < = 6 meses	> 6 meses < = 1 ano	> 1 ano < = 5 anos	> 5 anos	Total
<b>Contratos de taxa de câmbio</b>						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)						
Cambiais a prazo (outright forwards)	127 950	19 960	11 852	3 656		163 418
Swaps cambiais	1 362 243	214 099	352 386			1 928 728
Swaps de médio e longo prazo	15 171	60 103	28 051	127 065		230 390
	<b>1 505 364</b>	<b>294 162</b>	<b>392 289</b>	<b>130 721</b>		<b>2 322 536</b>
<b>Contratos de taxa de juro</b>						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)						
FRA (forward rate agreements)	63 000	130 000				193 000
Swaps de médio e longo prazo (interest rate swaps)	874 531	445 066	1 276 167	3 554 855	1 247 690	7 398 309
Opções compradas				3 750		3 750
Opções vendidas	24 940					24 940
Transaccionados em Bolsa						
Futuros	116 554	14 691	43 780	78 374		253 399
	<b>1 079 025</b>	<b>589 757</b>	<b>1 319 947</b>	<b>3 636 979</b>	<b>1 247 690</b>	<b>7 873 398</b>
<b>Contratos sobre acções</b>						
Transaccionados em mercado de balcão (OTC)						
Opções compradas	43 268	41 700	31 742	806 880	36 935	960 525
Opções vendidas	26 600		26 838	63 389		116 827
Transaccionados em Bolsa						
Futuros	62 602					62 602
	<b>132 470</b>	<b>41 700</b>	<b>58 580</b>	<b>870 269</b>	<b>36 935</b>	<b>1 139 954</b>
	<b>2 716 859</b>	<b>925 619</b>	<b>1 770 816</b>	<b>4 637 969</b>	<b>1 284 625</b>	<b>11 335 888</b>

Em 31 de Dezembro de 2001, a repartição das operações derivadas por categorias de contrapartes é:

	Valor contabilístico	%
<b>Contratos sobre taxa de câmbio</b>		
OTC com Instituições Financeiras	2 072 090	18
OTC com Clientes	250 446	2
	<b>2 322 536</b>	<b>20</b>
<b>Contratos sobre taxa de juro</b>		
OTC com Instituições Financeiras	7 039 447	62
OTC com Clientes	580 552	5
Em bolsa	253 399	2
	<b>7 873 398</b>	<b>69</b>
<b>Contratos sobre acções</b>		
OTC com Instituições Financeiras	1 077 352	10
Em bolsa	62 602	1
	<b>1 139 954</b>	<b>11</b>
	<b>11 335 888</b>	<b>100</b>

Em 31 de Dezembro de 2001, a repartição das operações derivadas por *rating* externo de contrapartes é:

	Valor contabilístico	Valor de substituição	Valor líquido de mercado
<b>Transaccionados em mercado de balcão (OTC)</b>			
AAA	423 719	3 349	(51 671)
AA	6 845 208	253 369	238 494
A	2 846 626	51 961	15 836
BBB	43 420	223	(511)
N.R.	860 914	23 795	19 786
	<b>11 019 887</b>	<b>332 697</b>	<b>221 934</b>
<b>Transaccionados em Bolsa</b>			
	316 001		(106)
	<b>11 335 888</b>	<b>332 697</b>	<b>221 828</b>
<b>Acordos de redução de risco de crédito de derivados</b>			
		(152 571)	
	<b>11 335 888</b>	<b>180 126</b>	<b>221 828</b>

Nota: os valores foram agregados por níveis de *rating* das contrapartes, tomando em conta os *ratings* da dívida sénior de médio/longo prazo atribuídos pelas agências Moody, Standard & Poor's e Fitch Ratings e vigentes na data de referência. A escolha do *rating* a considerar para uma dada contraparte segue a regra aconselhada pelo Comité de Basileia (quando há *ratings* divergentes escolher o segundo melhor). Em termos de *mapping* considerou-se uma correspondência perfeita dos níveis atribuídos pelas três agências a partir do topo (Aaa = AAA; Aa1 = AA+; etc). As operações com entidades sem *rating* por estas agências (N.R.) representam sobretudo Clientes sujeitos a *rating* interno.

#### 4.29. Margem financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
<b>Juros e proveitos equiparados</b>		
Juros de aplicações		
Instituições de crédito	155 452	157 820
Crédito	903 658	676 044
Títulos	171 533	148 238
Devedores e outras aplicações	1 898	2 955
Crédito vencido	6 874	6 609
Juros de operações de swap	418 021	458 979
Outros juros e proveitos equiparados	26 832	24 416
	<b>1 684 268</b>	<b>1 475 061</b>
<b>Rendimento de títulos</b>	<b>15 908</b>	<b>7 183</b>
<b>Juros e custos equiparados</b>		
Juros de recursos alheios		
Instituições de crédito	290 952	250 115
Depósitos	318 376	235 687
Débitos representados por títulos	86 588	32 036
Outros recursos	6 882	12 342
Juros de capitais próprios e equiparados	34 758	30 153
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	1 692	1 478
Juros de operações de swap	424 298	439 194
Outros juros e custos equiparados	41 066	38 430
	<b>1 204 612</b>	<b>1 039 435</b>

#### 4.30. Comissões líquidas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
<b>Comissões recebidas</b>		
Por garantias prestadas	19 444	15 857
Por compromissos perante terceiros	5 720	9 868
Por serviços bancários prestados	144 661	128 221
Por operações de factoring	3 169	2 543
Por operações realizadas por conta de terceiros	15 525	24 620
Outras	21 583	25 769
	<b>210 102</b>	<b>206 878</b>
<b>Comissões pagas</b>		
Por serviços bancários de terceiros	10 226	7 809
Por operações realizadas por terceiros	5 640	2 075
Outras	1 365	1 656
	<b>17 231</b>	<b>11 540</b>

#### 4.31. Lucros líquidos em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
<b>Lucros em operações financeiras</b>		
Lucros e diferenças de reavaliação na posição cambial	134 790	253 200
Lucros e diferenças de reavaliação em aplicações	324 753	306 822
Diferenças de reavaliação em recursos alheios	185 381	133 560
Lucros em operações extrapatrimoniais	18 101	12 318
Outros lucros e proveitos	395 649	252 033
	<b>1 058 674</b>	<b>957 933</b>
<b>Prejuízos em operações financeiras</b>		
Prejuízos e diferenças de reavaliação na posição cambial	133 968	242 917
Prejuízos e diferenças de reavaliação em aplicações	296 336	267 010
Diferenças de reavaliação em recursos alheios	185 475	142 095
Custos em operações extrapatrimoniais	14 045	14 492
Outros custos e prejuízos	388 219	244 693
	<b>1 018 043</b>	<b>911 207</b>

Em 31 de Dezembro de 2001, a rubrica LUCROS E DIFERENÇAS DE REAVALIAÇÃO EM APLICAÇÕES inclui 31 170 m. euros respeitante à mais-valia realizada na venda de uma posição accionista.

Em 31 de Dezembro de 2001, as rubricas OUTROS LUCROS E PROVEITOS E OUTROS CUSTOS E PREJUÍZOS incluem, respectivamente, 360 737 m. euros e 359 487 m. euros associados às operações Capital Seguro e Risco Limitado.

#### 4.32. Custos com o pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2001	2000
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	9 068	8 924
Remuneração de empregados	212 443	203 256
Encargos sociais		
Obrigatórios	58 840	58 058
Facultativos	2 857	2 486
Outros custos com o pessoal	5 069	5 147
	<b>288 277</b>	<b>277 871</b>

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, as remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização foram:

	2001	2000
Custos com pessoal	9 068	8 924
Aplicação de resultados do exercício de 2000		1 201
	<b>9 068</b>	<b>10 125</b>

O artigo 25, n.º 1, dos Estatutos do BPI SGPS prevê a atribuição de remunerações variáveis à Comissão Executiva do Conselho de Administração, determinadas em função dos resultados anuais. Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, a rubrica REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO inclui os saldos relativos à aplicação desta disposição estatutária nos montantes de 1 325 m. euros e 2 516 m. euros, respectivamente.

#### 4.33. Outros proveitos e custos de exploração

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2001	2000
<b>Outros proveitos e lucros</b>		
Rendimento de imóveis	1 209	1 285
Remuneração pelo exercício de cargos sociais	19	24
Prestação de serviços diversos	1 706	679
Reembolso de despesas	27 552	23 568
Mais-valias em bens de locação financeira	781	671
Recuperação de créditos e juros vencidos	18 855	
Outros	12 615	8 899
	<b>62 737</b>	<b>35 126</b>
<b>Outros custos e prejuízos</b>		
Quotizações e donativos	2 170	1 830
Remuneração de títulos de participação	140	150
Menos-valias em bens de locação financeira	1 778	449
Outros	4 017	4 294
	<b>8 105</b>	<b>6 723</b>

Em 31 de Dezembro de 2001, na sequência da *Instrução do Banco de Portugal* n.º 9 / 2001, os proveitos com a recuperação de créditos e juros vencidos são reconhecidos na rubrica OUTROS PROVEITOS E LUCROS. Em 31 de Dezembro de 2000, os proveitos correspondentes foram reconhecidos na rubrica GANHOS EXTRAORDINÁRIOS.

#### 4.34. Ganhos e perdas extraordinários

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2001	2000
<b>Ganhos extraordinários</b>		
Mais-valias realizadas na venda de valores imobilizados	8 144	38 885
Indemnizações por incumprimento de contratos	115	62
Recuperação de créditos e juros vencidos		18 730
Outros ganhos relativos a exercícios anteriores	74 056	10 160
Outros ganhos extraordinários	2 181	2 561
	<b>84 496</b>	<b>70 398</b>
<b>Perdas extraordinárias</b>		
Menos-valias realizadas na venda de valores imobilizados	278	342
Outras perdas em valores imobilizados	296	34
Multas e outras penalidades legais	118	60
Prejuízos por roubo, extravio e falsificação de valores	151	119
Indemnizações por incumprimento de contratos	5	41
Perdas relativas a exercícios anteriores	69 940	15 767
Outras perdas extraordinárias	8 672	12 408
	<b>79 460</b>	<b>28 771</b>

Em 31 de Dezembro de 2001, as rubricas OUTROS GANHOS RELATIVOS A EXERCÍCIOS ANTERIORES E PERDAS RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES incluem 64 024 m. euros e 64 479 m. euros, respectivamente, relativos à reavaliação das componentes de operações Capital Seguro.

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, a rubrica PERDAS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS inclui 4 569 m. euros e 8 925 m. euros de custos relativos à cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência (nota 4.20). Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, a rubrica OUTRAS PERDAS EXTRAORDINÁRIAS inclui ainda 4 456 m. euros e 4 584 m. euros, respectivamente, relativos a outros custos com reformas antecipadas realizadas em 2001 e em 2000.

#### 4.35. Impostos sobre os lucros

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre os lucros e o lucro do exercício antes daquela dotação, foi a seguinte:

	2001	2000
Impostos sobre os lucros	59 630	31 424
Lucro do exercício antes de impostos <sup>1</sup>	195 679	194 132
Carga fiscal	30.5%	16.2%

1) Considera o lucro antes de impostos adicionado dos interesses minoritários e deduzido dos resultados de filiais excluídas da consolidação.

O aumento do montante dos impostos sobre lucros em 2001 reflecte:

- a utilização da totalidade do reporte fiscal do Banco BPI antes de ser atingido o limite de 25% do lucro tributável (em 2000, o Banco BPI utilizou reporte fiscal correspondente a 25% do lucro tributável daquele exercício);
- a parcela do lucro de 2000 correspondente à mais-valia realizada na venda de acções Cimpor, no montante de 34 409 m. euros, cuja tributação se encontra suspensa nos termos da legislação fiscal aplicável dada a intenção de reinvestimento dos valores de realização de participações financeiras;
- a tributação, em 2001, de 50% do montante da variação positiva das provisões para riscos gerais de crédito verificada no exercício.

Nos exercícios de 2001 e 2000, os lucros gerados pelas Sucursais Financeiras Exteriores do Grupo e isentos de tributação foram:

	2001	2000
Sucursal Financeira Exterior do BPI Investimentos	15 338	14 634
Sucursal Financeira Exterior do Banco BPI	16 407	17 590

Em 31 de Dezembro de 2001, os prejuízos fiscais reportáveis do BPI SGPS eram de 33 055 m. euros.

#### 4.36. Lucro consolidado

A formação do lucro consolidado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000 foi a seguinte:

	2001	2000
Resultado contabilístico (não consolidado) do BPI SGPS	44 297	63 711
Resultado contabilístico (não consolidado) do BPI Investimentos	(2 008)	16 786
Resultado contabilístico (não consolidado) do Banco BPI	107 755	60 675
Resultado contabilístico (não consolidado) do Banco de Fomento S.A.R.L.	2 855	685
Resultado contabilístico (não consolidado) do Banc Post	1 208	
Contribuição das filiais e associadas do BPI SGPS (excluindo os Bancos) para o lucro consolidado	2 344	221 226
Resultados gerados pela recuperação de ajustamentos considerados no goodwill pago na aquisição do BFE, associados a:		
– mais-valias potenciais na carteira de títulos	(293)	(199)
– provisões diversas	925	554
Reversão dos custos com a amortização de contribuições para fundos de pensões resultantes de reformas antecipadas ocorridas no Banco BPI	14 696	4 799
Resultados gerados pela recuperação de ajustamentos considerados no goodwill pago na aquisição do Universo Banco Directo	33	1 419
Anulação de dividendos	(55 700)	(77 961)
Reconhecimento e anulação de mais e menos-valias geradas entre empresas do Grupo	44 088	(132 140)
Outros ajustamentos de consolidação	(26 917)	(7 200)
	<b>133 283</b>	<b>152 355</b>

Nos exercícios de 2001 e 2000, a contribuição do BPI SGPS e das empresas suas filiais e associadas para o resultado consolidado é a seguinte:

	2001		2000	
	Montante	%	Montante	%
<b>Holding</b>				
BPI – SGPS, S.A. <sup>1</sup>	(5 549)	(4.2)	(7 841)	(5.1)
<b>Bancos</b>				
Banco Português de Investimento, S.A. <sup>1</sup>	(4 972)	(3.7)	12 474	8.2
Banco BPI, S.A. <sup>1</sup>	122 450	91.9	63 198	41.5
Banco de Fomento, S.A.R.L. <sup>1</sup>	510	0.4	(701)	(0.5)
Banco Post, S.A. <sup>1</sup>	3 348	2.5		
<b>Crédito especializado</b>				
BPI Leasing – Sociedade de Locação Financeira, S.A.	6 794	5.1	4 282	2.8
BPI Factor – Sociedade Portuguesa de Factoring, S.A.	1 894	1.4	744	0.5
BPI Locação de Equipamentos, Lda.	(18)		(200)	(0.1)
BPI Rent – Comércio e Aluguer de Bens, Lda.	909	0.7	(1 700)	(1.1)
Eurolocação – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamentos, S.A.	12		137	(0.1)
<b>Gestão de activos e corretagem</b>				
BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.	1 529	1.1	5 850	3.9
BPI Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem (Moçambique), S.A.R.L. <sup>1</sup>	(29)		(17)	
BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.	12 380	9.3	11 061	7.3
BPI – Global Investment Fund Management Company, S.A.	1 239	0.9	1 661	1.1
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 358	1.8	1 795	1.2
Sofinac – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	116	0.1	202	0.1
<b>Capital de risco / desenvolvimento</b>				
BPI Participações, SGPS, S.A. <sup>1</sup>	1 360	1.0	(1 272)	(0.8)
BPI Private Equity, SGPS, S.A. <sup>1</sup>	2 717	2.0	50 689	33.3
BPI Ventures SGPS, S.A. <sup>1</sup>	(23 200)	(17.4)	2 725	1.8
Dixit – Investimentos Estratégicos SGPS, S.A. <sup>2</sup>	(178)	(0.1)	(3 298)	(2.2)
F. Turismo – Capital de Risco, S.A.	29		47	
Inter-Risco – Sociedade de Capital de Risco, S.A. <sup>1</sup>	(1 655)	(1.2)	1 572	1.0
Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A.	(1)			
<b>Seguros</b>				
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	1 502	1.1	3 130	2.1
Cosec – Companhia de Seguros de Crédito, S.A.	1 035	0.8	1 260	0.8
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	2 536	1.9	3 153	2.1
<b>Outros</b>				
BFE Investimentos – Sociedade de Investimentos, S.A.	474	0.4	481	0.3
BPI, Inc.	17		(7)	
BPI Capital, SGPS, S.A.	533	0.4	448	0.3
CredUnivero – Serviços de Marketing, S.A.	116	0.1	40	
Douro SGPS, S.A. <sup>1</sup>	1 797	1.3		
Finangeste – Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	422	0.3	419	0.3
Luságua Gestão de Águas, S.A.			(445)	(0.3)
Promática – Sociedade de Informação e Organização de Empresas, S.A.	216	0.2	304	0.2
Simofer – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Construção Civil, Lda.	(218)	(0.2)		
Digitmarket – Serviços de Informação, S.A.	(1 233)	(0.9)		
Víacer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.	4 043	3.0	2 164	1.4
	<b>133 283</b>	<b>100.0</b>	<b>152 355</b>	<b>100.0</b>

1) Lucro ajustado.

2) A Dixit – Investimentos Estratégicos, SGPS, S.A. resultou da transformação, em Novembro de 2000, da BPI Sfac – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A.

#### 4.37. Efectivos

Em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, o número de efectivos<sup>1</sup>, por grandes categorias, era o seguinte:

	2001	2000
Administradores	18	18
Quadros superiores	571	537
Outros Quadros	3 293	3 272
Outros Colaboradores	4 053	4 362
	<b>7 935</b>	<b>8 189</b>

1) Efectivos das empresas do Grupo consolidadas pelo método da integração global.  
Inclui os efectivos ao serviço das Sucursais do Banco BPI no exterior.

No exercício de 2001, o número médio de efectivos do Grupo BPI foi de 8 131.

#### 4.38. Crédito aos membros do Conselho de Administração do BPI SGPS

De acordo com a política definida, os membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração do BPI SGPS beneficiam do Regime de Concessão de Crédito Bonificado à Habitação em vigor nos Bancos para todos os seus Colaboradores. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2001, o saldo global do crédito hipotecário concedido aos elementos da Comissão Executiva do Conselho de Administração por Bancos do Grupo com vista à aquisição de habitação própria ascendia a 978 m. euros.

#### 4.39. Eventos subsequentes

No prosseguimento do processo de reorganização interna, iniciado no final do ano 2000, o Grupo BPI pretende realizar, no exercício de 2002, um conjunto de alterações da sua estrutura societária e operativa com os objectivos de concentrar no BPI SGPS a totalidade do capital social do Banco BPI, de restringir a actividade do BPI Investimentos à actividade própria de banca de investimento e de concentrar no Banco BPI e no BPI Investimentos actividades afins por incorporação de sociedades instrumentais.

O Grupo BPI decidiu implementar um sistema de remuneração e incentivo em acções contemplando duas modalidades – atribuição de acções e opções sobre acções. O programa abrange os Administradores Executivos e todos os Colaboradores do Grupo, cuja remuneração variável seja igual ou superior a 2 500 euros, associando, dessa forma, uma parte das remunerações variáveis à valorização das acções do BPI SGPS. O programa aplica-se já ao processo de atribuição de remuneração variável relativa ao exercício de 2001 e o seu custo foi já registado no referido exercício (nota 4.18). O total de acções ou opções a atribuir em cada ano não excederá 1% do capital social do BPI SGPS à data da atribuição e o total de acções objecto de opções em vigor, vencidas ou não, não poderá exceder, em momento algum, 5% do capital social do BPI SGPS.

# Certificação legal das contas e relatório de auditoria

## MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Inscrição n.º 95  
Registo na CMVM n.º 223  
NIPC 502 558 610

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de euros – m. euros)

#### Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre o relatório de gestão do exercício de 2001 e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do BPI – SGPS, S.A. (Sociedade), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001 que evidencia um total de 24 792 945 m. euros e capitais próprios de 908 687 m. euros, incluindo um resultado líquido de 133 283 m. euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data e as correspondentes notas.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a verificação das operações de consolidação, da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação; a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e a verificação, para os aspectos materialmente relevantes, de que a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Sede em Lisboa:  
Escritório no Porto:

Amoreiras – Torre 1 – 7.º – 1070-101 Lisboa  
Av. da Boavista, 3523 – 1.º – 4100-139 Porto

Telefone 21 387 00 15  
Telefone 22 610 11 79



**Opinião**

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do BPI – SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2001, os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, os quais, excepto conforme indicado no parágrafo 6 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Ênfase**

6. A entrada em vigor do Aviso n.º 12 / 2001, de 23 de Novembro, do Banco de Portugal, introduziu alterações na metodologia de cálculo e registo contabilístico das responsabilidades com pensões de reforma. Em 31 de Dezembro de 2001, as diferenças mais significativas face às políticas previstas no regime em vigor no exercício anterior, referem-se ao registo dos desvios negativos de natureza actuarial e financeira e à não consideração de decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades por serviços passados dos Colaboradores no activo. Os referidos desvios, no montante de 72 449 m. euros, encontram-se reflectidos em "Contas de regularização – activo" e o aumento de responsabilidades relacionado com a não consideração de decrementos por invalidez, no montante de 90 077 m. euros, foi registado em "Rubricas extrapatrimoniais" e será amortizado num período aproximado de vinte anos, com início em 2002 (notas 2.12, 4.13, 4.20 e 4.28).

No primeiro semestre de 2001, após obtida autorização do Banco de Portugal, a Sociedade amortizou por contrapartida de reservas as despesas com custo diferido relativas à cobertura do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas não relevadas como custo em 31 de Dezembro de 2000, bem como o acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas no primeiro semestre de 2001 (notas 2 e 4.20). Face a este registo, durante o exercício de 2001 a Sociedade não procedeu a qualquer amortização por resultados dos custos com as reformas antecipadas do primeiro semestre de 2001 e de exercícios anteriores. Este procedimento implicou uma redução do activo e das reservas no montante de 80 402 m. euros.

Porto, 28 de Fevereiro de 2002



Magalhães, Neves e Associados – SROC  
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

# Relatório dos Auditores



Aos Exmos. Senhores Accionistas do  
BPI – SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de euros – m. euros)

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do BPI – SGPS, S.A. (Sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2001, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data e as correspondentes notas. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião, baseada na nossa auditoria, sobre estas demonstrações financeiras.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. Entendemos que a nossa auditoria proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2000 são apresentadas pela Sociedade de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós auditadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa no nosso relatório datado de 28 de Fevereiro de 2001, foi emitida sem reservas.
4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do BPI – SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2001, bem como os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, os quais, excepto conforme indicado no parágrafo 5 abaixo, foram aplicados de forma consistente face ao exercício anterior.
5. A entrada em vigor do Aviso n.º 12 / 2001, de 23 de Novembro, do Banco de Portugal, introduziu alterações na metodologia de cálculo e registo contabilístico das responsabilidades com pensões de reforma. Em 31 de Dezembro de 2001, as diferenças mais significativas face às políticas previstas no regime em vigor no exercício anterior, referem-se ao registo dos desvios negativos de natureza actuarial e financeira e à não consideração de decrementos por invalidez no cálculo das responsabilidades por serviços passados dos Colaboradores no activo. Os referidos desvios, no montante de 72 449 m. euros, encontram-se reflectidos em "Contas de regularização – activo" e o aumento de responsabilidades relacionado com a não consideração de decrementos por invalidez, no montante de 90 077 m. euros, foi registado em "Rubricas extrapatrimoniais" e será amortizado num período aproximado de vinte anos, com início em 2002 (notas 2.12, 4.13, 4.20 e 4.28).

No primeiro semestre de 2001, após obtida autorização do Banco de Portugal, a Sociedade amortizou por contrapartida de reservas as despesas com custo diferido relativas à cobertura do acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas não relevadas como custo em 31 de Dezembro de 2000, bem como o acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas realizadas no primeiro semestre de 2001 (notas 2 e 4.20). Face a este registo, durante o exercício de 2001 a Sociedade não procedeu a qualquer amortização por resultados dos custos com as reformas antecipadas do primeiro semestre de 2001 e de exercícios anteriores. Este procedimento implicou uma redução do activo e das reservas no montante de 80 402 m. euros.

Porto, 28 de Fevereiro de 2002

Andersen

# Relatório e parecer do Conselho Fiscal

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Accionistas do  
BPI – SGPS, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos consolidados de prestação de contas do BPI – SGPS, S.A. (Sociedade) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

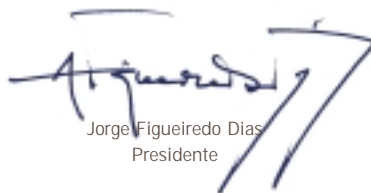
Ao longo do exercício de 2001 acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Sociedade e das principais empresas participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração, dos diversos serviços da Sociedade e dos órgãos sociais e serviços das principais empresas participadas, as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2001, as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa e as respectivas notas anexas, bem como o Relatório de Gestão, preparado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, analisámos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas vogal deste Conselho, o qual mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerado o assunto descrito no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

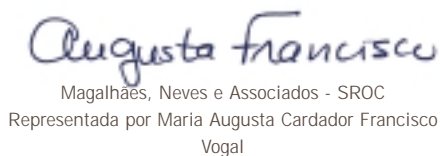
Porto, 28 de Fevereiro de 2002



Jorge Figueiredo Dias  
Presidente



José Ferreira Amorim  
Vogal



Magalhães, Neves e Associados - SROC  
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco  
Vogal





Anexos

# Informação sobre participações no capital

Membros do Conselho de Administração	Acções			
	Detidas em 31-12-00	Adquiridas	Subscritas	Vendidas
				Total em 31-12-01
Artur Santos Silva	569 750			569 750
Carlos da Câmara Pestana	286 948	3 052		290 000
Fernando Ulrich	264 325			264 325
Ruy de Carvalho	119 905			119 905
Alfredo Rezende de Almeida	1 504 307	5 693		1 510 000
António Seruca Salgado	4 147			4 147
António Domingues	4 306			4 306
Armando Leite de Pinho	4 969 743			4 969 743
Fernando Ramirez	4 148			4 148
Isidro Fainé Casas	0			0
João Sanguinetti Talone	10 173			10 173
José Pena do Amaral	34 101			34 101
Klaus Dührkop	0			0
Manuel de Oliveira Violas	26 772			26 772
Diethart Breipohl	4 148			4 148
Roberto Egydio Setúbal	0			0
Tomaz Jervell	7 256			7 256
Maria Celeste Hagatong	59 340			59 340
Manuel Ferreira da Silva	9 773	2 227		12 000

Observação: os preços indicados são sempre unitários.

**ARTUR SANTOS SILVA** – Não teve movimentos.

**CARLOS DA CÂMARA PESTANA** – Adquiriu, em 12 de Junho de 2001, 2 000 acções ao preço de €2.99 e 1 052 acções ao preço de €3.00.

A IPI – Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS, LDA., de que é membro do Conselho de Gerência, tinha em carteira, em 31 de Dezembro de 2001, 96 843 750 acções do BPI – SGPS, S.A.

**FERNANDO ULRICH** – Não teve movimentos.

**RUY DE CARVALHO** – Não teve movimentos.

**ALFREDO REZENDE DE ALMEIDA** – Adquiriu, em 20 de Março, 693 acções ao preço de €3.39 e, em 22 de Agosto de 2000, 5 000 acções ao preço de €2.49.

A ArcoTêxteis – Empresa Industrial de Santo Tirso, S.A. de que é Presidente do Conselho de Administração, vendeu: em 20 de Junho, 50 000 acções ao preço de €2.82; em 21 de Junho, 23 380 acções ao preço de €2.82; em 27 de Junho, 50 000 acções ao preço de €2.77; em 28 de Junho, 36 777 acções ao preço de €2.85 e 1 470 000 acções ao preço de €2.8, em 29 de Junho, 13 223 acções ao preço de €2.85, em 10 de Julho, 50 000 acções ao preço de €2.75, em 18 de Julho, 72 020 acções ao preço de €2.75 e em 19 de Julho, 27 980 acções ao preço de €2.76. A ArcoTêxteis transferiu, ao valor unitário de €2.80, para a ArcoFio Fiação e para a ArcoTinto Tinturaria, empresas detidas em 97.12% pela ArcoTêxteis, respectivamente, 690 000 acções e 780 000 acções, que estas sociedades ainda detinham em 31 de Dezembro de 2001. A ArcoTêxteis, por seu lado, era titular de 2 206 620 acções do BPI – SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2001.

**ANTÓNIO SERUCA SALGADO** – Não teve movimentos.

**ANTÓNIO DOMINGUES** – Não teve movimentos.

**ARMANDO LEITE DE PINHO** – Não teve movimentos.

A Arsopi – Indústrias Metalúrgicas Arlindo S. Pinho, de que é Presidente do Conselho de Administração detinha em carteira, em 31 de Dezembro de 2001, 1 899 593 acções do BPI – SGPS, S.A.

**FERNANDO RAMIREZ** – Não teve movimentos.

A Corporació de Participacions Estrangeres de cujo Conselho de Administração faz parte detinha, em 31 de Dezembro de 2001, 80 549 735 acções do BPI – SGPS, S.A.

**ISIDRO FAINÉ CASAS** – Não detém quaisquer títulos.

A Caixa Holding, S.A. de cujo Conselho de Administração faz parte, adquiriu: em 02 de Janeiro, 65 000 acções ao preço de €3.36; em 03 de Janeiro, 55 000 acções ao preço de €3.39; em 04 de Janeiro, 100 000 acções ao preço de €3.56; em 05 de Janeiro, 95 000 acções ao preço de €3.36; em 08 de Janeiro, 50 000 acções ao preço de €3.56; em 09 de Janeiro, 113 887 acções ao preço de €3.56; em 10 de Janeiro, 50 000 acções ao preço de €3.57; em 11 de Janeiro, 67 113 acções ao preço de €3.57; em 12 de Janeiro, 325 000 acções ao preço de €3.60; em 15 de Janeiro, 70 000 acções ao preço de €3.67; em 16 de Janeiro, 80 000 acções ao preço de €3.67; em 17 de Janeiro, 85 000 acções ao preço de €3.73; em 18 de Janeiro, 220 000 acções ao preço de €3.70; em 19 de Janeiro, 100 000 acções ao preço de €3.71; em 22 de Janeiro, 40 000 acções ao preço de €3.76; em 23 de Janeiro, 100 000 acções ao preço de €3.75; em 24 de Janeiro, 84 000 acções ao preço de €3.83. Em 31 de Dezembro de 2001, esta sociedade detinha em carteira 16 256 958 acções do BPI – SGPS, S.A.

**JOÃO SANGUINETTI TALONE** – Não teve movimentos.

**JOSÉ PENA DO AMARAL** – Não teve movimentos.

KLAUS DUHRKOP – Não detém quaisquer títulos.

MANUEL DE OLIVEIRA VIOLAS – Não teve movimentos.

A Violas SGPS, de cujo Conselho de Administração faz parte, detinha em carteira, em 31 de Dezembro de 2000, 18 373 711 acções do BPI – SGPS, S.A. e não 18 438 939 como foi indicado no Relatório e Contas do ano anterior. Esta sociedade não teve movimentos durante o ano de 2001, detendo em carteira, em 31 de Dezembro de 2001, 18 373 711 acções do BPI – SGPS, S.A.

DIETHART BREIPOHL – Não teve movimentos.

A RAS International N.V., que o indicou para o Conselho de Administração do BPI – SGPS, S.A., detinha em carteira, em 31 de Dezembro de 2001, 56 788 864 acções do BPI – SGPS, S.A.

ROBERTO SETÚBAL – Não detém quaisquer títulos.

TOMAZ JERVELL – Não teve movimentos.

A Norsócia SGPS, S.A. de cujo Conselho de Administração faz parte detinha, em 31 de Dezembro de 2001, 6 018 395 acções do BPI – SGPS, S.A. A Auto Maquinaria Tea Aloya, S.L. de cujo Conselho de Administração faz parte detinha, na mesma data, 6 037 256 acções do BPI – SGPS, S.A.

MARIA CELESTE HAGATONG – Não teve movimentos.

MANUEL FERREIRA DA SILVA – Adquiriu, em 14 de Setembro de 2001, 2 227 acções ao preço de €2.04. Maria do Carmo Oliveira, cônjuge, detinha em 31 de Dezembro de 2000, 9 973 acções e adquiriu, em 14 de Setembro de 2001, 227 acções ao preço de €2.04. Em 31 de Dezembro de 2001, detinha 10 000 acções.

Membros do Conselho Fiscal	Acções			
	Detidas em 31-12-00	Adquiridas	Vendidas	Total em 31-12-01
Jorge de Figueiredo Dias	0	0	0	0
José Ferreira Amorim	3 268 871	504 846		3 773 717
Revisores Oficiais de Contas: Magalhães, Neves & Associados	0	0	0	0

Observação: os preços indicados são sempre unitários.

JORGE DE FIGUEIREDO DIAS – Não detém quaisquer títulos.

JOSÉ FERREIRA AMORIM – Adquiriu: em 12 de Março, 10 000 acções ao preço de €3.53; em 13 de Março, 10 000 acções ao preço de €3.53, em 14 de Março, 5 000 acções ao preço de €3.52, 5 000 acções ao preço de €3.51 e 50 000 acções ao preço de €3.50; em 16 de Março, 50 000 acções ao preço de €3.45; em 19 de Março, 10 000 acções ao preço de €3.33; em 20 de Março, 20 000 acções ao preço de €3.34; em 21 de Março, 50 000 acções ao preço de €3.30; em 4 de Abril, 10 000 acções ao preço de €3.10, 7 500 acções ao preço de €3.11 e 5 000 acções ao preço de €3.12; em 09 de Abril, 7 500 acções ao preço de €3.13 e 10 000 acções ao preço de €3.11; em 24 de Abril, 14 604 acções ao preço de €3.06; em 26 de Abril, 25 000 acções ao preço de €3.06; em 08 de Junho, 20 000 acções ao preço de €3.10, 10 000 acções ao preço de €3.11 e 5 000 acções ao preço de €3.13; em 15 de Junho, 4 052 acções ao preço de €2.97; em 18 de Junho, 10 000 acções ao preço de €2.95; e 20 000 acções ao preço de €2.90; em 19 de Junho, 136 190 acções ao preço de €2.82 e em 10 de Setembro, 10 000 acções ao preço de €2.25.

MAGALHÃES NEVES & ASSOCIADOS – Não detém quaisquer títulos.

# Relatório sobre o Governo do Grupo BPI

## ÍNDICE

### 1. ESTRUTURA, REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO DOS PRINCIPAIS ÓRGÃOS DE GESTÃO E CONTROLO DO GRUPO BPI

- 1.1. Estrutura principal do governo e fiscalização do Grupo
- 1.2. Assembleia Geral e principais órgãos de gestão e fiscalização do Grupo
  - 1.2.1. Assembleia Geral
  - 1.2.2. Conselho de Administração
  - 1.2.3. Comissão Executiva
  - 1.2.4. Comité de Controlo Interno
  - 1.2.5. Conselho Fiscal
  - 1.2.6. Comissão de Remunerações
  - 1.2.7. Comissão Executiva da Banca Comercial
  - 1.2.8. Administração do Banco Português de Investimento

### 2. REMUNERAÇÃO

- 2.1. Remuneração dos membros do Conselho de Administração do BPI SGPS, do Banco BPI e do Banco Português de Investimento
- 2.2. Programa de remuneração variável em acções (RVA)

### 3. CONTROLO ACCIONISTA E TRANSMISSIBILIDADE DAS ACÇÕES

- 3.1. Controlo accionista
- 3.2. Acordos parassociais relativos ao exercício de direitos sociais ou relativos à transmissibilidade de acções

### 4. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

- 4.1. Promoção do exercício do direito de voto
- 4.2. Direito de voto
- 4.3. Procedimentos relativos à representação
- 4.4. Procedimentos relativos ao voto por correspondência
- 4.5. Voto por correspondência electrónica

### 5. INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

- 5.1. Exercício diligente, eficiente e crítico dos direitos sociais

### 6. ÉTICA E DEONTOLOGIA

- 6.1. Salvaguarda de situações de conflito de interesses, violação do sigilo profissional e respeito por normas de natureza ética e deontológica

### 7. COMUNICAÇÃO COM O MERCADO

- 7.1. Direcção de Relações com os Investidores
- 7.2. Representante para as relações com o mercado
- 7.3. Utilização das novas tecnologias de informação na divulgação de informação financeira e dos documentos preparatórios das reuniões da Assembleia Geral

### 8. EVOLUÇÃO EM BOLSA DA ACÇÃO BPI SGPS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

- 8.1. Evolução em bolsa da acção BPI SGPS
- 8.2. Política de dividendos

Pontos no Relatório sobre o Governo do Grupo BPI e capítulos do Relatório de Gestão onde é possível encontrar informação correspondente ao esquema de Relatório constante no Regulamento da CMVM N.º 07 / 2001 – Governo das Sociedades Cotadas, e no documento «Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas – Dezembro 2001»

	Pontos no Relatório sobre o Governo do Grupo BPI	Capítulo do Relatório de Gestão
I – Divulgação de Informação	1.1, 1.2, 2.2, 7.1, 7.2, 7.3, 8.1 e 8.2	«Acções BPI SGPS»
II – Exercício do direito de voto e de representação de accionistas	4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5	
III – Regras societárias	1.2.3, 1.2.4, 3.1, 3.2 e 6.1	«Análise e gestão de riscos»
IV – Órgão de Administração	1.2.2, 1.2.3, 1.2.4, 1.2.7, 1.2.8, 2.1, 2.2 e Apêndice	
V – Investidores Institucionais	5.1	



## RELATÓRIO

### 1. ESTRUTURA, REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO DOS PRINCIPAIS ÓRGÃOS DE GESTÃO E DE CONTROLO DO GRUPO BPI

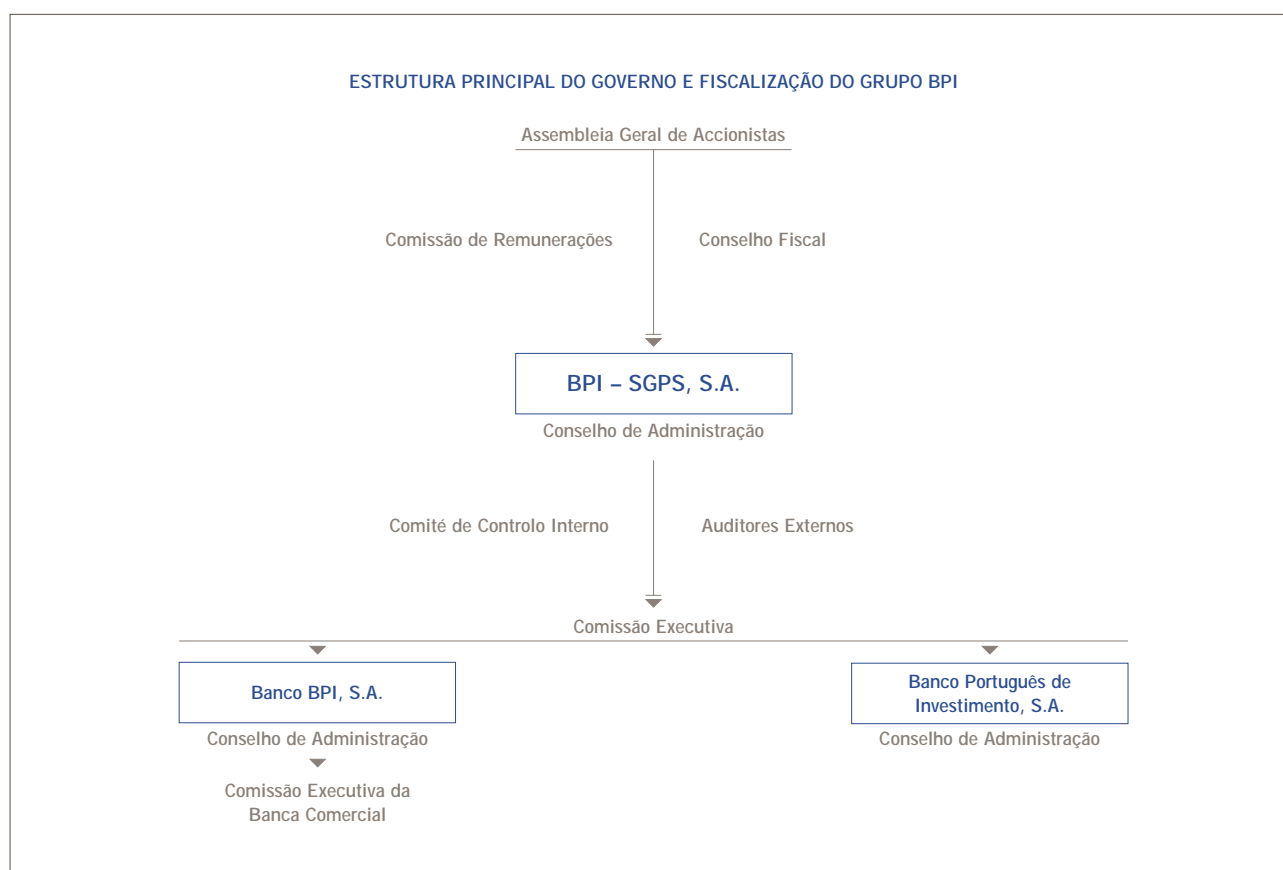
#### 1.1. Estrutura principal do governo e fiscalização do Grupo

As grandes linhas estratégicas do Grupo BPI são definidas pelo Conselho de Administração do BPI – SGPS, S.A. Essas orientações, periodicamente validadas em Assembleia Geral de Accionistas, são depois concretizadas pela Comissão Executiva do Conselho de Administração do BPI – SGPS, S.A.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração do BPI SGPS, cujo primeiro responsável é o Presidente do Conselho de Administração, é o órgão responsável pela gestão global da actividade do Grupo e tem por principais áreas de intervenção a decisão sobre os riscos financeiros e de crédito e o respectivo controlo, a decisão sobre as participações de capital (incluindo as de *Private Equity*) e o respectivo acompanhamento, sobre a política de recursos humanos e sobre a alocação de capital e a avaliação das principais áreas de negócio do Grupo.

Ainda no âmbito do Conselho de Administração, foi decidido criar, em 1999, o Comité de Controlo Interno. Este órgão, que actualmente integra quatro administradores não executivos, tem por principais atribuições a supervisão das auditorias internas e externas, o bom cumprimento das obrigações legais e regulamentares e o efectivo cumprimento dos objectivos do sistema de controlo interno, implementados nos Bancos do Grupo.

Importa ainda referir os papéis do Conselho Fiscal, ao qual cumpre fiscalizar a actividade da Sociedade, velando pela observância da lei e dos estatutos, da Comissão de Remunerações, na fixação da remuneração dos titulares dos órgãos sociais do BPI SGPS e, por último, do Secretário do BPI SGPS, enquanto responsável pelas relações do BPI com o mercado.



## 1.2. Assembleia geral e principais órgãos de gestão e de fiscalização do Grupo

### 1.2.1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral (AG) do BPI SGPS é o órgão social que reúne todos os Accionistas com direito a voto, ou seja, todos os titulares de, pelo menos, mil acções do BPI SGPS. Os accionistas que não possuam essa quantidade de acções, podem agrupar-se por forma a perfazê-la, e adquirir assim direito de voto. Os accionistas dispõem de três formas de participação na AG: presencial, mediante representação (por outros accionistas ou terceiros), ou por correspondência.

Por disposição estatutária, não são considerados os votos emitidos por um só accionista, em nome próprio ou como representante de outro ou de outros, que excedam doze e meio por cento da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Cabe à Assembleia Geral:

- apreciar a gestão e fiscalização da Sociedade;
- eleger os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Comissão de Remunerações;
- apreciar o relatório do Conselho de Administração, discutir e votar o balanço e contas consolidadas e individuais, assim como o parecer do Conselho Fiscal;
- deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício, aumentos de capital e emissão de obrigações ou de outros valores mobiliários;
- deliberar sobre alterações aos estatutos e remunerações dos órgãos sociais.

Em 2001, a Assembleia Geral reuniu por duas vezes:

a) em 29 de Março, a AG aprovou, com 99.99% de votos a favor e uma abstenção (três votos), as propostas apresentadas relativamente ao Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2000 e à aplicação de resultados e com 99.98% de votos a favor, uma abstenção e um voto contra, a proposta relativa à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade.

b) em 26 de Junho, a AG aprovou, por unanimidade o projecto de fusão por incorporação no BPI – SGPS, S.A. das sociedades BPI Private Equity, SGPS, S.A., BPI Participações, SGPS, S.A. e BPI Capital, SGPS, S.A. Foi ainda aprovada, com 99.99% de votos a favor e com uma abstenção (equivalente a três votos) uma proposta de ratificação da cooptação feita para preenchimento de uma vaga ocorrida no Conselho de Administração, em virtude do facto do Dr. Jorge Holtreman Roquette ter completado no ano de 2000, 62 anos de idade, motivo pelo qual, por força estatutária, cessou funções como membro da Comissão Executiva do BPI SGPS, sendo substituído nessas funções pelo Dr. Manuel Ferreira da Silva.

### 1.2.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA) do BPI SGPS é o órgão social ao qual cabe assegurar a gestão dos negócios da Sociedade, designadamente através da coordenação, articulação e acompanhamento da actividade das empresas directa ou indirectamente controladas ou em que o Grupo detém participação significativa.

O Conselho é composto por dezanove membros. Destes, doze são administradores não executivos, dos quais dez representam accionistas que detêm 48.3% do capital do BPI SGPS e dois são independentes (ou seja, não representam directa ou indirectamente accionistas de mais expressiva representação). Por último, sete são administradores executivos independentes constituindo a Comissão Executiva.

O Conselho de Administração só pode deliberar estando presente ou representada a maioria dos seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria absoluta de votos e tendo o Presidente voto de qualidade. Qualquer membro do Conselho de Administração pode fazer-se representar por outro membro do Conselho de Administração, mas nenhum poderá representar, em cada reunião, mais de um membro.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos por períodos de três anos, sendo sempre possível a sua reeleição.

## Estrutura do órgão de administração do BPI – SGPS

	BPI SGPS				Banco BPI	BPI Investimentos
	Conselho de Administração			Comité de Controlo Interno	Administradores	Administradores
	Membros da Comissão Executiva (independentes)	Administradores não executivos	Administradores não executivos independentes			
<i>Presidente</i>					Presidente	Presidente
Artur Santos Silva	●				●	●
<i>Vice-Presidentes</i>						
Carlos da Câmara Pestana		○		○		
Fernando Ulrich	●				Vice-Presidente	Vice-Presidente
					●	●
Rui Octávio Matos de Carvalho			○	Presidente		
				○		
<i>Vogais</i>						
Alfredo Resende de Almeida		○		○		
António Cândido Seruca Salgado	●				●	
António Domingues	●				●	
Armando Leite de Pinho		○				
Fernando Ramirez <sup>1</sup>		○		○		
Isidro Fainé Casas		○				
João Sanguinetti Talone			○			
José Pena do Amaral	●				●	
Klaus Dührkop		○				
Manuel de Oliveira Violas		○				
Diethart Breipohl <sup>2</sup>		○				
Roberto Egydeo Setúbal		○				
Tomás Jervell		○				
Maria Celeste Hagatong	●				●	●
Manuel Ferreira da Silva	●					●

1) Em representação da Corporació de Participacions Estrangeres, S.L.

2) Em representação da Riunione Adriatica di Sicurtà.

Na prossecução dos interesses gerais do Grupo BPI, compete ao Conselho de Administração do BPI SGPS:

- aprovar o plano e orçamento do Grupo BPI, acompanhando, no essencial, a sua execução;
- preparar os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados a apresentar à Assembleia Geral;
- propor à Assembleia Geral eventuais alterações aos estatutos, a realização de aumentos de capital e a emissões de obrigações que não seja da sua competência;
- deliberar a emissão de obrigações, quando para tal for competente;
- aprovar o código de conduta das sociedades que domina totalmente;
- regular a actividade da Comissão Executiva.

No que se refere à gestão dos negócios sociais da *holding* do Grupo BPI, são conferidos ao Conselho de Administração amplos poderes, como sejam:

- representar a Sociedade em juízo ou fora dele;
- adquirir, alienar ou onerar quaisquer bens ou direitos;
- designar as pessoas que deverão exercer os cargos sociais para que a Sociedade venha a ser eleita;
- dar instruções vinculativas às sociedades que estiverem sob domínio total do BPI SGPS.

A relação dos cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração do BPI – SGPS, S.A. em empresas do Grupo BPI ou em outras sociedades é apresentada em apêndice no final deste relatório.

Durante o exercício de 2001, o Conselho de Administração do BPI SGPS reuniu cinco vezes.

### 1.2.3. Comissão Executiva

A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão global da actividade do Grupo, tendo como funções mais relevantes a alocação de capital, a avaliação da rentabilidade dos principais negócios do Grupo, a gestão dos riscos financeiros, a decisão e acompanhamento dos riscos de crédito (quando a exposição é superior a 25 milhões de euros), a decisão de investimento ou de desinvestimento nas participações de capital e a definição da política de recursos humanos, acompanhando a sua execução.

Todos os membros da Comissão Executiva desempenham um papel activo na gestão corrente do negócio do Grupo. Todos fazem parte, com funções executivas, dos Conselhos de Administração do Banco BPI e / ou do Banco Português de Investimento, tendo sob sua responsabilidade uma ou mais áreas específicas de negócio.

A Comissão Executiva do BPI SGPS e cada um dos seus membros, bem como os restantes membros dos Conselhos de Administração dos Bancos do Grupo, desempenham, de acordo com o seu perfil e com as suas especializações individuais, um papel especialmente activo e vigilante no acompanhamento, controlo e gestão dos riscos do Grupo – risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional. A política, os procedimentos e a repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos do Grupo nesta matéria são pormenorizadamente descritos em capítulo autónomo do relatório de gestão.

Apesar da delegação de poderes efectuada pelo Conselho de Administração à Comissão Executiva, aquele continua a manter a responsabilidade última pelas decisões estratégicas tomadas na condução do Grupo. Refira-se a este propósito, que com o objectivo de manter os administradores não-executivos permanentemente informados sobre a situação do Grupo é enviada mensalmente informação sobre a situação económico-financeira consolidada do Grupo bem como sobre a evolução das principais unidades de negócio. Esta informação contém texto justificativo das alterações mais salientes e compara a evolução no mês e acumulada com o orçamento e com o período homólogo do ano anterior. A partir de 2002 será promovido o envio regular de informação relativa às principais decisões tomadas pela Comissão Executiva. Antes de 2002 a informação mais relevante sobre as decisões tomadas pela Comissão Executiva era prestada nas reuniões trimestrais plenárias do Conselho de Administração.

A Comissão Executiva só pode deliberar estando presente a maioria dos seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria absoluta de votos e tendo o Presidente voto de qualidade. Não é admitido o voto por representação.

Os administradores que são membros da Comissão Executiva cessam funções na Comissão assim que aprovadas as contas respeitantes ao exercício em que completam 62 anos.

No exercício de 2001 a Comissão Executiva reuniu trinta e duas vezes.

### Principais áreas de responsabilidade dos membros da Comissão Executiva no Grupo BPI

	Área de responsabilidade
Artur Santos Silva	Controlo de Riscos, Auditoria, Contabilidade e Planeamento
Fernando Ulrich	Banca de Retalho, Sucursal de Paris, Gestão de Activos e Private Banking
António Cândido Seruca Salgado	Banca de Empresas, Direcção Internacional, Sucursais e participações em bancos no Estrangeiro
António Domingues	Área Financeira, Sistemas de Informação e de Telecomunicação
José Pena do Amaral	Gestão da Marca, Banca Telefónica e Automática, Cartões e Financiamento Automóvel
Maria Celeste Hagatong	Corporate Finance, Project Finance, Fusões e Aquisições e Banca Institucional
Manuel Ferreira da Silva	Accções, Private Equity, Relações com Investidores

### 1.2.4. Comité de Controlo Interno

O Comité de Controlo Interno – em funcionamento desde 1999 – tem por objectivo supervisionar a realização de auditorias internas e externas e velar pelo efectivo cumprimento dos objectivos do sistema de controlo interno. Cabe-lhe, designadamente:

– avaliar a eficiência do Grupo no uso dos seus recursos e no estabelecimento de controlos que o protejam de eventuais

perdas decorrentes de riscos de crédito, de mercado, de liquidez e do risco operacional, que as suas actividades implicam;

– assegurar a integridade, fiabilidade e actualidade da informação contabilística e financeira que alimenta os sistemas de informação de gestão;

- assegurar a conformidade das operações e dos negócios dos dois principais bancos do Grupo com os dispositivos legais e outros normativos emitidos pelas autoridades de supervisão, bem como com os regulamentos e a política do Grupo BPI;
- supervisionar a auditoria interna dos principais Bancos do Grupo e da própria *holding*, aprovando os planos de actividade dos Auditores Internos e Externos e acompanhando a respectiva execução.

Por disposição do regulamento do Conselho de Administração, o Comité de Controlo Interno só pode integrar membros sem funções executivas. A aplicação desta norma reforça a independência dos membros do Comité e assegura o cumprimento efectivo dos objectivos deste órgão.

O Comité de Controlo Interno reuniu quatro vezes ao longo de 2001.

#### 1.2.5. Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a actividade da Sociedade, observando o cumprimento rigoroso da lei e dos estatutos. Em resultado, o Conselho Fiscal elabora anualmente um relatório sobre a sua actuação e emite um parecer sobre os documentos de prestação de contas e sobre a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral.

É obrigatório que um dos membros efectivos e um dos membros suplentes do Conselho Fiscal sejam revisores oficiais de contas (ou sociedades de revisores oficiais de contas). A composição do Conselho Fiscal encontra-se descrita no Relatório de Gestão, na secção "Órgãos sociais do BPI SGPS"

O Conselho Fiscal reuniu quatro vezes ao longo de 2001.

#### 1.2.6. Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações tem por objectivo fixar a remuneração dos titulares dos órgãos sociais do BPI SGPS, definir a política de remunerações e o regime de reforma a aplicar aos membros da Comissão Executiva do BPI SGPS e dos Conselhos de Administração do Banco BPI e do Banco Português de Investimento.

A Comissão de Remunerações é composta por três accionistas eleitos trienalmente pela Assembleia Geral, os quais, por sua vez, elegem o Presidente, que dispõe de voto de qualidade. Presentemente é constituída pelos accionistas Itaúsa Portugal, Cotesi – Companhia de Têxteis Sintéticos, S.A. e Arsopi – Indústria Metalúrgicas Arlindo Soares de Pinho, S.A.

A Comissão de Remunerações reuniu duas vezes em 2001.

#### 1.2.7. Comissão Executiva da Banca Comercial

A Comissão Executiva da Banca Comercial, presidida pelo Vice-Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração do BPI SGPS, é o órgão responsável pela gestão da infra-estrutura tecnológica, das estruturas centrais de apoio às redes comerciais e da actividade relacionada com Clientes particulares, pequenos negócios e empresas (com excepção das situações referidas no parágrafo seguinte).

A Comissão reúne, em princípio, semanalmente e é composta por seis administradores do Banco BPI. Participam nas reuniões, a título permanente, os directores centrais mencionados no quadro abaixo, podendo ainda ser chamados a participar, outros responsáveis directivos para discussão de temas específicos.

#### Principais áreas de responsabilidade dos membros da Comissão Executiva da Banca Comercial

Área de responsabilidade	
<b>Administradores</b>	
Fernando Ulrich (Presidente)	Estrutura Comercial e Marketing
António Seruca Salgado	Banca de Empresas, Direcção Internacional, Sucursais e Participações em Bancos no Estrangeiro
António Domingues	Área Financeira, Sistemas de Informação e Telecomunicações
José Pena do Amaral	Banca Telefónica, Cartões e Financiamento Automóvel
António Farinha de Moraes	Rede de Particulares e Pequenos Negócios, Sucursal de Paris, Emigração
Manuel Menezes	Operações, Organização e Logística
<b>Directores Centrais</b>	
Benjamim Pinho	Riscos de Crédito
Pedro Barreto	Marketing de Particulares

### 1.2.8. Administração do Banco Português de Investimento

O Conselho de Administração do Banco Português de Investimento é responsável pela condução das actividades de Tesouraria e Obrigações, *Private Banking*, Acções, *Corporate Finance*, *Project Finance*, Banca Institucional e Gestão de Activos.

O relacionamento com grandes empresas que possam implicar actividades de *Corporate Finance*, *Project Finance*, Fusões e Aquisições, bem como Banca Institucional, são geridos por três Administradores do Banco Português de Investimento, sob coordenação da Administradora Executiva do BPI SGPS, Celeste Hagatong.

## 2. REMUNERAÇÃO

### 2.1. Remuneração dos membros dos Conselhos de

#### Administração do BPI SGPS, do Banco BPI e do Banco Português de Investimento

As remunerações dos membros do Conselho de Administração do BPI SGPS, do Banco BPI e do Banco Português de Investimento são fixadas pela Comissão de Remunerações, órgão que, conforme já referido, é composto por três accionistas do BPI SGPS, eleitos trienalmente pela Assembleia Geral.

A remuneração variável do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração do BPI SGPS, resulta da aplicação de uma fórmula que entra, essencialmente, em consideração com a evolução dos resultados consolidados obtidos e das provisões não afectas a riscos específicos.

No caso dos restantes membros da Comissão Executiva do BPI SGPS e dos membros dos Conselhos de Administração do Banco BPI e do Banco Português de Investimento, os montantes a atribuir a título de remuneração variável são definidos pela Comissão de Remunerações, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração do BPI SGPS, que tem em conta, nomeadamente, a *performance* obtida pelo Grupo e o desempenho de cada um deles.

Os montantes auferidos pelos membros do Conselho de Administração do BPI SGPS, a título de remuneração pelo exercício dos seus cargos em 2000 e estimados para 2001 foram os seguintes:

### Remuneração dos membros do Conselho de Administração do BPI SGPS<sup>1</sup>

	2000			2001		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável <sup>1</sup>	Total
Executivos <sup>2</sup>	1 041.6	3 498.0	4 539.6	1 532.1	2 529.7	4 061.8
Não executivos	484.0	0	484.0	484.0	0	484.0
<b>Total</b>	<b>1 525.6</b>	<b>3 498.0</b>	<b>5 023.6</b>	<b>2 016.1</b>	<b>2 529.7</b>	<b>4 545.8</b>

Nota: valores em milhares de euros.

1) A remuneração variável dos Administradores Executivos do BPI SGPS é deliberada pela Comissão de Remunerações em data posterior à da realização da Assembleia Geral Anual. A informação apresentada, relativamente a 2001, constitui uma estimativa baseada na dotação para remunerações variáveis existente nas contas consolidadas a 31 de Dezembro de 2001. Os valores que a Comissão de Remunerações venha a atribuir podem diferir materialmente desta estimativa.

2) Remunerações recebidas no BPI SGPS, no Banco BPI e no Banco Português de Investimento.

### 2.2. Programa de remuneração variável em acções (RVA)

#### Caracterização

Está em vigor no Grupo BPI, desde o exercício de 2001, um programa de remuneração variável em acções (RVA) que, no essencial, é um esquema remuneratório que assenta na valorização das acções do BPI SGPS.

O RVA constitui um importante instrumento de gestão na política de recursos humanos do Grupo reforçando o alinhamento dos interesses dos Colaboradores e Administradores com o interesse dos seus Accionistas.

O programa – aplicável ao processo de atribuição de remuneração variável relativa ao exercício de 2001 – abrange todos os Administradores Executivos do BPI SGPS, os Administradores do Banco BPI e do Banco Português de Investimento e todos os Colaboradores cuja remuneração variável anual seja igual ou superior a 2 500 euros.

A remuneração variável que até ao exercício de 2000 era integralmente paga em *cash* passa, a partir do exercício de 2001, a incluir uma parte em *cash* e uma parte em acções e opções. O peso da componente em acções e opções (RVA) na remuneração variável oscila entre um mínimo de 10% e um máximo de 50%, sendo a percentagem tanto maior quanto maior for o nível de responsabilidade do Colaborador ou Administrador.

O RVA contempla duas modalidades: atribuição de acções e de opções de compra sobre acções. Cada uma destas parcelas representa, tendencialmente, metade do valor global do incentivo que é atribuído do seguinte modo:

– atribuição de acções do BPI SGPS, cuja disponibilidade ocorre de forma faseada em quatro momentos: 25% ficam livres no momento da atribuição; os restantes 75% são disponibilizados

no final dos primeiro, segundo e terceiro anos a contar da data de atribuição;

- atribuição de opções de compra de acções do BPI SGPS, exercíveis entre o primeiro e o quinto ano a contar da data de atribuição.

#### Programa de Remuneração Variável em Acções 2001

O número de administradores executivos do BPI SGPS, administradores dos Bancos, quadros directivos e outros Colaboradores do Grupo BPI abrangidos pelo RVA em 2001 ascende a 2 104, o que representa 26% do quadro de efectivos do Grupo.

O montante da remuneração variável atribuído a quadros directivos e a outros Colaboradores em 2001, quer em dinheiro, quer em incentivos do RVA (acções e opções), totalizou 25.1 milhões de euros. A parte da remuneração variável dos Colaboradores atribuída através dos incentivos do RVA ascendeu a 3.5 milhões de euros, ou seja, 14% da remuneração variável total atribuída a Colaboradores.

O montante da remuneração variável atribuída aos membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração do BPI SGPS e aos restantes administradores do Banco BPI e do Banco Português de Investimento é definida pela Comissão de Remunerações, e esta, apenas delibera após a realização da Assembleia Anual de Accionistas que está agendada para o dia 3 de Abril de 2002. Assim, no momento da realização do presente relatório, não é possível determinar o número e o valor global das acções e opções atribuídas no âmbito do RVA.

	% do RVA na remuneração variável	N.º de elementos abrangidos
Presidente e Vice-Presidente da Comissão Executiva do BPI SGPS	50%	2
Outros Administradores da Comissão Executiva do BPI SGPS	40%	5
Administradores de Bancos <sup>1</sup> do Grupo	35%	11
Quadros Directivos, dos quais:		598
Directores Centrais	30%	
Directores Coordenadores	25%	
Directores	20%	
Directores Adjuntos e subdirectores	15%	
Outros Colaboradores	10%	1 488
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2 104</b>

1) Administradores do Banco BPI e do Banco Português de Investimento.

#### Programa de atribuição de acções

Data de atribuição: 21 de Março de 2002

Cotação a que as acções foram valorizadas para efeitos do cálculo do número de acções a atribuir<sup>1</sup>: €2.67

Datas de disponibilidade <sup>2</sup>	21 Março 2002	21 Março 2003	21 Março 2004	21 Março 2005
	25%	25%	25%	25%

1) Resulta da média ponderada das cotações do BPI SGPS nas últimas dez sessões de bolsa anteriores à data de atribuição dos benefícios do RVA.

2) A efectiva disponibilidade ocorre após o cumprimento dos procedimentos essenciais à contratualização da operação de atribuição.

No âmbito do programa RVA 2001 – foram atribuídas 651 112 acções a quadros directivos e outros Colaboradores do Grupo.

O número estimado de acções a atribuir a Administradores Executivos do BPI SGPS e outros Administradores do Banco BPI e do Banco Português de Investimento no âmbito do programa de 2001 ascende a cerca de 300 mil.

#### Programa de atribuição de opções

Data de atribuição: 21 de Março de 2002

N.º de acções adquiríveis por cada opção detida: 1

Preço de exercício\*: €2.67 por acção

Período de exercício: de 21/Mar/03 a 21/Mar/07

Valor de cada opção: €0.65

\* Resulta da média ponderada das cotações do BPI SGPS nas últimas dez sessões de bolsa anteriores à data de atribuição dos benefícios do RVA.

#### Programa de atribuição de opções de compra de acções – 2001<sup>1</sup>

	Comissão Executiva do BPI SGPS e Administradores dos Bancos <sup>2</sup>	Quadros Directivos e outros Colaboradores
<b>N.º de acções necessárias para fazer face ao exercício de:</b>		
Opções atribuídas (e não exercidas)	1.3 milhões	2 671 835
Opções exercíveis		
No início de 2002	-	-
No final de 2002 <sup>3</sup>	1.3 milhões	2 671 835
<b>N.º de opções que em 2002<sup>4</sup>:</b>		
Foram atribuídas	1.3 milhões	2 671 835
São exercíveis <sup>5</sup>	0	0
Foram extintas	-	-

1) Este número não poderá exceder 1% do capital social do BPI SGPS à data da atribuição dos referidos incentivos. Simultaneamente, o total de acções objecto de opções em vigor, vencidas ou não, não poderá exceder, em momento algum, 5% do capital social do BPI SGPS.

2) A atribuição de opções aos Administradores Executivos do BPI SGPS e aos restantes Administradores do Banco BPI e do Banco Português de Investimento será deliberada pela Comissão de Remunerações em data posterior à da realização da Assembleia Geral Anual. A informação apresentada constitui uma estimativa baseada na dotação para remunerações variáveis existente nas contas consolidadas do BPI SGPS, do Banco BPI e do Banco Português de Investimento a 31 de Dezembro de 2001. Os valores que a Comissão de Remunerações venha a atribuir efectivamente podem diferir materialmente desta estimativa.

3) Pressupondo que não se extinguem quaisquer opções durante 2002.

4) Em 2002, em regra, é paga a remuneração variável referente ao desempenho obtido em 2001.

5) O período de exercício das opções RVA 2001 decorre entre 21 Março de 2003 e 21 de Março de 2007.

### **Competências da Comissão Executiva para a execução / modificação do RVA**

No quadro do regulamento do programa de Remuneração Variável em Acções (RVA), as principais competências atribuídas à Comissão Executiva para a execução / modificação do programa, são as seguintes:

- fixar o número máximo de acções e opções a atribuir em cada ano, assim como os critérios (dos quais fará sempre parte o da avaliação do mérito de cada Colaborador) e as condições subjacentes à distribuição das mesmas pelos Colaboradores do Grupo;
- interpretar o regulamento do RVA e preencher eventuais lacunas;
- proceder, pontualmente, a alterações em disposições contratuais do RVA, como por exemplo, a antecipação da data de vencimento de opções ou a dispensa de verificação de condições suspensivas.

### **3. CONTROLO ACCIONISTA E TRANSMISSIBILIDADE DAS ACÇÕES**

#### **3.1. Controlo accionista**

O BPI SGPS não adoptou qualquer cláusula defensiva susceptível de impedir a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos Accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

Em 31 de Dezembro de 2001, o capital detido pelos Accionistas representados no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal era de 48.3%. A percentagem dos direitos de voto correspondente era de 43.3%. O capital do BPI SGPS era, naquela data, detido por 27 332 accionistas.

Os estatutos do BPI SGPS estipulam que não são contados os votos emitidos por um só accionista, em nome próprio e também como representante de outro ou outros, que excedam 12.5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

#### **3.2. Acordos parassociais relativos ao exercício de direitos sociais ou relativos à transmissibilidade de acções**

Não existe qualquer acordo parassocial da natureza dos mencionados no art.º 19 do Código dos Valores Mobiliários relativamente ao exercício de direitos sociais, ou à transmissibilidade das acções do BPI SGPS; não existe, nomeadamente, qualquer sindicato de voto ou acordo de defesa contra ofertas públicas de aquisição.

Em 1986 foi celebrado um acordo de preferência entre alguns dos mais significativos accionistas do BPI, o qual tem vindo a ser sucessivamente renovado por períodos de 3 anos.

Qualquer dos contraentes que pretenda transmitir a título oneroso a totalidade ou parte das acções abrangidas pelo referido acordo, obriga-se a dar preferência nessa alienação, em igualdade de condições, aos restantes contraentes.

O referido acordo é actualmente subscrito por 6 accionistas do BPI SGPS e abrangia, em 31 de Dezembro de 2001, um número de acções representativas de 42.7% do capital social do BPI SGPS.

### **4. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS**

#### **4.1. Promoção do exercício do direito de voto**

O BPI SGPS promove activamente o exercício do direito de voto através:

- de uma ampla divulgação da realização das Assembleias Gerais (por correio postal, por correio electrónico e pela Internet), dos temas a serem deliberados e das diferentes formas de exercício do voto;
- da descrição, no texto das convocatórias enviado aos accionistas, dos procedimentos a adoptar para o exercício do voto por correspondência ou por representação (regime consagrado estatutariamente).

As propostas a submeter à apreciação e deliberação em Assembleia, bem como os demais elementos de informação preparatórios das reuniões, são colocados, até 15 dias antes da realização da Assembleia, à disposição dos Accionistas, na sede do BPI SGPS (Rua Tenente Valadim, 284, Porto) e no *site* [www.bpi.pt](http://www.bpi.pt). O envio de qualquer um dos elementos supra-referidos, incluindo exemplares de boletins de votos, para o exercício do voto por correspondência, poderá igualmente ser solicitado para endereço de *e-mail* divulgado publicamente.

#### **4.2. Atribuição de direito de voto**

Terá direito de voto o Accionista que seja titular de pelo menos 1 000 acções do BPI SGPS, no 15.º dia anterior ao designado para a reunião da Assembleia Geral. O registo dessa titularidade deverá ser comprovado perante o BPI SGPS até às 18 horas do quinto dia útil anterior ao designado para a reunião. A cada 1 000 acções corresponde um voto.



#### 4.3. Procedimentos relativos à representação

O BPI segue, por sua iniciativa, a política de enviar aos Accionistas o conteúdo das propostas incluídas na agenda de trabalhos, bem como impressos próprios para a atribuição do mandato de representação, acompanhados por envelope de porte pago e pré-endereçado.

As representações são comunicadas por carta endereçada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com assinatura devidamente reconhecida (por notário, advogado ou solicitador) ou certificada pela Sociedade. Esta carta deverá dar entrada na sede do BPI SGPS até às 18 horas do 5.º dia útil anterior ao dia designado para a Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia disponibiliza-se, regra geral, para representar os Accionistas que assim o desejem, expressando de forma clara o sentido do seu voto, no caso de o representado não estipular quaisquer instruções.

#### 4.4. Procedimentos relativos ao voto por correspondência

O BPI envia, em anexo à convocatória da Assembleia Geral, boletins de voto endereçados ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, através dos quais o Accionista poderá exprimir de forma clara o sentido do seu voto. Cada boletim deverá ser assinado, e essa assinatura deverá estar devidamente reconhecida (por notário, advogado ou solicitador). Os boletins de voto devem dar entrada na sede do BPI SGPS até às 18 horas do quinto dia útil anterior ao dia designado para a Assembleia Geral.

Os votos por correspondência contam para a formação do *quorum* constitutivo da Assembleia Geral, e as respectivas declarações de voto serão abertas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a quem cabe verificar a sua autenticidade e regularidade, após contagem dos votos presenciais de cada uma das propostas. Considera-se revogado o voto por correspondência emitido no caso de presença do accionista ou do seu representante na Assembleia Geral.

#### 4.5. Voto por correspondência electrónica

O BPI entende, que no momento, presente ainda não se encontram reunidas todas as condições necessárias, que permitam garantir um elevado nível de segurança e fiabilidade operacional na recepção das declarações de voto emitidas por correspondência electrónica.

### 5. INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

#### 5.1. Exercício diligente, eficiente e crítico dos direitos sociais

As entidades do Grupo BPI que actuam no mercado como investidores institucionais – Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, Banco de Investimento e Sociedades de Capital de Desenvolvimento – estão vinculadas a regras tendentes a assegurar uma utilização diligente, eficiente e crítica dos direitos inerentes aos valores mobiliários de que são titulares ou cuja gestão lhes esteja confiada, nomeadamente a regras quanto aos direitos de informação e de voto.

### 6. ÉTICA E DEONTOLOGIA

#### 6.1. Salvaguarda de situações de conflito de interesses, violação do sigilo profissional e respeito por normas de natureza ética e deontológica

Com vista a salvaguardar o absoluto respeito por todas as normas de natureza ética e deontológica em cada sociedade do Grupo BPI, os Colaboradores, os membros dos órgãos sociais, os prestadores de serviços e os consultores externos declaram, por escrito, conhecerem e comprometerem-se a respeitar as normas incluídas nos:

- códigos de conduta das associações respectivas;
- códigos de conduta próprios, ajustados em conformidade com o tipo de actividade desenvolvida por cada um dos Bancos e empresas participadas, os quais contêm, em certos casos, regras mais restritivas do que as estabelecidas pelas directrizes emanadas pelas associações a que pertencem e pelas entidades de supervisão.

Os normativos éticos e deontológicos impostos àqueles que exercem actividades no seio do Grupo BPI pretendem acautelar, designadamente, o sigilo profissional, a defesa dos interesses dos Clientes e a não utilização de informação privilegiada em benefício próprio. Os limites à actuação são particularmente rigorosos em tudo quanto respeite à execução de operações sobre valores mobiliários por conta própria (e de familiares), especialmente no Banco de Investimento e nas sociedades directamente envolvidas neste tipo de actividade (BPI Dealer e BPI Fundos).

Os códigos de conduta em vigor no Grupo BPI estão disponíveis mediante solicitação à Direcção de Relações com Investidores.

## 7. COMUNICAÇÃO COM O MERCADO

### 7.1. Direcção de Relações com Investidores

O BPI SGPS atribui uma especial importância à manutenção de uma relação franca e transparente com analistas financeiros, investidores, accionistas, autoridades, comunicação social e restantes intervenientes no mercado.

De acordo com essa permanente preocupação, o BPI tem em funcionamento, desde 1993, uma estrutura exclusivamente dedicada às relações com os investidores e com o mercado. A Direcção de Relações com Investidores (DRI), que reporta directamente à Comissão Executiva do Conselho de Administração do BPI SGPS, tem por missão a prestação ao mercado de informação rigorosa, regular, oportuna e equilibradamente disseminada, acerca do Grupo BPI, especialmente da que é relevante para a formação do preço das acções do BPI SGPS cotadas em bolsa.

A Direcção de Relações com Investidores tem como funções principais assegurar junto das Autoridades e do mercado o cumprimento das obrigações legais e regulamentares de reporte que impendem sobre o BPI SGPS, dar resposta às solicitações de informação de investidores, analistas financeiros e demais agentes e apoiar a Comissão Executiva em aspectos relacionados com a presença do BPI SGPS no mercado enquanto entidade cotada.

No âmbito da primeira daquelas reponsabilidades, destaca-se a difusão da informação enquadrável na moldura de "facto relevante" ou "outras comunicações", a prestação de informação trimestral sobre a actividade e os resultados do Grupo e a preparação dos relatórios e contas anuais e semestrais.

No âmbito da assessoria à Comissão Executiva merecem referência o acompanhamento da evolução das acções BPI SGPS em mercado, nas suas múltiplas vertentes, o apoio nos contactos directos que a Comissão Executiva regularmente realiza com analistas financeiros e investidores institucionais (nacionais e estrangeiros), quer no âmbito de conferências e *roadshows* quer através de reuniões individuais.

É importante referir que o BPI divulga, desde o último trimestre de 1991, informação relativa à sua actividade e resultados consolidados, com periodicidade trimestral. O BPI, desde a sua admissão à cotação em bolsa (1986), segue a política de promover uma auditoria completa às suas contas do 1.º semestre, quando a lei apenas exige uma revisão limitada.

A disponibilidade e os contactos da Direcção de Relações com Investidores são amplamente divulgados. Toda a informação

pública sobre o Grupo BPI pode ser solicitada à Direcção de Relações com Investidores através da página de contactos do *site* [www.bpi.pt](http://www.bpi.pt), por telefone (22 607 33 37), correio electrónico (*e-mail*: [investor\\_relations@bpi.pt](mailto:investor_relations@bpi.pt)), fax (22 600 47 38) ou carta (Rua Tenente Valadim, 284, 4100-476 Porto).

### 7.2. Representante para as relações com o mercado

Rui de Faria Lélis é o representante do BPI SGPS para as relações com o mercado.

### 7.3. Utilização das novas tecnologias de informação na divulgação de informação financeira e dos documentos preparatórios das reuniões da Assembleia Geral

#### *Site institucional – [www.bpi.pt](http://www.bpi.pt)*

O BPI dispõe de um *site*, cujo endereço é [www.bpi.pt](http://www.bpi.pt), dedicado à divulgação de informação de carácter institucional acerca do Grupo. O *site*, disponível em português e em inglês, inclui, entre outros, os seguintes conteúdos:

- informação sobre eventos institucionais, nomeadamente sobre a Assembleia Geral de Accionistas do BPI SGPS (documentos preparatórios, resposta a questões frequentes e *helpdesk*);
- informação genérica sobre o Grupo BPI, designadamente: órgãos sociais, marcos históricos, *corporate governance*, estrutura accionista, responsabilidade pública, entre outros elementos;
- informação de carácter financeiro: relatórios e contas, *press-releases* (incluindo os de divulgação de resultados), apresentações, informação sobre a acção BPI SGPS e sobre notações de *rating*.

#### *Correio electrónico (e-mail)*

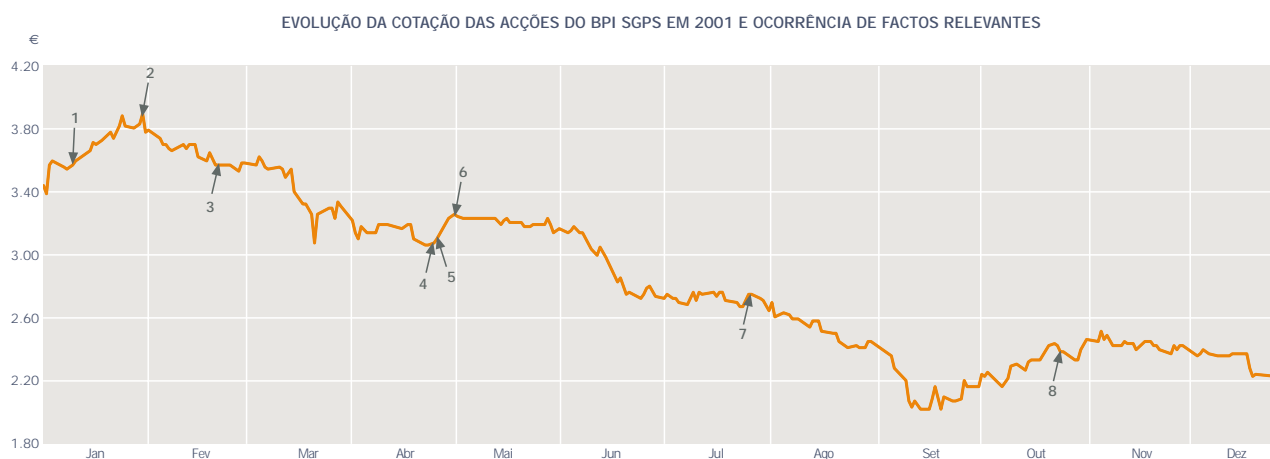
Paralelamente, a divulgação trimestral de resultados do Grupo BPI – comunicação periódica com maior significado no relacionamento com o mercado – assenta prioritariamente na difusão por correio electrónico (*e-mail*), sendo dirigida às autoridades de supervisão, aos média, aos analistas, bem como a todos os investidores institucionais ou particulares que expressamente o solicitem.

De uma forma geral, todos os documentos emitidos em suporte de papel (incluindo os documentos preparatórios da AG), estão disponíveis para envio em formato electrónico, mediante solicitação.

## 8. EVOLUÇÃO EM BOLSA DA ACÇÃO BPI SGPS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Em capítulo próprio do relatório, "Acções BPI SGPS", é apresentada uma descrição pormenorizada do comportamento bolsista das acções do BPI SGPS, que inclui o valor, nos últimos cinco anos, dos resultados por acção, do dividendo distribuído, das cotações em bolsa, da rentabilidade do accionista, indicadores de volatilidade e liquidez, capitalização bolsista e indicadores de valorização pelo mercado. Estas séries históricas são ajustadas por eventos relevantes (aumentos de capital e *stock split*), de forma a assegurar a sua comparabilidade.

### 8.1. Evolução em bolsa da acção BPI SGPS



- 1) 11 Jan. 2001 Lançamento pelo BPI SGPS de uma OPA sobre a Douro SGPS
- 2) 31 Jan. 2001 Divulgação de resultados referente ao exercício de 2000
- 3) 22 Fev. 2001 Divulgação do dividendo referente ao exercício de 2000
- 4) 26 Abr. 2001 Pagamento do dividendo referente ao exercício de 2000, no valor líquido de 0.0675 euros por acção
- 5) 27 Abr. 2001 Divulgação de resultados referente ao final do 1º trimestre de 2001
- 6) 02 Mai. 2001 Projecto de fusão por incorporação no BPI – SGPS, SA das sociedades BPI Private Equity, SGPS, S.A., BPI Participações, SGPS, S.A. e BPI Capital, SGPS
- 7) 27 Jul. 2001 Divulgação de resultados referente ao final do 1º semestre de 2001
- 8) 25 Out. 2001 Divulgação de resultados referente ao final do 3º trimestre de 2001

Notas: foram consideradas as comunicações enviadas à CMVM para publicação através do sistema de difusão de informação como "facto relevante" bem como "outras comunicações". A divulgação de factos relevantes é feita após o encerramento da sessão de bolsa, pelo que o eventual efeito nas cotações é apenas sentido na sessão seguinte: Não ocorreu em 2001, qualquer emissão de acções, *stock split*, ou qualquer outro evento, que pudesse originar uma diluição técnica no valor das acções.

### 8.2. Política de dividendos

A política de dividendos do Grupo BPI caracteriza-se por:

- considerar o lucro líquido consolidado do Grupo como base de cálculo relevante para o dividendo a distribuir;
- em termos históricos, o BPI ter mantido um *payout* não inferior a 30%, retendo resultados que possam assegurar o financiamento das necessidades de crescimento do Grupo;

- fixar o dividendo por acção em termos ajustados, designadamente por aumentos de capital (em dinheiro ou por incorporação de reservas) e por desdobramento de acções (*stock splits*).

## APÊNDICE DO RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

### Outros cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração do BPI – SGPS, S.A.

**Artur Santos Silva**, 60 anos de idade, trabalha há 20 anos no Grupo BPI, é Presidente do Conselho de Administração do Banco BPI, S.A., do Banco Português de Investimento, S.A., do Banco de Fomento, S.A.R.L. (Moçambique), da Inter-Risco, Sociedade de Capital de Risco, S.A. e da BPI – Ventures, SGPS, S.A.

**Carlos da Câmara Pestana**, 70 anos de idade, é membro do Conselho de Administração do Banco Itaú, S.A., (São Paulo, Brasil), da Itaúsa Portugal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú Europa, S.A., membro do Conselho de Gerência da Itaú Europa, SGPS, Lda. e membro do Conselho de Gerência da IPI – Itaúsa Portugal Investimentos, SGPS Lda.

**Fernando Ulrich**, 49 anos de idade, trabalha há 18 anos no Grupo BPI, é Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco BPI, S.A., Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Português de Investimento, S.A., Presidente do Conselho de Administração da BPI Vida-Companhia de Seguros de Vida, S.A., da BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimentos Mobiliários, S.A., da BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.; Administrador não executivo da Allianz Portugal, S.A., Administrador não executivo da Portugal Telecom, S.A, Vogal do Conselho de Administração da Impresa-SGPS, S.A., da SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A., Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco de Fomento, S.A.R.L. (Moçambique), Vogal do Conselho de Administração da Inter-Risco, Sociedade de Capital de Risco, S.A., Vogal do Conselho de Administração do BPI Capital Finance Limited (Cayman Islands), Presidente do Conselho de Administração do BPI Global Investment Fund Management Company, S.A. (Luxemburgo), da Dixit – Investimentos Estratégicos, SGPS, S.A. e da Solo – Investimentos em Comunicação, SGPS, S.A.

**Ruy Octávio Matos de Carvalho**, 69 anos de idade, é Presidente do Conselho Fiscal da EFACEC, Vice-Presidente da Yura International e da Vittoria Capital e Vogal do Conselho de Administração da João Marques Pinto – Investimentos Imobiliários, S.A.

**Alfredo Costa Rezende de Almeida**, 67 anos de idade, é Presidente do Conselho de Administração da Arco-Têxteis – Empresa Industrial de Santo Tirso, S.A. e da Arco-Fio – Fiação, S.A., Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fábrica do Arco – Recursos Energéticos, S.A. e da Arcotinto – Tinturaria, S.A.

**António Cândido Seruca Salgado**, 57 anos de idade, trabalha há 17 anos no Grupo BPI, é membro do Conselho de Administração, do Banco BPI, S.A. e da SIC, S.A.

**António Domingues**, 45 anos de idade, trabalha há 12 anos no Grupo BPI, é membro do Conselho de Administração, do Banco BPI, S.A., do BPI Capital Finance Limited, da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A, da Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. e da UNICRE – Cartão Internacional de Crédito, S.A.

**Armando Costa Leite de Pinho**, 67 anos de idade, é Presidente do Conselho de Administração da Arsopi – Indústrias Metalúrgicas Arlindo S. Pinho, S.A. e da Arsopi – Holding, SGPS, S.A., entre outras funções em empresas do Grupo Arsopi. É ainda Vice-Presidente do Conselho de Administração da Unicer – Bebidas de Portugal, SGPS, S.A.

**Corporació de Participacions Estrangeres, S.L. representada por Fernando Ramirez**, Director Geral Adjunto da Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona, Presidente do Conselho de Administração de Invercaixa Holding, S.A., Vice-Presidente do Conselho de Administração da MEFF, Sociedad Holding de Productos Financieros Derivados, e membro do Conselho de Administração do Servicio de Compensación y Liquidación de Valores, da Sociéte Monegasque de Banque Privée e da Bolsa de Barcelona.

**Isidro Fainé Casas**, 59 anos de idade, é Director Geral da Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona, é Presidente do Conselho de Administração da Autopistas Concessionária Española, S.A., Vice-Presidente do Conselho de Administração da Telefónica, S.A. e da Sociedade General de Águas de Barcelona, S.A., e membro do Conselho Geral da Gás Natural, S.A., da Caixabank France, da Caixabank Andorra, da Telefónica International, da Saba, S.A., da Inmobiliária Colonial, S.A., da Caixa Holding, S.A.

**João Sanguinetti Talone**, 78 anos de idade, é membro do Conselho de Administração do BPI – SGPS, S.A.

**José Alberto Ferreira Pena do Amaral**, 46 anos de idade, trabalha há 15 anos no Grupo BPI é membro do Conselho de Administração do Banco BPI, S.A., da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., Gerente da BPI Rent – Comércio e Aluguer de Bens, Lda. e Presidente do Conselho de Administração de Crediuniverso – Serviços de Marketing, S.A. e da Eurolocação – Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamentos, S.A.

**Klaus Dührkop**, 48 anos de idade, é Vice-Presidente Executivo do Conselho de Administração da Allianz, AG e Vogal do Conselho de Administração da RAS, da Allianz Portugal, S.A. e da Allianz Greece.

**Manuel Soares de Oliveira Violas**, 43 anos de idade, é Presidente do Conselho de Administração da Violas – SGPS, S.A., da Cotesi – Companhia de Têxteis Sintéticos, S.A., da Solverde – Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A., da Sociedade Imobiliária da Praia da Rocha, S.A., da III – Investimentos Industriais e Imobiliários, S.A., da Corfi - Organizações Industriais Têxteis Manuel de Oliveira Violas, S.A., e membro do Conselho Geral da Associação Empresarial de Portugal.

**Riunione Adriática di Sicurtá, representada por Diethart Breipohl**, Vogal do Conselho de Supervisão da Allianz AG (München), do Bayerische Hypo Und Vereinsbank AG (München), da Beiersdorf AG (Hamburg); da Continental AG, (Hannover), da Karstadt Quelle AG (Essen), da mg technologies ag, (Frankfurt), da KM Europa Metal AG (Osnabrück) e membro do Conselho de Administração do Crédit Lyonnais (Paris), da Assurances Générales de France AGF (Paris) e do Banco Popular Español, (Madrid).

**Roberto Egydio Setúbal** – 47 anos de idade é Vice-Presidente do Conselho de Administração, Director Presidente, Director Geral e membro do Comité Consultivo Internacional do Banco Itaú, S.A., Director Vice-Presidente Executivo da Itaúsa - Investimentos Itaú, S.A., Presidente do Conselho de Administração e Director Presidente do Banco Bemge, S.A., Banco Banestado, S.A., Itaú Banco de Investimento, S.A., CIA. Itauleasing de Arrendamento Mercantil, Investimentos Bemge S.A.; Director Presidente do Banco Banerj, S.A., Banco Francês e Brasileiro, S.A., Itaú Capitalização, S.A., Itaú Previdência e Seguros, S.A., Itaucard Administradora de Cartões de Crédito e Imobiliária Ltda., Banco Itaú Europa, S.A. e Banco Itaú Buen Ayre, S.A.; e Administrador da Itaúsa Portugal SGPS, S.A. e da America Online Latin America INC.

**Tomaz Jervell**, 57 anos de idade, é Presidente do Conselho de Gerência da Auto-Sueco, Lda., Presidente do Conselho de Administração da Norbase, SGPS SA, da Auto-Sueco (Angola) S.A.R.L., da Auto-Sueco (Minho), S.A., da Soma, S.A., da Biosafe, S.A., da Vellar, SGPS, S.A., membro do Conselho de Gerência da Auto-Sueco (Coimbra), Lda.; Cônsul da Suécia e da Noruega.

**Maria Celeste Hagatong**, 49 anos de idade, trabalha há 16 anos no Grupo BPI é membro do Conselho de Administração do Banco Português de Investimento, S.A., do Banco BPI, S.A, Vogal não executivo do Conselho de Administração de Subloc – Locação de Submarinos, S.A. e Administradora não executiva da SGH – Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. (Hospital da Cruz Vermelha).

**Manuel Ferreira da Silva** – 44 anos de idade, trabalha há 18 anos no Grupo BPI é membro do Conselho de Administração do Banco Português de Investimento, S.A., da BPI-Ventures, SGPS, S.A., da Inter-Risco, Sociedade de Capital de Risco, S.A. e foi Administrador da Bolsa de Valores de Lisboa e Porto até Janeiro de 2002.

# Apêndices

Conceitos, siglas, abreviaturas e expressões estrangeiras	220
Glossário	222
Formulário	224
Notas metodológicas	225
Índice de figuras, quadros, gráficos e "caixas"	226
Índice geral	228
Informações gerais	231

# Conceitos, siglas, abreviaturas e expressões estrangeiras

## CONCEITOS

### Entidades do Grupo BPI – algumas designações adoptadas

<b>Grupo BPI / BPI,</b> se o conteúdo o permitir	Grupo financeiro com a configuração definida nas páginas 26, 144 e 145.	<b>Banco BPI / Banco BPI, S.A. / o Banco, o Banco Comercial,</b> se o contexto o permitir	Entidade responsável pela condução do negócio de Banca Comercial do Grupo.
<b>BPI SGPS / BPI – SGPS, S.A.</b>	Entidade que encabeça o Grupo BPI, desempenhando funções de holding e de comando estratégico; cotado em Bolsa. (v. págs. 26, 144 e 145).	<b>Banco Português de Investimento / Banco Português de Investimento, S.A. / BPI ou o Banco de Investimento,</b> se o contexto o permitir.	Banco de investimento do Grupo.
<b>Holding</b>	O BPI SGPS, em contexto apropriado.		

## SIGLAS

### Instituições, entidades

<b>BCE</b>	Banco Central Europeu	<b>IPO</b>	Initial Public Offering (Oferta Pública Inicial)
<b>BEI</b>	Banco Europeu de Investimento	<b>IRC</b>	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
<b>BIS</b>	Bank of International Settlements	<b>LIBOR</b>	London Interbank Offered Rate
<b>BVL</b>	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	<b>LISBOR</b>	Lisbon Interbank Offered Rate
<b>CMVM</b>	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	<b>MBO</b>	Management buyout
<b>EFTA</b>	European Free Trade Association	<b>OE</b>	Orçamento de Estado
<b>Eur11</b>	Média dos 11 Estados Membros participantes na área do euro	<b>OPA</b>	Oferta Pública de Aquisição
<b>Eur15</b>	Média dos 15 Estados Membros da União Europeia	<b>OPV</b>	Oferta Pública de Venda
<b>FED</b>	Federal Reserve System (sistema americano de bancos centrais)	<b>OTC</b>	Over-the-counter (Mercado de balcão)
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional	<b>OT</b>	Obrigações do Tesouro de taxa fixa
<b>IAPMEI</b>	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	<b>OTRV</b>	Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável
<b>ICEP</b>	Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal	<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>ICP</b>	Instituto das Comunicações de Portugal	<b>PME</b>	Pequenas e Médias Empresas
<b>IFC</b>	International Finance Corporation	<b>POE</b>	Plano Operacional da Economia
<b>IPE</b>	Investimentos e Participações do Estado	<b>PPA</b>	Plano Poupança Acções
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico	<b>PPR</b>	Plano Poupança Reforma
<b>PEDIP</b>	Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa	<b>PPR/E</b>	Plano Poupança Reforma/Educação
<b>SIBS</b>	Sociedade Interbancária de Serviços	<b>PSI20, PSI30</b>	Índices de acções
<b>UE</b>	União Europeia	<b>SAD</b>	Sociedade Anónima Desportiva
<b>UEM</b>	União Económica e Monetária	<b>SGPS</b>	Sociedade Gestora de Participações Sociais
		<b>SROC</b>	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
		<b>TMT</b>	Telecomunicações, média e tecnologias
		<b>VRU</b>	Voice Response Unit
<b>Várias</b>		<b>Finaceiras</b>	
<b>ACTV</b>	Acordo Colectivo de Trabalho Vertical	<b>ATL</b>	Activo Total Líquido
<b>ALD</b>	Aluguer de Longa Duração	<b>ATM</b>	Activo Total Médio
<b>CRM</b>	Customer Relationship Management	<b>EPS</b>	Earnings per share
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América	<b>ROA</b>	Return on Assets (rendibilidade do activo)
<b>FIM</b>	Fundo de Investimento Mobiliário	<b>ROE</b>	Return on Equity (rendibilidade do capital próprio)
<b>FRIE</b>	Fundo de Reestruturação e Internacionalização Empresarial	<b>ROI</b>	Return on Investment (rendibilidade do investimento)
<b>IBEX35</b>	Índice de acções	<b>RORWA</b>	Return on Risk-weighted assets (rendibilidade dos activos ponderados pelo risco)
		<b>VaR</b>	Value at Risk (valor em risco)

## ABREVIATURAS

### Unidades

€	euro
m.€, m. euros	milhares de euros
M.€, M. euros	milhões de euros
p.b.	pontos base
p.p.	pontos percentuais
10 <sup>3</sup>	milhares
10 <sup>6</sup>	milhões
Bilião	mil milhões
Trilião	mil biliões
<b>Sinais convencionais</b>	
.	ponto decimal
%	percentagem
Δ	variação
..., nd	dados não disponíveis
0	nulo ou negligenciável
-, nr	irrelevante
<	menor que
>	maior que
<b>Moedas</b>	
EUR	euro
JPY	iene japonês
GBP	libra esterlina (Reino Unido)
USD	dólar americano

### Várias

Cfr.	conforme
Dez.	Dezembro
dta.	direita
e.g.	<i>exempli gratia</i> (por exemplo)
esq.	esquerda
etc.	<i>et caetera</i>
Lda.	limitada
líq.	líquido(a)
m <sup>2</sup>	metro quadrado
n.º	número
Net	Internet
pág(s).	página(s)
s/	sem
S.A.	Sociedade Anónima
un.	unidade
v.	<i>vide</i> (veja-se)
Var.	variação
vs.	versus
<sup>1</sup> / <sub>2</sub>	um meio
<sup>1</sup> / <sub>4</sub>	um quarto
<sup>3</sup> / <sub>4</sub>	três quartos

## EXPRESSÕES ESTRANGEIRAS

After market	comportamento de um título no mercado secundário, após emissão no mercado primário.	Lead-manager ou lead-arranger	instituição financeira líder de uma operação de sindicância de financiamento.
Bookrunner	entidade responsável pela gestão das ordens de subscrição / compra de ações numa emissão de mercado primário.	Management buyout (MBO)	aquisição da totalidade do capital de uma empresa pelos seus gestores.
Buy-out	aquisição de uma participação de controlo sobre uma dada sociedade.	Mark-to-market	reavaliação diária de activos tendo por referência o valor corrente de mercado.
call	opção de compra.	Merchandising	actividades e materiais promocionais da venda.
cash-dispenser	terminal idêntico a um ATM, que fornece notas de várias denominações, mas não aceita depósitos.	Outsourcing	por contraposição à produção própria, satisfação de necessidades de produtos ou serviços por recursos a terceiros, que podem ser fabricantes, distribuidores, agentes, etc.
Cap	taxa de juro máxima, em dívida da taxa variável.	Rating	classificação de empresas quanto ao risco de crédito (de curto e longo prazo).
Core business	negócio principal.	Secondary offering	oferta pública de venda de títulos pré existentes e detidos por investidores de grande dimensão.
Cross-selling	estratégia de comercialização de produtos e serviços financeiros a Clientes.	Security-agent	instituição financeira que procede ao controlo e gestão de todo o pacote de garantias associado a um financiamento sindicado.
Debt-linked (securities)	títulos indexados à taxa de juro de outros títulos de dívida ou a taxas de juro de referência para o mercado.	Site	sítio na Internet.
Equity-linked (securities)	títulos indexados a ações ou índices de ações.	Small cap	empresas cotadas de reduzida capitalização, normalmente inferior a 500 milhões de USD.
Fair (market) value	preço ao qual um activo ou serviço é transaccionado, assumindo-se que comprador e vendedor actuam racionalmente e têm um conhecimento razoável dos factos relevantes.	Spread	diferencial percentual entre a taxa de juro dos empréstimos e o custo dos recursos.
Float	cheques em trânsito entre bancos e ainda não pagos.	Step-up	acréscimo da taxa de juro de um empréstimo obrigacionista com opção de reembolso, se este não for feito até uma data pré-fixada.
Floating-rate notes	títulos de dívida de taxa variável.	Swap	operação de permuta de divisas ou de taxa de juro.
Floor	taxa de juro mínima garantida, em dívida de taxa variável.	Trade-Finance	financiamento associado a uma determinada operação de importação no qual o risco de crédito é assumido por uma instituição financeira.
Forward rate agreements	contratos a prazo de taxas de juro.	Traffic-bank	banco que procede ao controlo da evolução do tráfego registado em projectos rodoviários, com base nos estudos e revisões periódicas realizadas pelo consultor de tráfego dos bancos.
Funding	recursos.	Turnaround	recuperação.
Gap	montante pelo qual os activos de taxa de juro diferem dos passivos de taxa de juro para um determinado período de tempo.	Value at Risk (VaR)	valor em risco.
Goodwill	conceito próximo do de valor de trespassse.	Voice Response Unit	unidade de atendimento automático em <i>call centre</i> .
Homebanking	serviço bancário <i>on-line</i> através de Internet, telefone ou televisão por cabo.	Write-off	abate de elementos do activo pela utilização de provisões.
In-store banking	serviço bancário assente numa rede de distribuição localizada em locais de elevado tráfego (centros comerciais, hipermercados)		
Initial public offering (IPO)	primeira oferta de ações ao público realizada por uma empresa.		
Interest rate swap	operação de permuta de taxa de juro fixa por variável ou vice-versa.		
Layout	design; disposição dos elementos funcionais numa agência bancária, por exemplo.		



# Glossário

**Acção ordinária com direito a voto** – título representativo de uma parcela de capital da empresa emitente. Confere aos seus detentores, como direitos principais, o direito a receber um dividendo, a participar e votar nas Assembleias Gerais e a uma quota parte dos activos em situação de liquidação.

**Acção preferencial sem direito de voto** – título representativo de uma parcela do capital da empresa emitente. Confere aos seus detentores prioridade no recebimento do dividendo (a uma taxa pré-definida) e na liquidação de activos, face aos detentores de acções ordinárias.

**Acordo de recompra** – acordo entre duas partes, associado a uma venda de títulos, segundo o qual o vendedor readquire os títulos a um preço e numa data pré-fixados. Resulta numa cedência de fundos normalmente de curto prazo e garantida por títulos, existindo dessa forma uma taxa de juro implícita. É frequente ser utilizada pelo Banco de Portugal (vendedor) em operações de absorção de liquidez no mercado monetário.

**American Depositary Receipts (ADR)** – certificados de depósitos transaccionáveis, emitidos por bancos dos Estados Unidos da América, representando acções de empresas sediadas fora dos EUA sob sua guarda e que conferem aos seus titulares o direito a dividendos e ganhos de capital.

**Benchmark** – valor de referência para o mercado, de aceitação generalizada, utilizado na avaliação de títulos e na análise da rentabilidade de investimentos.

**Bilhete do Tesouro** – título de dívida pública de curto prazo, emitido pelo Tesouro, com prazo de vencimento inferior a um ano. É um título emitido a desconto e reembolsado pelo valor nominal, no momento do vencimento.

**Call-option** – contrato entre duas partes, mediante o qual o comprador adquire, através da entrega de uma contrapartida monetária (prémio), o direito a comprar à outra parte o activo de suporte numa data futura (ou até uma determinada data futura), ao preço fixado no contrato.

**Decrementos por invalidez** – redução no valor calculado das responsabilidades com pensões por serviços passados de Colaboradores no activo, em resultado da utilização, no cálculo do valor destas, de probabilidades de saída dos Colaboradores do activo por invalidez, ou seja, antes do tempo normal de reforma. As responsabilidades com pensões por invalidez são inferiores face à situação da reforma por velhice uma vez que as prestações a atribuir a título de reforma por velhice, e invalidez são definidas como uma percentagem crescente do salário, em função do número de anos de serviço.

**Day-trade** – compra e venda de valores mobiliários ao longo de uma sessão de bolsa, de modo tal, que no momento de encerramento desta, o investidor não detém qualquer posição aberta nem sofreu qualquer alteração na composição da sua carteira.

**Emissão reservada a Accionistas** – aumento de capital, quer por incorporação de reservas, quer por entrada de dinheiro, destinado exclusivamente aos Accionistas. No aumento de capital por entrada de dinheiro é normalmente definido um preço de subscrição inferior ao do mercado.

**Equity method** – metodologia de reconhecimento de uma participação nas contas consolidadas. Regista-se uma percentagem da situação líquida e dos resultados correspondente à percentagem de capital detida, directa ou indirectamente, no capital dessa empresa.

**Euribor** – média das taxas de juro fornecidas por um painel de 57 dos maiores bancos da União Europeia. É calculada e divulgada diariamente.

**Forward (de divisas)** – contrato mediante o qual duas partes fixam uma taxa de câmbio para uma determinada data futura e um certo montante de moeda.

**Forward rate agreements (FRA)** – contrato graças ao qual duas partes fixam uma taxa de juro para uma certa data futura, sobre um determinado montante e com determinado prazo de vencimento.

**Futuro** – contrato estandardizado e negociado em bolsa no qual duas partes fixam o preço de um activo para uma determinada data futura.

**Golden share** – participação minoritária no capital de uma empresa que confere ao seu detentor direito de veto sobre questões específicas de gestão estratégica e de alteração dos estatutos da sociedade. É comum nas empresas privatizadas onde o Estado continua a deter uma pequena percentagem de capital que lhe assegura influência na gestão da empresa.

**Hedging** – estratégia de cobertura do risco de um investimento (risco de variação dos preços de determinado activo); um *hedging* perfeito elimina a possibilidade de qualquer ganho ou perda futura.

**Incorporação de reservas** – aumento de capital mediante conversão de reservas. As novas acções são atribuídas gratuitamente aos Accionistas, pelo que a empresa não obtém qualquer encaixe financeiro e nessa medida o seu valor não se altera.

**Investment grade** – designação atribuída a todos os emissores de obrigações cuja notação de *rating* é igual ou superior a BBB ou Baa.

**Market-maker** – membro do mercado de bolsa que, com o objectivo de promover a liquidez, mantém posições firmes de compra e de venda em determinado(s) título(s), publicitando os preços aos quais assegura (em determinadas condições), a compra ou a venda.

**Mercados emergentes** – mercados financeiros com elevado potencial de crescimento evoluem rapidamente para níveis superiores de maturidade e desenvolvimento. Localizam-se essencialmente na Ásia e América do Sul.

**Mismatch** – não concordância entre prazos de vencimento e pagamento de juros de aplicações de crédito e fundos provenientes de depósitos e restante dívida remunerada. Uma das preocupações fundamentais na gestão de fundos e aplicações numa instituição de crédito (em geral as aplicações têm um prazo de vencimento superior ao das responsabilidades) é a redução da exposição ao risco de variação de taxa de juro e a garantia da existência de fundos disponíveis, à medida que as responsabilidades se tornam exigíveis.

**Obrigação subordinada (dívida de longo prazo)** – título representativo de empréstimo cujo reembolso, em caso de falência ou liquidação do emitente, está dependente do prévio reembolso de todos os demais credores não subordinados ou, pelo menos, de determinados tipos de dívida.

**Obrigação perpétua** – título representativo de empréstimo que não confere direito ao reembolso do valor nominal da dívida e cujo vencimento não tem prazo.

**Obrigação com *cap* ou *floor*** – obrigação de taxa de juro variável à qual está associado um cupão designado por *cap* (*floor*) que pode ser transaccionado separadamente. O *cap* é um contrato através do qual a entidade emitente fixa, em troca de um prémio (remuneração implícita no *cap* que acresce à taxa de juro do empréstimo), uma taxa máxima para o empréstimo. O *floor* é um contrato mediante o qual a entidade emitente estabelece, a troca de um prémio (remuneração implícita no *floor* que se deduz à taxa de juro do empréstimo), uma taxa mínima para o empréstimo.



**Obrigação com call (callable bonds)** – obrigação que confere à entidade emitente o direito de, em condições pré-fixadas (período de tempo de exercício da opção, preço, etc.), proceder ao reembolso da dívida. A opção contida na obrigação não pode ser transaccionada separadamente desta. Está geralmente associada a um *step-up* que designa o acréscimo da taxa de juro da dívida, se a opção de reembolso antecipado acordada não for exercida até uma data futura.

**Private Equity** – forma de financiamento de empresas em início de actividade, em fase de forte crescimento ou em processos de reestruturação, através da participação no seu capital, em regra com perspectivas de posterior dispersão em mercado de capitais.

**Produto estruturado capital seguro / risco limitado** – títulos de dívida de taxa variável cuja remuneração está indexada, na sua totalidade ou em parte,   evolução do preço de acções ou índices de acções. Para o caso da evolução dos preços dos activos que servem de indexante ser negativa, garantem na data de vencimento o reembolso da totalidade do capital investido (capital seguro) ou a limitação das perdas a um valor pré-determinado (risco limitado).

**Project Finance** – investimento cujo serviço de dívida é assegurado pelos *cash flows* do próprio projecto; financiamento de projectos estruturados deste modo.

**Put-option** – contrato entre duas partes, mediante o qual o comprador adquire, através da entrega de uma contrapartida monetária (pr mio), o direito a vender   outra parte o activo de suporte numa data futura (ou até uma determinada data futura), ao preço fixado no contrato.

**Rating de crédito** – classificação atribuída a uma instituição por uma entidade especializada e independente e que visa reflectir a capacidade da instituição para solver as suas responsabilidades de curto ou de longo prazo.

**Ratio de solvabilidade** – (regras do Banco de Portugal) relação entre o total dos fundos próprios e o total dos activos e elementos extrapatrimoniais ponderados pelo respectivo grau de risco (de crédito para a carteira de investimento e de mercado para a carteira de negociação), devendo ser observado um valor mínimo de oito por cento. Pretende assegurar um mínimo de fundos próprios que cubram o total de perdas potenciais inerentes aos activos e posições em elementos extrapatrimoniais, garantindo a capacidade da instituição para satisfazer o total das suas responsabilidades. Muito semelhante ao ratio BIS, pois adopta os mesmos princípios e metodologia, difere apenas no tratamento dado a alguns elementos dos fundos próprios e na determinação do risco inerente a alguns elementos do activo e extrapatrimoniais.

**Ratio BIS** – ratio de adequação de capital, de aceitação internacional, que corresponde à relação entre o total dos fundos próprios e o total de activos e elementos extrapatrimoniais ponderados pelo respectivo grau de risco (de crédito para carteira de investimento e de mercado para a carteira de negociação), devendo ser observado um valor mínimo de oito por cento.

**Risco-país** – perda potencial na exposição em activos e elementos extrapatrimoniais cuja contraparte seja constituída por residentes de países que, pela sua situação política e económica, sejam considerados de risco.

**Rotação do capital** – relação entre o número de acções transaccionadas e o número médio de acções admitidas   cotação.

**Sindicato de colocação** – conjunto de intermediários financeiros que participam de forma coordenada na preparação e realização de uma operação de emissão de valores mobiliários.

**Start-up** – empresa nova ou muito recente, que usualmente desenvolve negócios modernos / emergentes, e quase sempre financiada por empresas de capital de risco / desenvolvimento e pelo recurso ao mercado de capitais.

**Stop-loss** – definição prévia do preço a que um activo financeiro deve ser vendido (por referência aos preços de mercado) com o objectivo de limitar as perdas, se o activo se desvalorizar, ou proteger ganhos já obtidos.

**Swap (divisas / taxas de juro)** – contrato segundo o qual duas partes trocam a modalidade de um determinado financiamento (taxa fixa por taxa variável – *swap* de taxas de juro; de uma moeda para outra – *swap* de divisas), através de uma instituição financeira (intermediário).

**Tomada firme** – acordo entre a entidade emitente e as instituições encarregues da venda dos valores mobiliários ao público, segundo o qual estas se comprometem, por contrapartida de um pr mio, a adquirir todos os títulos não subscritos, eliminando o risco de insucesso da operação.

**Valor nocional (de um derivado)** – preço actual do activo de suporte do instrumento financeiro derivado no mercado a contado.

**Value-at-Risk (valor em risco de mercado)** – corresponde à perda máxima potencial no valor dos activos detidos, resultante de uma evolução desfavorável dos mercados e dos preços, num determinado horizonte temporal. O Value-at-Risk é avaliado através de modelos que assumem determinadas hipóteses, nomeadamente, quanto   distribuição de probabilidades das variações dos preços, correlações entre variações de preços e nível de confiança estatístico.

**Volatilidade** – conceito utilizado para caracterizar a flutuação dos preços de um activo, quer em amplitude, quer em frequência.

**Warrant aut nomo (de acções)** – contrato transaccion vel emitido por instituições financeiras que confere ao seu detentor o direito de compra (*call warrant*) ou de venda (*put warrant*) de um activo financeiro, designado por activo subjacente, em condições pré-determinadas (período de conversão, preço de conversão, etc.). Os activos subjacentes mais usuais são acções e índices de acções.

**Warrant "tradicional" (de acções)** – contrato transaccion vel que confere ao seu detentor o direito de conversão em acções da empresa que o emitiu, em condições pré-determinadas (período de conversão, preço de conversão, etc.). A sua conversão implica normalmente o aumento do capital da empresa. A situação mais usual é acompanharem a emissão de obrigações, tornando-a mais atractiva.

**Write-offs** – abate do crédito vencido, registado no activo, que se encontra integralmente provisionado e em relação ao qual não existam perspectivas de recuperação. O abate faz-se por contrapartida de provisões, pelo que não gera qualquer impacto na conta de resultados.

# Formulário

## Activo total mais desintermediação:

Activo total líquido + Recursos captados de Clientes com registo fora do balanço

## Recursos totais de Clientes:

Recursos registados no balanço + Recursos registados fora do balanço

## Recursos captados de Clientes com registo fora do balanço:

Fundos de investimento + PPA e PPR + Produtos de capitalização

## Produto bancário:

Margem financeira + Comissões e outros proveitos (líq.) + Lucros em operações financeiras (líq.)

## Custos de funcionamento:

Custos com pessoal + Outros gastos administrativos

## Cost-to-income:

Custos de funcionamento

Produto bancário

## Custos de estrutura:

Custos de funcionamento + amortizações

## Ratio de eficiência:

Custos de estrutura

Produto bancário – Lucros em operações financeiras

## Cash flow corrente:

Produto bancário – Custos de funcionamento

## Lucro líquido atribuível aos Accionistas do Grupo BPI:

Lucro antes de impostos – Impostos sobre lucros – Interesses minoritários no lucro + Resultados de subsidiárias reavaliadas pelo *equity method*

## Cash flow após impostos:

Lucro líquido + Amortizações + Provisões líquidas de anulações e reposições

## Rendibilidade do activo total médio (ROA):

Lucro líquido atribuível aos accionistas do Grupo BPI + Interesses minoritários no lucro + Resultados adquiridos a minoritários – Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação

Média dos valores mensais do activo líquido – Média dos valores mensais das participações em empresas associadas e em empresas excluídas da consolidação e reavaliadas pelo *equity method*

## Rendibilidade dos capitais próprios (ROE):

Lucro líquido atribuível aos accionistas do Grupo BPI

Média dos valores mensais da situação líquida

## Ratio de crédito vencido há mais de 30 dias em % do crédito a Clientes:

Crédito e juros vencidos há mais de 30 dias

Carteira de crédito a Clientes bruta

## Cobertura do crédito vencido por provisões:

Provisões para crédito vencido + Provisões para riscos gerais de crédito

Crédito e juros vencidos há mais de 30 dias

## Financiamento das responsabilidades com pensões:

Fundos de pensões

Responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados de Colaboradores no activo

## Valores por acção:

Cash flow, lucro líquido ou dividendo

N.º médio ponderado de acções

Valor contabilístico

N.º final de acções\*

\* Ajustado pelos efeitos de diluição de aumentos de capital reservados a Accionistas

## N.º médio ponderado de acções:

N.º médio de acções existentes com direito a dividendos\*

\* Ajustado pelos efeitos de diluição de aumentos de capital reservados a Accionistas ocorridos no exercício e em anos posteriores.

## Rendibilidade total do Accionista:

Apreciação da cotação em bolsa + apreciação do reinvestimento de dividendos

## Preço como múltiplo de ...

Cotação de fecho ajustada em 31 de Dezembro

Cash flow, lucro líquido ou valor contabilístico por acção

## Dividend yield (%):

Dividendo por acção relativo ao ano e pago no ano seguinte

Cotação de fecho ajustada em 31 de Dezembro

## Earnings yield (%):

Resultado líquido por acção

Cotação de fecho ajustada em 31 de Dezembro

# Notas metodológicas

## CRIAÇÃO DE VALOR PARA O ACCIONISTA

A perspectiva mais adequada sobre o valor criado para o Accionista é obtida efectuando a análise do ponto de vista do próprio investidor. Quando este adquire acções espera obter um ganho superior ao que obteria em alternativas de investimento com nível de risco semelhante.

### Ganho do accionista

Ganho do accionista por acção = Preço de venda – Preço de aquisição + Dividendo

O ganho total do Accionista decompõe-se em ganho de capital, que resulta da valorização das acções em bolsa, e em apropriação de resultados da empresa, sob a forma de dividendo recebido.

### Taxa de retorno do Accionista

A taxa de retorno considera o período de tempo do investimento para estabelecer a relação entre o capital utilizado na aquisição de acções e o ganho obtido, e possibilita a análise da rentabilidade do investimento pela comparação com oportunidades de investimento alternativas.

No cálculo da taxa de retorno, dado os *cash flows* ocorrerem em diferentes momentos temporais, utiliza-se a metodologia da taxa interna de rentabilidade (TIR). A taxa de retorno será, deste modo, a taxa média do período de investimento que iguala o valor actual dos fluxos de entrada, que resultam da venda das acções e do dividendo pago, ao valor actual do capital investido.

$$\sum \frac{CF_j}{(1 + \text{Taxa de retorno média anual do accionista})^{(dj-d0) / 365}} = 0$$

CF<sub>j</sub> – *cash flow* no momento j (os fluxos de entrada são registados com valor positivo e fluxos de saída com valor negativo)

dj – data que corresponde ao momento j

d0 – data em relação à qual se faz a actualização dos *cash flows*, correspondente ao momento em que se realiza o primeiro investimento de capital

Considerou-se que todos os anos tinham 365 dias.

O investimento numa determinada acção proporciona diferentes taxas de rentabilidade em função dos momentos escolhidos para realizar o investimento e respectivo desinvestimento.

### Matriz da rentabilidade média anual nominal do Accionista

A matriz de rentabilidade apresenta diversas taxas médias anuais de rentabilidade obtida pelo Accionista em função do período de tempo do investimento.

O Accionista tipo considerado realiza o investimento inicial em acções e durante o período de investimento faz o reinvestimento de dividendos em novas acções, no dia seguinte ao seu recebimento, e participa em todos os aumentos de capital e emissões de dívida convertível reservados a accionistas, subscrivendo a quantidade máxima a que tem direito.

## INDICADORES POR ACÇÃO

O ratio "resultado por acção", que na terminologia anglo-saxónica se designa por *earnings per share* (EPS) assume uma grande importância no contexto da avaliação de um dado investimento.

A razão principal é o facto de este indicador constituir o denominador da relação entre o preço de uma acção e a parcela do resultado<sup>1</sup> que lhe cabe, relação vulgarmente designada por P/E ou PER (*price to earnings ratio*). O P/E prospectivo é provavelmente o indicador mais utilizado pelo mercado para avaliar o atractivo de um dado investimento, dado o preço num determinado momento e o fluxo estimado de lucros futuros da empresa em causa.

Na construção do indicador EPS, a única questão a resolver consiste na determinação do número de acções a utilizar como denominador – o número médio ponderado de acções com direito a dividendo em emissão no período em causa –, por forma, designadamente, a assegurar a comparabilidade da série histórica.

Um conjunto de eventos implicam o ajustamento desse número de acções; os dois mais comuns são os aumentos de capital, seja por incorporação de reservas (*bonus issue*), seja por subscrição reservada aos accionistas (*rights issue*).

O facto de o preço de emissão num aumento de capital reservado a accionistas ser inferior à cotação vigente no mercado (procedimento muito comum) implica que o direito do Accionista de subscrever novas acções tem um conteúdo patrimonial que é destacável da acção e negociável no mercado. Esse conteúdo é expresso pelo chamado "direito de subscrição".

Metodologicamente, uma emissão de acções reservada a accionistas, pode e deve, portanto, ser subdividida numa incorporação de reservas (teórica)<sup>2</sup> seguida de uma emissão de acções ao preço que teoricamente se formaria no mercado após o aumento de capital.

Para efeito de determinação do número médio ponderado de acções:

- quando ocorre uma incorporação de reservas, teórica (decorrente da subdivisão acima referida) ou real, deve considerar-se que tal sucede no primeiro dia do exercício;
- o número de acções emitidas "a preço de mercado" é considerado pela parte correspondente ao período durante o qual o encaixe do aumento concorreu para o resultado do exercício.

Quando as acções emitidas num determinado ano não conferirem direito ao dividendo desse exercício, concorrendo apenas ao dividendo dos exercícios seguintes, o procedimento adequado é, para todos os efeitos, considerar que o aumento de capital ocorreu no primeiro dia do exercício seguinte, mantendo-se a metodologia de base acima enunciada<sup>3</sup>.

1) O resultado utilizado no cálculo de EPS é passível de diversos ajustamentos. Neste relatório é sempre usado o lucro líquido contabilístico do Grupo BPI sem qualquer ajustamento.

2) Um aumento de capital por incorporação de reservas consubstancia-se numa mera transferência entre rubricas contabilísticas de situação líquida, não implicando qualquer desembolso por parte dos accionistas.

3) Pelo contrário, o número de acções a utilizar para cálculo do indicador "valor contabilístico por acção" em 31 de Dezembro de um exercício que antecede o ano de realização de um aumento de capital, dado tratar-se de duas grandezas estáticas, deve ser o número final de acções existentes nessa data apenas ajustado por eventos subsequentes.

# Índice de figuras, quadros, gráficos e "caixas"

N.º	FIGURAS	Pág.	N.º	Pág.	
<b>Apresentação do Grupo BPI</b>			40	Fornecimentos e serviços de terceiros	93
01	Crescimento, rentabilidade, solidez e valorização	13	41	Diferimento do custo com campanhas de publicidade	93
02	Órgãos sociais do BPI SGPS	16	42	Amortizações de imobilizado incorpóreo e corpóreo	94
03	Conselhos de Administração do Banco Português de Investimento e do Banco BPI	17	43	Provisões	95
04	Estrutura financeira principal e negócio	26	44	Resultados extraordinários líquidos	95
05	Redes de distribuição do BPI	27	45	Resultados de subsidiárias consolidadas pelo equity method	97
			46	Balanço	99
			47	Balanço médio	100
			48	Carteira de crédito a Clientes	101
			49	Carteira de títulos e participações	102
			50	Recursos totais de Clientes	103
			51	Evolução da situação líquida	104
			52	Ratio de requisitos de fundos próprios	104
			53	Fundos próprios	105
			54	Requisitos de fundos próprios	106
			55	Grau de financiamento das responsabilidades com pensões	108
			<b>Análise e gestão de riscos</b>		
			56	Crédito a Clientes vencido e provisões	111
			57	Perda líquida de crédito	111
			58	Antiguidade do crédito a Clientes vencido (31 de Dezembro de 2001)	112
			59	Crédito vencido há mais de 30 dias por segmentos de mercado	112
			60	Rating interno – repartição da exposição por classes de risco	113
			61	Carteira de investimento de obrigações e títulos de rendimento fixo	113
			62	Risco corrente de crédito (valor de substituição de derivados por tipo de contraparte)	114
			63	Exposição a países de risco (31 de Dezembro de 2001)	115
			64	Risco de mercado global	116
			<b>Ações BPI SGPS</b>		
			65	Principais indicadores das acções BPI SGPS	128
			<b>N.º GRÁFICOS</b>		
			<b>Apresentação do Grupo BPI</b>		
			01	Crescimento via consolidação de activos	15
			02	Colaboradores do Grupo BPI	35
			03	Colaboradores do Banco BPI – formação universitária	36
			<b>Enquadramento da actividade</b>		
			04	Crescimento real do PIB	40
			05	Taxa de inflação	41
			06	Crédito bancário	41
			07	Cotação do euro	42
			08	Taxa de juro a 6 meses	43
			09	Evolução dos principais índices bolsistas	44
			10	Evolução das transacções nas bolsas europeias	45
			<b>Actividade de Banca Comercial</b>		
			11	Sites do Grupo BPI	48
			12	BPI Net e BPI Directo	49
			13	Colaboradores por balcão	49
			14	Banca de Particulares – peso no crédito e nos recursos	51
			15	Recursos de Clientes da Banca de Particulares	51
			16	Crédito a Clientes da Banca de Particulares	52
			17	BPI Imobiliário	53
			18	Crédito à habitação	53
			19	Captação de Clientes na Banca de Particulares	54
			20	Banca de Empresas – peso no crédito e nos recursos	55
			21	Crédito a Clientes da Banca de Empresas	56
			22	Recursos de Clientes da Banca de Empresas	57
			<b>Actividade de Banca de Investimento</b>		
			20	Evolução do volume dos fundos de investimento BPI	74
			21	Distribuição dos fundos de investimento BPI	74
			22	Evolução da produção de seguros de vida de capitalização	75
			23	Fundos de pensões geridos pelo BPI – principais indicadores	76
			24	Rendibilidade dos fundos de pensões geridos pelo BPI	77
			25	Principais participações em Private Equity anteriores a 2001	79
			26	Principais participações em Private Equity concretizadas em 2001	79
			27	Outras participações do Grupo – síntese	80
			<b>Análise financeira</b>		
			28	Rendibilidade (ROE) por área de negócio	83
			29	Conta de resultados	85
			30	Contributo da margem financeira deduzida de provisões para o resultado corrente	85
			31	Financiamento do crescimento do saldo médio do crédito em 2001	86
			32	Taxas médias dos activos remunerados e dos passivos remunerados	87
			33	Evolução dos proveitos e dos custos com juros	88
			34	Comissões e outros proveitos (líquidos)	89
			35	Lucros em operações financeiras	90
			36	Custos de estrutura	90
			37	Colaboradores por balcão e indicadores de eficiência	91
			38	Custos com pessoal	91
			39	Número de Colaboradores do Grupo	92

<b>N.º GRÁFICOS (cont.)</b>	<b>Pág.</b>
23 Leasing – carteira de crédito	60
24 Factoring – carteira de crédito	60
25 Crédito a Clientes da Banca Institucional	61
<b>Actividade de Banca de Investimento</b>	
26 Actividade do BPI no mercado secundário de acções	69
27 Actividade do BPI no mercado primário de obrigações	71
28 Private Banking – activos sob gestão e aconselhamento	72
29 Activos de terceiros sob gestão	73
30 Fundos de investimento sob gestão	74
31 Distribuição dos fundos de investimento BPI	74
32 Seguros de vida de capitalização	75
33 Fundos de pensões sob gestão	76
34 Rendibilidade dos fundos de pensões sob gestão	77
<b>Análise financeira</b>	
35 Lucro líquido e resultado corrente	84
36 Margem financeira	86
37 Proveniência da margem financeira	88
38 Comissões	89
39 Lucros em operações financeiras	90
40 Indicadores de eficiência	90
41 Custos com pessoal	91
42 Fornecimento e serviços de terceiros	93
43 Amortizações	94
44 Provisões	95
45 Resultados extraordinários	95
46 Activo total líquido e desintermediação	98
47 Crédito a Clientes e garantias	101
48 Carteira de títulos	102
49 Recursos de Clientes	103
50 Fundos próprios e requisitos de fundos próprios	105
51 Património dos fundos de pensões dos Colaboradores do Grupo BPI	108
<b>Análise e gestão de riscos</b>	
52 Ratio de crédito a Clientes vencido	110
53 Cobertura de crédito vencido por provisões	111
54 Perda líquida de crédito	111
55 Crédito a clientes vencido – repartição por antiguidade	112
56 Rating interno	113
57 Rating dos títulos da carteira de investimento	113
58 Risco de mercado	116
<b>Acções BPI SGPS</b>	
59 Evolução da cotação das acções BPI SGPS	126
<b>"CAIXAS"</b>	
<b>Apresentação do Grupo BPI</b>	
Relatórios de rating	25
<b>Actividade de Banca Comercial</b>	
Fundo da EFTA	58
<b>Actividade de Banca de Investimento</b>	
Corporate Finance – Fusões, aquisições, reestruturações e consultoria / Operações no mercado de capitais	65
Project Finance – Projectos rodoviários / Energia e combustíveis / Transportes / Água e saneamento / Saúde / Projectos internacionais / Agente de financiamentos	67/68

# Índice geral

	Pág.		Pág.
<b>Apresentação do Relatório</b>	<b>4</b>	Recursos	57
Crescer mais, crescer melhor	4	Actividade comercial	57
Um sólido resultado económico	5	Fundo da EFTA	58
A consolidação da Banca Comercial	6	Financiamento à construção	59
Um compromisso renovado	8	Modernização da banca de empresas	59
		Banco electrónico BPI	59
		Leasing	60
		Factoring	60
		Banca Institucional	61
<b>RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>			
<b>Apresentação do Grupo BPI</b>	<b>11</b>	<b>Actividade de Banca de Investimento</b>	<b>63</b>
Principais indicadores	12	Corporate Finance	64
Crescimento, rentabilidade, solidez e valorização	13	Fusões, aquisições, reestruturações e consultoria /	
Marcos históricos	14	Operações no mercado de capitais	65
Liderança, inovação e crescimento	14	Project Finance	66
Órgãos sociais do BPI SGPS	16	Projectos rodoviários / Energia e combustíveis / Transportes /	
Conselhos de Administração dos Bancos	17	Água e saneamento / Saúde / Projectos internacionais /	
Governo do Grupo BPI	18	Agente de financiamentos	67
Responsabilidade pública	20	Acções	69
Cultura, investigação, ensino e solidariedade social	20	Mercado primário de acções	69
Accionistas	22	Mercado secundário de acções	69
Estrutura e principais accionistas	22	Research	69
Criação de valor para os Accionistas	23	Trading	70
Rendibilidade do investimento (ROI)	23	Obrigações e mercado monetário e cambial	71
Rating	24	Mercado primário de obrigações e de produtos estruturados	71
Relatórios de rating	25	Actividade de trading: obrigações, mercado monetário e	
Moody's, Outubro de 2001	25	cambial, swaps, outros instrumentos	71
Standard & Poor's, Outubro de 2001	25	Private Banking	72
Fitch Ratings, Junho de 2001	25	Gestão de activos	73
Estrutura financeira principal e negócio	26	Fundos de investimento	73
Canais de distribuição	27	Clientes institucionais	75
Operações e sistemas	28	Seguros de vida de capitalização	75
Operações	28	Fundos de pensões	76
Sistemas	29	Private Equity	78
A Marca BPI	32	Mercado	78
Notoriedade e atributos	32	Estratégia de investimento	79
Penetração e produtos	33	Investimentos	79
Investimento e objectivos	34	Outras participações do Grupo BPI	80
Recursos humanos	35		
Racionalização, rejuvenescimento e qualificação	35	<b>Análise financeira</b>	<b>81</b>
Banco BPI	35	Síntese	82
Mobilidade	36	Lucro líquido e rentabilidade dos capitais próprios	82
Rejuvenescimento, qualificação e racionalização	36	Rendibilidade	83
Formação	37	Conta de resultados	84
		Margem financeira	85
<b>Enquadramento da actividade</b>	<b>39</b>	Comissões	88
Enquadramento macroeconómico	40	Lucros em operações financeiras	89
Mercado cambial	42	Custos de estrutura	90
Mercado monetário	43	Custos com pessoal	91
Mercado de obrigações	43	Fornecimentos e serviços de terceiros	92
Mercado de acções	44	Amortizações	94
		Provisões	94
<b>Actividade de Banca Comercial</b>	<b>47</b>	Resultados extraordinários	95
Banca de Particulares	48	Impostos sobre lucros	96
Síntese	48	Resultados de subsidiárias consolidadas pelo equity method	97
Evolução da actividade	51	Balanço	98
Recursos	51	Crédito a Clientes	101
Crédito	52	Carteira de títulos e participações financeiras	102
Indicadores de Clientes	54	Recursos de Clientes	103
Banca de Empresas	55	Solvabilidade	104
Crédito a empresas	56	Fundos próprios	105
Qualidade dos activos	56	Requisitos de fundos próprios	106
Política de crédito	57	Responsabilidades com pensões	106

	<b>Pág.</b>
<b>Análise e gestão de riscos</b>	<b>109</b>
Análise de riscos	110
Risco de crédito	110
Risco-país	115
Riscos de mercado	116
Risco de liquidez	116
Gestão de riscos	117
Risco de crédito	117
Gestão dos riscos das participações de Private Equity e	
Outras participações de capital	120
Risco-país	121
Riscos de mercado	121
Risco de liquidez	122
Riscos legais	122
Riscos operacionais	122
<b>Acções BPI SGPS</b>	<b>125</b>
Resultados por acção	126
Dividendos	126
Rendibilidade do Accionista	126
Liquidez	126
Capitalização bolsista	126
Valorização pelo mercado	127
Capital social	127
Acções próprias	127
<b>Referências finais</b>	<b>129</b>
Referências finais	130
<b>Proposta de aplicação dos resultados</b>	<b>131</b>
Proposta de aplicação dos resultados	132

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

<b>Demonstrações financeiras consolidadas</b>	<b>135</b>
Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2001 e 2000	136
Demonstrações de resultados consolidados por natureza para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2001 e de 2000	138
Demonstrações dos resultados consolidados por funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2001 e de 2000	140
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2001 e de 2000	141
<b>Notas às demonstrações financeiras consolidadas</b>	<b>143</b>
Notas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2001 e de 2000	144
1. Grupo financeiro	144
2. Comparabilidade da informação, bases de apresentação, princípios de consolidação e principais políticas contabilísticas	146
Comparabilidade da informação	146
Bases de apresentação	146
Princípios de consolidação	146
Principais políticas contabilísticas	146
2.1. Especialização de exercícios	146
2.2. Imobilizações corpóreas	147
2.3. Imobilizações incorpóreas	147
2.4. Participações	147
2.5. Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável	148
i) Títulos de negociação	148
ii) Títulos de investimento	148
iii) Vendas de títulos a descoberto	148

	<b>Pág.</b>
2.6. Operações em moeda estrangeira	149
i) Posição cambial e operações de permuta de divisas (swaps)	149
Posição à vista	149
Posição a prazo	149
Operações de permuta de divisas (swaps)	149
ii) Conversão em euros de saldos em moeda estrangeira	149
iii) Conversão em euros de resultados em moeda estrangeira	149
2.7. Provisões para risco específico de crédito	149
2.8. Provisões para depreciação de títulos e para outros activos	149
2.9. Provisões para risco-país	150
2.10. Provisões para riscos e encargos	150
i) Riscos gerais de crédito	150
ii) Outros riscos e encargos	150
2.11. Fundo para riscos bancários gerais	150
2.12. Pensões de reforma e de sobrevivência	150
2.13. Impostos sobre os lucros	151
2.14. Locação financeira	151
Como locatário	151
Como locador	151
2.15. Operações em produtos derivados	151
Contratos de trocas de taxas de juro (swaps de taxas de juro)	151
Contratos a prazo de taxas de juro (FRA)	151
Futuros	151
Opções	152
2.16. Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito	152
3. Repartição sectorial das aplicações e inventário de títulos e participações financeira	153
3.1. Repartição sectorial das aplicações	153
3.2 Inventário de títulos e participações financeiras	154
4. Notas	166
4.1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	166
4.2. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	166
4.3. Outros créditos sobre instituições de crédito	167
4.4. Créditos sobre Clientes	167
4.5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	168
4.6. Acções e outros títulos de rendimento variável	169
4.7. Partes de capital em empresas associadas	169
4.8. Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação	170
4.9. Outras participações financeiras	170
4.10. Imobilizações incorpóreas	172
4.11. Imobilizações corpóreas	172
4.12. Outros activos	174
4.13. Contas de regularização (activo)	174
4.14. Débitos para com instituições de crédito	175
4.15. Débitos para com Clientes	175
4.16. Débitos representados por títulos	176
4.17. Outros passivos	181
4.18. Contas de regularização (passivo)	181
4.19. Provisões para riscos e encargos e fundo para riscos bancários gerais	182
4.20. Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência	182
4.21. Passivos subordinados	184
4.22 Interesses minoritários	185
4.23. Capital subscrito	185
4.24. Prémios de emissão	186
4.25. Reservas	186
4.26. Goodwill	186
4.27. Provisões para crédito, títulos e outros activos	187

	Pág.
4.28. Contas extrapatrimoniais	189
4.29. Margem financeira	193
4.30. Comissões líquidas	193
4.31. Lucros líquidos em operações financeiras	193
4.32. Custos com o pessoal	193
4.33. Outros proveitos e custos de exploração	194
4.34. Ganhos e perdas extraordinários	194
4.35. Impostos sobre os lucros	194
4.36. Lucro consolidado	195
4.37. Efectivos	197
4.38. Crédito aos membros do Conselho de Administração do BPI SGPS	197
4.39. Eventos subsequentes	197
Certificação legal das contas e relatório de auditoria	198
Relatório dos Auditores	200
Relatório e parecer do Conselho Fiscal	201

## ANEXOS

<b>Anexos</b>	<b>203</b>
Informação sobre participações no capital	204
Relatório sobre o Governo do Grupo BPI	206
1. Estrutura, repartição de competências e funcionamento dos principais órgãos de gestão e de controlo do Grupo BPI	207
2. Remuneração	212
3. Controlo accionista e transmissibilidade das acções	214
4. Exercício do direito de voto e representação de accionistas	214
5. Investidores institucionais	215
6. Ética e deontologia	215
7. Comunicação com o mercado	216
8. Evolução em bolsa da acção BPI SGPS e política de dividendos	217
Apêndice do relatório sobre o governo da sociedade	218
<b>Apêndices</b>	<b>219</b>
Conceitos, siglas, abreviaturas e expressões estrangeiras	220
Glossário	222
Formulário	224
Notas metodológicas	225
Índice de figuras, quadros, gráficos e "caixas"	226
Índice geral	228
Informações gerais	231



# Informações gerais

## RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Direcção de Relações com Investidores  
Rua Tenente Valadim, 284  
4100-476 Porto  
*e-mail:* [investor\\_relations@bpi.pt](mailto:investor_relations@bpi.pt)  
Telefone: 22 607 33 37  
Telecópia: 22 600 47 38

### Serviços aos accionistas e investidores

Toda a informação pública sobre o Grupo BPI está disponível junto da Direcção de Relações com Investidores e pode ser solicitada através de uma das formas de contacto acima referidas.

### Publicações

O BPI SGPS publica, para além do relatório e contas anual, um relatório e contas semestral e procede à divulgação trimestral dos seus resultados e actividade.

### Edições electrónicas

O presente relatório e outras publicações editadas pelo BPI SGPS estão disponíveis em CD-ROM e em [www.bpi.pt](http://www.bpi.pt) para *download* no formato PDF. Também podem ser obtidas mediante solicitação à Direcção de Relações com Investidores.

### Endereço dos membros dos órgãos sociais do BPI SGPS

Para todos os efeitos decorrentes do exercício dos mandatos dos órgãos sociais do BPI – SGPS, S.A., a morada dos membros daqueles órgãos é:

Rua Tenente Valadim, 284  
4100-476 Porto

## INFORMAÇÃO SOBRE AS ACÇÕES BPI SGPS

Em 31 de Dezembro de 2001, o capital social do BPI – SGPS, S.A. é representado por 645 625 000 acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de 1 euro (um euro) cada. As acções do BPI SGPS estão cotadas no Mercado de Cotações Oficiais do Euronext Lisboa.

### Códigos

SIIB: 65096902 CVM: BPI AM

### Tickers

Reuters: BPIN.IN Bloomberg: BPIN.PL

### Acções preferenciais não cumulativas sem direito de voto

BPI Capital Finance, Série A (Dezembro 1996): 150 milhões de USD.

BPI Capital Finance, Série B (Dezembro 1996): 100 milhões de USD.

## WEBSITE

[www.bpi.pt](http://www.bpi.pt)



**BPI - SGPS, S.A.**

Sociedade com o capital aberto ao investimento do público

Pessoa Colectiva n.º 501 214 534

Matrícula na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o n.º 35 619

Sede: Rua Tenente Valadim, n.º 284, 4100-476 Porto, PORTUGAL

Capital Social: 645 625 000 euros



